

ISSN 1980-5799

Domínios de Lingu@gem

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
Universidade Federal de Uberlândia



Paisagens Linguísticas

Silvia Melo-Pfeifer, Maria Célia Lima-Hernandes
organizadoras

EDUFU

v. 14, n. 4
Outubro/Setembro 2020



PPGEL



Domínios de Lingu@gem

Paisagens Linguísticas

Organizadoras: Silvia Melo-Pfeifer (Univ.
de Hamburgo), Maria Célia Lima-
Hernandes (USP)

4º Trimestre 2020
Volume 14, número 4
ISSN: 1980-5799

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Valder Steffen Jr.

Vice-Reitor

Prof. Orlando Cesar Mantese

Diretor da EDUFU

Prof. Guilherme Fromm

Diretor do Instituto de Letras e Linguística

Prof. Ariel Novodvorski

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1S – Térreo – Campus Santa Mônica
CEP: 38.408-144 – Uberlândia – MG
E-mail: www.edufu.ufu.br

Organização: Maria Célia Lima-Hernandes, Silvia Melo-Pfeifer

Editoração: Guilherme Fromm

Revisão: respectivos autores

Diagramação: Guilherme Fromm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Domínios de Lingu@gem, / Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de
Letras e Linguística, 2007-
V. 1 -

Trimestral.

ISSN: 1980-5799

Modo de acesso: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>

A partir de 2020 a Revista é de responsabilidade do Programa de
Pós- Graduação em Estudos Linguísticos

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos. I.
Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. III.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos.

CDU 801(05)

*Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer
responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística ou à Edufu.*

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

Alessandra Montera Rotta (UFU)

Eliana Dias (UFU)

Marileide Dias Esqueda (UFU)

Simone Tiemi Hashiguti (UFU)

Comissão Científica

Adriana Azevedo Tenuta (UFMG), Adriana Cristina Cristianini (UFU), Aldo Luiz Bizzocchi (FMU), Alexandre José Cadilhe (UFJF), Alexandre Melo de Sousa (UFAC), André Pedro da Silva (UFRPE), Andréia Guerini (UFSC), Ataliba T. de Castilho (USP/UNICAMP), Brett Hyde (Washington University in St. Louis – Estados Unidos), Carla Nunes Vieira Tavares (UFU), Carmem Lúcia Hernandez Agustini (UFU), Cecilia Magalhães Mollica (UFRJ), Cintia Vianna (UFU), Cirineu Cecote Stein (UFPB), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Cláudio Márcio do Carmo (UFOP), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Clecio dos Santos Bunzen (UNIFESP), Cristiane Brito (UFU), Dánie Marcelo Jesus (UFMT), Deise Prina Dutra (UFMG), Dilys Karen Rees (UFG), Eduardo Batista da Silva (UEG), Elisa Battisti (UFRGS), Elisete Carvalho Mesquita (UFU), Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), Fernanda Costa Ribas (UFU), Filomena Capucho (Universidade Católica Portuguesa – CECC - Portugal), Francine de Assis Silveira (UFU), Francis Henrik Aubert (USP), Gabriel Antunes Araujo (USP), Gabriel de Avila Othero (UFRGS), Giacomo Figueredo (UFOP), Hardarik Bluehdorn (Institut für Deutsche Sprache Mannheim – Alemanha), Heliana Mello (UFMG), Heloisa Mara Mendes (UFU), Igor Antônio Lourenço da Silva (UFU), Irenilde Pereira dos Santos (USP), Jacqueline de Fatima dos Santos Morais (UERJ), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), Jose Luiz Fiorin (USP), José Ribamar Lopes Batista Júnior (CAF/UFPI), José Sueli de Magalhães (UFU), Karylleila Santos Andrade (UFT), Krzysztof Migdalski (University of Wroclaw – Polónia), Leandro Silveira de Araujo (UFU), Lucivaldo Silva da Costa (UNIFESSPA), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Liliane Santos (Université Charles-de-Gaulle - Lille 3 – França), Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP), Marcelo Módolo (USP), Márcia Mendonça (UNICAMP), Márcio Sales Santiago (UFRN), Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN), Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU), Maria Cecília de Lima (UFU), Maria Célia Lima-Hernandes (USP), Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva (UEPA), Maria Helena de Paula (UFG), Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Suzana Moreira do Carmo (UFU), Marlúcia Maria Alves (UFU), Maurício Viana Araújo (UFU), Michael J. Ferreira (Georgetown University – Estados Unidos), Montserrat Souto (Universidade Santiago de Compostela – Espanha), Nadja Paulino Pessoa Prata (UFC), Nilza Barrozo Dias (UFF), Patricia de Jesus Carvalhinhos (USP), Paulo Osório (Universidade da Beira Interior – Portugal), Paulo Rogério Stella (UFAL), Pedro Malard Monteiro (UFU), Pedro Perini-Santos (PUC-Minas), Raquel Meister Ko. Freitag (UFS), Roberlei Alves Bertucci (UTFPR), Roberta Rego Rodrigues (CLC/UFPEL), Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal), Silvana Maria de Jesus, (UFU), Silvia Melo-Pfeifer (Universidade de Hamburgo – Alemanha), Simone Floripi (UFU), Simone Tiemi Hashiguti (UFU), Sinara de Oliveira Branco (UFCG), Sostenes Cezar de Lima (UFG), Stella Esther Ortweiler Tagnin (USP), Teresa Maria Wlosowicz (University of Social Sciences - Polónia), Ubirajara Inácio Araújo (UFPR), Valeska Virgínia Soares Souza (UFU), Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG), Walcir Cardoso (Concordia University – Canadá), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU), Zelina Márcia Pereira Beato (UESC).

Participaram da edição 44 como pareceristas *ad hoc*

Alan Silvio Ribeiro Carneiro (UNIFESP)

Andreza Nora (CEFET)

Carla Regina Martins Valle (UFSC)

Caroline Rodrigues Cardoso (SEE-DF)

Catarina Castro (Universidade Nova de Lisboa)

Cryсна Bomjardim da Silva Carmo (UESB)

Juliana Azevedo Gomes (Universidad Europea del Atlántico/Espanha)

Leilane Moraes Oliveira (Escola Estadual do Éden)

Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista (UFBA)

Maria Cândida Trindade Costa Seabra (UFMG)

Mircia Hermenegildo Salomão-Conchalo (UFMS)

Rosineide Magalhães de Sousa (UnB)

Sumário

Apresentação.....	1025
Paisagens Linguísticas: ideologias, discursos e práticas multilingues nos espaços sociais - Sílvia Melo-Pfeifer (Univ.de Hamburgo), Maria Célia Lima-Hernandes (USP).....	1025
<i>Mi calle favorita</i> : a reconstrução multimodal da paisagem da <i>Ciudad Vieja</i> de Montevideu num projeto plurilíngue entre a escola, os museus e as famílias - Raquel Carinhas (Univ. de Aveiro), Maria Helena Araújo e Sá (Univ. de Aveiro), Danièle Moore (Simon Fraser University)....	1060
O valor das línguas na realidade de ensino-aprendizagem em Cabo Verde - Gildaris Ferreira Pandim (Univ. de Cabo Verde)	1088
Paisagens semióticas e imigração em São Paulo - Alexandre Marcelo Bueno (Mackenzie).1112	
Infraestruturas de globalização e escalas em paisagens linguísticas: camadas complexas reordenando o binarismo urbano-rural - Thaís Elizabeth Pereira Batista (UFG), Joana Plaza Pinto (UFG)	1137
Paisagem linguística de Timor-Leste: multilinguismo e política linguística - Davi Borges de Albuquerque (UnB), Nuno Carlos Almeida (Univ. de Lisboa)	1198
Nomes de famílias de origens portuguesa e espanhola em lápides do cemitério de Iguatu- PR- Fernando Hélio Tavares de Barros (Univ. Breme), Grasiela Veloso dos Santos Heidmann (UFMT), Neusa Inês Philippsen (UNEMAT)	1246
Reflexões sobre a taxonomia toponímica: do ponto de chegada ao ponto de partida - Patricia Lucas (UNIOESTE), Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE).....	1274



Apresentação

Paisagens Linguísticas: ideologias, discursos e práticas multilingues nos espaços sociais

1 Introdução

O presente número especial, dedicado ao tema da Paisagem Linguística (PL) em diferentes cenários e contextos, com foco especial nos contextos educativos de língua portuguesa, nasce do envolvimento das organizadoras no projeto europeu LoCALL - “Local linguistic landscapes for global language education in the school context”¹. O escopo deste projeto é a utilização pedagógico-didática das PL, designadamente plurilingues, em contextos de aprendizagem formal de línguas, no sentido de desenvolver a consciência linguística dos públicos envolvidos e de abrir novas pistas na formação de professores, para um trabalho sustentável e estruturado com a diversidade linguística social e com a competência plurilingue individual. Este número temático vai além desses usos pedagógicos da PL e abarca uma grande diversidade de temas e contextos.

Importa, neste momento, considerar a definição-base de PL. Num trabalho seminal de 2006, Gorter explica que “language is all around us in textual form as it is displayed on shop windows, commercial signs, posters, official notices, traffic signs, etc.” (2006, p. 1), pelo que essas formas textuais quotidianas constituiriam o objeto de estudo dos investigadores interessados na descrição e análise de PL. No seu prefácio à obra de Blommaert (2013), os editores, A. Pennycook, B. Morgan e R. Kubota (2013,

¹ O projeto europeu “LoCALL - Local Linguistic Landscapes for global language education in the school context” (2019-2022) é financiado pelo programa Erasmus Plus e coordenado pela Universidade de Hamburgo (2019-1-DE03-KA201-060024). Fazem parte da equipa as universidades de Aveiro (Portugal), Barcelona (Espanha), Groningen (Países Baixos) e Strasbourg (França). Para mais informações e recursos pedagógicos e formativos produzidos no âmbito do projeto, consultar URL: <https://locallproject.eu/>.

p. ix), indicam três motivos que impulsionaram a investigação em torno das PL e que justificam, assim, a pertinência do presente número temático:

- uma crescente atenção ao espaço e à sua apreensão subjetiva pelos sujeitos que o habitam, reconsiderando o termo “contexto” nos estudos em Sociolinguística;
- o desenvolvimento dos estudos em torno do plurilinguismo urbano, na perspectiva da etnografia linguística, deslocando o foco da observação do mapeamento da diversidade linguística para a vivência direta dessa diversidade;
- o foco em políticas linguísticas públicas, designadamente da sinalização urbana, e em opções de sinalização em diferentes contextos.

Como veremos nas seguintes secções desta contribuição, a noção de PL tem-se expandido em termos sinestéticos e disciplinares. Assim, na secção 1, explicaremos como a noção de PL se alargou aos domínios das PL sonoras, e até tácteis (através do Braille) e olfativas². Do mesmo modo, o estudo da PL começa a integrar, paulatinamente, a linguagem gestual. Na secção 2, propomos uma revisão, necessariamente circunscrita, de estudos sobre PL plurilingues e multissemióticas, desenvolvidos no âmbito de diferentes disciplinas. Focalizaremos, tendo em conta o escopo da revista Domínios de Lingu@gem, na Sociolinguística e na Didática de Línguas. Após apresentarmos sucintamente os artigos que compõem este número especial, deixaremos ainda pistas de exploração futura para investigações que pretendam trabalhar com PL, quer enquanto objeto direto de observação, quer como instrumento de ação pedagógica.

² No campo da Arte, o olfato tem sido estratégia de subversão da forma de localização espacial a partir de paisagens, uma vez que se parte do sentido do olfato para reviver ou evocar espaços memoriais, ou seja, a Paisagem revela-se como uma “projeção da consciência humana”. É o que demonstra Paraguaí (2019) com seu trabalho e o conceito de “sensescares”.

2 Estudar as Paisagens Linguísticas: sinais escritos e o resto é paisagem?

Depois de estudos que tomavam, sobretudo, as línguas à “nossa volta”, de acordo com a definição anteriormente citada de Gorter (2006), Shohamy e Gorter definem PL de forma mais holística, considerando que esta inclui sons³, imagens e grafites (2009, p. 4)⁴. O alargamento do campo de estudos poderá observar-se pelos títulos das colectaneas mais populares publicadas acerca do tema. O quadro 1 apresenta, sem pretensão de exaustividade, os livros editados em língua inglesa nos últimos 15 anos.

Quadro 1 – Publicações de relevo em língua inglesa.

Ano	Título do livro	Nome dos editores ou autores
2006	Linguistic Landscape: A new approach to multilingualism	D. Gorter (ed.)
2007	Linguistic Landscapes: Comparative Study of Urban Multilingualism in Tokyo	P. Backhaus
2009	Linguistic Landscape: Expanding the scenery	E. Shohamy, D. Gorter (ed.)
2010	Linguistic Landscape in the City	E. Shohamy, E. Ben-Rafael, M. Barni (ed.)
2010	Semiotic Landscapes. Language, Image, Space	A. Jaworski, C. Thurlow (ed.)
2012	Linguistic Landscapes, Multilingualism and Social change	Ch. Hélot, M. Barni, R. Janssens, C. Bagna (ed.)
2012	Minority Languages in the Linguistic Landscapes	D. Gorter, H. Marten, L. Van Mensel (ed.)
2013	Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes. Chronicles of complexity	J. Blommaert
2016	Negotiating and Contesting Identities in Linguistic Landscapes	R. Blackwood, E. Lanza, H. Woldemariam (ed.)

³ Tendo em vista que os sons, especialmente organizados em forma de músicas, ativam áreas cognitivas que facilitam a aprendizagem, no ambiente escolar os sons tornam-se um filão a ser explorado como recurso das Paisagens de Linguagens. É o que demonstram Zanella, Mattos e Assis (2019).

⁴ Os grafites têm sido explorados majoritariamente pelos pesquisadores do campo da Antropologia Urbana. Um exemplo desse tipo de explanação, lemos em Torres (2019). Adicionamos aqui as culturas digitais como um viés de que tem se servido a Semiótica, tal como lemos em Azzari (2018).

2019	Expanding the linguistic landscape. Linguistic diversity, multimodality and the use of space as a semiotic resource	M. Pütz, N. Mundt (ed.)
2020	Linguistic Landscapes. Beyond the Language Classroom	C. A. Seals, G. Niedt (ed.) (no prelo)

Ainda que não possam dar uma visão completa da evolução dos estudos acerca das PL (veja-se MARTEN; VAN MENDEL; GORTER, 2012, para uma síntese dos primeiros passos), podemos adiantar, a partir dos títulos das obras, as seguintes observações:

- Os estudos em torno das PL parecem iniciar-se em torno de questões relacionadas com o estudo do multilinguismo social, sobretudo em contextos urbanos, caracterizados pela sua hiperdiversidade linguística;
- segue-se uma fase de complexificação destes estudos, alargando-se o escopo de análise à interação das línguas com elementos semióticos mais variados e situados no tempo e no espaço, numa abordagem mais multimodal e complexa;
- os autores centram-se, numa fase posterior, de forma mais intensiva em questões de ordem social, na linha do interacionismo simbólico, e na forma como os sujeitos vivem e contestam identidades variadas;
- mais recentemente, os estudos acerca da PL chegam, de forma explícita, à linguística aplicada, em geral, e à didática de línguas, em particular, abrindo caminho para a construção de pontes entre aprendizagens em contextos formais e informais.

Conforme referem Hélot, Jannseens, Barni e Bagna, estas publicações “illustrate not only the originality of research in this new field but also its relevance to our understanding of language in our contemporary globalised world” (2012, p. 17). Esta breve sinopse traça a evolução da área em linhas muito gerais e exclui estudos pioneiros nas diferentes vertentes. Por exemplo, já em 1991, Spolsky e Cooper tinham

analisado as línguas de Jerusalém, constituindo-se como estudo pioneiro na área da sociolinguística urbana. Numa perspectiva didática, Dagenais, Moore, Sabatier, Lamarre e Armand (2009) e Clemente, Andrade e Martins (2012) desenvolveram investigação acerca das PL em ambientes escolares numa fase relativamente precoce da evolução destes estudos. Uma meta-análise detalhada dos capítulos incluídos nestas obras assim como um estudo cuidadoso do acervo de artigos científicos publicados em diferentes jornais poderiam ajudar a desenvolver uma cronologia mais detalhada da evolução dos estudos sobre PL.

Se os primeiros estudos se centraram na descrição e análise da presença das diferentes línguas em determinados espaços públicos, geralmente urbanos, muitas vezes numa perspectiva quantitativa e sincrónica que incluía o inventário das línguas presentes, os investigadores têm chamado à atenção para a necessidade de se ir além de uma abordagem centrada na contagem de línguas num determinado momento, para abraçar perspectivas mais dinâmicas das evoluções das PL no tempo e no espaço, considerando, desta feita, uma perspectiva diacrónica e histórica. Também os espaços de visibilidade das línguas se alargaram dos espaços físicos, abarcando espaços virtuais (ANDROUTSOPOULOS, 2020; BATISTA; PINTO, no presente número; CHIK; BENSON, 2020). A propósito da crescente complexificação dos estudos acerca de PL, Hélot, Jannseens, Barni e Bagna consideram:

The molding of linguistic landscapes amounts to much more complex issues related to language contacts, linguistic creativity, translanguaging, relations between languages to other codes, between written discourses and other discursive modalities, between many actors who write, read and contest linguistic landscapes, according to their attitudes, beliefs, perceptions and engagement at individual, societal and political levels. All these different actors, the signs they write (or don't write), the languages they choose (or don't choose), the modes they use (or don't use) and the reasons for such engagement with the written word/picture, contribute to the creation of meaning in a given space and show identity claims, power relations, and various forms of dissent (2012, p. 23).

Do mesmo modo, como a evolução anteriormente resumida deixa antever, o estudo das PL deixa de se focar exclusivamente em sinais linguísticos impressos, para dar conta da interação destes elementos com símbolos, materiais, cores, formas e tamanhos, caligrafia e tipos de letra, manuscrita ou não, numa perspectiva multimodal e multisemiótica (JAWORSKI; THURLOW, 2010), em que cada elemento fornece informações que indexam cada representação semiótica a um determinado estatuto, hierarquia e papel. Dito de outra forma, a mera contagem de línguas não chega para ilustrar a complexidade, as dinâmicas e as dissonâncias presentes nas PL, sendo necessário, recorrendo a Blommaert (2013), elementos que dêem conta da “ordered indexicality” e da “layered simultaneity” dos vários componentes semióticos observados. Assim, à contagem de línguas, que diagnostica a presença de línguas e a (des)valorização da diversidade linguística no tempo e no espaço, deverá associar-se uma abordagem interpretativa e qualitativa, que o mesmo autor reconhece na “deep ethnographic immersion” (idem), dando conta de como a PL estrutura o próprio espaço (AUER, 2009) e dita normas de participação e de exclusão. Como Blommaert afirma:

[Linguistic Landscape Study] needs to be brought within the orbit of ethnography. (...) LLS needs to become the detailed study of situated signs-in-public-space, aimed at identifying the fine fabric of their structure and function in constant interaction with several layers of context (2013, p. 14).

Seguindo esta abordagem, os sinais a serem considerados poderão ser, de acordo com a tipologia do autor, permanentes, temporários e relacionados com eventos, ou ruído (idem, p. 53) e desempenhar duas funções: “landmark”, recrutamento de públicos particulares, informação, tomada de posição pública e “muted sign”, ou seja, sinais que apenas acidentalmente produzem formas de interação e de significação (o autor dá o exemplo de uma saca do lixo com inscrições).

De acordo com Dunlevy, a análise dos sinais poderá ainda ser feita tendo em conta o seu carácter público ou privado (2012).

Neste sentido, a PL passa a ser entendida como artefacto que traduz a própria materialidade do plurilinguismo (ARONIN; Ó LAOIRE, 2012), dando atenção a uma vertente pouco explorada do plurilinguismo: a do “environment” (em oposição às vertentes “sujeito” e “língua”, mais estudadas). As autoras classificam o estudo de PL no âmbito da “multilingual material culture of places” (2012, p. 314) e explicam:

Older, traditional artefacts such as monuments, inscriptions, buildings, old dress codes, and so on, also have crucial socio-symbolic importance of reminding speakers of historical links of the minority language with a particular location, territory or topographical feature. (...). The minority language has a physical presence in the world of the majority language and vice versa (2012, p. 301).

Com base nestes avanços, outros estudos centrados na noção de PL mas mais focados nas diferentes materialidades presentes em diferentes espaços têm sido desenvolvidos: as PL escolares (schoolscapes; DRESSLER, 2015), as PL domésticas (homescapes; MELO-PFEIFER, no prelo) e as PL alimentares (foodscapes, KROMPÁK, 2018). Destas novas designações se depreende que o atual estudo de PL vai além dos espaços públicos (ver BENSON, 2019 e BENSON; CLARKE; HISAMUDDIN; MCINTYRE, 2019 para uma síntese). Em termos metodológicos, como resume Benson, “Linguistic landscape research has largely been concerned with multilingualism and has often involved quantitative analysis of the distribution of languages observed on signage. In other studies, smaller data sets and qualitative analysis are used” (2019, p. 2).

3. Paisagens Linguísticas e paisagens culturais: uma abordagem multidisciplinar

3.1 A noção de paisagem cultural

Para entender o caráter multidisciplinar desse campo, basta atentar no termo Paisagem, que remete para um conceito primariamente associado a uma abordagem geográfica do ponto de vista de alguma interferência humana (SILVA; PEREIRA; ALVES, 2019; GOMES; RUCHKYS; FERREIRA; GOULART, 2019, entre outros). No entanto, no campo da Geografia, ao lidarmos com recortes, quase sempre pressupomos certa estaticidade, que não se aplica às paisagens humanas, que são dinâmicas e revelam fragmentos de ações humanas (FIGUEIREDO; PIRES; HEIDRICH, 2018), inclusive o seu próprio olhar.

Nesse sentido, para além dos limites da palavra, esculpe-se um conceito muito mais amplo que envolve não somente as ações humanas embutidas nesse mesmo enquadramento, mas ainda as circunstâncias que a coloram. Talvez por isso, o termo “paisagem” migre rapidamente da área da Geografia para o campo da Cultura, e nesse locus vai camaleonicamente se acomodar, incorporando as distinções possíveis com base em sua materialidade (tangível ou intangível, conforme nomenclatura da UNESCO). Sendo a língua parte desse património intangível, concebê-la como parte da paisagem cultural⁵ não se torna um embaraço. E esse „encaixe“ permite dar voz a linguistas que focalizam a língua e a linguagem como parte de uma paisagem nada inocente, mas que se afigura permeada de intenções e motivações peculiares ao enredamento sociocultural situado no espaço-tempo deítico:

[...] o conceito de paisagem cultural é naturalmente questionável e evolutivo, dada a riqueza e complexidade da paisagem, integrando não só elementos como dinâmicas e sendo objecto de estudo multidisciplinar e de interpretações pessoais. Assim, consideramos que a paisagem cultural é um sofisticado produto cultural, fruto de

⁵ Para conhecer a evolução desse termo, sugerimos consultar Carvalho e Marques (2019). Ver ainda Saldi, Mafferra e Salinas (2019).

ideologias humanas, uma apropriação intencional, material e/ou imaterial do território/envolvente, reflectindo um modo de vida (ou uma visão) específico. São paisagens representativas e identitárias, fruto muitas vezes de rearranjos de gerações e por isso, repositórios involuntários de experiências e sabedoria com as quais aprendemos e que nos confortam, respondendo a um sentimento de pertença e enraizamento (CARVALHO; MARQUES, 2019, p. 94-95).

Tal como a população que constitui a paisagem, não há como represar por detrás de tapumes, nem dentro de cercas e muros sem interação e sem construção identitária objetos dinâmicos como as línguas, mesmo porque tapumes, muros e cercas também ganham significação no contexto em que são erigidos. Uma vez instalados, eles inserem-se num jogo simbólico de forças em que poderiam ser sufocados em enquadramentos mais restritos. Ainda assim, a resistência dessa dinâmica, mesmo apartada em espaços específicos, transpirará para ambientes de visibilidade. Não se perde, contudo, de vista que essa visibilidade é dissimuladamente parcial e dependente de quem a descreve e analisa.

Não é de estranhar que os primeiros estudos em torno das PL se tenham desenvolvido no contexto de pesquisas sobre dinâmicas sociais, especialmente em interesses sociolinguísticos. Com esse novo respiro na Linguística, pesquisadores camaleões (tal como se fossem antropólogos) saíram a campo para ali experienciar não somente as atitudes e papéis sociais e políticos das línguas, mas reconhecer-se como parte daquilo, não menosprezando o paradoxo do observador, que insuspeitamente rondava todo o processo. Desses experimentos para os voltados ao ambiente escolar, houve a adaptação do método que priorizou a figura do professor, mediador propício para desenvolver a consciência sobre a diversidade de falares, de línguas e de falantes.

3.2 Paisagens Linguísticas plurilingues e multissemióticas: abordagens sociolinguísticas e didáticas

Os primeiros estudos em torno da PL (por exemplo, SPOLSKY; COOPER, 1991) desenvolveram-se no contexto da Sociolinguística, devido ao interesse desta disciplina pelo papel social e político das línguas. No entanto, em 2012, Shohamy e Waksman definem a investigação este campo de investigação como claramente multidisciplinar, ao centrarem as problemáticas de investigação em torno de diversas ciências humanas:

the study of language and its uses all around us – in public spaces, in the virtual world and in the ecology at large. It focuses mostly on various forms of languages – verbal, visual and semiotic, which are displayed in public spaces such as markets, shops, schools, neighborhoods and cities. The main assumption of this research is that language in public space is not random and arbitrary, but rather systematically produced and hence it is possible to identify patterns in which are anchored in theories of politics, policy, identities, multilingualism, geography and economics (2012, p. 110).

Nesta contribuição, conforme anunciámos anteriormente, oferecemos um breve panorama dos estudos em Sociolinguística e Didática de Línguas.

Em Sociolinguística, os estudos investigam, grosso modo, as “LL as a site of political discourses, which need to be deconstructed to make sense of the relationships between people, language(s), signs, space and power” (HÉLOT; JANNSEENS; BARNI; BAGNA, 2012, p. 19). Ou, conforme referem Shohamy e Waksman, “language in public space has become an arena of symbolic struggle and debate about participation and distribution of resources in cities, work places, schools, neighborhoods, national and global spaces” (2012, p. 111). Esta distribuição desigual das línguas nos espaços públicos fornece indícios sobre a presença de diferentes comunidades linguísticas, sobre as suas hierarquias e estatutos, as suas ocupações socioeconómicas no tecido social, a sua voz e, paradoxalmente, também o seu silêncio ou silenciamento. Nesta

abordagem sociolinguística, o estudo das PL (a partir de MARTEN; VAN MENSEL; GORTER, 2012, p. 1):

- não se limita a um único tipo de sinais, analisando fenômenos do que poderíamos chamar “multimodal translanguaging” (MELO-PFEIFER; CHIK, 2020) e sinestético nos espaços públicos e privados;
- não analisa só os sinais, mas também quem os cria, quem os coloca na paisagem, quem os lê, quem os adultera e transgride;
- analisa a manipulação, consciente ou não, das PL, de forma a resitir ou confirmar padrões de prestígio e de hierarquias linguísticas;
- considera a forma como as PL espelham ou não a demografia linguística, o uso das línguas, a política linguística e as atitudes dos cidadãos.

Não obstante este interesse da Sociolinguística pelas PL, Pennycook, Morgan e Kubota consideram que “the benefits of LL research as an accessible pedagogical strategy should also be appreciated” (2013, p. ix; SEALS; NIEDT, 2020). É neste contexto que consideraremos o crescente interesse da Língua Aplicada, em geral, e da Didática de Línguas, mais particularmente, pelo uso de PL em contextos educativos. Janíková (2018) situa o interesse pelas PL em Didática no “visual turn” que a disciplina atravessa (veja-se KALAJA; MELO-PFEIFER, 2019) e no crescente interesse disciplinar pelo desenvolvimento da consciência linguística e cultural, da competência estética e da literacia visual dos alunos.

Nas palavras de Hélot, Jannseens, Barni e Bagna,

learning to read the LL can be used as a means to understand power relationships between languages and literacies within society and to drive the attention of teachers who will necessarily operate in multilingual and multicultural schools not only to the material world of signs, but also to the symbolic meaning communicated by them (2012, p. 22).

Este é o objeto de investigação de Clemente, Andrade e Martins (2012). Dagenais, Moore, Sabatier, Lamarre e Armand (2009) investigam como o recurso a PL pode contribuir para o desenvolvimento da consciência linguística dos alunos, através de um trabalho pedagógico em sala de aula. Em 2013, Dagenais, Moore e Sabatier e Caillis-Bonnet propõem a didatização e curricularização das PL. Por exemplo Dagenais, Moore e Sabatier (2013), trabalhando em cenários imersivos no Canadá, usam as PL de forma a desenvolver: i) uma perspectiva ecológica das línguas, do nível individual e familiar, até ao nível comunitário, nacional e mundial; ii) uma consciencialização valorizante dos repertórios plurilingues individuais e dos recursos multilingues sociais; iii) sinergias entre as línguas curriculares, designadamente as de ensino e as línguas estrangeiras, e as restantes línguas do tecido social e dos repertórios plurilingues dos alunos (2012, p. 28). Mais recentemente, Elola e Prada reconhecem, no seu estudo sobre o uso de PL em aula de Espanhol nos Estados Unidos, na região do Texas, partindo de uma abordagem “investigação-ação”, que “LL-based pedagogies may provide students with a toolkit to enhance their sociolinguistic awareness, develop a critical perspective on local/community languages in their area, and how these languages co-exist alongside official/majority languages” (no prelo). O estudo baseou-se na colaboração entre alunos de espanhol, com dois perfis: aprendentes da língua e falantes de herança.

Para além destes usos, que poderiam ser designados como pertencentes à esfera das abordagens plurais no ensino (geralmente do “Éveil aux Langues”; ver Candelier *et al.*, 2007), visando o desenvolvimento da competência plurilingue e intercultural, outros estudos desenvolvidos com PL usam-nas como inputs adicionais na língua-alvo (CENOZ; GORTER, 2008), devido ao seu potencial como “rich learning environment” (BALLWEG, 2018). Por exemplo, Lisek (2018) explora, em contexto alemão, o uso da PL relativa à presença do Polaco, como material autêntico para favorecer a aprendizagem desta língua em contextos académicos e não académicos, analisando a

resposta de professores e de alunos ao uso de PL em sala de aula. De acordo com estes estudos, há quatro esferas de atuação didática em que o recurso às PL pode favorecer a aprendizagem da língua-alvo, quer estrangeira, quer segunda⁶: aprendizagem de elementos linguísticos, ainda que acidental; desenvolvimento de competências pragmáticas; desenvolvimento de literacias multimodais; e desenvolvimento de competências em várias línguas.

Melo-Pfeifer e Silva (no prelo) categorizam três usos da PL em sala de aula, de acordo com o foco linguístico desse recurso:

- foco plurilingue: a PL serve para conscientizar os aprendentes para a diversidade linguística e cultural da sua área de residência, região ou país e para questões como equidade, resiliência e manutenção linguística ou luta de línguas;
- foco monolingue: o uso de PL serve para analisar o estatuto, papel ou situação de uma determinada língua numa paisagem sociodemográfica e multilingue específica, destacando, por exemplo, em que setores da vida económica está mais presente ou em que a sua vitalidade mais se destaca; poderá ainda servir para potenciar, ainda que acidentalmente, a aprendizagem da língua, a nível lexical e pragmático;
- foco misto: o recurso a PL como objeto pedagógico-didático serve os dois focus anteriores.

De acordo com as mesmas autoras, o recurso à PL em sala de aula potencia a compreensão das sinergias entre contextos formais e informais (extra-escolares) de aprendizagem e uso de línguas (veja-se, neste número, o estudo de CARINHAS;

⁶ O estudo de Ballweg (2018) analisa particularmente as estratégias de descodificação da paisagem linguística plurilingue alemã por imigrantes recém-chegados, sugerindo estratégias para facilitar a sua perceção por este público específico e, assim, facilitar a aprendizagem do Alemão como L2 (ou *Deutsch als Zweitsprache*).

ARAÚJO e SÁ; MOORE), possibilitando “um contacto mais autêntico e menos escolarizado com a designada “língua-alvo” ou com a diversidade linguística” (MELO-PFEIFER; SILVA, no prelo; SEALS; NIEDT, 2020).

Recentemente e ainda em curso, o projeto “LoCALL - LOcal Linguistic Landscapes for global language education in the school context” (ver nota de rodapé 1) toma as PL como recurso pedagógico em sala de aula, partindo das experiências dos alunos, e como instrumento de formação de professores para trabalharem com a diversidade linguística e cultural em sala de aula.

4 O estudo das PL em contexto brasileiro: um estado da arte

Como pudemos evidenciar, lidar com PL, por assim dizer, é sempre procurar reconhecer cercas (in)visíveis que traduzem o jogo instaurado. Foi o que fizeram alguns linguistas brasileiros que se dispuseram a investigar heranças culturais imateriais, tais como as inscrições urbanas visíveis nas ruas sob variadas formas. A Academia tem-se mantido atenta a esses registros, mas, no Brasil pelo menos, grande parte da produção ainda se mantém alinhada a modelos teóricos de base mais estruturalista e menos ecológica, o que favorece a apreensão bastante fragmentada das dinâmicas dessas paisagens.

A despeito disso, é possível identificar estudos sobre PL, alguns dos quais vinculados a outras áreas de estudos que não a da PL também. Começaremos por estes. Todos reclamam um espaço reflexivo mais transversal, o que concederia aos autores um lugar privilegiado de análise, dado que inovaria o método e ampliaria as perspectivas das abordagens tradicionais. É o que vemos com o estudo das inscrições urbanas, em que Correa (2016), reclamando espaço na Semiótica, denuncia certa insatisfação quanto aos limites de abordagens desses ricos materiais impressos nos muros da cidade:

Portanto, as inscrições urbanas trazem à teoria semiótica uma reflexão a respeito da transcendência e imanência, já prevista nos prolegômenos de Hjelmslev (2006). [...] **Acreditamos que os métodos de análise utilizados podem e devem ser questionados, porém, a necessidade de uma análise transversal capaz de lidar com essa interdependência, essencial à produção de sentido, tenha se efetivado pela investigação das inscrições urbanas.** A ciência sobre o sentido deve manter suas premissas teóricas, sem que estas se sobreponham em detrimento das estruturas de seu próprio objeto: o sentido. (CORREIA, 2016, p. 200, destaque nosso)

É de conhecimento geral que o Brasil se constitui, como todo território que foi alvo de disputa colonizadora, como grande manta de retalhos em que as PL se entrecruzam. Algumas dessas paisagens revelam a convivência de socioculturas, enquanto outras conseguem manter uma sumptuosa diversidade cultural afastada do coletivo. E é nessa senda que a Academia tem contribuído largamente, pois os investigadores emanam dessa mesma diversidade e trazem novos olhares e oxigenam as reflexões que se reverberam na sociedade. Esse colorido da paisagem, derivada da mobilidade de povos que trazem consigo a sua cultura material e imaterial, tem sido, ao longo dos desenvolvimentos linguísticos, objeto de reflexão em áreas diversas, dentre as quais se destaca a Sociolinguística, a Lexicologia e a Onomástica, áreas que o presente número temático também aborda.

A dissertação de mestrado de Lucas (2019), que participa neste número, é uma tentativa de deslocamento metodológico de uma autora que tem como berço teórico a Onomástica com contribuições da Sociolinguística, a partir do que prioriza o estudo dos itens lexicais, já não mais descolados da Paisagem. É desse lugar que ela parte para analisar a dinâmica estabelecida entre as línguas que convivem na cidade de Naranjal (Paraguai), berço de dinâmicas instauradas conjuntamente pelo Português, pelo Espanhol e pelo Guarani. No entanto, ao tomar como objeto as placas com topônimos comerciais, distingue a língua espanhola como majoritária, mas não porque os donos do comércio quisessem homenagear a sua língua, mas porque buscavam os falantes

de Espanhol como seus clientes. Para além desses contextos específicos, ainda que mais recorrentes, notou que, em menor número, havia também os nomes portugueses e os híbridos. Com esses dados e considerando a dinâmica sociolinguística, a autora constatou: (i) haver uma relação fina entre o ato de nomear, a identidade e a cultura na decisão para a nomeação; e (ii) uma despreferência pela língua local, o Guarani. A riqueza do convívio interpessoal no ambiente comercial não se traduz, no entanto, na convivência das três línguas, já que o Guarani sofre intenso apagamento em circunstâncias diversas. Isso quer dizer que a língua da terra é a que mais está ameaçada no seu próprio território, sendo necessárias ações urgentes de políticas (linguísticas) públicas no campo educacional para reativar o seu prestígio ou, pelo menos, manter a sua presença no território original.

Utilizando semelhante objeto de reflexão, porém com vinculação à Sociologia do Discurso, Souza (2019, p. 1371) analisa os efeitos da materialidade linguística trilingue (inglês, espanhol e português) no campus de uma Universidade. Dada a comunidade circundante de argentinos, a língua espanhola é mantida inclusivamente no currículo escolar como disciplina obrigatória, daí seu efeito

glotopolítico de valorização dessas práticas no contexto educacional brasileiro, além de engrossar o caldo das discussões que nos ajudam a compreender como ações dessa envergadura conferem valor substancial ao processo de fortalecimento de práticas de internacionalização, a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, que reconheça o papel de outras LAs [línguas adicionais] no bojo desse processo (SOUZA, 2019, p. 1369).

O interessante é que os desdobramentos em si foram pouco explorados, talvez justamente pelos limites do arcabouço teórico-metodológico adotado. Muito ainda está por ser feito no campo das PL, o que, numa perspectiva dinâmica e interdisciplinar, nos pode conduzir a reflexões mais profundas acerca das relações presentes nas comunidades envolvidas. Tentativas semelhantes de compreender contextos em que

línguas/culturas convivem num mesmo espaço foram empreendidas no campo das Línguas em Contato (STURZA; TATSCH, 2016).

Um segundo grupo de trabalhos que desenha essa rota Onomástica > PL foi realizado por Teis, Seide e Lucas (2018), numa aproximação às teorias afetas aos estudos das PL. Com esse olhar, visitam o bairro de Vila Zelina, na zona Leste de São Paulo, e deparam-se, pouco a pouco, com uma realidade encoberta pela história de imigração de russos e lituanos no século passado. O património histórico arquitetónico foi uma das primeiras evidências encontradas por meio da igreja ortodoxa e também da católica ali erigidas, remetendo para a materialidade do multilinguismo a que antes aludimos. Concebem como fruto dessa PL tanto os elementos da toponímia como os históricos, recorrendo, conseqüentemente, aos estudos sociais e históricos sobre a organização das populações no Brasil para o seu estudo. Trata-se de uma abordagem bastante interessante, especialmente porque essas comunidades viviam justapostas, ou seja, cada qual com seus hábitos e costumes em separado, embora dividindo espaços de serviços no bairro. Outra evidência para além da arquitetónica, foi a identificação de corotopónimias, nomes que homenageiam nomes já marcados no país de origem. Assim, as autoras consubstanciam uma estreita cooperação entre Geografia, História e Linguística, áreas que encontram um lugar interdisciplinar para as suas reflexões, o das PL.

São variados os estudos que reclamam metodologias que promovam abordagens mais globais dos fatos estudados, ou como queria Geertz, um caminho que integre o que está na origem do fato integrado, fazendo com que “o ‘sentido’, a ‘identidade’, o ‘poder’ e a ‘experiência’ [se mantenham] inextricavelmente emaranhados” (GEERTZ, 2001, p. 164). Ao rastrear as pesquisas que compartilham pressupostos dos estudos acerca das PL, notamos um salto nas reflexões, o que nos permitiu pensar em criar um retrato dessa dinâmica neste volume. Basta visitarmos este conjunto de estudos para termos uma clara visão de uma terceira onda de

aproximação aos complexos contextos sociais. Os autores reconhecem que o novo campo é pouco difundido no Brasil, razão pela qual apresentam conceituações similares ao que Berger e Lecheta fazem:

O campo da PL (doravante PL) visa analisar a forma como as línguas se fazem presentes nos espaços de convívio social, sejam públicos ou privados, com vistas a depreender como se manifestam as relações de poder entre elas (ecologia das línguas) em espaços de visibilidade, bem como identificar políticas linguísticas (implícitas ou explícitas) que culminam na exposição ou marginalização de línguas (e mensagens nessas línguas) em dado território. (BERGER; LECHETA, 2019, p. 397)

O Quadro 2 apresenta uma síntese das áreas que têm sido mobilizadas como referências teóricas nos estudos que se identificam como pertencendo ao ramo das PL, no Brasil, explicitando ainda os autores mais designados nesta área a nível internacional.

Quadro 2 -- Interação de abordagens nos Estudos de Paisagens Linguística no Brasil⁷.

Autor	PL	Áreas associadas
Berger, Lecheta (2019)	Ben-Rafael, Shohamy, Amara, Trumper-Hecht (2006) Gorter (2006) Landry, Bourhis (1997) Shohamy (2006) Shohamy, Gorter (2009) Spolsky (2009)	Relações de Poder: Foucault (1979, 1995, 2010, 2014) Geografia da Visibilidade: Gomes (2013)
Silva, Santos, Jung (2016)	Blommaert (2012, 2014) Cenoz, Gorter (2008)	Política linguística: Hamel, 1993; Calvet, 2007; Maher (2007, 2008, 2013) Superdiversidade: Blommaert; Rampton, (2011) Vertovec (2007)

⁷ Ver anexo 1 para os estudos citados pelos autores incluídos neste quadro-síntese, oferecendo um panorama mais completo dos referenciais teóricos envolvidos.

Soares, Lombardi, Salgado (2016)	Coulmans (2009) Shohamy, Gorter (2009) Pennycook (2009) Pennycook, Otsuji (2014) Shohamy, Ben-Rafael, Barni (2010)	Superdiversidade e globalização Blommaert (2010, 2012, 2013) Vertovec (2006) Blommaert; Backus(2013) Blommaert; Rampton (2011) Etnolinguística: Benor (2010) Erickson (1986) Hammersley; Atkinson (1983)
Batista (2015)	Blommaert (2013) Blommaert, Maly (2010, 2012, 2014)	Etnometodologia conversacional: Marcuschi (2007) Superdiversidade: Blommaert & Collins (2005) Blommaert (2010) Rampton (2006) Sociolinguística: Silverstein (2003)
Dalla Vecchia (2016)	Blommaert (2006, 2010, 2012) Blommaert, Maly (2014) Shohamy (2012)	Estudos pluríngues: Maher (1996, 2010, 2013) Assis-Peterson (2008) Vertovec (2007)
Dalla Vecchia, Jung (2016)	Blommaert (2013) Shohamy (2012)	Superdiversidade: Vertovec (2007) Blommaert, Rampton (2011) Moita-Lopes (2013)

4 Apresentação do volume

Aquando da formulação da proposta deste número especial, dedicado ao tema das PL como manifestações de políticas, ideologias e práticas alusivas às línguas, seus estatutos, funções e papéis, pretendíamos recolher investigações teóricas, empíricas e/ou metodológicas acerca dessa temática, em contextos de língua (co)oficial portuguesa ou espaços de contato com estes contextos (ex. em regiões

transfronteiriças). Partindo do princípio de que a presença e apresentação das línguas não são neutras, mas, antes, significativas e não aleatórias, pretendíamos compilar estudos que analisassem e problematizassem a forma como as línguas são corporizadas, objetificadas e representadas em diferentes espaços: familiares, escolares e públicos, em geral. Assim, o presente número recolheu estudos que analisam a presença multimodal das línguas em diferentes espaços, privados e familiares ou públicos, de escolaridade formal, informal ou não-formal, monolíngues ou plurilíngue.

As questões de investigação que orientaram a organização deste número temático são as seguintes:

- Que línguas aparecem (ou não aparecem) representadas em diferentes espaços sociais? Há uma relação entre essa representação das línguas e a sua representatividade social e geográfica?
- Como são representadas e apreendidas as relações entre línguas e seus falantes nos espaços familiares, escolares e sociais mais alargados? Que ideologias linguísticas podem explicar essas representações?
- Que políticas linguísticas, designadamente educativas, são expressas através das PL?

O presente número poderia ser dividido em três partes, considerando as temáticas cobertas pelas diferentes contribuições: PL e educação, com os textos de Carinhas, Araújo e Sá e Moore e de Padim, em contexto uruguaio e cabo-verdiano, respetivamente. Seguem-se os estudos de Marcelo Bueno (em São Paulo), Batista e Pinto (em Anápolis-GO e numa comunidade quilombola, a do povo Kalumba) e de Albuquerque e Almeida (em Dili, Timor Leste), que dão conta das PL em contextos marcados pela mobilidade (forçada ou não), contribuindo para a co-presença de diferentes línguas na paisagem visual. As questões das PL onomásticas e toponímicas

são o objeto do terceiro grupo de estudos, de Tavares de Barros, Santos Heidmann e Philippsen (em torno das lápides de um cemitério transfonteiriço) e de Lucas e Seide (alusivo ao estudo de nomes de estabelecimentos comerciais no Paraguai). Estes artigos são originais em vários sentidos e trazem desenvolvimentos ao estudo das PL, designadamente ao

- preconizarem o valor dos espaços públicos como espaços de educação linguística não-formal e informal e de educação intercultural e não apenas como espaços simbólicos de presença de línguas e de lutas por visibilidade linguística;
- alargarem os contextos estudados, incluindo, mas indo além de PL urbanas, e não as estudando como extremidades de dois polos opostos, mas como um contínuo;
- incluírem comunidades pouco estudadas em termos das suas PL, como o caso da comunidade quilombola estudada;
- mostrarem o valor dos estudos toponímicos e onomásticos para a área dos estudos das PL.

6 Síntese e perspectivas futuras de investigação

A presente introdução ofereceu um panorama geral dos estudos acerca de PL, em duas disciplinas principais, a Sociolinguística e a Didática de Línguas, tendo feito igualmente uma aproximação aos estudos desenvolvidos em contexto brasileiro. Para além da conclusão óbvia de que ainda há muitos contextos a serem estudados, sobretudo porque as temáticas em torno das PL não deixam de aparecer (homescapes, schoolscares, foodscapes, netscares, sensescares etc.), e de que há muitos contextos de contacto linguístico que necessitariam ser analisados para dar conta das dinâmicas desses contactos, parece-nos relevante, para terminar a apresentação da temática do presente número da Domínios de Lingu@gem, reflectir acerca de alguns desafios

metodológicos que poderão ser considerados num campo que não deixa de se expandir em termos conceptuais. Assim,

- se as PL se assumirem como objeto de estudo multimodal, como definir a unidade de análise? Como estudar o diálogo de diferentes modos? Como trazer para a produção científica, de forma sistemática, esta análise multimodal? Como mostrar e preservar esta interação de modos de produção e de construção de sentido?
- se as PL se assumirem como objetos de estudo plurilingues, à luz de conceitos como “translanguaging”, como identificar e contar línguas, sobretudo em cenários em que a criatividade linguística e a transgressão tornam impossível associar palavras e expressões a (apenas) uma língua?
- se as PL se assumirem como parte integrante de “sensescapes”, como analisar esta sua dimensão multisensorial? E como trazer para a análise, para o leitor, estas dimensões, se mediadas pelo uso da linguagem? Ou seja, como escapar ao paradoxo do “império da linguagem” nos estudos que reconhecem outros modos de construir a realidade e outros sentidos na sua apreensão?

Outra questão que poderemos colocar é a própria definição de PL: até onde poderá ir o alargamento da noção, sem que perca a sua especificidade enquanto objeto de investigação? E finalmente, sabendo que toda a produção semiótica, em geral, e linguística, em particular, é situada no tempo e no espaço, como não descontextualizar os sinais que analisamos, reservando os traços da sua produção, circulação e, quem sabe, do seu desaparecimento?

Sílvia Melo-Pfeifer (Universidade de Hamburgo).
silvia.melo-pfeifer@uni-hamburg.de

Maria Célia Lima-Hernandes (Universidade de São Paulo/CNPq/FAPESP).
mceliah@usp.br

Referências

ANDROUTSOPOULOS, J. Linguistic Landscape-Forschung mit dem Smartphone: Möglichkeiten und Grenzen der Webapplikation LinguaSnappHamburg. *In*: ZIEGLER, E.; MARTEN, H. F. (ed.). **Linguistic Landscapes im deutschsprachigen Kontext**. Frankfurt a. Main: Peter Lang, 2020.

ARONIN, L.; Ó LAOIRE, M. The material culture of multilingualism. *In*: GORTER, D.; MARTEN, H.; VAN MENSEL, L. (ed.). **Minority Languages in the Linguistic Landscape**. Hampshire: Palgrave, 2012, p. 299-318. DOI https://doi.org/10.1057/9780230360235_17

AUER, P. Sprachliche Landschaften. Die Strukturierung des öffentlichen Raums durch die geschriebene Sprache. *In*: DEPPERMAN, A.; LINKE, A. (ed.). **Sprache intermedial. Stimme und Schrift, Bild und Ton**. Berlin/New York: de Gruyter, 2010, p. 271-298. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110223613.271>

AZZARI, E. F. Mobilidade, Paisagens Digitais e Práticas (Trans)Linguísticas. **The Specialist**, v. 39, n. 2, p. 1-15, 2018. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/esp>. Acesso em: 23 jun. 2020. DOI [10.23925/2318-7115.2018v39i2a6](https://doi.org/10.23925/2318-7115.2018v39i2a6)

BACKHAUS, P. **Linguistic landscapes**. A Comparative Study of Urban Multilingualism in Tokio. Clevedon: Multilingual Matters, 2007. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599484>

BALLWEG, S. Alltagsstrategien zur Rezeption einer Linguistic Landscape und erste Überlegungen zur Förderung im Unterricht. *In*: BADSTÜBNER-KIZIK, C.; JANÍKOVÁ, V. (ed.). **Linguistic Landscape und Fremdsprachendidaktik**. Berlin: Peter Lang, 2018, 297-324.

BATISTA, Th. E. P. **Globalização em Paisagens Linguísticas e usos de marcadores discursivos**: policentricidade, escalas e metapragmática nas práticas linguísticas de jovens urbanos e quilombolas. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015.

BENSON, P. **Linguistic Landscapes 1: Theory and methods**. Multilingual Sydney Working Papers 2. Sydney: Macquarie University, 2019. Disponível em: <https://www.multilingualsydney.org/>

BENSON, P.; CLARKE, N.; HISAMUDDIN, H.; MCINTYRE, A. **Linguistic Landscapes 2: The linguistic landscapes of suburban Sydney**. Multilingual Sydney

Working Papers 3. Sydney: Macquarie University, 2019. Disponível em: <https://www.multilingualsydney.org/>.

BLOMMAERT, J. **Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes. Chronicles of Complexity.** Bristol: Multilingual Matters, 2013. DOI <https://doi.org/10.21832/9781783090419>

CAILLIS-BONNET, F. Exploiter le paysage linguistique dans le cadre des programmes scolaires: exemple d'une école bilingue de Perpignan (Catalogne-Nord / Roussillon). In: CORTIER, C.; CAVALLI, M. (ed). **Langues régionales/minoritaires dans l'éducation bi-/plurilingue.** Langues d'ici, langues d'ailleurs. ECML: Graz, 2013. p. 29-33.

CANDELIER, M. (coord.); CAMILLERI-GRIMA, A.; CASTELLOTTI, V.; DE PIETRO, J.-F.; LÖRINCZ, I.; MEISSNER, F.-J.; SCHRÖDER-SURA, A.; NOGUEROL, A. **Framework of reference for pluralistic approaches to languages and cultures.** Graz: Conseil de l'Europe, 2007.

CARVALHO, R.; MARQUES, T. A evolução do conceito de paisagem cultural. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**. N. 16 (março), p. 81-98, 2019. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. DOI <https://doi.org/10.17127/got/2019.16.004>

CENOZ, J.; GORTER, D. The linguistic landscape as an additional source of input in second language acquisition. **IRAL**, n. 46, p. 267-287, 2008. DOI <https://doi.org/10.1515/IRAL.2008.012>

CENOZ, J.; GORTER, D. Linguistic Landscape and minority languages. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 67-80, 2006. Disponível em: <http://depot.knaw.nl/2985/1/20871.pdf>. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668386>

CHIK, A.; BENSON, Ph. **Exploring the Linguistic landscape of Sydney:** Digital and physical challenges. Webinar LoCALL project.

CLEMENTE, M.; ANDRADE, A. I.; MARTINS, F. Learning To Read The World, Learning To Look At The Linguistic Landscape: A Study In The First Years Of Formal Education. In: HÉLOT, Ch.; BARNI, M.; JANSSENS R.; BAGNA, C. (Eds.). **Linguistic Landscapes, Multilingualism and Social Change.** Bern: Peter Lang, 2012. p. 267-285.

CORREA, T. M. **Inscrições urbanas**: abordagem semiótica. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

DAGENAIS, D.; MOORE, D.; SABATIER, C. Lire la ville. Exploiter le paysage linguistique pour une approche plurilingue intégrée. *In*: CORTIER, C.; CAVALLI, M. (Eds.). **Langues régionales/minoritaires dans l'éducation bi-/plurilingue**. Langues d'ici, langues d'ailleurs. ECML: Graz, 2012, p. 25-28.

DAGENAIS, D.; MOORE, D.; SABATIER, C.; LAMARRE, P. ; ARMAND, F. Linguistic Landscapes and Language Awareness. *In*: SHOHAMY, E. G.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic landscape: expanding the scenery**. London: Routledge, 2009. Disponível em: <http://lerc.educ.ubc.ca/fac/norton/Dagenais%20et%20al%20LLandscape.pdf>

DALLA VECCHIA, A. Paisagem Linguística como instrumento de políticas linguísticas em uma colônia de imigração suábica/alemã. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 638-650, 2016. DOI <https://doi.org/10.21165/el.v45i2.652>

DALLA VECCHIA, A.; JUNG, N. M. Paisagem Linguística em um contexto suábico-brasileiro: mobilidade e representação de uma comunidade "germânica". **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 40, p. 115-128, Jan./Jun 2016. DOI <https://doi.org/10.18309/anp.v1i40.1021>

DRESSLER, R. Seingeits: promoting bilingualism through the linguistic landscape of school signage. **International Journal of Multilingualism**, v. 12, n.1, p. 128-145, 2015. DOI <https://doi.org/10.1080/14790718.2014.912282>

DUNLEVY, D. Linguistic policy and linguistic choice: a study of the Galician linguistic landscape. *In*: HÉLOT, Ch.; BARNI, M.; JANSSENS R.; BAGNA, C. (ed.). **Linguistic Landscapes, Multilingualism and Social Change**. Bern: Peter Lang, 2012. p. 53-68.

ELOLA, I.; PRADA, J. Developing critical sociolinguistic awareness through linguistic landscapes in a mixed classroom: the case of Spanish in Texas. *In*: MALINOWSKI, D.; MAXIM, H.; DUBREIL, S. (ed.). **Language Teaching in the Linguistic Landscape: Mobilizing Pedagogy in Public Space**. Springer, forthcoming 2020.

FIGUEIREDO, A. R.; PIRES, C. L. Z.; HEIDRICH, A. L. Geografismos e cultura popular. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, 17013, 2018. DOI <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17013>

GEERTZ, C. O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder. *In: GEERTZ, C. Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 149-165.

GIVÓN, T. **Context as Other Minds** - The Pragmatics of Sociality, Cognition and Communication. Amsterdam: John Benjamins, 2005. DOI <https://doi.org/10.1075/z.130>

GOMES, M.; RUCHKYS, Ú. de A.; FERREIRA, R. L.; GOULART, F. F. Landscape Fragmentation around Ferruginous Caves of the Iron Quadrangle, Minas Gerais, Brazil. **Cuadernos de Geografia** – Revista colombiana de Geografia. vol. 28, n. 1, p. 89-101, ene./jun. 2019. DOI <https://doi.org/10.15446/rcdg.v28n1.67506>

GORTER, D. Introduction: the Study of the Linguistic Landscape as a New Approach to Multilingualism. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n.1, p. 1-6, 2006. Disponível em: <http://depot.knaw.nl/2984/1/20870.pdf>. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170-001>

GORTER, D. (ed). **Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170>

HÉLOT, Ch.; BARNI, M.; JANSSENS, R.; BAGNA, C. Introduction. *In: HÉLOT, Ch.; BARNI, M.; JANSSENS R.; BAGNA, C. (ed.). Linguistic Landscapes, Multilingualism and Social Change*. Bern: Peter Lang, 2012. p. 17-24. DOI <https://doi.org/10.3726/978-3-653-02576-7>

HÉLOT, Ch.; BARNI, M.; JANSSENS, R.; BAGNA, C. (ed.). **Linguistic Landscapes, Multilingualism and Social Change**. Bern: Peter Lang, 2012. DOI <https://doi.org/10.3726/978-3-653-02576-7>

JANÍKOVÁ, V. Linguistic Landscapes aus fremdsprachendidaktischer Perspektive. *In: BADSTÜBNER-KIZIK, C.; JANÍKOVÁ, V. (ed.). Linguistic Landscape und Fremdsprachendidaktik*. Berlin: Peter Lang, 2018. 137-172.

KALAJA, P.; MELO-PFEIFER, S. **Visualising multilingual lives**. More than words. Bristol: Multilingual Matters, 2019. DOI <https://doi.org/10.21832/9781788922616>

KROMPÁK, E. Linguistic Landscape im Unterricht. Das didaktische Potenzial eines soziolinguistischen Forschungsfelds. **Beiträge zur Lehrerinnen- und Lehrerbildung**, v. 36, n.2, p. 246-261, 2018.

LISEK, G. Linguistic landscapes und Fremdsprachendidaktik? Bestandsaufnahme zum universitären und außeruniversitären Polnischunterricht in Deutschland. *In*: BADSTÜBNER-KIZIK, C.; JANÍKOVÁ, V. (ed.). **Linguistic Landscape und Fremdsprachendidaktik**. Berlin: Peter Lang, 2018, 243-296.

LUCAS, P. Estudo toponímico sobre um município paraguaio colonizado por brasileiros: a PL de Naranjal - Paraguai. **CiFEFiL Revista Philologus**, Rio de Janeiro, Ano 25, n° 74, p. 173-187, maio/ago, 2019.

MARTEN, H.; VAN MENDEL, L.; GORTER, D. Studying minority languages in the linguistic landscape. *In*: GORTER, D.; MARTEN, H.; VAN MENDEL, L. (ed.). **Minority Languages in the linguistic landscapes**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012. p. 1-15. DOI https://doi.org/10.1057/9780230360235_1

MELO-PFEIFER, S. Linguistic Landscapes in the Home: Multilingual Children's Toys, Books and Games. *In*: STAVANS, A.; JESSNER, U. (ed.). **The Cambridge Handbook of Childhood Multilingualism**. Cambridge: Cambridge University Press, no prelo.

MELO-PFEIFER, S.; CHIK, A. Multimodal linguistic biographies of prospective foreign language teachers in Germany: reconstructing beliefs about languages and multilingual language learning in initial teacher education. **International Journal of Multilingualism**, 2020. DOI <https://doi.org/10.1080/14790718.2020.1753748>

MELO-PFEIFER, S.; SILVA, F. Potencial didático da PL no ensino-aprendizagem do português: um estudo da PL do "Portugiesenviertel" de Hamburgo. *In*: DOMINIQUE, N.; SOUZA NETO, M. (ed.). **Microgeopolítica da língua portuguesa: ações, desafios e perspectivas**. Boavista Press, no prelo.

PARAGUAI, L. Sensescape - narrativas flutuantes. Dossiê Membranas: Intersecções Entre Arte, Ciência e Tecnologia. **ARS**, v. 17, n. 35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2019.152455>

PAVLENKO, A. (ed.). **Multilingualism in post-Soviet countries**. Clevedon: Multilingual Matters, 2008. DOI <https://doi.org/10.21832/9781847690883>

PENNYCOOK, A.; MORGAN, B.; KUBOTA, R. Series Editors' Preface. *In*: BLOMMAERT, J. **Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes**. Chronicles of Complexity. Bristol: Multilingual Matters, 2013. p. ix-xii. DOI <https://doi.org/10.21832/9781783090419-002>

PÜTZ, M.; MUNDT, N. (ed.). **Expanding the linguistic landscape**. Bristol: Multilingual Matters, 2019. DOI <https://doi.org/10.21832/PUTZ2159>

SALDI, L.; MAFFERRA, L.; SALINAS, J. A. B. Ontologías en disputa. Diálogos entre la antropología y la arqueología para la problematización de paisajes regionales. **Antípoda**. Revista de Antropología y Arqueología, n. 37, p. 3-26, 2019. DOI <https://doi.org/10.7440/antipoda37.2019.01>

SCARVAGLIERI, C.; REDDER, A.; PAPPENHAGEN, R.; BREHMER, B. Capturing diversity. Linguistic land- and soundscaping. *In*: DUARTE, J.; GOGOLIN, I. (ed.). **Linguistic Superdiversity in Urban Areas: Research approaches**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013. p. 45-74. DOI <https://doi.org/10.1075/hslid.2.05sca>

SHOHAMY, E. G.; GORTER, D. Introduction. *In*: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic landscape: expanding the scenery**. London: Routledge, 2009. p. 1-10. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>

SHOHAMY, E. G.; GORTER, D. **Linguistic landscape: expanding the scenery**. London: Routledge, 2009. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>

SHOHAMY, E. G.; WAKSMAN, S. Talking back to the Tel Aviv Centennial: LL responses to top-down agendas. *In*: HÉLOT, Ch.; BARNI, M.; JANSSENS R.; BAGNA, C. (ed.). **Linguistic Landscapes, Multilingualism and Social Change**. Bern: Peter Lang, 2012, p. 109-125.

SILVA, R. A.; PEREIRA, J. A. A.; ALVES, S. F. N. da S. C. The Landscapes from Ouro Preto, Minas Gerais state: decoding in space and Time. **Ornamental Horticulture**, v. 25, N. 1, p. 9-17.7, 2019. DOI <https://doi.org/10.14295/oh.v25i1.1240>

SILVA, I. da; SANTOS, M.E. P.; JUNG, N. M. Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n.4, p. 1257-1277, out./dez. 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/DL27-v10n4a2016-4>

SOARES, M. S.; LOMBARDI, R. S.; SALGADO, A. C. P. Paisagem Linguística e repertórios em tempos de diversidade: uma situação em perspectiva. **Caleidoscópio**, v. 14, n. 2, p. 209-218, mai/ago 2016. DOI <https://doi.org/10.4013/cld.2016.142.03>

SOUZA, C. F. de. Práticas de linguagem no contexto de internacionalização em um instituto federal: placas de sinalização e seus efeitos glotopolíticos. **Trabalhos de**

Linguística Aplicada, Campinas/Unicamp, v. 58, n. 3, p. 1353-1374, set./dez. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/010318138654420472341>

SPOLSKY, B.; COOPER, R. **The Languages of Jerusalem**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

STURZA, E. R.; TATSCH, J. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. Dossiê: Línguas e culturas em contato. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 53, p. 83-98, 2016.

TEIS, D. T.; SEIDE, M. S.; LUCAS, P. The toponyms in the linguistic landscape of av. Zelina, in São Paulo: a meeting in interdisciplinarity. **Revista do GELNE**, v. 20, número 2, p. 16-29, 2018. DOI <https://doi.org/10.21680/1517-7874.2018v20n2ID14089>

TORRES, N. P. Nem anônimas, nem invisíveis: cidades e mulheres escritoras de graffiti. **Horiz. Antropol**, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 243-262, set./dez. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/s0104-71832019000300009>

ZANELLA, A. V.; MATTOS, L. K. de; ASSIS, N. de. Crianças cegas e seus encontros com a cidade: paisagem sonora e educação musical em foco. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 39, n. 107, p. 87-98, jan.-abr., 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/cc0101-32622019213253>

Anexo 1 – Referências bibliográficos dos autores incluídos no Quadro 2.

Bibliografia de Berger e Lecheta (2019)

BEN-RAFAEL, E.; SHOHAMY, E.; AMARA, M. H.; TRUMPER-HECHT, N. Linguistic Landscape as Symbolic Construction of the Public Space: The case of Israel. In: GORTER, D. (org.) **Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism**. Toronto: Multilingual Matters LTD, 2006. p. 7-30. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170-002>

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975 – 1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão – 2a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 21a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (ed.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução V. P. Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar**: elementos para uma Geografia da Visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GORTER, D. **Linguistic Landscape**: A New Approach to Multilingualism. Toronto: Multilingual Matters LTD, 2006. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170>

LANDRY, R.; BOURHIS, R. Y. Linguistic Landscape and Ethnolinguistic Vitality: An Empirical Study. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 16, n. 1, p. 23-49, March 1997. DOI <https://doi.org/10.1177/0261927X970161002>

LANDRY, R.; BOURHIS, R. Y. Linguistic Landscape and Ethnolinguistic Vitality: An Empirical Study. **Journal of Language and Social Psychology**, v.16, no. 1, p. 23-49, March 1997. DOI <https://doi.org/10.1177/0261927X970161002>

SHOHAMY, E. Language in public space. *In*: SHOHAMY, E. **Language Policy**: hidden agendas and new approaches. New York: Routledge, 2006. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203387962>

SHOHAMY, E.; GORTER, D. **Linguistic Landscape**: Expanding the scenery. New York: Routledge, 2009. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>

SPOLSKY, B. **Language Management**. UK: Cambridge University Press, 2009. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511626470>

Bibliografia de Silva, Santos e Jung (2016)

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and Superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2011.

BLOMMAERT, J. **Ethnography, Super-diversity and Linguistic Landscapes**, 2012. DOI <https://doi.org/10.21832/9781783090419>

BLOMMAERT, J.; MALY, I. **Ethnographic linguistic landscape analysis and social change**: A case study, 2014.

CENOZ, J.; GORTER, D. **El estudio del paisaje lingüístico**, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11245/1.293687>.

MAHER, T. M. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (org.) **Linguística Aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

MAHER, T. M. Em busca de conforto linguístico e metodológico no Acre indígena. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 47, n.2, 409-428, jul./dez, 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/s0103-18132008000200009>

MAHER, T. M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C. *et al.* (org.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013, p. 117-134.

HAMEL, R. E. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. Políticas del lenguaje en América latina. **Iztapalapa**, n. 29, p. 5-39, 1993.

CALVET, L. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SOUSA SANTOS, B. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, 30(6), p. 1024-1054, 2007. DOI <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>

Bibliografia de Soares, Lombardi e Salgado (2016)

BENOR, S.B. 2010. Ethnolinguistic repertoire: Shifting the analytic focus in language and ethnicity. **Journal of Sociolinguistics**, v. 14, n. 2, p. 159-183. DOI <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9841.2010.00440.x>

BLOMMAERT, J. 2010. **The Sociolinguistics of Globalization**. New York: Cambridge University Press. DOI <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511845307>

BLOMMAERT, J. Lookalike language. **English Today**, v. 28, n. 2, p. 60-62, 2012. DOI <http://dx.doi.org/10.1017/S0266078412000193>

BLOMMAERT, J. **Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes: Chronicles of Complexity**. Bristol: Multilingual Matters, 2013. DOI <https://doi.org/10.21832/9781783090419>

BLOMMAERT, J.; BACKUS, A. Super diverse repertoires and the individual. *In*: SAINT-GEORGES, I. de; WEBER, J. (ed.). **Multilingualism and Multimodality: Current Challenges for Educational Studies**. Rotterdam, Sense Publishers, 2013. p. 11-32. DOI http://dx.doi.org/10.1007/978-94-6209-266-2_2

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and Superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p.1-21, 2011.

COULMANS, F. Linguistic Landscaping and the seed of the public sphere. *In*: E. SHOHAMY; D. GORTER (org.). **Linguistic Landscape: expanding the scenery**. New York: Routledge, 2009. p. 13-14.

ERICKSON, F. What makes school ethnography 'ethnographic'? **Anthropology and Education Quarterly**, v. 15, n. 1, p. 51-66, 1986. Disponível em: http://www.indiana.edu/~educy520/sec5982/week_4/erickson84.pdf. Acesso em: 23 set. 2013. DOI <https://doi.org/10.1525/aeq.1984.15.1.05x1472p>

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography: Principles in Practice**. London: Tavistock, 1983.

PENNYCOOK, A. Linguistic Landscapes and the Transgressive semiotics of grati. *In*: E. SHOHAMY; D. GORTER (org.). **Linguistic Landscape: Expanding the Scenery**. New York: Routledge, 2009. p. 302-312. DOI <http://dx.doi.org/10.1111/josl.12079>

PENNYCOOK, A.; OTSUJI, E. Metrolingual multitasking and spatial repertoires: 'Pizza mo two minutes coming'. **Journal of Sociolinguistics**, v. 18, n. 2, p. 161-184, 2014. DOI <https://doi.org/10.1111/josl.12079>

SHOHAMY, E.; BEN-RAFAEL, E.; BARNI, M. **Linguistic Landscape in the city**. Bristol: Multilingual Matters, 2010. DOI <https://doi.org/10.21832/9781847692993>

SHOHAMY, E.; GORTER, D. (org.). **Linguistic Landscape: expanding the scenery**. New York: Routledge, 2009. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>

VERTOVEC, S. **Super-diversity**. London/New York: Routledge, 2006.

Bibliografia de Th. E. Pereira Batista (2015)

BLOMMAERT, J.; COLLINS, J.; SLEMBROUCK, S. Polycentricity and interactional regimes in „global neighborhoods“. **Ethnography**, v. 6, n.2, p. 205-235, 2005. DOI <https://doi.org/10.1177/1466138105057557>

BLOMMAERT, J.; MALY, I. **Ethnographic Linguistic Landscape Analysis and social change**: A case study, 2014.

BLOMMAERT, J. Chronicles of complexity. **Tilburg Papers in Culture Studies**, Tilburg University, n. 29, 2012.

BLOMMAERT, J. **The Sociolinguistics of Globalization**. Cambridge: University Press, 2010. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511845307>

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **DELTA**, dezembro, 30(2), p. 257-288, 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-445078307364908145>

JAFFE, A. Critical Perspectives on Language-in-Education Policy: The Corsican Example. In: McCARTY, T. (ed.) **Ethnography and Language Policy**. London: Routledge, 2011, p. 205-230.

MACEDO, A. T.; SILVA, G. M. de O. e. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais In: MACEDO, A. T. de; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (org.). **Varição e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2007.

RAMPTON, B. Hegemony, social class and stylisation. **Pragmatics**, v. 13, n. 1, p. 49- 83, 2003. DOI <https://doi.org/10.1075/prag.13.1.03ram>

RAMPTON, B. **Language in Late Modernity - Interaction in an Urban School**. New York: Cambridge University Press, 2006. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511486722>

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language and Communication**, v. 23, p. 193-229, 2003. DOI [https://doi.org/10.1016/S0271-5309\(03\)00013-2](https://doi.org/10.1016/S0271-5309(03)00013-2)

Bibliografia de Dalla Vecchia (2016)

BLOMMAERT, J. Further notes on sociolinguistic scales. **Working Papers Urban Language & Literacies**. London, 2006.

BLOMMAERT, J. **A sociolinguistics of globalization**. Cambridge: University Press, 2010. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511845307>

BLOMMAERT, J. **Chronicles of complexity: Ethnography, superdiversity, and linguistic landscapes**. Bristol: Multilingual matters, 2012. DOI <https://doi.org/10.21832/9781783090419>

BLOMMAERT, J.; MALY, I. Ethnographic linguistic landscape analysis and social change: A case study. **Tilburg papers in culture studies**, paper 100, June 2014.

MAHER, T. M. **Ser Professor Sendo Índio: Questões de Lingua(gem) e Identidade**. 261 f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/ Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MAHER, T.M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C. *et al.* (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013, p.117-134.

MAHER, T. M. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 33-48, jan./jun, 2010.

SHOHAMY, E. Linguística Landscape and Multilingualism. In: MARTIN-JONES, M.; BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. (org.). **The Routledge of Multilingualism**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2012, p. 538-551.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 6, p. 1024-1054, 2007. DOI <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>

Bibliografia de Dalla Vecchia e Jung (2016)

BLOMMAERT, J. **Ethnography, superdiversity, and linguistic landscapes. Chronicles of complexity**. Bristol: Multilingual matters, 2013. DOI <https://doi.org/10.21832/9781783090419>

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and Superdiversity. **Diversities**, v. 3, n. 2, p. 1-21, 2011.

MOITA LOPES, L. P. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. *In*: MOITA Lopes, L. P. (org.) **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013, p.18-52.

SHOHAMY, E. **Language Policy: hidden agendas and new approaches**. Routledge: Oxon, 2006. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203387962>

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 6, p. 1024-1054, 2007. DOI <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>



Mi calle favorita: a reconstrução multimodal da paisagem da Ciudad Vieja de Montevideo num projeto plurilíngue entre a escola, os museus e as famílias

Mi calle favorita: a multimodal reconstruction of the old city of Montevideo's landscape within a school-museum-family plurilingual project

Raquel CARINHAS*
Maria Helena ARAÚJO E SÁ**
Danièle MOORE***

RESUMO: Este trabalho¹ faz parte de uma investigação em curso e visa analisar um conjunto de atividades de um projeto plurilíngue e interdisciplinar, concebido e implementado em Montevideo, Uruguai, em 2019, por uma rede de atores educativos integrando professores, mediadores de museus, famílias e investigadores. O projeto inscreve-se dentro de uma abordagem do plurilinguismo como meio e finalidade (GROMMES; HU, 2014) e pretende estabelecer espaços de continuidade entre as aprendizagens na escola, nas famílias e na comunidade, numa perspectiva ecológica da paisagem do lugar. Pretende também promover o reconhecimento da

ABSTRACT: The contribution is part of a doctoral research in progress and aims to analyze activities developed within a Plurilingual and Interdisciplinary project that was designed and implemented in Montevideo (Uruguay) in 2019 by a network of elementary school teachers collaborating with museums educators, family members and researchers. The project is situated within a “plurilingualism as an asset” approach (GROMMES; HU, 2014) to bridge learning across schools, families and communities, and to anchor children’s learning within the ecological landscape of the place. It also promotes the recognition of linguistic diversity and the

* Mestrado em Português Língua Segunda/Língua Estrangeira. Leitora do Camões, I.P., na Universidade da República, e investigadora do CIDTFF – Universidade de Aveiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9234-2435>. raquelcarinhas@ua.pt

** Doutoramento em Didática – Especialidade Didática de Línguas. Professora Associada com Agregação no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro, coordenadora do CIDTFF da Universidade de Aveiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6623-9642>. helenasa@ua.pt

*** Doutoramento em Linguística e Didática das Línguas. Professora Eminente da Faculdade de Educação da Simon Fraser University e diretora de investigação do DILTEC na Universidade Paris 3 Sorbonne Nouvelle. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9225-0063>. daniele.moore@sfu.ca

¹ O presente artigo está redigido na variedade do português europeu, língua materna das autoras Carinhas e Araújo e Sá, e subscreve o Novo Acordo Ortográfico.

diversidade linguística e cultural e da dimensão multissituada do conhecimento. Foram recolhidos dados multimodais, compreendendo documentação visual e sonora da paisagem linguística da *Ciudad Vieja*, desenhos e colagens produzidos pelas crianças, registos audiovisuais das diversas atividades e diário de investigação. Nesta contribuição, discutimos as implicações das paisagens linguísticas (PL) como instrumento para a criação de cenários pedagógicos interdisciplinares promotores de aprendizagens multissituadas e de reflexões críticas em torno do plurilinguismo e da multimodalidade, bem como as incidências destes cenários na apropriação e (re)conceptualização do espaço que rodeia os aprendentes na relação com o desenvolvimento da sua identidade. O estudo demonstra o potencial das PL como espaços de aprendizagem e como recursos contextuais para uma maior sensibilização para a diversidade linguística e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagens linguísticas. Plurilinguismo. Cenários pedagógicos multissituados. Redes educativas escola-museus-famílias. Uruguai.

multi-situated aspect of knowledge. We collected multimodal data that consisted of visual and sound documentation of the linguistic landscape of Ciudad Vieja, drawings and collages produced by the children, audiovisual records of the various activities, and fieldwork observations and diary. In this contribution, we discuss the implications of Linguistic Landscapes (LL) as an instrument for the creation of cross-disciplinary pedagogical scenarios to promote multi-situated learning, critical reflection around multilingualism and multimodality, and to support the appropriation and (re) conceptualization of the space that surrounds learners in relation to their identity development. The study demonstrates the potential of LL as learning spaces and as contextual resources for language awareness.

KEYWORDS: Linguistic landscapes. Plurilingualism. Multi-situated learning scenarios. School-museum-family partnerships. Uruguay.

1 Introdução

O Programa de Políticas Linguísticas da Administração Nacional da Educação Pública do Uruguai (ANEP, 2008) tem fomentado uma ampliação da aprendizagem de línguas estrangeiras, assente numa perspectiva de desenvolvimento plurilíngue dos sujeitos. No que concerne à Educação Primária – ciclo de estudos sobre o qual incide a nossa investigação -, assiste-se a uma tendência quase generalizada do ensino

de línguas estrangeiras desde o 1.º ano de escolaridade. Na maioria das situações, e definido escola a escola por aquele programa, os alunos aprendem inglês (entendida pela documentação oficial como *língua internacional*) e/ou português (considerada pela mesma documentação como *língua regional*), esta última aprendida sobretudo nas escolas da região da fronteira Uruguai-Brasil (e mais pontualmente noutros pontos do país), onde se verifica a existência de populações cuja língua materna é o português.

No entanto, o desenvolvimento plurilíngue dos sujeitos é estabelecido sequencialmente, na medida em que o inglês - e com menor expressão o português - é ministrado na Educação Primária e ao longo da Educação Secundária, sendo que os estudantes têm a possibilidade, a partir deste ciclo de estudos, de frequentar, a título extracurricular, cursos de língua (alemão, italiano, francês, português, língua gestual). O desenvolvimento do plurilinguismo dos sujeitos fica confinado ao espaço escolar, numa ideia sequencial e aditiva da aprendizagem das línguas, o que não necessariamente contribui para o desenvolvimento do plurilinguismo dos estudantes (BYRAM; BEACCO, 2007).

O nosso estudo, de caráter etnográfico, incidirá sobre um Projeto Plurilíngue e Interdisciplinar (PPI) construído em rede por diferentes atores educativos - professores, mediadores de museus, famílias e investigadores - e sedimentado numa abordagem do plurilinguismo como meio e finalidade (GROMMES; HU, 2014) que procura estabelecer espaços de continuidade entre as aprendizagens e vivências linguísticas na escola, nas famílias e na comunidade. Neste âmbito, procuramos indagar as potencialidades educativas das paisagens linguísticas (PL) na construção de cenários pedagógicos multissituados e suas incidências no modo como as crianças participantes do projeto (re)conceptualizam o espaço que as rodeia: a *Ciudad Vieja*, um bairro da cidade de Montevideu.

2 Pressupostos teóricos

O estudo das PL centra-se nas representações das línguas no espaço público, constituindo um terreno de *pedigree* multidisciplinar (VAN MENSEL; VANDENBROUCKE; BLACKWOOD, 2016). O conceito foi, pela primeira vez, claramente definido por Landry e Bourhis (1997), que sublinham as funções informativa e simbólica da sinalética pública:

The language of public road signs, advertising billboards, street names, place names, commercial shop signs, and public signs on government buildings combines to form the linguistic landscape of a given territory, region, or urban agglomeration. The linguistic landscape of a territory can serve two basic functions: an informational function and a symbolic function. (LANDRY; BOURHIS, 1997, p. 25).

Apesar de constituir um domínio relativamente recente de investigação, sendo precursores os trabalhos de Landry e Bourbis (1997), Cenoz e Gorter (2006), Gorter (2006) e Backhaus (2007), assiste-se a uma forte expansão de publicações sobre as PL, o que tem conduzido ao aprofundamento das questões epistemológicas e metodológicas deste campo (VAN MENSEL; VANDENBROUCKE; BLACKWOOD, 2016). Este incremento da investigação sobre as PL acompanha as complexas dinâmicas sociais e de mobilidade associadas ao fenómeno da globalização das últimas décadas, fenómeno este que se traduz na superdiversidade (VERTOVEC, 2007) das sociedades do século XXI, incluindo a sua diversidade linguística e cultural, constituindo, portanto, as PL uma das componentes visíveis, porque gráfica e textual, dessa superdiversidade (BACKHAUS, 2006; BLOOMAERT; MALY, 2014; MALY, 2016).

Grande parte dos primeiros estudos sobre as PL focavam-se, sobretudo, na identificação e quantificação das línguas presentes no espaço público, sobretudo urbano e, dentro deste contexto, das cidades/territórios marcadamente multilíngues

(por exemplo, BACKHAUS, 2006). Porém, na senda de Scollon e Scollon (2003), estudos com abordagens mais qualitativas e etnográficas sucederam-se, procurando aprofundar questões relacionadas com os papéis que as línguas presentificadas vão assumindo nas sociedades, com as relações de poder entre elas, as interações que poderão estabelecer com as comunidades e populações que vivem nesse espaço (BEN-RAFAEL *et al.*, 2006; BLOOMAERT; MALY, 2014; CENOZ; GORTER, 2006), bem como com as implicações desse ambiente sociolinguístico nas representações que os indivíduos vão construindo em relação ao estatuto sociolinguístico e cultural das línguas presentes nos espaços que os rodeiam (SABATIER; MOORE; DAGENAIS, 2013).

Concomitantemente, alguns estudos têm apontado o potencial educativo das PL - incluindo as paisagens escolares (BROWN, 2012) - como ferramenta pedagógica (CLEMENTE, 2017; CENOZ; GORTER, 2008; GORTER, 2018), nomeadamente, no que diz respeito à aprendizagem de línguas estrangeiras, à sensibilização para a diversidade linguística e cultural, à revitalização (lenta) de línguas minorizadas (BIRÓ, 2016; BROWN, 2012, 2018) e à relação entre a visibilidade de (certas) línguas por oposição à ausência de outras (DRESSLER, 2015; LAIHONEN; TÓDOR, 2017; SZABÓ, 2015), na medida em que estas imagens são constituidoras, reprodutoras e transformadoras de ideologias linguísticas (BROWN, 2012).

Os resultados da (pouca) investigação desenvolvida em didática das línguas indicam que as PL configuram-se como instrumentos para o desenvolvimento de competências multiliterácicas e multimodais (COPE; KALANTZIS, 2000; DAGENAIS, 2012; NEW LONDON GROUP, 1996) e da competência pragmática, bem como um estímulo à reflexão crítica sobre o papel que as línguas vão assumindo no espaço público, desenvolvendo a competência simbólica (CLEMENTE, 2017; DAGENAIS *et al.*, 2009; LOMICKA; DUCATE, 2019; PAKARINEN; BJÖRKLUND, 2018; ROWLAND, 2013; SABATIER; MOORE; DAGENAIS, 2013).

3 A *Ciudad Vieja* como cenário pedagógico

O presente estudo incide sobre um PPI criado por uma rede de atores educativos durante o ano de 2019. Como se explicará posteriormente, a *Ciudad Vieja*, local de encontro da rede e de vivência dos participantes do projeto, foi-se constituindo espaço catalisador das diferentes atividades do PPI, corporizando-se como cenário pedagógico. Seguidamente, descreveremos sumariamente o PPI implementado em diferentes contextos, bem como os seus participantes e a metodologia aplicada no presente estudo.

3.1 Contexto e participantes

No primeiro semestre de 2019, conformou-se uma rede educativa composta por professores, famílias, investigadores e mediadores de três museus da *Ciudad Vieja* de Montevideu – *Museo Histórico Cabildo* (Cabildo), *Museo de Arte Precolumbino e Indígena* (MAPI) e *Museo de las Migraciones* (MUMI)- e numa fase mais avançada o *Centro de Fotografía de Montevideo* (CdF). A rede, cujo propósito era desenhar um PPI que implicasse diferentes contextos de aprendizagem das crianças, tinha como público-alvo crianças de uma escola primária de Montevideu, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos e de diferentes nacionalidades (uruguaia, venezuelana, chilena e cubana). À medida que o PPI foi sendo planificado, o bairro, onde se localizam a escola e os museus da rede educativa e onde vive a maioria do público-alvo, foi-se desenhando como cenário pedagógico catalisador das diferentes atividades.

O PPI foi implementado durante o segundo semestre e compreendeu um amplo leque de atividades: oficinas dinamizadas por mediadores de museus na escola e nos museus, visitas guiadas interativas a exposições e passeios familiares para a recolha das PL (sonoras e visuais) da *Ciudad Vieja*. Para este estudo, seleccionámos as atividades do PPI que incorporaram mais explicitamente as PL, a saber:

1) Oficina “*Mi calle favorita*”, um ateliê sobre a relação entre o sujeito e o espaço que o rodeia, que decorreu em sete sessões de setembro a novembro de 2019, às quintas-feiras, na escola e em horário extracurricular, servindo como ponto de partida e de chegada das atividades fora da escola.

Nesta oficina, participaram, ainda que irregularmente, as 19 crianças inscritas no PPI². Cada sessão, com duração de hora e meia, foi dinamizada, de forma alternada ou em conjunto, por membros da rede, destacando-se um maior envolvimento dos mediadores de museus e da investigadora implicada no terreno (primeira autora deste artigo). A construção de uma *calle favorita* de 4 metros – cujo resultado se pode observar na figura n.º 1 – constituiu o fio condutor das 7 sessões, que compreenderam as seguintes atividades-chave: (i) desenhar algum elemento favorito da sua cultura e afixar o desenho num plano de grande dimensão da *Ciudad Vieja*; (ii) aprender sobre a técnica fotográfica e desenhar a partir da sinalética das PL do bairro; (iii) pensar e desenhar elementos, reais e imaginários, da *calle favorita*; (iv) pensar o espaço público a partir de intervenção artística sobre fotografias antigas da *Ciudad Vieja*; (v) recuperar património através da técnica de colagem, intervindo sobre fotografias retiradas pelas crianças e por parceiros da rede de edifícios deteriorados do bairro e de sinaléticas públicas; (vi) criar as pessoas que circulam pela *calle favorita* e suas biografias³.

² Número de participantes em cada sessão: 19 (1.ª sessão); 10 (2.ª sessão - 8 crianças de 6.º ano estavam numa visita de estudo); 14 (3.ª sessão); 9 (4.ª sessão); 12 (5.ª sessão); 11 (6.ª sessão); 9 (7.ª sessão).

³ Na 5.ª sessão, o grupo trabalhou com o material da visita interativa ao MAPI sobre línguas indígenas, construindo uma exposição sobre povos e línguas indígenas na biblioteca da escola. Tanto a sessão como a visita interativa ao mencionado museu não serão objeto de análise no presente artigo.

Figura 1 – *Calle favorita* (produto final).

Fonte: fotografia retirada pela investigadora no terreno⁴.

2) Passeio de recolha sonora, através de entrevistas aos transeuntes do bairro efetuadas pelas crianças e famílias participantes. A atividade decorreu numa manhã de sábado de outubro de 2019 e durou cerca de duas horas e meia. Para este passeio, foi desenhado em rede um percurso que abrangeu quatro praças da *Ciudad Vieja*. Participaram 6 crianças e respetivas famílias (nalguns casos, um dos progenitores e noutros ambos), num total de 14 participantes. A investigadora implicada no terreno efetuou o registo audiovisual de algumas das entrevistas – previamente autorizado pelos entrevistados – e registou notas de campo, incorporadas no diário da investigação. Todos os participantes foram encorajados a entrevistar as pessoas que circulavam pelo bairro (vizinhos, montevidéanos, turistas, imigrantes) e que se disponibilizaram e autorizaram a gravação da interação. A *Ciudad Vieja/calle favorita* constituiu a temática comum das breves entrevistas (*¿Qué te gusta del barrio?*; *¿Qué mejorarías en el barrio?*; *¿Cuál es tu calle favorita y por qué?*; *¿Qué actividades acostumbras hacer en el barrio?*), registradas com telemóveis e *tablets*.

⁴ A utilização para fins investigativos, incluindo publicação, de todo o material recolhido foi previamente autorizado, mediante assinatura de consentimento informado, pelos participantes e membros da rede.

3) Passeio fotográfico, que contou com 5 crianças e familiares (neste caso, apenas um familiar por criança) e decorreu numa manhã de sábado de novembro de 2019⁵. Os participantes deste passeio, acompanhados por uma das parceiras da rede, A., museóloga e fotógrafa, que fez a recolha de dados fotográficos da atividade, e pela investigadora principal do estudo, que, para além de ter acompanhado uma das crianças participantes - cujo familiar se encontrava ocupado a ajudar a irmã mais nova, também participante no projeto-, foi retirando algumas notas de campo, fotografaram toda a espécie de sinalética visual (cartazes, *grafitis*, menus de restaurantes, nomes de comércio e serviços) que, desde o seu ponto de vista, apelassem a outras línguas ou variedades do espanhol.

3.2 Metodologia

O presente estudo, de carácter etnográfico, centra-se na análise de uma panóplia de dados multimodais recolhidos durante a implementação das atividades acima referidas: documentação visual e sonora da PL da *Ciudad Vieja* realizada pelas crianças participantes e respetivas famílias, desenhos e colagens produzidos pelas crianças e registos audiovisuais das diversas atividades. No olhar sobre estes dados serão incorporadas as metodologias visuais (MANNAY, 2016) já utilizadas em diversas investigações dentro da didática das línguas e do plurilinguismo (CASTELLOTTI; MOORE, 2009; MELO-PFEIFER; SIMÕES, 2017; MOLINIÉ, 2009; MOORE; CASTELLOTTI, 2011).

Tendo em conta as potencialidades educativas das PL referidas anteriormente e os objetivos do PPI, pretende-se analisar as incidências das atividades de projeto

⁵ O passeio fotográfico estava planificado para ser uma das primeiras atividades do PPI, a realizar-se em outubro. Porém, devido a condições climatéricas adversas, teve de ser adiado para novembro, o que conduziu a adaptações à oficina "*Mi calle favorita*".

educativo - situado na continuidade dos espaços de aprendizagem das crianças - na reconfiguração da *Ciudad Vieja* por parte dos sujeitos.

Tal como em diferentes investigações de natureza qualitativa, o nosso percurso de análise não foi linear; antes foi recursivo e (re)construído durante e no processo (BRAUN; CLARKE, 2006). Durante a etapa inicial de exploração dos e de familiarização com os dados, etapa essa que se iniciou com a própria recolha de dados, observámos a emergência, por um lado, de uma forte relação entre a reconfiguração do espaço envolvente, neste caso um bairro da cidade, e as identidades plurais das crianças, e, por outro, da construção de uma paisagem plurilíngue e plurissemiótica co-construída pelo investimento dos repertórios plurilíngues e pluriculturais dos participantes. Assim sendo, a nossa análise focalizar-se-á essencialmente sobre estas questões.⁶ (BLOMMAERT; MALY, 2014)

4 As paisagens linguísticas: uma ecologia do plurilinguismo em contexto

O percurso seguidamente empreendido começará, primeiramente, pela análise da oficina "*Mi calle favorita*", atividade decorrida na instituição escolar e destinada apenas às crianças, para posteriormente nos determos nos passeios fotográficos e sonoros nos quais participaram as crianças e respetivas famílias.

4.1 A oficina "*Mi calle favorita*" como um território imaginado da *Ciudad Vieja*

Decorre da nossa síntese das atividades da oficina na escola que pensar, imaginar, refletir sobre a cidade, o bairro, enfim, sobre o espaço que nos rodeia e com o qual interagimos quotidianamente, também pode ser feito recorrendo às artes,

⁶ Ainda que diversos estudos referidos no enquadramento teórico constituam estudos qualitativos das PL sobre as relações e interações entre as paisagens e os sujeitos (por exemplo BLOMMAERT; MALY, 2014), atendendo ao percurso de análise empreendido no presente estudo, estas questões não serão, por ora, analisadas em profundidade, podendo vir a ser objeto de análise pela investigação em que se enquadra o presente trabalho.

constituindo, estas, instrumentos de construção de aprendizagens. Os múltiplos desafios que foram sendo colocados às crianças participantes aos longo das sessões da oficina recorreram ao desenho e/ou colagem, algumas vezes individual, outras coletivamente. Durante a elaboração dos desafios, os dinamizadores foram interagindo com as crianças, provocando recorrentemente a verbalização daquilo que estavam a construir.

A *calle favorita* é uma construção coletiva em que as crianças desenham, partilham opiniões e interagem com o propósito de coconstruir um território imaginário. Este desenho começa a ganhar forma a partir da 3.^a sessão da oficina.

Da nossa análise, a projeção das identidades das crianças participantes emerge dos diversos materiais produzidos ao longo das sessões. Estas identidades surgem associadas aos afetos, conferindo uma reconstrução desse espaço em que gostos, desejos, sonhos, culturas, pessoas – incluindo alusões a familiares – e objetos pessoais estão imbricados. Esta interação entre identidade, afetos e território é visível, por exemplo, no desenho de AD2⁷ (cf. figura 2), de 6 anos de idade.

Figura 2 – Desenho AD2.



Fonte: fotografia retirada pela investigadora no terreno.

⁷ Por forma a manter o anonimato dos participantes, a sua referência será feita pelas duas primeiras letras do seu nome (BR) e, em caso de repetição da sequência de letras, incluir-se-á número no final (AD2). Em relação aos instrumentos de recolha de dados, os registos audiovisuais da oficina serão identificados como “RAV. [nome atividade]”.

Este desenho foi elaborado durante a 2.^a sessão da oficina – dedicada à técnica de fotografia - na qual os dinamizadores tinham solicitado que cada uma das crianças selecionasse uma das fotografias impressas de uma PL da *Ciudad Vieja*⁸ e imaginassem o seu contexto. AD2 selecionou uma fotografia de uma placa alusiva a comida *fast-food* e mencionando a palavra *hot dog*. A partir do material, AD2 desenhou a sua casa, o espaço envolvente, os membros da sua família, verbalizando que “en casa nos gustan los panchos” (RAV.Calle favorita.S2).

A figura 3, referente a um pormenor da *calle favorita*, ilustra igualmente esta relação entre identidades, afetos e espaço. Esta intervenção corresponde à sessão dedicada à reconstrução dos espaços públicos mediante a intervenção em fotografias antigas da *Ciudad Vieja*.

Figura 3 – Espaço público reconstruído por ST (11 anos).



Fonte: fotografia retirada pela investigadora no terreno.

⁸ Previamente a esta sessão, a investigadora implicada no terreno e uma das parceiras da rede, museóloga e fotógrafa, realizaram um passeio pela *Ciudad Vieja*, fazendo registros fotográficos da sinalética do bairro com o objetivo de recolher material para a oficina e testar um percurso por determinadas ruas que melhor se adequasse aos propósitos do passeio fotográfico do PPI. Durante este passeio foi possível verificar que, para além da sinalética em espanhol, o inglês destaca-se como língua estrangeira predominante, surgindo, ainda, diversas sinaléticas em francês, italiano, português e guarani. Atendendo aos objetivos do presente estudo, não nos vamos deter sobre a análise das PL da *Ciudad Vieja* dentro de uma perspetiva sociolinguística.

Esta colagem e desenho da autoria de ST (11 anos) inclui as cores da bandeira da Venezuela, seu país de origem, colocada num edifício que, para ST, seria um local de reunião de venezuelanos ou uma espécie de Embaixada onde as pessoas pudessem depositar bens essenciais para serem enviados para o povo venezuelano⁹. Nesta mesma intervenção, no lado direito, surge a bandeira do Uruguai, país onde atualmente mora, indiciando uma identidade que se vai construindo na pluralidade das experiências de mobilidade dos sujeitos.

Se as bandeiras denotam pluralidades identitárias, a *calle favorita* vai se construindo também como uma paisagem plurilíngue. Ao desafio de pensarem o espaço público, as crianças vão identificando os diferentes locais comerciais, serviços e espaços verdes, recorrendo aos seus repertórios plurilíngues e pluriculturais, como é visível na figura 4.

Figura 4 – Pormenor *calle favorita*.



Fonte: fotografia retirada pela investigadora no terreno.

Esta loja da *Apple*, desenhada por AA (12 anos), deve oferecer internet *free* (inglês), e *teléfono grátis* (espanhol), informação acrescentada por RO1 (11 anos), um

⁹ Durante o ano de 2019, assistiu-se a um agudizar da instabilidade política, económica e social da Venezuela. Consequentemente, milhares de venezuelanos emigraram, sobretudo, para países da região. Sete das crianças participantes do PPI são venezuelanas.

Mcdonalds com preços especiais ou mesmo *free* ou uma nuvem de chocolate. Nesta figura, retoma-se novamente a questão identitária, projetada na recuperação de um edifício patrimonial da *Ciudad Vieja*, transformado agora num *Venezuelan Restaurant* pejado de bandeiras daquele país (desenhado por RO1, 11 anos, venezuelano), ou no desenho de um outro edifício ocupado por uma cadeia venezuelana de comida – *Arturos* (desenhado por AR1, 6 anos, venezuelano).

Na última sessão da oficina, foi solicitado às crianças que criassem, mediante a técnica de colagem, personagens para povoar a *calle favorita*. Cada participante foi convidado a criar uma personagem, um objeto pessoal e a imaginar uma breve biografia (nome, idade, nacionalidade, ocupação, gostos e preferências). A partir dos registos audiovisuais da sessão e do diário do investigador, observa-se que as identidades dos criadores das personagens vão sendo figuradas tanto nos objetos pessoais (uma bandolete, uma boneca de infância), como nas biografias verbalizadas (nacionalidades, super-heróis preferidos, alusões a familiares). A figura 5 corresponde a um corte da *calle favorita* onde estão representadas três personagens construídas por GU (7 anos), BR (6 anos) e SH (8 anos).

Figura 5 – Personagens da *calle favorita*.



Fonte: fotografia retirada pela investigadora no terreno.

A personagem que transporta consigo uma boneca foi criada por GU (7 anos). A boneca constitui uma alusão à primeira boneca da autora, colocando-lhe o mesmo nome. Já BR (6 anos) colocou na sua personagem – Tania - uma bandolete cor de rosa, objeto que traz sempre consigo, afirmando na biografia verbalizada de Tania que lhe colocou a bandolete porque ela, BR, também gosta de bandoletes. SH (8 anos) colocou uma coroa *Burguer King* à sua boneca - de origem venezuelana e com o mesmo nome, idade e nacionalidade da sua criadora-, porque “me gusta colocar la corona siempre que voy a Burguer King” (RAV.Calle favorita.S7).

Para além dos objetos, verificamos a projeção de aspetos identitários, nomeadamente nacionalidades e percursos de mobilidade, nas personagens criadas. A transcrição da biografia verbalizada da personagem criada por RO2 (10 anos) é ilustrativa destes aspetos:

RO2- *Él se llama Juan Pablo. Nació en Venezuela pero se mudó a Uruguay. Trabaja en Apple por eso tiene un Iphone X. Le gusta estar con sus amigos y divertirse. Y...*

Investigadora – ¿Y qué edad tiene?

RO2 – 32 años.

Investigadora – ¿Y qué dice en la remera?

RO2 – Yo amo a mi hermano [risos].

Investigadora – ¿Y por qué? ¿Tiene un hermano?

RO2 – Sí.

BR – Que se llama Rodrigo.

RO2 – Sí. Mi hermano se llama Rodrigo y esto es una referencia a él porque no vino [a esta sessão da oficina]. (RAV.Calle favorita.S7)

Sublinhamos na transcrição duas referências a aspetos identitários. Por um lado, RO2 projeta em *Juan Pablo* o seu percurso de mobilidade (também ele veio da Venezuela para o Uruguai) e, na *t-shirt*, coloca uma alusão ao seu irmão, também

participante na oficina, mas que nesse dia não pôde estar, observando-se novamente a relação entre identidades e afetos, anteriormente mencionada.

4.2 Trilhando em família as paisagens da *Ciudad Vieja*

Como referimos anteriormente, duas das atividades do PPI consistiam em passeios familiares pela *Ciudad Vieja*: um passeio sonoro e um passeio fotográfico.

A figura 6 refere-se a uma entrevista a um vendedor ambulante por parte de uma família participante, de origem venezuelana, do passeio sonoro. Observamos que o registo é coconstruído pela família: o pai grava a entrevista (com a *tablet* dos filhos), a mãe e os filhos entrevistam e vão interagindo com o entrevistado. Nesta interação, como noutros registos recolhidos durante esta atividade, entrevistadores e entrevistado partilharam pontos de vista sobre o bairro, a sua história e as culturas de cada um.

Figura 6 – Entrevista da família H. a um vendedor ambulante.



Fonte: fotografia retirada pela investigadora no terreno.

Durante a entrevista representada na figura 6, ao partilharem informações sobre cada uma das culturas – a uruguaia e a venezuelana –, emerge um questionamento por parte das duas crianças – AD2 e AR1 (gémeos, 6 anos) em relação à sua identidade. Transcrevemos adiante um extrato desta interação.

AD2 – *Vivo acá.*

Entrevistado – *¿Vivís acá? Entonces sos uruguayo.*

AR1 – *No.*

Mãe- *Él dice que no.*

AR1 – *¡No, mamá!*

Mãe- *Sí, sí. Eres venezolano, eres venezolano, pero también uruguayo, porque vivís hace tiempo acá. Dices cosas en uruguayo.* [a mãe corta a conversa, mas uma das crianças expressa facialmente o seu desacordo].

A transcrição ilustra uma negociação entre mãe e filhos, de origem venezuelana e moradores na *Ciudad Vieja*, sobre o conceito de nacionalidade e a forma como este se relaciona com a identidade que vai sendo construída ao longo da vida. Para as crianças, este conceito relaciona-se apenas com o lugar de nascimento. Por seu lado, para a mãe, a nacionalidade é mais fluída e dinâmica, exemplificando com o facto de as crianças terem incorporado léxico da variedade do espanhol rioplatense (“*dices cosas en uruguayo*”) porque moram há 3 anos no Uruguai.

As entrevistas foram todas conduzidas em espanhol e, no caso dos entrevistados com outras línguas, como brasileiros e alemães, foram sobretudo os entrevistados que mobilizaram tanto a sua língua materna como o espanhol.

No final do passeio, mediante gravação audiovisual, foi recolhido o *feedback* dos participantes em relação à atividade. Nas suas palavras, este passeio constituiu uma forma lúdica e didática de olhar com outros olhos para o bairro em que vivem, estando mais atentos às pessoas que o habitam e que circulam por ele, como frisa o pai de FA (6 anos): “*Muy linda [a atividade]. A parte de poder recorrer con nuestros hijos nos sirvió a nosotros también como experiencia, no, de conocer gente. Por otro lado, a veces, a ver cómo te puedo explicar, uno pasa desapercibido, y esto sirvió para poder charlar y conocer.*” (RAV.FeedbackMapasSonoros.FamíliaL.) Alguns adultos manifestaram, ainda, o desejo de a escola poder vir a organizar futuras atividades em família fora da instituição escolar.

No que concerne ao passeio fotográfico, o grupo, que tanto utilizou telemóveis como câmeras fotográficas na recolha do material, percorreu um percurso desenhado e testado por parceiros da rede (cf. nota de rodapé 9). Neste passeio, os familiares assumiram mais o papel de coadjuvantes, ajudando as crianças no momento da recolha das fotografias (cf. figura 7A), bem como na avaliação da sinalética antes de a fotografar, o que implica uma indagação/adivinhação sobre as línguas que circulam pela *cartelería* da *Ciudad Vieja* (cf. figura 7B).

Figura 7A – Uma família fotografa um cartaz.

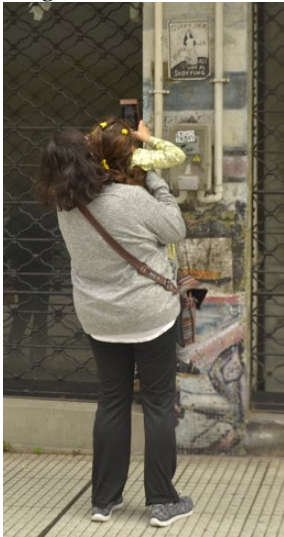


Figura 7B – Mãe e filha observam cartazes.



Fonte: fotografias retiradas por A., museóloga e fotógrafa, parceira da rede educativa.

Tal como é descrito no diário de investigação (entrada de 9/11/2019), durante o percurso, as crianças divertiam-se a adivinhar as línguas que se encontravam nas diferentes sinaléticas do bairro – nomes de serviços e locais comerciais, *grafitis* e serigrafias, cartazes, menus de restaurantes - e que desconheciam (português, francês, chinês, italiano), sendo quase imediata a identificação da sinalética em inglês. Neste jogo de adivinhação, quase sempre a solução era encontrada através da negociação com o familiar e motivo de júbilo dos mais novos e, quase sempre, após a recolha fotográfica.

Uma das crianças participantes, L (8 anos), sempre que desconhecia a língua presente numa determinada sinalética, gostava de a adivinhar mediante oralização da palavra ou expressão, pela investigadora, que o acompanhou durante parte do percurso. A título de exemplo, logo no início do trajeto, L deparou-se com o nome de um local numa língua que desconhecia (cf. figura 8) e pediu à investigadora que verbalizasse a palavra, começando o jogo de adivinhação: primeiro, o português, logo, o italiano, para, por fim, encontrar a solução, o francês.

Figura 8 – Fotografia de um local da rua Sarandí.



Fonte: fotografia retirada por L (8 anos).

A partir das fotografias recolhidas, foi possível verificar a manipulação dos pontos de vista na hora de definir o foco a fotografar. Se umas crianças faziam o registo apenas da sinalética (cf. figura 9A, em que é focado exclusivamente o nome do local), outras preferiram incluir o seu contexto (cf. figura 9B, em que aparece a porta de entrada do ginásio).

Figura 9A – Fotografia de uma PL multilingue.



Fonte: fotografia retirada por JU (12 anos).

Figura 9B – Fotografia de uma PL monolingue.



Fonte: fotografia retirada por AD1 (7 anos).

A partir do *feedback* sobre o passeio, recolhido no final da atividade mediante a gravação audiovisual por parte da investigadora implicada no terreno, crianças e familiares referiram que a atividade - que solicitava aos participantes que fotografassem qualquer tipo de sinalética, efetuando estes, portanto, um passeio que requeria uma observação dirigida do espaço - possibilitou despertá-los para a diversidade de idiomas da paisagem da *Ciudad Vieja*. Alguns adultos mencionaram também que este olhar atento permitiu atender a outros aspetos tais como o tipo de suporte da sinalética fotografada, a quantidade de arte urbana que começa a proliferar no bairro ou questões relacionadas com o património. Mais pontualmente, um dos familiares, a tia de JU (12 anos), frisou aspetos relacionados com a localização estratégica de determinados cartazes ou com questões de política linguística, exemplificando que não encontrou sinalética em português, malgrado a existência de um grande número de turistas brasileiros que o bairro acolhe diariamente.

5 Contributos para uma didática contextualizada das paisagens linguísticas da *Ciudad Vieja*

A partir da descrição e análise de algumas atividades do PPI, verificamos que o tratamento didático das PL se inscreve numa abordagem ancorada numa ecologia do lugar (MOORE, 2020) e numa didática das línguas e do plurilinguismo

contextualizada (SABATIER; MOORE; DAGENNAIS, 2013), que apela à continuidade dos espaços de aprendizagem e de vivência das crianças e valoriza o jogo, a partilha, a experiência e a colaboração como estratégias didáticas.

Como foi mencionado anteriormente, o bairro desenha-se como cenário pedagógico e é na interação com esse espaço e na coconstrução de paisagens imaginárias, que as PL vão emergindo e imiscuindo-se com as identidades plurais e os interesses socio-afetivos dos participantes, coincidindo com estudos anteriores (DAGENNAIS *et al.*, 2009).

No que diz respeito às PL representadas na *calle favorita*, observamos uma paisagem plurilíngue, onde o espanhol e o inglês predominam, para cuja criação os repertórios plurissemióticos (AMBRÓSIO; ARAÚJO E SÁ; SIMÕES, 2015) dos participantes são mobilizados, independentemente dos seus percursos de mobilidade. Ou seja, não se verificam a este nível diferenças entre crianças imigrantes e crianças uruguaias. Os participantes vão fazendo investimentos plurigráficos e plurissemióticos espontâneos (MOORE; CASTELLOTTI, 2011), como, por exemplo, a representação do som da buzina de um automóvel, como ilustra a figura 10, e o registo audiovisual da sessão - que posteriormente se transcreve - em que uma das crianças, AB (11 anos), é indagada por uma das dinamizadoras da sessão, L do CdF, sobre o que está a colorir.

Figura 10 – Pormenor da *calle favorita* cocriado por RO (11 anos) e AB (11 anos).



Fonte: Fotografia retirada pela investigadora implicada no terreno.

L- ¡Ah! ¿Está haciendo cuentas?

AB - [que se encontra a colorir o carro] – IMP.

L- ¿Qué?

AB – “ $\pi \times 2$ ” es pipi. El sonido de la bocina. (RAV.Calle favorita.S3)

Esta paisagem plurilíngue, tal como o pretendeu ilustrar muito especificamente a figura 4, é representativa das interações e da experimentação por cada uma das crianças da superdiversidade (VERTOVEC, 2007) do bairro, cuja multiplicidade de línguas é sentida como algo banal (DAGENAIS *et al.*, 2009). É desta interação e experimentação do espaço que os repertórios plurilíngues e plurilinculturais se vão retroalimentado e reconfigurando. Neste sentido, os dados parecem vir reforçar a ideia de que todo o indivíduo é um potencial plurilíngue (BEACCO; BYRAM, 2007).

Os passeios em família, muito concretamente, estimularam uma observação atenta - *noticing the surroundings*, segundo Lomicka e Ducate (2019) - da diversidade linguística e cultural da *Ciudad Vieja*, combinada com outros aspetos do bairro - sociais, económicos, urbanísticos, patrimoniais, artísticos. Nestas atividades, *noticing the surroundings* constitui uma aprendizagem co-construída entre crianças e famílias, despertando e reconhecendo o bairro como um espaço dinâmico, de grande

diversidade de pessoas, culturas, línguas e linguagens, património, atividades, e um espaço de cidadania e de partilha, apelando à reflexividade de crianças e adultos: “Awareness about language in public spaces seemingly existed in symbiotic relationship to awareness about societal multilingualism” (ALBURY, 2018, p. 14).

Muito particularmente, uma das crianças - JU (12 anos) - deteve-se quase exclusivamente sobre a sinalética mais efémera, como *grafitis* e autocolantes, fotografando inclusive bandeiras de outros países (Alemanha, Estados Unidos da América, México), o que nos sugere que a leitura da sinalética pública multilíngue, pelo menos para esta criança, incorpora uma dimensão simbólica, potenciando o desenvolvimento das competências pragmática e simbólica, já evidenciada por outras investigações (ROWLAND, 2013).

De forma mais incipiente, o passeio fotográfico gerou alguns comentários metassociolinguísticos (ALBURY, 2018; HEWITT-BRADSHAW, 2014) por parte de uma das familiares em relação às línguas que circulam pelo bairro, às ausências de certos idiomas, e a ideologias/intenções veladas de determinadas sinaléticas, sobretudo, de cartazes, autocolantes e arte urbana de carácter mais reivindicativo, onde surgiam linguagens mais vernaculares e outros idiomas, sobretudo, o português.¹⁰

Em suma e para concluir, os resultados deste estudo indicam diversas potencialidades das PL na criação de cenários pedagógicos multissituados, em que as aprendizagens são desenvolvidas a partir da realidade circunscrita de um bairro e de experiências quotidianas. De um modo mais explícito, a *Ciudad de Vieja* experienciada nos passeios familiares e figurada numa *calle favorita* possibilitou a co-construção refletida sobre um espaço identitário plural e plurissemiótico, apelando a uma abordagem crítica e criativa sobre o espaço que rodeia os sujeitos, abordagem essa que

¹⁰ De referir que este passeio coincidiu com o período de eleições presidenciais no Uruguai e, a partir das fotografias recolhidas pelas crianças participantes, foi possível verificar a existência de inúmeras referências ao Brasil e à política brasileira, bem como a determinados setores políticos emergentes no Uruguai.

favoreceu a glocalização (ROBERTSON, 1994) das aprendizagens (CENOZ; GORTER, 2008) e que acreditamos poder vir a contribuir para o desenvolvimento de atores sociais mais comprometidos com a sua comunidade (SÁNCHEZ-LÓPEZ, 2019).

Normas de transcrição

IMP – Impercetível.

Notas

O presente artigo está redigido na variedade do português europeu, língua materna das autoras 1 e 2, e subscreve o Novo Acordo Ortográfico.

Referências Bibliográficas

ANEP. **Programa de Educación Inicial y Primaria**, 2008. Disponível em: <http://www.ceip.edu.uy/IFS/documentos/2015/lengua/recursos/programescolar.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018

ALBURY, N. J. Linguistic landscape and metalinguistic talk about societal multilingualism. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, p. 1-17, 2018. DOI <https://doi.org/10.1080/13670050.2018.1452894>

AMBRÓSIO, S.; ARAÚJO E SÁ, M. H.; SIMÕES, A. R. Répertoire plurilingue et contextes de mobilité: relations et dynamiques. **Cahiers Internationaux de Sociolinguistique**, v. 7, n. 1, p. 9–37, 2015. DOI <https://doi.org/10.3917/cisl.1501.0009>

BACKHAUS, P. Multilingualism in Tokyo: A Look into the Linguistic Landscape. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 52–66, 15 abr. 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668385>

BEACCO, J.-C.; BYRAM, M. **La diversité linguistique à l'éducation plurilingue: Guide pour l'élaboration de politiques éducatives en Europe**. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2007.

BEN-RAFAEL, E. *et al.* Linguistic Landscape as Symbolic Construction of the Public Space: The Case of Israel. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 7–30, 15 abr. 2006. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170-002>

BIRÓ, E. Learning Schoolscapes in a Minority Setting. **Acta Universitatis Sapientiae Philologica**, v. 8, n. 2, p. 109–121, 2016. DOI <https://doi.org/10.1515/ausp-2016-0021>

BLOMMAERT, J.; MALY, I. Ethnographic linguistic landscape analysis and social change: A case study. **Tilburg Papers in Culture Studies**, 2014. Disponível em: https://www.tilburguniversity.edu/upload/6b650494-3bf9-4dd9-904a-5331a0bcf35b_TPCS_100_Blommaert-Maly.pdf.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

BROWN, K. The Linguistic Landscapes of the Educational Spaces: Language Revitalization and Schools in Southeastern Estonia. *In*: GORTER, D.; MARTEN, H.; VAN MENSEL, L. (ed.). **Minority Languages in the Linguistic Landscapes**. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 281–298. DOI https://doi.org/10.1057/9780230360235_16

BROWN, K. D. Shifts and stability in schoolscapes: Diachronic considerations of southeastern Estonian schools. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 12–19, 1 abr. 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.007>

CASTELLOTTI, V.; MOORE, D. Dessins d'enfants et constructions plurilingues. Territoires imagés et parcours imaginés. **CRTF - Le dessin réflexif. Éléments d'une herméneutique du sujet plurilingue**, p. 45–85, 2009.

CENOZ, J.; GORTER, D. Linguistic Landscape and Minority Languages. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 67–80, 15 abr. 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668386>

CENOZ, J.; GORTER, D. The linguistic landscape as an additional source of input in second language acquisition. **IRAL - International Review of Applied Linguistics in Language Teaching**, v. 46, p. 267–287, jan. 2008. DOI <https://doi.org/10.1515/IRAL.2008.012>

CLEMENTE, M. **Paisagem Linguística Urbana - o caso de Aveiro e sua relevância educativa**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2017.

COPE, B.; KALANTZIS, M. **Multiliteracies**: Literacy learning and the design of social futures. London: Routledge, 2000.

DAGENAIS, D. Littératies multimodales et perspectives critiques. **Recherches en didactique des langues et des cultures**, v. 9, n. 2, p. 0–22, 2012. DOI <https://doi.org/10.4000/rdlc.2338>

DAGENAIS, D. *et al.* Linguistic Landscapes and Language Awareness. In: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape**: Expanding the Scenery. New York: Routledge, 2009. p. 253–269.

DRESSLER, R. Sign geist: promoting bilingualism through the linguistic landscape of school signage. **International Journal of Multilingualism**, v. 12, n. 1, p. 128–145, 2 jan. 2015. DOI <https://doi.org/10.1080/14790718.2014.912282>

GORTER, D. Linguistic landscapes and trends in the study of schoolsapes. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 80–85, 1 abr. 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.001>

GROMMES, P.; HU, A. (ed.). **Plurilingual Education**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2014. DOI <https://doi.org/10.1075/hslld.3>

HEWITT-BRADSHAW, I. Linguistic Landscape as a Language Learning and Literacy Resource in Caribbean Creole. **Contexts** 1, v. 22, p. 157–173, 2014.

LAIHONEN, P.; TÓDOR, E. M. The changing schoolscape in a Szekler village in Romania: signs of diversity in rehungarization. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, v. 20, n. 3, p. 362–379, 16 abr. 2017. DOI <https://doi.org/10.1080/13670050.2015.1051943>

LANDRY, R.; BOURHIS, R. Y. Linguistic Landscape and Ethnolinguistic Vitality. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 16, n. 1, p. 23–49, 26 mar. 1997. DOI <https://doi.org/10.1177/0261927X970161002>

LOMICKA, L.; DUCATE, L. Using technology, reflection, and noticing to promote intercultural learning during short-term study abroad. **Computer Assisted Language Learning**, p. 1–31, 26 jul. 2019. DOI <https://doi.org/10.1080/09588221.2019.1640746>

MALY, I. Detecting social changes in times of superdiversity: an ethnographic linguistic landscape analysis of Ostend in Belgium. **Journal of Ethnic and Migration**

Studies, v. 42, n. 5, p. 703–723, 8 abr. 2016. DOI <https://doi.org/10.1080/1369183X.2015.1131149>

MANNAY, D. **Visual, Narrative and Creative Visual Methods: Application, reflection and ethics**. New York: Routledge, 2016. DOI <https://doi.org/10.4324/9781315775760>

MELO-PFEIFER, S.; SIMÕES, A. R. (ed.). **Plurilinguismo vivido, plurilinguismo desenhado: estudos sobre a relação dos sujeitos com as línguas**. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém/Escola Superior de Educação, 2017.

MOLINIÉ, M. (ed.). **Le dessin réflexif. Élément pour une herméneutique du sujet plurilingue**. Encrages-Belles Lettres: Centre de Recherche Textes et Francophonies (CRTF), 2009.

MOORE, D. Plurilittératies, pratiques textuelles plurilingues et appropriation: Interrogations en didactique. **Bulletin Suisse de linguistique appliquée (Vals/Asla)**, III/IV, p. 35-59, 2020.

MOORE, D.; CASTELLOTTI, V. Dessins d'enfants, recherche qualitative, interprétation. Des polytextes pour l'étude des imaginaires du plurilinguisme. *In*: BLANCHET, P.; CHARDENET, P. (es.). **Guide pour la recherche en didactique des langues et des cultures. Approches contextualisées**. Paris: Éditions des archives.contemporaines, 2011. p. 118–132.

NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures. **Harvard Educational Review**, v. 66, n. 1, p. 60–92, 1996. DOI <https://doi.org/10.17763/haer.66.1.17370n67v22j160u>

PAKARINEN, S.; BJÖRKLUND, S. Multiple language signage in linguistic landscapes and students' language practices: A case study from a language immersion setting. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 4–11, 1 abr. 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.005>

ROBERTSON, R. Globalisation or glocalisation? **Journal of International Communication**, v.1, n.1, p. 33–52, 1994. DOI <https://doi.org/10.1080/13216597.1994.9751780>

ROWLAND, L. The pedagogical benefits of a linguistic landscape project in Japan. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, v. 16, n. 4, p. 494–505, 2013. DOI <https://doi.org/10.1080/13670050.2012.708319>

SABATIER, C.; MOORE, D.; DAGENAIS, D. Espaces urbains, compétences littéraires multimodales, identités citoyennes en immersion française au Canada. **Glottopol**, n. 21, p. 138–161, 2013.

SÁNCHEZ-LÓPEZ, L. Transforming the community's linguistic landscape in a mixed-learner service learning capstone course in a Spanish for specific purposes program. **Revista signos**, v. 52, n. 101, p. 996–1012, dez. 2019. DOI <https://doi.org/10.4067/S0718-09342019000300996>

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. **Discourses in place: Language in the material world**. London and New York: Routledge, 2003. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203422724>

SZABÓ, T. P. The management of diversity in schoolsapes: an analysis of Hungarian practices. **Apples - Journal of Applied Language Studies**, v. 9, n. 1, p. 23–51, 2015. DOI <https://doi.org/10.17011/apples/2015090102>

VAN MENSEL, L.; VANDENBROUCKE, M.; BLACKWOOD, R. Linguistic Landscapes. In: GARCÍA, O.; FLORES, N.; SPOTTI, M. (ed.). **The Oxford Handbook of Language and Society**. Oxford: Oxford University Press, 2016. DOI <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190212896.013.5>

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 6, p. 1024–1054, 2007. DOI <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>

Artigo recebido em: 13.03.2020

Artigo aprovado em: 03.08.2020



O valor das línguas na realidade de ensino-aprendizagem em Cabo Verde

The value of languages in the teaching-learning reality in Cape Verde

*Gildaris Ferreira PANDIM**

RESUMO: Este artigo registra um panorama a propósito de algumas das medidas político-educacionais empreendidas no que toca ao ensino do português enquanto língua oficial e não-materna na realidade africana. Atenta especificamente à situação sociolinguística de Cabo Verde, cuja língua materna é um fator de diversidade a ser incluído nessa conjuntura. O reconhecimento jurídico ou o não reconhecimento das línguas faladas numa nação orienta seus estatutos na sociedade, contribuindo para valorações positivas ou negativas. Considera-se que a língua permite o desenvolvimento psíquico e permeia os relacionamentos interacionais. Ao ser alfabetizado num idioma não-materno, questiona-se o processo de construção da identidade social do aprendiz, na relação com o ambiente escolar, com sua própria língua e com a língua do outro. O artigo objetiva demonstrar, para a realidade em estudo, que a interpenetração da língua e da cultura na sociedade dá-se diferentemente em cada um dos idiomas, o cabo-verdiano e o português.

PALAVRAS-CHAVE: Valor das línguas. Interpenetração cultural. Segunda língua. Identidade social. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT: This article records a scenario about some of the political-educational measures undertaken with regard to Portuguese teaching as an official and non-native language in the African reality. It pays attention to the socio-linguistic situation of Cape Verde, which mother tongue is a factor of diversity to be included in this conjuncture. The legal recognition or non-recognition of the spoken languages in a nation guides its statutes in society, contributing to positive or negative valuations. Language is considered to allow psychic development and permeate interactional relationships. Being literate in a non-native language, one wonders how the process of building the learner's social identity takes place in relation to the school environment, its own language and the language of others. The article aims to demonstrate, for the reality under study, that the interpenetration of language and culture in society occurs differently in each of the languages, Cape Verdean and Portuguese.

KEYWORDS: Value of languages. Cultural interpenetration. Second language. Social identity. Teaching-learning.

* Doutora em Estudos Linguísticos, Universidade de Cabo Verde. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8218-0126>. gildaris@gmail.com

1 Introdução

Os contextos de ensino-aprendizagem do português nas realidades onde o idioma é um dos oficiais caracterizam-se por sua diversidade sociolinguística e complexidade cultural, a que se vêm acrescentar valores às línguas nos níveis social, econômico, político, histórico ou afetivo. Enquanto língua pluricêntrica e pluricultural, presente oficialmente em quatro continentes, comporta idiossincrasias próprias a cada uma das culturas. Adquirida como materna, trata-se da língua pela qual o sujeito começa a construir sua identidade social, ou seja, a vivenciar experiências sociais, estabelecendo relações e associações do mundo que o rodeia. Permite-lhe conectar-se com a rede de universos linguístico-discursivos, legitimando sua presença e pertença a uma comunidade ou um grupo social. É nessa língua que se formam as memórias histórico-sociais habitantes do sujeito, constituindo a cultura da qual é parte integrante. Na relação com o outro, a identidade do falante, enquanto construto sócio-histórico, constitui-se, e estará sujeita a constante mutação.

A identidade social constrói-se na e pela interação, possível graças ao processo comunicativo de uma língua, ou seja, ao compreender e interpretar o que o outro diz, identificando ao mesmo tempo as intenções comunicativas de forma a reagir de acordo com o que se solicita no ato enunciativo. O receptor participa de um processo de interpretação cujos desafios para devida compreensão não se resumem apenas a competências linguísticas.

O corrente artigo aplica-se à realidade cabo-verdiana, onde o português é única língua oficial, segunda língua (L2) e o cabo-verdiano é língua materna (LM), primeira língua (L1), vivo na oralidade e na escrita informal, embora não aprendido nas escolas. Parte-se do pressuposto que no falante, depositam-se as línguas presentes numa comunidade, cujo contato é inevitável em locais onde as línguas oficiais e nacionais diferem-se. Nos casos dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), sendo o português oficialmente língua de escolarização e, conseqüentemente, de

letramento¹, porém não materna, qual relação se estabelece entre o aprendiz e as línguas? Em que medida há aceitação ou rejeição da língua portuguesa? Como as políticas das línguas (des)favorecem as construções identitárias? Que valor é atribuído a esses idiomas? Subjacente a esses questionamentos, encontra-se a complexa relação entre a língua materna, o contexto-fonte do aprendiz, e a língua não-materna, o contexto-alvo².

Este trabalho organiza-se a partir de três objetivos: 1) descrever e problematizar a vivência em cada uma das línguas, português e cabo-verdiano, nos planos cultural e histórico (BENVENISTE, 1966; LÉVI-STRAUSS, 1962); 2) refletir sobre o dever do Estado de reconhecimento jurídico das línguas, trabalhando para sua concretização (SIBILLE, 2002); 3) apontar eventuais reflexos no processo de ensino-aprendizagem decorrentes dos estatutos e dos valores das línguas na realidade em estudo (CALVET, 2002; LOPES, 2016).

2 Língua como vivência cultural e histórica

Benveniste (1966, p. 29) sustenta que não se pode conceber linguagem, língua e cultura separadamente, uma vez que a língua é um dos meios pelos quais o homem assimila a cultura, perpetuando-a ou transformando-a. Parafraseando o referido autor

¹ Em Cabo Verde, foram inicialmente estabelecidas metas governamentais em parceria com a Organização das Nações Unidas para erradicação do analfabetismo. No último relatório ODM da ONU, publicado em 2015, a taxa de alfabetização do público feminino adulto (maiores de 15 anos) passou 67,2% (2000) para 83,4% (2013); para o público masculino adulto (maiores de 15 anos), mesmo período, respectivamente, as taxas foram de 83,5% e 91,0%. Resta ainda o objetivo de atingir o letramento, ou seja, a criação e reforço de condições e práticas que visem a leitura e a escrita como forma de integração na sociedade, e não simplesmente a alfabetização, que se restringe à leitura e à escrita exclusivamente. A esse propósito, consultar o Relatório ODM, disponível em <https://www.un.cv/files/Relatorio%20ODM%20Julho%202015.pdf>, acesso em: 30 out. 2019, e também o artigo “O bilinguismo e a problemática da diglossia no processo de letramento: o caso de Cabo Verde e suas diásporas” (LOPES, 2011).

² Entende-se que, na aprendizagem de uma língua não-materna, o contexto-alvo e o contexto-fonte agem como fatores interculturais. Ao estar mais consciente do contexto-fonte, das implicações enunciativas próprias da L1, o aprendiz terá a tendência de estar mais atento ao contexto-alvo na L2 (SERRANI-INFANTE, 2002).

(1966, p. 12-28), a faculdade inerente ao ser humano de representação e compreensão da realidade ou da experiência através de um signo implica a categorização e subsequente organização dessa realidade pelo pensamento. Esse se traduz pela linguagem, materializada pela língua, uma das principais fontes de conhecimento sobre a cultura de um povo.

À medida que um indivíduo, integrado numa sociedade, cresce e adquire competências para a realização de tarefas intelectuais mais complexas, paralelamente interioriza reflexos culturais próprios do ambiente que o circunda. A cultura é compreendida como conjunto(s) de valores de um grupo ou sociedade³, que, por sua vez, tende a classificar e comparar dados, situações, acontecimentos para poder entender e dar sentido àquilo que é novo (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 17). Para isso, usa-se língua, cujos processos comunicativos podem abarcar conteúdos e aspectos culturais marcantes.

A relação intercultural e a interpenetração da língua portuguesa no contexto cabo-verdiano, enquanto língua oficial, difere-se evidentemente daquela do cabo-verdiano, vivo na oralidade. Estrategicamente, enquanto país sedador do programa da presidência pro-tempore da CPLP, período compreendido entre 2019 e 2020, sob o lema “As pessoas, a cultura, os oceanos”, o português continua a assumir o papel e o lugar de língua oficial, única de escolarização, embora não-materna. O interesse advém dos percursos e laços históricos evidentes com o mundo em língua portuguesa; das impulsionadoras relações político-econômicas com a Europa; da substancial projeção internacional, que se concretiza com programas nacionais de fomento em diversos âmbitos, na educação, na saúde, na formação profissional-técnica, no meio-ambiente ou até mesmo na construção civil.

³ O tema foi amplamente desenvolvido em disciplinas como a Antropologia, a Etnologia e a Filosofia (cf. CASSIRER, 1972; LÉVI-STRAUSS, 1958, 1973; LINTON, 1977; LOMBARD, 1994; POIRIER, 1968, 1978).

Amélia Mingas, no Simpósio sobre o tema “Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP”, realizado em março de 2008 pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, destacou que [no contexto da CPLP] “a língua portuguesa é um valor construído e em construção, com contribuições variadas de múltiplas formas de expressão e de representação e que coloca à comunidade política que a utiliza, a necessidade de a enquadrar no sistema de valores”.

Na realidade cabo-verdiana, ao português reserva-se o lugar de língua da comunicação escrita – comunicação social, literatura, legislações, documentos administrativos. Brito-Semedo, por exemplo, aponta que “escritores como Corsino Fortes [1933-2015], em sua época, [...] assumiram o português como uma língua literária própria, interiorizando-o sem complexos, trabalhando-o no máximo da sua potencialidade” (2010, p. 175). Na oralidade, os contextos de uso da língua portuguesa nos meios formais têm alterado ao longo dos anos, resultado direto da independência política do país e das medidas com o sentido de integrar, na vida social, o cabo-verdiano. Nas divisões públicas, nas universidades⁴, nas escolas, e mesmo nas sessões plenárias a língua cabo-verdiana vem cada vez mais conquistando seu espaço, em termos de uso propriamente e de estudo, de descrição e de investigação⁵. Se, por um lado, trata-se de um processo de autonomia da nação, que passa pela liberdade e defesa linguísticas, por outro lado, essa integração não se dá de forma institucionalizada e, sobretudo, reflete uma situação *in vivo*.

Cumprе destacar que, no cenário atual e na prática, os estatutos de cada uma das línguas, português e cabo-verdiano, não são idênticos, não obstante o artigo 9º da

⁴ A título de exemplo, na Universidade de Cabo Verde, única pública do país, o curso de graduação de Letras intitula-se “Línguas, Literaturas e Culturas: Estudos Cabo-verdianos e Portugueses” e propõe uma dupla formação, em português e em cabo-verdiano. Na mesma universidade, desde 2010, propõe-se o Mestrado de Crioulística e Língua Cabo-verdiana.

⁵ Citamos, por exemplo, a Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo Verdiano (PRAIA, 1994); e a Proposta de Bases para a Oficialização da Língua Cabo-verdiana (PRAIA, 2015).

Constituição da República de Cabo Verde (4ª edição, 2ª revisão ordinária, 2010) reza que, para além do português ser língua oficial, o Estado promove as condições para a oficialização da LM cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa e ainda que todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.

No plano cultural, o português interpenetra os conjuntos de normas, valores e conceitos que caracterizam e identificam o “ser cabo-verdiano”. As representações e atitudes fundamentais que definem uma personalidade⁶ acontecem nomeadamente com o compartilhamento da LM. Manuel Veiga, ao discorrer sobre a afirmação e a valorização do crioulo, reitera que “as tradições orais do nosso povo, apesar de proibidas, em algumas manifestações, fizeram do crioulo a língua por excelência de comunicação e o espaço privilegiado de resistência cultural” (2007, p. 40). Exemplos típicos são as letras de música, as tradições orais, a poesia, o cotidiano das instituições, que vivem em grande parte em língua cabo-verdiana. Há um comportamento linguístico coletivo, com suas implicações sociais, psicológicas, políticas e culturais. A L1, enquanto materna, particulariza e marca a identidade social, reforçando a personalidade cultural, ao passo que o português, como oficial e L2, estabelece a ligação com outras comunidades, contribui no processo de organização social, concretiza a aprendizagem de conhecimentos especializados.

As relações e os usos de cada uma das línguas não acontecem, contudo, de forma tão harmoniosa. Visto as vivências culturais e históricas inscritas em cada uma das línguas diferirem-se, com a imposição da L2 no processo de especialização numa área de conhecimento (por exemplo, em cursos universitários), o aprendiz vê-se confrontado frequentemente no processo de ensino-aprendizagem em L2, à falta de conhecimento de conceitos mais difundidos em sociedades outras, onde aconteceram mudanças socioeconômicas importantes, como a industrialização ou a urbanização

⁶ De acordo com Houis (1968), supramencionado.

intensiva. Isso pode refletir no plano lexical – uma das competências mais solicitadas na aprendizagem de uma língua não-materna, mas sobretudo as maneiras de construção das significações também divergem-se, e tornam-se desprovidas de sua carga efetiva no outro idioma, provocando o que Revuz qualifica de um verdadeiro confronto:

Esse confronto *entre a primeira e a segunda língua* nunca é anódino para o sujeito e para a diversidade de estratégias de aprendizagem (ou de não aprendizagem) de uma segunda língua, que se pode observar quando se ensina numa língua e se explica, sem dúvida, em grande parte pelas modalidades desse confronto (REVUZ, 1998, p. 215, grifo da autora).

Lidar com a alteridade, com a estranheza da outra língua, com sua própria flexibilidade psíquica, sabendo que não gozará do conforto afetivo instaurado na L1, da qual precisará provavelmente se afastar para dominar a L2, construindo um novo *eu*, são alguns dos elementos que podem desestabilizar o aprendiz. Certamente que, se transpostos esses obstáculos, mesmo que não completamente, porém o suficiente para conseguir comunicar-se na L2⁷, o aprendiz terá avançado, “mesmo que modestamente, em relação aos discursos sociais e familiares que nos perseguem, nos constroem e nos coagem”; terá igualmente enfrentado “um espaço silencioso no qual é preciso se inventar para dizer *eu*” (REVUZ, 1998, p. 228–229). Terá ainda confrontado outra vivência, que talvez não se assemelhe àquela da LM.

3 O valor das línguas

Nos contextos plurilíngues, os conflitos linguísticos decorrem em grande parte dos valores atribuídos às línguas em contato. As situações de diglossia, um fenômeno

⁷ Há diversas discussões e definições sobre o que é ser bilíngue (ver, por exemplo, ZIMMER; FINGER; SCHERER, 2008). Para fins deste trabalho, entendemos que bilíngue é quem domina duas línguas, em níveis de competência e graus não necessariamente idênticos.

social, podem perdurar numa sociedade por séculos, como é o caso de Cabo Verde. Em constante evolução, a diglossia provoca nos membros de uma comunidade comportamentos valorativos ou depreciativos em relação às variedades em uso, que, assim como qualquer idioma, comportam valores: afetivos, culturais, comerciais, econômicos, políticos, históricos, identitários, ideológicos, sociais. Tendo já suscitado interesse e atenção de pesquisadores em sociolinguística, mas também outras ciências correlacionadas (antropologia, sociologia, ciências da educação, psicologia), o valor das línguas condiciona seus lugares numa sociedade, atingindo os grupos sociais.

As atitudes linguísticas influenciam o comportamento linguístico, calcado num comportamento social instaurado na sociedade face ao que se considera como norma:

Existe na sociedade o que poderíamos chamar de olhares sobre a língua, de imagens da língua, em uma palavra, *normas* que podem ser partilhadas por todos ou diferenciadas segundo certas variáveis sociais (...) e que geram sentimentos, atitudes, comportamentos diferenciados (CALVET, 2002, p. 72, grifo do autor).

Falar a forma prestigiada legitima a posição do falante perante o grupo social, sendo sua fala avaliada não só em termos linguísticos, mas principalmente sociais. Argumentando que o contato entre línguas provoca um problema de comunicação social, Calvet (2002, p. 51–55) analisa o caso das línguas crioulas, e entende que seu modo particular de emergência não legitima sua condição de língua inferior, com frequência atribuída socialmente. Acrescenta ainda que:

Por longo tempo desprezados, considerados como formas inferiores e exatamente por isso sem acesso às funções oficiais (ensino, administração), hoje os crioulos são promovidos à **posição de língua oficial** (nas ilhas Seychelles e no [sic] **Cabo Verde**) e utilizados em caráter experimental no ensino (nas Antilhas francesas e no Haiti) (CALVET, 2002, p. 55, grifo nosso).

Embora se constate o objetivo de paridade dos estatutos das línguas portuguesa e cabo-verdiana, conforme verificado na constituição do país, criando políticas e condições que visem o acesso a um bilinguismo aditivo e horizontal⁸ – pressupondo nesse caso que a escolarização aconteceria em ambas as línguas – é forçoso admitir, atualmente, que há poucas iniciativas nesse sentido. A situação diglósica ainda persiste, pois o cotidiano acontece em grande parte em L1, como por exemplo, na comunicação social, posto que muitos programas radiofônicos e mesmo televisivos são transmitidos no idioma nacional ou nas instituições privadas e públicas, cujo atendimento se dá majoritariamente em LM. O português, língua minoritária, cujo domínio é mais preponderante em grupos sociais favorecidos, constitui uma das formas de se demonstrar poder linguístico-intelectual, financeiro ou educacional, e permanece restrito a situações formais de uso.

Sibille (2002), ao discorrer sobre as línguas minoritárias na realidade francesa, sobretudo aquelas regionais, como a bretã ou a corsa, não integradas sistematicamente aos currículos das instituições de ensino, defende que no plano cultural, uma língua minoritária vale por (i) veicular um saber na sociedade; (ii) agregar diversidade à sociedade; (iii) constituir um patrimônio, uma memória história para um povo. Embora o contexto sociolinguístico cabo-verdiano seja diferente, dado que o português, único oficial, é minoritário, e o cabo-verdiano é majoritário e linguisticamente dominante (ainda que não ensinado nas instituições escolares), a reflexão teórico-filosófica que preside a categorização proposta pelo autor serve ao caso de Cabo Verde para a explicitação dos valores das línguas.

⁸ Entende-se que a aprendizagem do português acontece, em grande parte, a partir dos 6 anos de idade, momento da escolarização, tendo já o aprendiz adquirido a língua materna. Dessa forma, considera-se que se trata de um bilinguismo sequencial (aquisição de uma língua e após a outra), contudo os contextos de aprendizagem diferem-se consideravelmente. Ainda, há uma situação atualmente de bilinguismo vertical, uma vez que os estatutos das línguas não estão em paridade (cf. FLORY; DE SOUZA, 2009).

A literatura na realidade cabo-verdiana, redigida majoritariamente em português, revela que, assim como em outros países africanos de expressão portuguesa, faz-se necessário dominar o idioma, de forma a atingir maior público, sobretudo aquele de fora. Sem deixar de lembrar a realidade do país, com expressões próprias que denotam particularidades no plano linguístico (semântico ou sintático, por exemplo), escreve-se na língua que se aprendeu na escola, exemplificado por alguns dos autores cabo-verdianos lidos na atualidade: Germano Almeida, Fátima Bettencourt, Arménio Vieira, Jorge Carlos Fonseca, Orlanda Amarílis.

Nas escolas, associa-se com frequência o prestígio, a ascensão social à “norma culta” (entenda-se europeia) do português. À língua cabo-verdiana, reserva-se o lugar do afeto⁹, contudo sem gozar do direito de ser ensinada e aprendida. O lugar do português na realidade cabo-verdiana é assim veiculado pelos grupos sociais mais influentes e intelectualizados, cujo valor que o atribuem permite à L2 manter-se nesta realidade, viabilizando a continuidade da ligação do arquipélago com outros países da CPLP. A falta de medida efetiva para a inserção da LM no meio escolar não fornece os elementos para a devida conscientização do aluno no que tange a sua descrição e suas particularidades, reforçando, por conseguinte as ideias de “que o crioulo é um português malformado ou mal falado” ou ainda, uma qualificação pejorativa bastante recorrente no senso comum, “um dialeto”. Todavia, conforme explicitado por linguistas estudiosos do crioulo, entende-se que se trata de uma nova língua, que carece de estudo e prestígio assim como outras:

Em Cabo Verde, foram as crianças que, adoptando como língua materna as variedades básicas da língua segunda faladas pelos

⁹ A apelação “língua de cultura” também é utilizada, conforme explica Lopes: “(...) continua a prevalecer a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 103/III/90 de 29 de dezembro, com as alterações de 18 de outubro de 1999 – Lei nº 113/V/99), a qual assume a LP como meio e objecto de ensino e a LCV como “manifestação privilegiada da cultura” a ser valorizada como o objectivo de “reforçar a identidade cultural e de integrar os indivíduos na colectividade em desenvolvimento” (nº 2 do Artigo 9º - Educação e identidade cultural)” (LOPES, 2016, p. 362–363).

adultos, no seu processo de aquisição, **aceleraram as mudanças**, contribuindo para a criação de uma nova língua – um crioulo. Este não resultou de uma evolução nem do português, nem das línguas africanas: foi antes resultado da **reestruturação** (de uma nova “leitura” e reelaboração) de um material linguístico novo e diferenciado: aquele que os primeiros escravos africanos puderam adquirir e que produziam mais frequentemente, em seu contacto limitado com a língua portuguesa e seus falantes. Esse material, de base portuguesa, continha também formas de expressão e de conteúdo das línguas africanas faladas na comunidade (PEREIRA, 2006, p. 28–29, grifos da autora).

Pereira destaca ainda que ideias (mal) feitas sobre os crioulos apresentam consequências de ordem sociolinguística, linguística e metalinguística:

O facto de os crioulos de base portuguesa terem sido durante muito tempo classificados pelo senso comum como variedades de português mal falado ou afastado da norma levou a que muitos falantes das línguas crioulas interiorizassem a ideia de que falar sua língua, sobretudo em público, era socialmente pouco prestigiante. Para tal, contribuiu também, além das pressões simbólicas, a real repressão linguística a que foram frequentemente sujeitos. Veja-se o caso de Cabo Verde, onde, em 1921, o governo local emitiu uma Portaria proibindo o uso do crioulo em todas as repartições públicas, sob pena de aplicação de sanções disciplinares a quem não a cumprisse (PEREIRA, 2006, p. 40).

Na realidade cabo-verdiana, prevalece o português no ambiente escolar, oficialmente como L2:

Os Planos de Estudos concebidos no âmbito da reforma de ensino, generalizada no ano lectivo 1994/95 e que se fundam na Lei de Bases, instituem a LP como objeto de ensino adequadas ao seu estatuto (língua segunda) e não de língua materna (...) ao mesmo tempo que destacam a sua importância no quadro das disciplinas do plano de estudos e como meio de ensino, **considerando mesmo que o seu deficiente domínio pode ser um dos factores de insucesso escolar** (LOPES, 2011, p. 363, grifo nosso).

Com a falta de estímulo institucional visando uma aprendizagem mais dinâmica e pragmática do idioma, as interferências linguísticas que acontecem da LM em relação à L2 são percebidas como “erros”. Sem atentar, institucionalmente, à língua majoritária – falada no cotidiano das relações entre os cabo-verdianos, em quaisquer âmbitos, é inegável que a não-escolarização em sua LM influencia no processo de aprendizagem, em especial no plano metalinguístico. Valorizar e incentivar o bilinguismo horizontal através de ações institucionais incidiria positivamente no letramento, no conhecimento linguístico e mesmo desenvolvimento cognitivo, como já demonstrado nos estudos em psicolinguística (ZIMMER; FINGER; SCHERER, 2008).

Com base no argumento de Sibille (2002) de que as línguas são os elementos que permitem a uma sociedade formar, desenvolver e alimentar continuamente sua memória histórica – condição *sine qua non* de uma sociedade harmoniosa e democrática – a escolarização em língua portuguesa na realidade cabo-verdiana não é algo negativo, contudo, a partir do momento em que se valoriza e se prestigia a L2, negligenciando a complexidade de um meio caracterizado pela sua pluralidade linguística, incorre-se num esquecimento/apagamento do patrimônio cultural-linguístico, formado na L1. Ainda, a comunicação social por parte dos ministérios contribui para a ideia do (não)lugar do cabo-verdiano, enquanto língua de ensino:

O ensino do português é fundamental para o futuro de Cabo Verde. Nós queremos ter recursos altamente qualificados e a língua portuguesa é a língua do conhecimento, é a nossa língua e temos de assumi-la de forma descomplexada.

[...]

Nós falamos português há mais de 500 anos em Cabo Verde. Falamos crioulo há mais de 500 anos em Cabo Verde. Devemos tudo fazer para promover o ensino da língua portuguesa¹⁰.

¹⁰ Parte do discurso do atual Ministro de Relações Exteriores de Cabo Verde, publicado em Observador On Time em 18 de julho de 2019. Disponível em: <https://observador.pt/2019/07/18/governo-de-cabo-verde-defende-importancia-do-ensino-do-portugues-e-sem-complexos/>. Acesso em: 09 out. 2019.

Reconhecer a legitimidade de conhecimento, transmissão, ensino-aprendizagem da LM, zelando pela sua efetiva aplicabilidade, constitui uma das tarefas do Estado, posto que constitucionalmente, impõe-se a necessidade de ambas as línguas estarem em paridade. O lugar e o valor das línguas, dessa forma, constroem-se certamente na cultura, envolvendo história e identidade, porém o papel do Estado de reconhecimento jurídico das línguas e sua concretização através dos atos revela-se incontornável para evitar, ou pelo menos, minimizar, situações de diglossia. Enquanto isso persistir, o “sentimento complexado” em relação ao português continuará muito provavelmente a existir, além de impactar negativamente no ensino-aprendizagem das línguas, uma vez que “certas línguas têm mais valor que outras”. Ainda, na mesma linha de ideias, a noção de valor atribuída ao português na realidade dos países de língua co-oficial portuguesa é legitimada pelo que Faraco (2016, p. 239) intitula de “topos do orgulho”, que afinal nada mais representa do que uma “construção imaginária compensatória do senso [comum] de ser menor do que se deseja”. Com efeito, o autor sustenta que:

Embora qualquer língua, por critérios puramente linguísticos, seja equivalente a qualquer outra em termos de plenitude formal, seu estatuto político pode variar em razão de circunstâncias históricas e socioculturais. São, portanto, duas distintas escalas de valores: a plenitude formal (critério puramente linguístico) iguala todas as línguas; as distintas realidades socioeconômicas, históricas e culturais (critérios não linguísticos) hierarquizam as línguas (FARACO, 2016, p. 239).

Numa análise muito lúcida e concreta da história sociopolítica da língua portuguesa, o pesquisador critica o quanto o discurso sobre a língua ainda é exaltado e idealizado, no âmbito político e midiático, destacando que:

Não há espaço para dar visibilidade aos ressentimentos e conflitos sociolinguísticos que refletem ainda a divisão social que o colonialismo

impôs às sociedades africanas e que, no fundo, é sinalizada pelas diferentes formas como a língua funciona socialmente, ou seja, os estratos que a têm como língua materna, os que a falam como segunda língua e os que não a conhecem (FARACO, 2016, p. 317).

Severo (2016), ao discorrer sobre a processo colonial de discursivização das línguas na América, entende que por nascerem no contexto colonial, constituem as formas de expressão das “práticas colonizadoras e modernizadoras, como a cristianização, a folclorização, a cientificização e a escolarização” (2016, p. 11). Por conseguinte, “não por acaso, em contexto africano, o letramento e a educação linguística assumem um papel ambivalente, como instrumentos de controle e/ou como formas de emancipação social (SEVERO, 2016, p. 12, apud MAKONI, 2003).

Não sendo língua nacional hegemônica e, por muito tempo, aquela aprendida exclusivamente na escola através de regras gramaticais, impostas a crianças em fase de escolarização, que já precisam lidar com registro e metodologias completamente novos, não é de se espantar que o gosto do cabo-verdiano contraponha-se àquele do português.

A polarização das línguas nasce da própria constituição da nação cabo-verdiana – o crioulo como veículo identitário, de afirmação e oposição ao colono escravocrata – mas continua a ser reforçada no meio escolar, quando se busca atingir uma língua portuguesa ideal, imaginária, presente nos livros, mas ausente na oralidade. Trata-se de um desequilíbrio sociolinguístico que não permite mais ampla apropriação linguística nem do português, nem do cabo-verdiano. Se, por um lado, a LM não é institucionalizada como língua de ensino, não se adquire saber metalinguístico, por outro lado, a L2, restringe-se aos contextos estritos de ensino, aprendida de forma pouco espontânea.

4 Estatuto das línguas e seu reflexo no processo de ensino-aprendizagem

Nos estudos sociolinguísticos, percebe-se que questões relacionadas a segurança e insegurança ou atitudes positivas e negativas no momento de se expressar em certa variante têm a ver com a posição, o estatuto dessa variante perante à comunidade linguístico-social. Entendendo que se constata diglossia na atual conjuntura de Cabo Verde, pois os contextos em que se recorre a cada uma das línguas diferem-se (cf. LOPES, 2016; VEIGA, 2007), os jogos de valores sociolinguísticos relacionados ao uso do português e do cabo-verdiano nesta realidade relacionam-se aos estatutos dos idiomas, podendo causar implicações no momento da aprendizagem da L2.

Se admitíssemos que apenas as necessidades comunicativas orientassem as variações linguísticas¹¹, o falante tiraria do seu farnel a língua mais apropriada para cada momento, usá-la-ia de bom grado de acordo com o interlocutor, e em seguida voltaria a guardá-la. Ora, ao expressar uma opinião, argumentar, refutar uma ideia, “existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam. (...) As atitudes linguísticas exercem influência sobre o comportamento linguístico” (CALVET, 2002, p. 65).

Ainda, nos diferentes contextos em que cada uma das línguas é utilizada, o nível de escolarização atua fortemente na legitimação social de particularidades fônicas, morfológicas, lexicais ou sintáticas que eventualmente possam emergir. O domínio do “bom português” constitui um dos terrenos para discriminação e exclusão social, muito embora se desconheça propriamente qual seria a norma desse português para a realidade cabo-verdiana.

¹¹ Nomeadamente na concepção que se define a língua apenas como um instrumento de comunicação.

Há alguns debates no sentido de se constatar, no território, a construção de um português próprio, com a perspectiva de constituição de uma variante do português europeu, como defende Brito-Semedo (2010), ao analisar as produções literárias entre os anos de 1842 e 2000:

Ocorreram, desde os primeiros textos publicados em Cabo Verde, três fenômenos linguísticos típicos da comunicação escrita: (i) o fenômeno de se escrever ou só em crioulo ou só em português (período do cabo-verdianismo); (ii) o fenômeno de se misturar as duas línguas um mesmo discurso, isto é, introduzir palavras e estruturas do crioulo num texto em português (período da cabo-verdianidade); e (iii) o fenômeno da alternância de códigos, ou seja, iniciar a escrita numa das línguas (por exemplo, em português) e passar para a outra língua (nesse caso, o crioulo), ou vice-versa (período do universalismo) (BRITO-SEMEDO, 2010, p. 175).

O universalismo ao qual se refere o autor inscreve-se no período pós-independência da realidade cabo-verdiana, englobando escritores como Corsino Fortes, Arménio Vieira e Silva, ou Danny Spínola. Corsino Fortes, por exemplo, no poema “Pão e fonema” (1974), alterna entre o uso do português e do cabo-verdiano, e ainda recorre a termos que designam conceitos próprios da cultura cabo-verdiana, como guarda-cabeça, funaná, morna, finaço¹². Lopes ainda afirma que:

(...) historicamente, é fortemente previsível que, em vários domínios da gramática, tenha havido mútuas influências, dando origem a uma variedade do português formada em Cabo Verde e, obviamente, a um crioulo de base portuguesa. Na actualidade, o facto de o português ser a língua segunda de muitos cabo-verdianos e de existir um bilinguismo activo concorre para que se mantenham condições favoráveis à mútua influência (LOPES, 2011, p. 37).

¹² Interessante notar que as unidades lexicais supramencionadas constam no Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, e estão presentes nos Dicionários da Porto Editora, marcados como específicos do léxico cabo-verdiano.

A afirmação de construção de uma variante do português de Cabo Verde é um movimento, contudo, ainda tímido e que carece de mais pesquisas no meio acadêmico¹³. A concepção de língua portuguesa como L2 emergiu inicialmente no ensino superior, impactando metodologias de ensino e de formação de professores, para conseqüente produção de materiais, embora o aprofundamento da compreensão desse estatuto, por parte da sociedade civil, carece ser reforçado.

Por outro lado, na sequência do Fórum Parlamentar para um bilinguismo social efetivo (Praia – 17 e 18 de maio de 2013), alguns projetos-piloto para uma educação bilíngue começaram a ser implementados no ano letivo de 2013-2014, notadamente por via da pesquisadora Ana Josefa Cardoso, com o projeto intitulado “*Si ka fila tudu, ta fila um pónta* – Uma experiência de Educação Bilíngue”, que defende veemente o ensino formal da LM, argumentando que a assimilação de outras línguas, além de outras áreas curriculares, dá-se comprovadamente de maneira mais eficaz¹⁴. A linguista Dulce Pereira (2006, 2018) sustenta “a maioria das crianças só na escola tem pela primeira vez a oportunidade de tomar a palavra em português”; para a autora, a educação bilíngue permitiria a “aprendizagem da língua portuguesa num ambiente ainda pouco formal, sem abandono da língua de casa e sem os constrangimentos (também para os educadores) das avaliações sumativas que frequentemente inibem a inovação” (PEREIRA, 2018, p. 193).

¹³ Dos poucos registros nesse sentido, destaca-se o projeto em andamento enquadrado na Cátedra Eugênio Tavares de Língua Portuguesa, de descrição do português de Cabo Verde, integrada, em 2014, à Universidade de Cabo Verde e fomentada pelo Camões: instituto da cooperação e da língua (cf. <http://cet-lp.com/index.php/conteudos-geral/11-linha-de-investigacoes/7-linguistica-descritiva-sincronica-descricao-do-portugues-em-cabo-verde>. Acesso em: 16 out. 2019).

¹⁴ Em entrevista ao canal Sapo, a pesquisadora esclareceu que a implementação do projeto aconteceu inicialmente em duas escolas básicas da ilha de Santiago (São Miguel, em Flamengos e outra na cidade da Praia, em Ponta d'Água), sendo que após a avaliação do primeiro ano da experiência e “face aos resultados positivos obtidos”, no ano letivo seguinte foi estendido a duas escolas do Tarrafal (Santiago) e no ano letivo 2015-2016 ainda duas escolas de São Domingos e duas da ilha de São Vicente foram beneficiadas (cf. <https://noticiasdonorte.publ.cv/56300/ana-cardoso-nao-podemos-continuar-fingir-nossa-lingua-materna-nao-existe-mante-la-do-sistema-educativo>. Acesso em: 16 out. 2019).

Os esforços carecerão, contudo, de provavelmente mais tempo e sobretudo implicação e engajamento políticos para serem recompensados. Em entrevista recente à RTP, no âmbito do programa radiofónico “A Língua de Todos”, Cardoso relata o esmorecimento do projeto, por falta de incentivo governamental e efetiva aplicação junto ao Ministério de Educação do país¹⁵. O valor das línguas, mais uma vez, impõe-se, direcionando as medidas político-educacionais empreendidas no seio de uma comunidade.

As demandas sociais para uma educação linguística giram-se em torno da aquisição, do desenvolvimento e da ampliação do “conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos” (BAGNO; OLIVEIRA RANGEL, 2005, p. 63). De acordo com os autores, um dos fatores socioculturais que permite a consecução de tais tarefas consiste no ambiente escolar, onde se encontra uma educação linguística institucionalizada. Uma das funções do letramento ali realizado é a integração do sujeito na sociedade, de forma a estar apto à responder às demandas sociais, como, por exemplo, ter acesso às regras linguísticas padronizadas, sendo capaz de utilizá-las. Contudo, não significa extinguir, apagar ou diminuir algumas das variantes das línguas presentes:

Essas formas padronizadas se vinculam, tradicionalmente, às práticas sociais de letramento mais prestigiadas, e é dever do Estado, e portanto, da escola, garantir que, sem prejuízo de sua variedade de origem, todos os cidadãos possam conhecer e utilizar, conforme lhes pareça conveniente, as formas linguísticas que, por razões históricas, culturais e sociais (e não por supostas qualidades linguísticas intrínsecas), foram erigidas em padrão de comportamento linguístico apropriado às interações sociais mais monitoradas, mais formais, faladas e/ou escritas (BAGNO; OLIVEIRA RANGEL, 2005, p. 78).

¹⁵ Em entrevista ao programa de 10 de maio de 2019. Cf. <https://www.rtp.pt/play/p393/e406081/lingua-de-todos>. Acesso em: 10 out. 2019.

Com a adoção de uma política educacional linguística orientada ao desenvolvimento escolar sobretudo de uma das línguas presentes na realidade cabo-verdiana, o sujeito entende que as regras linguísticas são próprias da L2, portanto portadora de conhecimentos mais especializados e sistematizados, enquanto que a LM “não possui regras”, sendo sua sistematização impossível por causa das diversas variantes. Essa compreensão controversa da realidade pelo senso comum relaciona-se com medidas políticas defasadas ou ausentes de promoção e valorização das línguas, que refletem de fato no ambiente educativo. É palpável o conflito entre a variedade “baixa” e aquela “alta”, cujo domínio escrito legitima seu lugar na sociedade. Ainda, por ser a “língua dos livros”, a variedade “alta”, é percebida como homogênea, passível de ser descrita e estudada, contrariamente àquela “baixa”, cuja heterogeneidade (mais facilmente perceptível, posto que falada) inviabiliza qualquer tipo de descrição e estudo.

Com o aumento de escolarização e urbanização, espera-se que a exposição ao português abranja mais pessoas. Para tal ampliação, ainda será preciso que haja maior alcance dos meios de comunicação social, difundidos em português; políticas governamentais que orientem o ensino-aprendizagem com o auxílio de metodologias propícias para desenvolvimento linguístico-social; bem como políticas educativas com objetivos claros de difusão do conhecimento, produção e acesso a materiais autênticos que deem conta da realidade sociolinguística do país. Espera-se ainda, de acordo com as instruções ministeriais¹⁶, que o sujeito cabo-verdiano esteja exposto a línguas estrangeiras, de forma a corresponder a uma sociedade que se desenvolve e se abre para a internacionalização.

¹⁶ Nesse sentido, o ministério de educação definiu, em 2017, as seguintes prioridades no seio do ensino fundamental: (i) ensina-se o português, no primeiro ano de escolaridade, como língua segunda (L2); (ii) integram-se as línguas francesa e inglesa a partir do quinto de escolaridade; e (iii) o mandarim é introduzido como língua opcional a partir do nono ano de escolaridade nos subdistritos de Santa Catarina e Praia (ilha de Santiago) e na ilha de São Vicente.

Contudo, ainda afloram propostas de cursos de reforço de português desenvolvidos a nível superior¹⁷, comprovando que as fragilidades não advêm apenas do conhecimento linguístico, sendo ocasionadas em níveis mais profundos de aprendizagem e interiorização das línguas, com forte influência sociocultural. O reconhecimento legal dos idiomas presentes nesta realidade e o estímulo governamental de práticas educativas bilíngues auxiliaria no processo de conscientização e valoração, impactando positivamente no ensino-aprendizagem. Sibille (2002, p. 7–8), considera que o reconhecimento das línguas pelos atos traduz-se em: (i) responder a uma demanda social; (ii) instaurar o ensino bilíngue ou outras formas de sensibilização às línguas presentes; (iii) incentivar formas de reforço linguístico de manutenção da língua, como equipamentos pedagógicos, dicionários, gramáticas, identificação e recolha dos neologismos; e (iv) ajudar a divulgar os conhecimentos sobre as línguas à população. Dessa forma, a efetiva aplicação da co-alfabetização (ou melhor, co-letramento) numa perspectiva bilíngue limitaria os efeitos perversos de atitudes positivas ou negativas face aos falantes, contribuindo para mais ampla apropriação linguística em ambas as línguas.

5 Considerações finais

Embora seja imperioso reconhecer alguns dos esforços nacionais e estrangeiros, em graus vários, no desdobramento de ações fomentadoras e instigadoras em prol do conhecimento, da assimilação e apropriação linguísticas na realidade cabo-verdiana, ao atentar à vivência e interpenetração na língua e na cultura que se registra em língua

¹⁷ Afloram debates e iniciativas objetivando o desenvolvimento e devido “reforço da língua portuguesa” na realidade cabo-verdiana. Ações são desenvolvidas junto às instituições principais de ensino, nas escolas de ensino fundamental e médio, nas universidades; nas representações diplomáticas, em especial a brasileira e a portuguesa, por intermédio dos leitorados e dos centros de língua; ou ainda no Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), organismo incorporado à CPLP e sediado na cidade da Praia (Santiago).

portuguesa, percebe-se que são circunscritos a momentos específicos de fala e de escrita, atingindo apenas alguns grupos sociais, em geral mais escolarizados.

Por um lado, os espaços alocados ao português são minoritários – restringe-se, em grande parte, na oralidade, a um grupo de intelectuais, caracterizados por atuarem na política, na literatura, no meio acadêmico/escolar ou jurídico, na comunicação social ou ainda nas organizações de caráter internacional. Na escrita, contudo, o domínio da língua é imprescindível em todos os âmbitos, escolar, acadêmico, administrativo, legislativo, o que a qualifica como oficial, contudo, não hegemônica no país. Por outro lado, o domínio da língua cabo-verdiana não acontece de maneira institucionalizada, provocando carência de criticidade e de reflexão metalinguística sobre a própria LM.

A relação que se estabelece entre o aprendiz e cada uma das línguas nasce de uma situação conflituosa, estabelecida pelos valores diferenciados que lhes são atribuídos, que acontece sobretudo a partir do primeiro ano de escolarização. O ambiente escolar evidencia um reflexo dos comportamentos sociais em relação à L1 e à L2, muitas vezes reforçando a diglossia já presente nesta realidade. Neste contexto, a falta de reconhecimento e valorização das línguas por parte do Estado de forma efetiva atua negativamente nas percepções da sociedade civil em relação às formas linguísticas prestigiadas e desprestigiadas. Embora haja trabalhos, em quantidade razoável, que centram na situação linguística do país, sobre o ensino da L1 e da L2, ou sobre a descrição da língua cabo-verdiana, tanto nacional ou quanto internacionalmente, dando a entender que o ensino bilíngue adequar-se-ia melhor à situação vivenciada, as tomadas de decisões no plano estatal não se traduzem em políticas e planejamentos linguísticos que os evidenciem.

Dessa forma, as políticas das línguas, calcadas apenas nos valores sociais que se tem sobre elas, silenciam o contexto-fonte do aprendiz, ou seja, de onde ele se alimenta para a sua construção identitária. No contexto-fonte, há o plano linguístico, cuja transferência e interferência acontecem muito frequentemente no contexto-alvo, mas

outras dimensões, como situacional, interacional, cultural, intertextual e discursiva (KRAMSCH, 1996) atuam no sujeito, refletindo diretamente na aprendizagem. De fato, focando apenas no contexto-alvo, da forma como é ensinada e aprendida a língua portuguesa na realidade cabo-verdiana, esquece-se ou não se considera seu percurso individual e coletivo, bem como todos os processos de interiorização de reflexos culturais próprios do ambiente que circunda o aprendiz.

A escolha de representação das línguas em função dos espaços sociais, da forma como acontece, contribui para cavar o fosso entre os valores da língua majoritária e daquela minoritária, construídos histórica e socialmente, muito embora funcionem em complementaridade (ao menos oficialmente) na sociedade cabo-verdiana.

Referências

BAGNO, M.; OLIVEIRA RANGEL, E. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, p. 63–81, 2005. DOI <https://doi.org/10.1590/S1984-63982005000100004>

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.

BRITO-SEMEDO, M. A contribuição do escritor para o enriquecimento da língua. *In: Interpenetração da Língua e Culturas de/em Língua Portuguesa na CPLP*. [s.l.] IILP/AULP, 2010. p. 171–176.

CABO VERDE. **Constituição (2010). Constituição da República de Cabo Verde**. 4.^a ed. 2.^a revisão ordinária. Praia, Santiago: Assembleia Nacional, 2010.

CALVET, L.-J. **Sociolinguística. Uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CASSIRER, E. **La Philosophie des formes symboliques**. Tradução: Claude Fronty. Paris: Éditions de Minuit, 1972.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FLORY, E. V.; DE SOUZA, M. T. C. C. Bilinguismo: diferentes definições, diversas implicações. *Revista Intercâmbio*. **Revista Intercâmbio**, v. XIX, p. 23–40, 2009.

KRAMSCH, C. **Context and culture in language teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale**. Paris: Plon, 1958.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes tropiques**. Paris: Union générale d'éditions, 1962.

LÉVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale deux**. Paris: Plon, 1973.

LINTON, R. **Le Fondement culturel de la personnalité**. Tradução: Andrée Lyotard. Paris: Dunod, 1977.

LOMBARD, J. **Introduction à l'ethnologie**. Paris: Armand Colin, 1994.

LOPES, A. M. **As línguas de Cabo Verde. Uma radiografia sociolinguística**. Praia, Santiago: Edições UniCV, 2016.

LOPES, F. J. O bilinguismo e a problemática da diglossia no processo do letramento: o caso de Cabo Verde e suas diásporas. **Papia** 21, v. 1, p. 123–136, 2011.

PEREIRA, D. **Crioulos de base portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

PEREIRA, D. O cabo-verdiano na educação: implicações no desenvolvimento da língua portuguesa. **Atas Jornadas de Língua Portuguesa Investigação e Ensino**, p. 183–202, 2018.

POIRIER, J. **Ethnologie générale**. Paris: Gallimard, 1968.

POIRIER, J. **Ethnologie régionale**. Paris: Gallimard, 1978.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Tradução de Silvana Serrani-Infante. In: SIGNORINI, I. (ed.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP; São Paulo: Mercado de Letras; FAPESP, 1998. p. 213–230.

SERRANI-INFANTE, S. O contexto-fonte e o ensino de línguas. **Scripta**, p. 54–63, 2002.

SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa**, v. 60, n. 1, p. 11–28, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1604-1>

SIBILLE, J. La reconnaissance de la valeur culturelle des langues. **La Charte européenne des langues régionales ou minoritaires et la France**. Conseil de l'Europe, abr. 2002.

VEIGA, M. Ensino e Aprendizagem das Línguas em meio plurilíngue. **Atas do Colóquio Internacional "Ensino/aprendizagem do francês e do português no contexto plurilíngue africano**, p. 39–50, 2007.

ZIMMER, M.; FINGER, I.; SCHERER, L. Do bilinguismo ao multilinguismo: intersecções entre a Psicolinguística e a Neurolinguística. **ReVEL**, v. 6, n. 11, p. 28, 2008.

Artigo recebido em: 27.11.2019

Artigo aprovado em: 27.04.2020



Paisagens semióticas e imigração em São Paulo

Semiotic landscapes and immigration in São Paulo

*Alexandre Marcelo BUENO**

RESUMO: A dinâmica cultural e econômica da cidade de São Paulo, tanto no passado como no presente, tem como um de seus principais atores a alteridade vinda de outro país: refugiados e imigrantes. Diversos grupos imigrantes imprimem marcas de sua presença no espaço de diferentes bairros. Este trabalho tem por objetivo observar e analisar elementos da presença de imigrantes e refugiados demarcados no espaço público de bairros paulistanos, como, por exemplo, as línguas estrangeiras e o comércio imigrante. É por meio desses elementos que poderemos refletir sobre as dinâmicas da relação entre o local e o global, com sua transformação ou sua negação por meio das instâncias espaciais locais. Como uma espécie de estudo de caso, ainda provisório, examinamos uma rua da comunidade boliviana na cidade de São Paulo. Observamos, inicialmente, como há práticas mistas que se manifestam tanto no uso linguístico como no uso de determinados espaços por essa comunidade. Para fundamentar nossa análise, nos respaldamos no conceito de paisagem semiótica que nos permitirá compreender a presença e a interação entre diferentes linguagens instauradas no espaço público e as transformações ocorridas nos locais para

ABSTRACT: The cultural and economic dynamics of the city of São Paulo, both in the past and the present, has as one of its main actors the otherness coming from another country: refugees and immigrants. Several immigrant groups imprint their presence in the space of different neighborhoods. This work aims to observe and analyze elements of the presence of immigrants and refugees demarcated in the public space of São Paulo neighborhoods, such as, for example, foreign languages and the immigrant trade. It is through these elements that we can reflect on the dynamics of the relationship between the local and the global, with its transformation or its denial through local spatial instances. As a kind of case study, still provisional, we examined a street of the Bolivian community in the city of São Paulo. We observe, initially, how there are mixed practices that manifest themselves both in linguistic use and in the use of certain spaces by this community. To base our analysis, we rely on the concept of semiotic landscape that will allow us to understand the presence and interaction between different languages established in the public space and the transformations that take place in the places to understand the dynamics

* Doutor em Semiótica e Linguística Geral pela USP, Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0798-3615>. alexandrembueno@gmail.com; alexandre.bueno@mackenzie.br.

compreendermos as dinâmicas (social, cultural, linguística) presentes na metrópole paulistana.

(social, cultural, linguistic) present in the metropolis of São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagens semióticas. Imigração. Espaço público. São Paulo.

KEYWORDS: Semiotic Landscapes. Immigration. Public space. São Paulo.

1 Observações preliminares

São Paulo é uma metrópole cujos sentidos associados à imigração permanecem na ordem do dia. Além da presença de imigrantes na contemporaneidade, há elementos históricos que definem, em parte, a identidade de bairros paulistanos, como é o caso do Bom Retiro, da Liberdade, do Glicério, do Bexiga, da Bela Vista, da Mooca, do Brás, entre outros.

Podemos, assim, observar diariamente os fluxos de sentidos que perpassam essas localidades. Mencionamos, a seguir, dois fenômenos atuais para exemplificar as possibilidades de produção de sentidos ligados às questões do espaço, da identidade do bairro, da presença dos imigrantes e das tensões entre a historicidade e a globalização na contemporaneidade. O primeiro exemplo se refere à inauguração de um café *gourmet*¹ no bairro do Bom Retiro (NAGASE, 2016), conhecido pela presença de imigrantes bolivianos, coreanos e de uma já estabelecida comunidade judaica que ainda permanece no bairro (apesar do amplo deslocamento que ocorreu em direção ao bairro de Higienópolis). O segundo é um bar-restaurante de refugiados sírios conhecido como *Al Janiah*, localizado inicialmente no Centro de São Paulo, próximo ao

¹ Há não muito tempo o substantivo “gourmet” passou a ser usado também como adjetivo. Um pouco como sua definição originária, a de apreciador de boas bebidas e comidas, o adjetivo se refere a um processo de requinte, em geral apenas aparente, de um objeto considerado banal ou comum. Dependendo do discurso, pode apresentar uma conotação negativa, de falso requinte ou de superficialidade em estabelecimentos que vendem a ideia de inovação e de valorização sem, de fato, sê-lo, sobretudo pelo preço que é geralmente cobrado.

Vale do Anhangabaú, e que atualmente se encontra instalado no bairro do Bexiga, reduto bastante conhecido da comunidade italiana de São Paulo.

A abertura do café *gourmet* no Bom Retiro provocou uma espécie de quebra na isotopia temática, figurativa e plástica do espaço de seu entorno no bairro, constituído predominantemente pelo comércio de roupas estimulado e mantido pelas comunidades coreanas e bolivianas. Em outras palavras, sua presença destoou, em termos comerciais e estéticos, daquilo que se espera de um lugar com um comércio bem estabelecido: o de roupas de baixo custo vendidas no atacado. Nesse caso, a entrada de um novo estabelecimento comercial desse gênero, que surgiu em grande número em outros bairros paulistanos (como Pinheiros e Santa Cecília), é a indicação de um possível processo de glocalização: “importar” um estabelecimento comum em grandes cidades europeias (como Paris ou Roma) e ressignificá-lo com especificidades locais, evidenciadas, nessa adaptação paulistana, por meio de um tratamento plástico mais “refinado” de seu espaço e por comercializar cafés cujos *blends* foram cuidadosamente escolhidos para apreciação de um público distinto, ou seja, com poder aquisitivo maior. Assim, o que é comum a uma outra localidade (em um determinado país) se transforma e passa a ter outros sentidos (sociais, culturais, econômicos) quando concretizado em uma metrópole de um país periférico na dinâmica mundial.

O *Al Janiah* apresenta outras características que podem igualmente indicar caminhos para novas significações urbanas produzidas pela presença de novos grupos imigrantes. Ao ser inaugurado, o bar-restaurant, cujos proprietários são refugiados, promoveu a atração de um novo público para a centralidade urbana e produziu algumas transformações em seu entorno, como a promoção de shows de músicos imigrantes e de refugiados, produção de grafites políticos ao longo da rua, debates sobre as condições dos refugiados no Brasil e a atual situação geopolítica no Oriente Médio, entre outras atividades. Em relação à gastronomia, a popularização de pratos como o *kebab* (também chamado de *shawarma*) parece seguir o mesmo percurso do que

ocorreu, décadas atrás, com os restaurantes japoneses (sashimi, sushi e yakissoba, entre outros) e italianos (massas em geral) em São Paulo² (e que parece também estar ocorrente com um prato típico da culinária peruana, o ceviche).

Desse modo, o surgimento de um comércio pode mobilizar outras significações no espaço local, ou seja, produzir uma nova diferença em relação às significações já existentes no bairro. Foram, inicialmente, esses dois estabelecimentos que nos provocaram alguns questionamentos: em que medida a criação de um novo comércio, distinto dos já existentes no entorno, começa a interferir na constituição identitária de um bairro, sobretudo naqueles em que há uma ligação histórica com as diferentes levas de imigrantes, do passado e da atualidade, como é o caso do Bom Retiro? Outros questionamentos, assim, surgiram, na esteira da pergunta inicial: os imigrantes e refugiados contemporâneos possuem algum papel nos processos de construção da significação existentes atualmente nos bairros paulistanos em que residem e/ou trabalham ou são alijados dessa experiência? E como a presença dos novos imigrantes e refugiados está transformando a paisagem urbana em bairros paulistanos?

Apesar da especificidade das perguntas, estudos sobre a relação entre imigrantes e espaços urbanos não é nova. Desde os estudos sobre Sociologia Urbana da Escola de Chicago, há toda uma literatura na Sociologia e na Antropologia que trata das transformações espaciais relacionadas à entrada de grupos imigrantes. O que diferencia nossa proposta é refletir sobre essas questões pelo viés das paisagens linguísticas e semióticas a partir de uma teoria que visa englobar essa discussão a partir de um quadro teórico único, derivado do encontro entre a Linguística (sobretudo a de inspiração saussureana) e as Ciências Humanas (Filosofia e Antropologia, principalmente). Estamos nos referindo à semiótica de linha francesa,

² Poderíamos, assim, especular que a popularização da gastronomia desses dois últimos grupos imigrantes seria uma espécie de processo de glocalização *avant la lettre*, algo a ser mais bem refletido em trabalhos futuros.

inaugurada por Algirdas Julien Greimas e desenvolvida a partir de diferentes colaboradores franceses e de outras nacionalidades. Assim, podemos atrelar à discussão das questões econômicas, políticas, sociais, culturais e linguísticas à noção de produção de sentido que atravessa todos esses temas em articulação com o espaço urbano.

A ligação entre alguns dos temas mencionados acima é apontada, entre outros, por Pezzini (2014), segundo a qual a presença de novos grupos imigrantes em uma cidade faz com que surjam novos imaginários cotidianos, além de nostalgias de conservação da população local. Além disso, essa presença também promove mudanças que afetam a materialidade da cidade (representada por prédios, praças, ruas, transporte público etc.), o que influencia as dinâmicas comunicacionais e a percepção simbólica da cidade e de seus habitantes.

A historicidade de alguns bairros é, assim, a base da identidade local que pode servir como elemento de resistência ou de ressignificação dos fluxos de sentido advindos da globalização e materializados espacialmente nas ruas desses bairros, sobretudo por meio do comércio, de instituições religiosas e escolares, da presença de diferentes línguas e sujeitos de nacionalidades diversas.

Com uma configuração multicultural e multilinguística considerada de antemão, surge a possibilidade de se compreender as significações existentes e em transformação nesses bairros por meio da noção de paisagens semióticas. Entendida como um conceito que sincretiza diversos sentidos, como o visual, o linguístico (verbal e escrito), o sonoro, entre outros, uma paisagem semiótica pode ser definida, ainda de modo superficial, como o estudo da presença de línguas, de linguagens e, conseqüentemente, de significações produzidas pela alteridade, sobretudo, presente no espaço público.

O objetivo deste trabalho é examinar a relação entre espaço e presença de imigrantes para a construção da identidade do espaço escolhido para análise e pensar

também em como eles contribuem para a transformação da paisagem dos bairros em que vivem e/ou trabalham. Com o foco na construção espacial da significação, em que estão a presença da alteridade, este trabalho se propõe a uma análise inicial e experimental a respeito da presentificação de um grupo boliviano na cidade de São Paulo. Em especial, veremos a configuração linguística e semiótica no espaço público da rua Coimbra, localizada no bairro Bresser, na zona Leste da capital paulistana. Assim, aproveitaremos o espaço relativamente diminuto da rua para poder examinar as significações que ali são produzidas para a comunidade boliviana e para os brasileiros que por lá passam ou se estabelecem.

Antes da análise, passemos para algumas considerações teóricas, com o intuito de situar o lugar epistemológico a partir do qual desenvolvemos nosso trabalho e de onde dialogamos com outras teorias.

2 Elementos para um conceito de paisagem semiótica

Inicialmente, as paisagens são objetos construídos por meio da intervenção do homem (ARANTES, 2000). Dessa forma, elas se diferenciam da noção de território. Essa primeira distinção permite observar uma oposição de base na qual território está ligado ao valor da natureza (na medida em que pensamos que animais também possuem uma noção de território) enquanto a paisagem se relaciona à dimensão da cultura. Assim, o espaço não é mais encarado somente em seu aspecto físico, mas também como uma construção social dotada de significação.

Se há significação, é porque línguas e linguagens se tornam visíveis no espaço urbano, projetando-se sobre o lugar para articular sentidos inteligíveis e sensíveis. Essa é a razão para se tentar entender como as línguas e as linguagens, nesse caso, dos imigrantes e refugiados, em relação ou em confronto com a língua portuguesa, se manifestam no espaço público. Conseqüentemente, optamos por usar, para esse

aspecto de nosso objeto, a noção de paisagens linguísticas como uma etapa do trabalho necessária para se chegar ao conceito de paisagens semióticas.

Paisagens linguísticas podem, então, ser entendidas como a diversidade de discursos verbais presentes no espaço público urbano. Um de seus propósitos é refletir sobre a maneira como diferentes línguas (a nacional e a dos imigrantes/refugiados) se relacionam no espaço urbano, revelando um caráter multilinguístico em determinados lugares. Além disso, um estudo sobre paisagens linguísticas permite compreender processos de (in)visibilidade de línguas estrangeiras e sua relação com a língua nacional de um determinado país, o que pode indicar relações implícitas de poder, desde as existentes no cotidiano até políticas linguísticas elaboradas pelo Estado. Ao mesmo tempo, diferentes línguas no espaço público contribuem para a construção simbólica do lugar em que surgem, ou seja, estabelecem ou ao menos contribuem para a construção da identidade do lugar (PEZZINI, 2013).

Estudos sobre paisagens linguísticas permitem, ainda, compreender como imigrantes e refugiados se tornam visíveis em uma região particular de uma dada metrópole. Dessa maneira, esses estudos podem mostrar que a ideia de uma homogeneidade linguística no espaço público se revela equivocada (PEZZINI, s/d, p. 4; PEZZINI, 2014, p. 8). Além disso, a manifestação de uma determinada língua estrangeira no espaço público pode apontar para o fato de que um determinado grupo começa a demarcar sua presença no local, o que envolve relações de conflito, solidariedade e poder entre os diferentes grupos estrangeiros (PEZZINI, 2014, p. 7).

Como uma das consequências, diferentes comunidades imigrantes espacializam de modo distinto o lugar, reorganizando o seu imaginário (PEZZINI, 2014, p. 11). Esse aspecto pode, muitas vezes, provocar uma reação dos habitantes locais que, por causa da nova diversidade de línguas presentes em seu espaço originário, começam a acreditar que a alteridade é uma ameaça (e até mesmo uma invasão) de seu espaço simbólico (PEZZINI, 20013, p. 2).

No entanto, abordar os sentidos ligados à construção da identidade e da alteridade de alguns bairros de São Paulo somente por meio da visibilidade de determinadas línguas não nos parece ser suficiente, na medida em que pensamos que há também outros elementos que são tão importantes quanto à língua na construção das significações que desejamos esmiuçar. Assim, podemos ampliar a noção de paisagem linguística ao recorrermos ao conceito de paisagens semióticas, uma vez que elas abarcam aquela ao englobar outras linguagens manifestadas pela prática dos sujeitos e pela constituição plástica dos espaços, em consonância com o que afirma Pezzini (s/d., p. 4).

Observaremos como ocorre o cruzamento de diversas linguagens: línguas, visualidades e processos de espacialização (isto é, processos nos quais o espaço é representado imagetivamente, organizado plasticamente e vivido pelos sujeitos que o habitam ou passam por ele) (PEZZINI, 2013, p. 2; PEZZINI, 2014, p. 8). Dessa maneira, pensar a paisagem semiótica em alguns bairros de São Paulo poderá nos indicar outros modos de compreender como se constituem as relações entre paisagem, identidade e interações sociais (PEZZINI, s/d., p. 5; PEZZINI, 2013, p. 2) em um contexto urbano, na medida em que são responsáveis pela constituição dessas significações.

A paisagem semiótica inclui também a atenção sobre a dimensão histórica do lugar, uma aproximação perceptiva (sobretudo visual, mas também sonora), uma estratificação da questão de relações que compreendem a identidade dos sujeitos e grupos e a relação com o poder (não apenas público, mas também aquele que orienta a relação com outros grupos sociais) (PEZZINI, s/d., p. 5). Além disso, segundo Pezzini (2014, p. 11), o espaço é, por meio do olhar histórico, continuamente reorganizado. Assim, a invenção e a reinvenção dos significados dos lugares é um processo intenso e complexo que inclui, mas sem privilégio ou hierarquização, a linguagem e o discurso.

Dessa maneira, o uso do conceito de paisagens semióticas nos permite compreender o espaço como o modo no qual as significações surgem, são

transformadas ou entram em conflito nas relações entre a identidade local e os traços constitutivos das alteridades (de imigrantes e refugiados). Como afirma Pezzini:

(...) esta noção metodológica de 'paisagem semiótica' envolve a atenção para a dimensão histórica dos lugares, uma abordagem perceptiva sobretudo visual, uma estratificação de questões relacionais que dizem respeito à identidade dos sujeitos e de suas relações de poder. Além disso, a escolha deste termo manifesta, como já dissemos, a vontade programática dos analistas em focar, ao mesmo tempo, nas problemáticas do espaço dado e naquelas relacionadas à sua produção. E neste terreno nota-se bem como se poderiam gerar, de forma frutuosa, momentos de encontro e reflexão comum com as disciplinas projetuais (PEZZINI, 2013, p. 2)

Por fim, nosso projeto poderá tocar em uma questão ainda pouco trabalhada, sobretudo quando pensada nos estudos das espacialidades. Trata-se dos processos de tradução intersemiótica:

Devemos continuamente fazer as contas da alteridade dos outros com a alteridade que nós mesmos somos. Por isso, somos continuamente chamados a *traduzir a alteridade*, mas também a *traduzir a tradição*, a redefinir constantemente aquilo que acreditamos ser "nosso" (SEDDA, 2013, p. 143).

Em suma, pensar o espaço urbano, neste trabalho, é igualmente se debruçar nos processos em que significações são construídas e, em seguida, (re)interpretadas. Assim, pensar em uma São Paulo que articula a identidade e a alteridade é valorizar as diversidades de significações trazidas por imigrantes e refugiados, no passado e no presente, sobretudo em tempos nos quais podemos observar movimentos conservadores e preconceituosos que buscam apenas o estabelecimento da homogeneidade dos sentidos urbanos e sociais no país.

3 Um estudo de caso: a rua Coimbra em São Paulo

Localizada no bairro Bresser, na zona Leste de São Paulo, a rua Coimbra tem por volta de 700 metros de comprimento e faz fronteira com as ruas Cesário Alvim e Dr. Costa Valente em suas duas extremidades (sendo ainda atravessada pela rua Bresser). Em relação às edificações, observamos casas residenciais (algumas transformadas em comércio, como se verá abaixo) e alguns poucos e pequenos prédios de uso misto (comércio no térreo e residências na parte de cima). A comunidade ocupa somente um dos lados do calçamento, pois o outro é ocupado por empresas de transporte e indústrias, cuja origem não foi claramente identificada por conta dos altos e longos muros sem identificação.

Abaixo, mostraremos como quase todo o comércio é dominado por bolivianos, o que talvez explique a pouca presença de brasileiros circulando na rua Coimbra e, principalmente, dentro dos comércios existentes na rua. Ao menos, essa foi a perspectiva que nos foi apresentada nas duas visitas que fizemos em junho de 2016³, sendo a última com uma câmera GoPro® para realizar as filmagens (o que também explica as fotografias em formato de “olho de peixe”).

Atualmente a maior comunidade imigrante da capital paulista, os bolivianos inauguraram comércios em que diversos serviços estão disponíveis aos seus conterrâneos: desde comércios simples e tradicionais, como mercados e restaurantes, até serviços mais sofisticados, como casas de câmbio para remessas de dinheiro ao exterior. Mesmo diminuta, a rua Coimbra se tornou um centro de serviços importante para esta comunidade em São Paulo.

³ Por conta de uma mudança de cidade para assumir o posto de professor em uma universidade no interior paulista, nos vimos obrigados a interromper a pesquisa. Contudo, no presente ano, retornamos à capital paulistana e, assim que o fim da pandemia permitir, retomaremos as visitas à rua Coimbra para elaborar um trabalho comparativo para observar as atuais transformações pelas quais o espaço certamente passou.

Além disso, o comércio apresenta particularidades que não se limitam ao uso do espanhol. Na rua Coimbra, diversos estabelecimentos comerciais apresentam mais de uma funcionalidade: é comum observar um comércio que presta serviços tanto de turismo (viagens para Bolívia ou outras partes do mundo) como de remessa de dinheiro para o exterior (Figuras 1, 1a, 1b, 2 e 3). Ou ainda de aparentes bazares que vendem produtos de papelaria e ao mesmo tempo oferecem cartões para ligações telefônicas internacionais ou ainda que possuem cabines telefônicas para que seus usuários possam fazer a ligação ali mesmo, naquele instante (Figura 3).

Figura 1 – Casa de câmbio e agência de turismo na rua Coimbra.



Comércio que comporta um tema financeiro e um tema turístico. Ambos coexistem no mesmo espaço de comércio.

Fonte: o próprio autor.

Figura 1a – Detalhe da placa da agência de turismo em espanhol⁴.



Fonte: o próprio autor.

Figura 1b – Detalhe da placa da casa de câmbio em espanhol e em português.



Fonte: o próprio autor.

⁴ As figuras 1a e 1b são assim denominadas por serem destaques recortados da figura 1.

Figura 2 – Outro estabelecimento comercial misto na rua Coimbra.



Fonte: o próprio autor.

Figura 3 – Terceiro estabelecimento comercial misto na rua Coimbra.



Comércio de venda de cartões de ligação internacional e de prestação de serviços telefônicos em coexistência com a comercialização de outros produtos, mais apropriados a uma papelaria.

Fonte: o próprio autor.

Esse hibridismo de práticas possíveis em um mesmo lugar se deve, provavelmente, à necessidade de concentrar vários serviços no menor espaço possível. Além disso, há uma necessidade de atender as demandas básicas da comunidade, atitude que visa a tornar o comércio viável economicamente. Prova disso é que mesmo

empresas conhecidas, como a CVC e a *MoneyGram*, possuem placas de identificação e de descrição de serviços em espanhol (Figura 1a, Figura 1b e Figura 2) (e em português, no caso da casa de câmbio da Figura 3). Dessa maneira, as empresas deixam claro para quem elas estão se dirigindo: para o público boliviano que vive na rua, no bairro ou que vai para aquele espaço em busca de um consumo de algo que eles conheçam, como é o caso também dos restaurantes bolivianos ali instalados. Além disso, as empresas visam, em alguma medida, manipular os passantes para que eles utilizem os serviços dessas empresas e, obviamente, o uso da língua materna desses sujeitos é o primeiro passo para se estabelecer contato entre a entidade comercial e seus potenciais consumidores.

No entanto, não há apenas comércios com essa constituição híbrida. Existem poucos espaços do comércio no qual sua função é única. Estes estão ligados aos restaurantes lá presentes (sobre os quais falaremos) e a alguns tipos de serviço, sobretudo os voltados à assessoria jurídica, conforme se observa nas imagens a seguir (Figuras 4 e 5). Interessante observar como, no caso da Figura 4, temos uma coexistência de línguas, mas demarcadas em lugares espaciais distintos: enquanto o espanhol está em uma placa improvisada na vertical, com cores chamativas, o português permanece no topo, na horizontal, logo abaixo do nome do escritório, com os serviços possíveis (declaração de IR, abertura de empresa com diversos estatutos jurídicos etc.). Além de uma distinção topológica, vemos que há também uma diferenciação material, na medida em que a placa superior se constitui como algo permanente, enquanto a placa na lateral tem um caráter impermanente, de algo que não conseguirá ficar por muito tempo naquela posição. De qualquer forma, o uso de tal placa parece ser uma estratégia para chamar a atenção de potenciais clientes, incluindo aqueles que não possuem o domínio mínimo do português.

Figura 4 – Escritório de assessoria jurídica.



Fonte: o próprio autor.

Figura 5 – Restaurante de culinária boliviana mais “simples” em comparação com o anterior.



Fonte: o próprio autor.

Um outro fenômeno observado em alguns estabelecimentos é o uso misto do português e do espanhol, como no caso da Figura 5. Ao lado da palavra “refresco”, mais utilizada em espanhol, vemos também a palavra “refrigerante”, na frase “refrigerantes en general”. Desse modo, podemos inferir, por esse uso, que pode haver uma tentativa de se usar o português em algumas situações ou que talvez isso seja derivado do desconhecimento do espanhol por parte de quem fez o banner.

Além disso, observamos alguns léxicos do aimará para se referir a alguns pratos da culinária boliviana, acompanhados de imagens dos referidos pratos. Assim, o cartaz parece se dirigir tanto a hispano falantes em geral, brasileiros e bolivianos em uma mesma situação. De qualquer maneira, vemos aqui um fenômeno talvez inverso: trata-se de comércios claramente bolivianos que podem estar querendo visar os

consumidores brasileiros que eventualmente passam pelo local ou que moram na região.

A instalação do comércio, mesmo que híbrido (ou talvez por isso), na rua Coimbra, constrói os sentidos de um espaço mais funcional, onde os imigrantes podem se direcionar para realizar suas práticas de consumo, mais ligadas a uma intencionalidade pré-determinada.

O predomínio da composição do espaço é o da rede (LANDOWSKI, 2015), ou seja, como o espaço das trocas de objetos de valor, o que não impede de se passar também por experiências mais sensíveis, seja pela composição plástica do comércio, seja pela existência de um comércio “espiritual” presente para os que necessitam de tal auxílio (Figura 6).

Figura 6 – Serviço religioso na Rua Coimbra.



Comércio misto com prestação de serviço religioso e de chamadas telefônicas internacionais.

Fonte: o próprio autor.

Dessa feita, dentre os serviços oferecidos pelo local e o comércio instituído, há ao menos um que apresenta uma quebra (ou um desvio) na intencionalidade pura para a entrada do sensível ou ao menos de sua busca em um espaço mais geral no qual a persuasão racional ainda prevalece.

A partir dessas considerações, chegamos a duas constatações relativamente óbvias: a primeira se refere à percepção de que o imigrante não é apenas um trabalhador, mas também um sujeito que consome, que possui valores espirituais e alguém que tem seus momentos de descanso e lazer. A segunda trata de pensar que todas essas outras variações sobre o imigrante só se tornam possíveis porque eles criaram espaços específicos para a realização desses outros fazeres. Em outras palavras, somente com a criação de espaços próprios para os imigrantes e refugiados é que se torna possível a existência de tais práticas que relativizam o estereótipo do imigrante como sendo somente aquele que trabalha e não realiza qualquer outra ação ou não possui nenhum outro desejo.

Por conta dessa relação entre espaço e práticas que podemos também observar as transformações que os sujeitos realizam nos espaços nos quais estão inseridos. Eles, assim, podem criar sentidos para outros sujeitos que não estão frequentemente ali presentes, mas cujos sentidos podem atraí-los para preencher faltas de ordens diversas (simbólicas, linguísticas, objetais, subjetais etc.)⁵. Como afirmam Pezzini e Cervelli:

Aliás, chegamos a considerar sua organização e seu enredo como o plano expressivo de uma linguagem própria e verdadeira que – não tanto enquanto substância, extensão, mas como forma construída – nos fala não só dos lugares, mas também da forma como certa comunidade – no nosso caso, artificialmente, uma ou mais marcas – organiza sua

⁵Contudo, a organização desses espaços não surge apenas quando os sujeitos se presentificam nele. Veremos ainda como a existência de práticas de reescritura, anteriores à presença dos sujeitos (religiosos, consumidores, de descanso) é fundamental para a existência desses espaços, apesar de não deixar as marcas de suas práticas. Podemos dizer que essas práticas de reescritura são fundadoras de espacialidades e que, se há uma possível narrativa nesses lugares, ela só existe por conta dessas práticas anteriores.

própria estrutura e a relação com tudo que ela julga estranho, as relações intersubjetivas que a atravessam, os valores, éticos – mas também estéticos – com respeito aos quais ela se mede, o peso que ela atribui ao próprio passado e portanto à memória e ao futuro (PEZZINI; CERVELLI, 2007, p. 32).

Então, é nesse cruzamento entre práticas e espaços que os imigrantes podem criar, enquanto uma comunidade, suas especificidades e, de certa forma, elaborar simulacros que remetam às práticas diversas realizadas em seu país de origem.

Os destinadores, enquanto funções de articulação e de contenção de valores sociais, estão simbolicamente constituídos na rua Coimbra. Este caso se revela interessante pela posição espacial que a Associação de Empreendedores Bolivianos (ASSEMPBOL) ocupa na rua (Figura 7). Localizada na rua Dr. Costa Valente, a sede da associação fica em uma posição perpendicular em relação ao comércio da rua Coimbra, como se estivesse a todo momento observando o espaço da rua para melhor organizá-lo e controlá-lo. Ao mesmo tempo, ainda por causa de sua posição, a sede da ASSEMPBOL é visível de qualquer ponto da rua.

Figura 7 – Centro Boliviano que é sede da ASSEMPBOL.



Centro Boliviano que fica na rua Dr. Costa Valente ao final da rua Coimbra ocupa uma posição de grande visibilidade em relação ao comércio.

Fonte: o próprio autor.

Na rua Coimbra, em sua forma longilínea, torna-se um pouco difícil identificar o espaço, inicialmente, como “pertencente” a um determinado grupo imigrante, sobretudo a partir da esquina com a rua Bresser (via bastante movimentada por conta dos inúmeros comércios de roupa de cama, mesa e banho). Em primeiro lugar, porque em ambas as esquinas não há nenhum comércio ligado à cultura boliviana (pelo contrário, de um dos lados, à esquerda no sentido de quem parte do metrô, há somente uma longa parede do que parece ser de algum tipo de indústria). Em segundo lugar, porque a pouca circulação de pessoas nessa rua (em comparação com a acelerada movimentação presente na rua Bresser) faz com que o espaço não seja convidativo aos passantes e aos consumidores. Assim, somente um conhecimento prévio ou a mera curiosidade poderiam levar alguém até a metade da rua para, assim, começar a perceber que se trata de uma via com a particularidade instituída pela comunidade boliviana.

Por essa razão, podemos dizer que os espaços nos quais os imigrantes bolivianos realizam suas práticas são, ainda, espaços segregados (LANDOWSKI, 2002), ou seja, em quase completa disjunção com o restante de seu entorno, mesmo quando mais visíveis ao olhar brasileiro e paulistano. Em mais de uma oportunidade, observamos e mencionamos a pouca presença de brasileiros nesse local. Assim, apesar das possibilidades de interação e de trocas interculturais e interlinguísticas, os imigrantes continuam, de certa forma, segregados, apesar dos usos linguísticos mistos, que ainda não representam uma relação direta entre brasileiros e bolivianos, ao menos no espaço da rua Coimbra.

No entanto, podemos também entender essa segregação como uma forma de manter os sentidos ligados à origem comunitária dos imigrantes. Assim, podemos dizer que o elo que os une não é apenas inteligível, mas está ligado também ao contágio do sentido (LANDOWSKI, 2005): esses espaços seriam responsáveis pela criação de um contato reiterado com sua cultura de origem. Dessa forma, haveria uma

atualização para uma realização efetiva dos sentidos articulados e sensíveis do familiar e do conhecido (mesmo que seja como um simulacro), que seriam compartilhados e praticados entre aqueles que, por algumas horas durante um dia, voltam a sentir que fazem parte de uma comunidade e, assim, a se reconhecer entre seus iguais. Esse modo de fazer os sentidos de origem circular só seria possível, justamente, por meio das espacialidades criadas pelos próprios imigrantes:

O espaço urbano, em suma, surge como dispositivo de construção e desconstrução incessante da subjetividade individual e coletiva, onde corpos, espaços e tecnologias – mesclando-se em hierarquias variáveis – aparecem como atores de graus semelhantes, sujeitos precisamente, dotados de programas análogos de ação e de paixão (MARRONE, 2015, p. 35).

Dessa forma, para além das necessidades imediatas, haveria uma dimensão sensível que permearia tanto a interação dos sujeitos entre eles como a relação desses sujeitos com os espaços instituídos para se criar um sentido que remeta às significações de sua origem.

Vimos, então, que há uma dupla mistura possível na rua Coimbra. De um lado, a mistura de práticas comerciais. De outro, uma mistura de línguas, sobretudo espanhol e português.

5 Observações parciais: São Paulo, uma cidade glocal?

A presença de imigrantes mobiliza alguns sentidos. Dentre eles, pensar que a presença de estrangeiros é consequência da globalização que atinge, em maior ou menor grau, diversos países e reconfigura as relações entre eles. No entanto, pensar somente na globalização é escolher apenas um lado do processo, como se ele fosse unívoco quando, na verdade, ocorrem trocas e transformações de significações e valores. Assim, como afirmam Carmo *et al.* (2008, p. 341): “Para assentar de vez o

conceito, teremos de quebrar com a visão hierárquica dos processos. O global e o local, o nacional e o regional (entre outros confrontos), não podem continuar a ser interpretados como polos oponentes de uma mesma escala”.

Por essas razões, mais do que globalização, optamos por falar em processos de glocalização. Sedda (2013) propõe, em uma chave semiótica, que o fenômeno da globalização seja examinado por meio de efeitos de glocalidade. Para se compreender a glocalidade, pode-se optar pela ideia de “efeitos de sentido relativos e relacionais” (2013, p. 134) em que participam hierarquizações e representações do poder, uma vez que o jogo entre o global e o local envolve sistemas e processos englobantes ou englobados. Haveria, assim, a necessidade de ser examinada a pluralidade desses efeitos e os níveis de homogeneidade e de heterogeneidade presentes nas tensões do glocal (2013, p. 134-135). Por isso, poder-se-ia encontrar localidades permeadas pelo global, assim como o global que não passa de uma localidade, ou seja, uma subestrutura dominante em um determinado espaço (a depender também do ponto de vista adotado) (2013, p. 136). No mesmo texto, ele trata ainda das políticas de identidade envolvidas no processo da glocalidade, pois esta seria, de certa forma, um dos possíveis efeitos presentes em tal fenômeno.

Entendida como um processo social, econômico, cultural etc., a glocalidade mobiliza diferentes operadores conceituais. Assim, Simões (2008, p. 131) defende que, nesse contexto, há generalizações do que é específico e misturas que produzem novas formas. Simões (2008, p. 142) segue ainda na defesa de que a globalização deve ser entendida como um processo de interpenetração cultural no qual estão presentes a plasticidade, a adaptabilidade e a criatividade. Em direção semelhante, Trivinho (2014, p. 34; 44) defende a hibridização que anula as distâncias por meio das novas tecnologias mediáticas e reorganiza as misturas já existentes. Sedda (2013) trabalha com as noções de compartilhamento e de identificação como conceitos complementares às misturas e à hibridização. Esses e outros autores apontam, assim,

para a multiplicidade de processos constitutivos da globalização, nos quais os movimentos migratórios possuem um papel fundamental pelo que apresentam de potencial para acrescentar novas significações.

Dessa maneira, entendemos que a mistura de práticas em um mesmo espaço comercial, assim como o uso concomitante do espanhol e do português nos mesmos comércios são consequência desses processos de hibridização, misturas e interpenetrações culturais, econômicas e linguísticas. O que examinamos no presente trabalho foi apenas uma manifestação pontual de um fenômeno que esperamos observar futuramente em outras situações na cidade de São Paulo e, quiçá, em outras realidades urbanas no exterior.

No meio do processo de mistura desses fenômenos culturais e linguísticos, não podemos, então, perder de vista as relações entre o global e o local. Nesse sentido, Sedda (2013) também vai propor dois processos distintos, mas entrelaçados: globalizações locais e localizações globais. Dessa forma, localidades globais seriam as culturas que se sentem como globais porque os sentidos que circulam nelas parecem ser exclusivos delas, ou seja, os indivíduos participantes dessas culturas as consideram e as descrevem como representativas da humanidade em um sentido de totalidade que poderia se estender a outros grupos.

Já as culturas tomadas como globalizações locais seriam aquelas que apresentam uma tendência a se fechar em seu próprio espaço, não admitindo a presença da alteridade porque se baseiam na lógica dos valores próprios como positivos e os valores do outro como negativos (SEDDA, 2013, p. 132). Dessa forma, determinadas práticas culturais advindas da globalização teriam também, como consequência, a diversidade, o que criaria formas de autoidentificação coletiva (PEZZINI, 2014, p. 11).

Em suma, pensar a glocalidade em uma cidade como São Paulo é se dispor a tentar compreender processos dinâmicos nos quais o conflito, a transformação, a

mistura e a reelaboração identitária dos espaços se torna uma constante cuja importância merece ser examinada com mais profundidade. Viver a cidade passa a ser, assim, vivenciar a experiência sensível e inteligível do que está originalmente distante (geográfica e historicamente), mas que se torna presente como diferença local reelaborada. Em direção semelhante, esperamos futuramente poder refletir sobre as consequências de tais presenças no espaço público urbano de São Paulo no processo de ressignificação constante pelo qual passa a maior cidade da América do Sul e que continua a receber todos os anos novos imigrantes que trazem consigo novas tradições, comportamentos, valores e, principalmente, novas línguas.

Referências bibliográficas

ARANTES, A. A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas/São Paulo: Editora UNICAMP/Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LANDOWSKI, E. Regimes de espaço. **Galáxia** (São Paulo, Online), n. 29, p. 10-27, jun. 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015122804>

LANDOWSKI, E. Aquém ou além das estratégias, a presença contagiosa. **Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociosemióticas**, n. 3. São Paulo: Edições CPS, 2005.

MARRONE, G. Semiótica da cidade: corpos, espaços, tecnologias. **Galáxia** (São Paulo, Online), n. 29, p. 28-43, jun. 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015122803>

NAGASE, D. Nova cafeteria no Bom Retiro aposta em blend e torrefação próprios. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 08 jul. 2016. Disponível em: <http://guia.folha.uol.com.br/guloseimas/2016/07/10003003-nova-cafeteria-no-bom-retiro-aposta-em-blend-e-torrefacao-proprios.shtml>. Acesso em: 08 de jul. 2019.

PEZZINI, I. Spazio pubblico, semiotica e paesaggio. s/d. Disponível em: https://www.academia.edu/11570887/Spazio_publico_semiotica_e_paesaggio_-_BISP_ROMA_2013. Acesso em: 23 ago. 2016.

PEZZINI, I. Paisagens semióticas. **Caderno de Discussão do Centro de Pesquisas Sociosemióticas** (Cd-Rom), 2013.

PEZZINI, I. Nouveaux paysages sémiotiques et changement de la forme urbaine: perspectives de recherche à partir d'une étude sur Rome. **Revue Degrés**, 2014.

PEZZINI, I.; CERVELLI, P. Semiótica e consumo: espaços, identidades, experiências. **Revista Galáxia**, São Paulo, 29, n. 13, p. 29-45, jun. 2007.

SEDDA, F. Raízes, histórias e horizontes políticos do glocal. *In*: BUENO, A. M. ; FULANETI, O. N. (org.). **Linguagem e política: estratégias, valores, interações e paixões**. São Paulo: Contexto, 2013.

SIMÕES, J. A. de V. De várias malhas se entretetece a rede global. Diferenciação cultural, sociedade em rede e internet. *In*: CARMO, R. M. do; MELO, D.; BLANES, R. L. (org.). **A globalização no divã**. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.

TRIVINHO, E. (org.). **A condição glocal: configurações tecnoculturais, sociopolíticas e econômico-financeiras na civilização mediática avançada**. São Paulo: Annablume, 2014.

Artigo recebido em: 30.11.2019

Artigo aprovado em: 24.05.2019



Infraestruturas de globalização e escalas em paisagens linguísticas: camadas complexas reordenando o binarismo urbano-rural

Infrastructures of globalization and scales in linguistic landscapes: complex layers re-ordering the urban-rural binarism

*Thaís Elizabeth Pereira BATISTA**

*Joana Plaza PINTO***

RESUMO: Nosso artigo busca analisar paisagens linguísticas visíveis em espaços públicos em dois diferentes contextos, levando-se em consideração os efeitos da globalização nas diferenças entre os grupos pressupostas pela tradição variacionista. Um dos contextos é uma área urbana de médio porte, a cidade de Anápolis-GO. O outro é uma comunidade quilombola (remanescentes de africanos escravizados resistentes), em área rural com muitos índices de globalização, como turismo ecológico e turismo de herança. Ambos os contextos estão no bioma Cerrado no Centro-oeste brasileiro. Discutimos de que maneira infraestruturas de globalização interferem nas paisagens linguísticas e como isso influencia os contextos. Usamos ferramentas teóricas da Sociolinguística da Mobilidade, que considera formas complexas de mobilidade de pessoas e disseminação de informações em grande velocidade e seus impactos na complexidade e

ABSTRACT: Our paper aims to analyze linguistic landscapes visible in public spaces in two different contexts, in considering the effects of globalization on groups' differences presupposed by the variationist tradition. One of the contexts is a midsize urban area, the city of Anápolis, GO. The other is a quilombola (remaining heirs of resistant enslaved Africans) community in a rural area including many globalization's indexes, as eco-tourism and heritage tourism. Both contexts are in Cerrado biome in the Brazilian Midwest. We discuss how infrastructures of globalization interfere with linguistic landscapes and how it influences the contexts. We use theoretical tools of Sociolinguistics of Mobility, that considers global complex forms of people mobility and high-speed dissemination of information and its impacts on complexity and unpredictability of linguistic practices. Scale is used to analyze the linguistic landscapes in visual empirical data

* Mestra em Letras e Linguística (UFG), doutoranda em Letras e Linguística na Faculdade de Letras da UFG, Bolsista da CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3439-8363>. thaiselizpbatista@gmail.com.

** Doutora em Linguística (UNICAMP), professora titular na Faculdade de Letras da UFG, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8052-9390>. joplazapinto@ufg.br.

imprevisibilidade das práticas linguísticas. Escala é utilizada para analisar as paisagens linguísticas nos dados empíricos visuais. A análise mostra que as paisagens linguísticas convergem em muitos aspectos, apresentando diferenças e semelhanças. Com isso, a estabilidade do binarismo rural-urbano é desafiada pela reordenação de camadas escalares de interação.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagens Linguísticas. Escala. Infraestrutura. Globalização. Rural/ Urbano.

generated. The analysis shows that the linguistic landscapes converge in many aspects, exhibiting differences and similarities. Thus, the rural-urban binary stability is challenge by the reordering of interactional scalar layers.

KEYWORDS: Linguistic Landscapes. Scale. Infrastructure. Globalization. Rural/ Urban.

1 Introdução

Este artigo analisa paisagens linguísticas como representações e exibições da escrita na esfera pública em sua correlação com as variações e hierarquizações das práticas linguísticas (SHOHAMY; GORTER, 2009), incluindo a presença pública de “pedaços de língua ” como indícios da complexidade linguística e das dinâmicas de linguagem no espaço sob análise (BLOMMAERT, 2010; 2013, 2016; BLOMMAERT; MALY, 2014) em dois contextos no estado de Goiás. Os contextos selecionados são ambos ambientes escolares e suas imediações em duas localidades. Uma escola está em um povoado quilombola situado na área rural da cidade de Cavalcante-GO, na região nordeste do estado. A outra escola se situa na área urbana do terceiro mais populoso município do estado, Anápolis-GO, na região central, a pouco mais de 50 km da capital goiana e a pouco mais de 150 km da capital federal.

Apresenta-se aqui uma análise das marcas materiais linguísticas e de infraestrutura do mundo globalizado (WANG *et al.*, 2014) nas proximidades de ambientes escolares nas duas localidades diferentes, investigando os elementos globais e locais que compõem suas paisagens linguísticas. Por meio do estudo de tais

paisagens, busca-se compreender como elementos característicos da globalização¹, como as tecnologias de comunicação, estão presentes nas paisagens linguísticas em locais considerados pelos estudos sociolinguísticos como opostos (urbano X rural). Por meio de uma análise de imagens disponíveis em ambiente *online* e *offline* (BLOMMAERT; VARIS 2015), observa-se o potencial analítico desse tipo de material para os estudos da linguagem.

Para isso, as ferramentas teórico-analíticas utilizadas pertencem à sociolinguística da globalização, centrando-se nos estudos de paisagens linguísticas (BLOMMAERT, 2010, 2013, 2015, 2016) e globalização nas margens (BLOMMAERT, 2014; JACQUEMET, 2016; WANG *et al.*, 2014). Pensando no que tradicionalmente vêm nos dizendo os estudos linguísticos no que se refere às diferenças dialetais, buscou-se uma investigação das práticas linguísticas escritas e semiotizadas, paisagens linguísticas, em dois contextos considerados em oposição por grande parte desses estudos: uma área rural e uma urbana. No entanto, amparando-se nos estudos de paisagens linguísticas e de sociolinguística na globalização, identificou-se que muitos dos elementos de práticas linguísticas interacionais globais estavam presentes em ambos os contextos por meio de ícones e textos escritos nos espaços públicos. Tal percepção despertou o interesse em investigar como tais elementos influenciam a composição das paisagens linguísticas dos campos de pesquisa e as interações nelas encontradas. O interesse em analisar tais práticas linguísticas levou à necessidade de reflexão sobre a existência de semelhanças entre os dois campos e não apenas de suas diferenças como tem sido comum em vários estudos.

¹ Neste artigo o termo globalização está sendo usado no sentido de globalização geocultural (BLOMMAERT, 2010) que leva em consideração os impactos culturais desencadeados pela intensificação dos processos capitalistas e pelo fim da Guerra Fria que levaram a duas consequências: aumento da mobilidade global por meio de formas mais complexas de migração e aumento da propagação das tecnologias de comunicação globais, principalmente por meio da *internet*.

Nosso interesse não é estudar as duas localidades propondo qualquer visão homogeneizante ou totalizante, nem focar em aspectos específicos do ambiente escolar, como em estudos sobre a relação escola-espço quilombola (cf. PARÉ; OLIVEIRA; VELLOSO, 2007) ou estudos sobre a relação curso técnico-letramento (cf. CORRÊA; DIAS, 2016), mas sim focar nas complexidades das camadas de índices nas paisagens linguísticas. A escolha do ambiente escolar e suas imediações como *locus* de pesquisa se deu com base em estudos de interação já realizados, como é o caso do trabalho de Rampton (2006) no qual ele estuda a estilização na fala de jovens estudantes londrinos, argumentando, com base em alguns outros estudos, que jovens são mais “sensíveis às mudanças culturais”² (p. 379).

O tipo de análise a que esta pesquisa se propõe é importante para entender melhor a diversidade linguística. Também é importante por considerar o estudo das produções linguísticas e semióticas nos espaços públicos como ferramenta relevante para a compreensão das práticas linguísticas localizadas em campos diversos (SHOHAMY; GORTER, 2009), podendo entender como elementos externos, como índices de globalização (BLOMMAERT, 2013), podem estar presentes em ambientes inesperados e menos estudados sob esta ótica, como é o caso do ambiente rural (WANG *et al.*, 2015). Com a comparação entre tais campos, percebeu-se a presença de jovens de mesma faixa etária, com diferença de herança cultural e sócio-histórica, diferenças de etnias e de vivência, mas com o compartilhamento do ambiente escolar no Estado de Goiás e inserção nas práticas culturais do mundo globalizado contemporâneo com suas novas tecnologias de informação, comunicação e trânsito.

Trata-se de uma análise que se realizou a partir de pesquisa de campo com base em observações etnográficas (BLOMMAERT; VARIS, 2015), que parte dos dados para a teoria, pois prezamos pelo compromisso com a empiria, considerando que estudos do campo aplicado da linguagem, como é o caso dos estudos de paisagens linguísticas

² No original: “responsive to the cultural changes”.

(SHOHAMY; GORTER, 2009), precisam realizar análises que partam do problema para a escolha dos modelos de análise e não o contrário (PINTO, 2015).

Os dados aqui analisados foram gerados em contexto de uma pesquisa realizada entre 2013 e 2016 (BATISTA, 2015; 2016), no interior e nas imediações de duas escolas e também em ambiente *online*, como páginas na *internet*. A pesquisa foi submetida ao e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG sob o registro 23404013.2.0000.5083 na Plataforma Brasil.

A escola situada na zona rural do município de Cavalcante-GO pertence à comunidade quilombola Engenho II, localizada a 25 km de distância da cidade mais próxima. A comunidade pertence ao território do povo denominado Kalunga, remanescentes de ex-escravizados resistentes que se refugiavam em aldeamentos de difícil acesso para lutar contra o regime de escravidão e colonização, transformando seu território num símbolo e “instrumento ideológico contra as formas de opressão” (NASCIMENTO, 2007, p. 122) e permanecendo em luta ainda hoje (BISPO DOS SANTOS, 2015). A escola situada na zona urbana do município de Anápolis-GO é o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Goiás (IFG – Campus Anápolis) e localiza-se em uma região periférica da cidade, próxima a rodovias de ligação com outras cidades. Ambos os campos estão situados no interior do Centro-Oeste brasileiro.

A seleção de campos com as nomeações de “área rural” e “área urbana” baseou-se na tradição dos estudos linguísticos, sobretudo os de orientação na sociolinguística variacionista (FREITAG, 2014; PRETI, 2003; SILVA; SCHERRE, 1996), que defende que comunidades compartilham determinadas práticas linguísticas e que essas práticas se alteram conforme as demarcações de fronteiras geográficas. Esta pesquisa confrontou os resultados para refletir sobre esse tipo de escolha de campo, como mostraremos na análise.

As ferramentas metodológicas adotadas para a realização da pesquisa foram registro fotográfico de paisagens linguísticas, além de observação e anotação em caderno de campo (BLOMMAERT, 2010).

Este artigo está dividido em mais quatro partes: pressupostos teóricos, metodologia, resultados e discussão, e conclusões. Nos pressupostos teóricos serão abordadas referências sobre os estudos de paisagens linguísticas e seu potencial analítico para as pesquisas na área de linguística. Na metodologia será apresentada a forma como os dados aqui analisados foram gerados no contexto da pesquisa, com base no referencial metodológico adotado, e introduzindo os campos onde a pesquisa foi realizada. Nos resultados será apresentada a análise propriamente dita que se dá em duas etapas: a primeira mostra a composição das paisagens linguísticas, trazendo a discussão sobre como a infraestrutura se constrói e se altera nos dois locais, expondo a fragilidade descritiva e explicativa da oposição urbano-rural; a segunda discute a infraestrutura dos dois campos esquematizada em camadas escalares construídas em paisagens linguísticas. A perspectiva principal para discutir os resultados é a escala (CARR; LEMPERT, 2016; BLOMMAERT, 2010; JACQUEMET, 2016) e o foco está nas semelhanças e diferenças entre os campos em camadas escalares de infraestrutura e de interações em escala interna/externa.

Nas conclusões é apresentada uma discussão sobre a importância dos estudos sob o ponto de vista da sociolinguística da mobilidade e da globalização para compreender a complexidade dos contextos atuais de práticas linguísticas. Essa etapa também discute, com base no material analisado, como dicotomias tradicionais, como a oposição entre rural e urbano, podem ser problemáticas na atualidade, uma vez que os contextos tradicionalmente vistos como opostos podem se aproximar em muitos aspectos e as escalas que constituem essa oposição são muito mais efeitos performativos do que elementos pré-dados da organização espaço-temporal.

2 Pressupostos teóricos

Como aponta Blommaert e Maly (2014), tem sido comum atualmente que pesquisadores/as passem a usar câmeras digitais para registrar fotografias além dos tradicionais gravadores de áudio. Esses registros ficaram conhecidos como paisagens linguísticas, que são capazes de registrar a presença de partes visíveis da linguagem escrita em espaços públicos.

Tais paisagens captam a presença de pedaços visíveis publicamente da linguagem escrita: sinais de outdoors, de rodovias e de segurança, sinais de lojas, grafite e todos os tipos de outras inscrições no espaço público, tanto profissionalmente produzidas como as rudimentares (BLOMMAERT; MALY, 2014, p. 1)³.

De acordo com os autores, o *locus* onde essas paisagens estão sendo documentadas é, principalmente, o espaço urbano na Modernidade Tardia, onde o ambiente é multilíngue e tais registros documentam a presença de grupos variados. No entanto, eles também ressaltam que, apesar de menos abundantes, este tipo de registro em localidades menos urbanas ou rurais também tem apresentado resultados interessantes para as pesquisas realizadas (BLOMMAERT; MALY, 2014).

Tais estudos de paisagens linguísticas têm mostrado potencial analítico e descritivo, e de acordo com os autores, o grande salto desses estudos em relação aos estudos mais tradicionais de Sociolinguística está no fato de o espaço ser um objeto central para os estudos linguísticos e não apenas um objeto vazio onde os/as falantes são traçados e cuja a importância para a pesquisa é apenas secundária (BLOMMAERT, 2013; SCOLLON; SCOLLON, 2003). Examinar a linguagem como ocupando espaços e lugares amplia o potencial de interpretação de seu “significado, mensagens,

³ No original: “Linguistic Landscape Studies investigate the presence of publicly visible bits of written language: billboards, road and safety signs, shop signs, graffiti and all sorts of other inscriptions in the public space, both professionally produced and grassroots.” Todas as traduções deste artigo são de nossa autoria e foram feitas para fins exclusivos desta pesquisa.

propósitos e contextos”⁴ (SHOHAMY; GORTER, 2009, p. 1), ou seja, analisar a ação pela linguagem requer considerar que ela emerge num dado espaço e ao mesmo tempo atua para organizar este espaço, pois não existem espaços no mundo que sejam discursivamente “puros” (SCOLLON; SCOLLON, 2003).

No que se refere ao potencial descritivo e prático deste tipo de estudo, concordamos que:

Estudos de paisagens linguísticas podem agir como uma primeira linha de diagnóstico sociolinguístico de áreas específicas. Eles oferecem ao pesquisador de campo uma ferramenta para a detecção das principais características dos regimes sociolinguísticos em uma área: monolíngue ou multilíngue. E, no caso do último, que idiomas estão aí? A partir de um diagnóstico tão rápido e de fácil utilização, pode-se passar para investigações mais profundas no regime sociolinguístico (BLOMMAERT, 2013, p. 2)⁵.

Isto porque esses estudos “obrigam o/a sociolinguista a prestar atenção aos diferentes tipos e configurações de letramento exibidos em espaços públicos” (BLOMMAERT, 2013, p. 2), obrigando também que a análise sociolinguística seja historicizada. Assim, eles podem “detectar índices de mudança antes que eles se tornem visíveis nas estatísticas ou em outras investigações em grande escala” (BLOMMAERT, 2013, p. 3).⁶

Além das mudanças linguísticas, as paisagens linguísticas podem ajudar a detectar as adesões ao poder normativo e, também, seus contrapontos, as tensões e os

⁴ No original: “meaning, messages, purposes and contexts”.

⁵ No original: “LLS can act as a first-line sociolinguistic diagnostic of particular areas. It offers the fieldworker a relatively user-friendly toolkit for detecting the major features of sociolinguistic regimes in an area: monolingual or multilingual? And in the case of the latter, which languages are there? From such a quick and user-friendly diagnosis, one can move into more profound investigations into the sociolinguistic regime.”

⁶ No original: “Detect indexes of change long before they become visible in statistics or other large-scale investigations.”

conflitos emergentes nas formas como os diversos grupos lidam com os discursos normativos, já que:

Os espaços públicos são arenas sociais - circunscrições em que o controle, disciplina, pertença e adesão operam e nos quais eles estão sendo operados. Além disso, o espaço público é também um instrumento de poder, disciplina e regulamento: organiza as dinâmicas sociais implantadas nesse espaço. O espaço público de uma praça do mercado ou uma estrada é, em contraste com o espaço privado, por exemplo, da sala de jantar, um espaço compartilhado sobre o qual várias pessoas e grupos vão tentar adquirir autoridade e controle, se não ao longo de todo o espaço, então, pelo menos, ao longo de partes dele. É um objeto institucional, regulamentado (e, geralmente, 'propriedade') por parte das autoridades oficiais, cujo papel muitas vezes será mais claro nas restrições que impõem sobre a utilização do espaço (proibições de fumar, vadiagem, desordem, limites de velocidade, advertências, e assim por diante). Os espaços públicos são espaços normativos (BLOMMAERT; MALY, 2014, p. 3).⁷

Para esses autores, a comunicação no espaço público é a comunicação em um "campo de energia". De acordo com Blommaert e Maly (2014), os sinais disponíveis nos espaços públicos podem ser analisados olhando-se para três eixos: (i) "os sinais apontam para o passado", isto é, para as formas de produção e suas origens como índices que fabricaram os sinais e as condições de sua produção, os recursos utilizados e disponíveis para quem os produz; (ii) "os sinais apontam para o futuro", quer dizer, para quais destinatários e públicos específicos ele foi produzido e para gerar que

⁷ No original: "Public spaces are social arenas – circumscriptions on which control, discipline, belonging and membership operate and in which they are being played out. Furthermore, public space is also an instrument of power, discipline and regulation: it organizes the social dynamics deployed in that space. The public space of a market square or a highway is, in contrast to the private space of e.g. one's dining room, a shared space over which multiple people and groups will try to acquire authority and control, IF not over the whole of the space, then at least over parts of it. It is an institutional object, regulated (and usually 'owned') by official authorities whose role will very often be clearest in the restrictions they impose on the use of space (prohibitions on smoking, loitering, littering, speed limits, warnings, and so on). Public spaces are normative spaces."

efeitos; e (iii) “os sinais apontam para o presente” por meio de sua localização que não é aleatória (BLOMMAERT; MALY, 2014, p. 4).

Tendo em vista esses três eixos de análise, é possível compreender a “função social de sinais públicos” que têm diversas finalidades como demarcar ou fragmentar o espaço regulando suas conexões. E por isso os sinais sempre têm uma relação de comunicação entre produtores e destinatários, ou seja, os sinais são produzidos por alguém, direcionados para um público específico com a finalidade de causar algum efeito naquele espaço específico onde se encontra. Como explicam Blommaert e Maly (2014, p. 4-5):

Os três eixos e suas funções transformam estudos de paisagens linguísticas em um projeto etnográfico e histórico, em que vemos sinais como índices de relações sociais, interesses e práticas, implantado em um campo que está repleto de sobreposição e interseção de normas - não apenas as normas de uso da linguagem, mas as normas de conduta, sociedade, pertença legítima e uso; e não apenas as normas de um aqui-e-agora, mas as normas que são de diferentes ordens e operam dentro de diferentes historicidades. A paisagem linguística foi transformada em uma paisagem social, características do que agora pode ser lido através de uma análise dos sinais públicos⁸.

Além desses potenciais descritivo e teórico, tais estudos possuem potencial analítico, pois:

o espaço físico é também o espaço social, político e cultural: um espaço que oferece, permite, desencadeia, convida, prescreve, proíbe políticas ou impõe certos padrões de comportamento social; um espaço que nunca é terra de ninguém, mas sempre espaço de alguém, um espaço

⁸ No original: “The three axes and their functions turn LLS into an ethnographic and historical project, in which we see signs as indices of social relationships, interests and practices, deployed in a field which is replete with overlapping and intersecting norms – not just norms of language use, but norms of conduct, membership, legitimate belonging and usage; and not just the norms of a here-and-now, but norms that are of different orders and operate within different historicities. The linguistic landscape has been turned into a social landscape, features of which can now be read through an analysis of the public signs.”

histórico, portanto, cheio de códigos, expectativas, normas e tradições, e um espaço de poder controlado por pessoas, bem como controlando as pessoas (BLOOMMAERT, 2013, p. 3)⁹.

Assim, essa mudança de um espaço físico para um social é possibilitada em uma análise aprofundada da paisagem linguística, pois o maior potencial desse tipo de estudo está em o diagnóstico sociolinguístico poder tornar-se um diagnóstico das estruturas sociais, culturais e políticas e das ideologias linguísticas inscritas na paisagem linguística (BLOOMMAERT, 2013; LANZA; WOLDEMARIAM, 2009).

No entanto, é importante notar que com essa abrangência surge uma grande quantidade de questões para lidar e vários temas entram na cena. Pois, para Blommaert (2013), ao trabalhar com as paisagens linguísticas podemos nos deparar com uma diversidade cultural, social e econômica chamada de superdiversidade, termo cunhado por Vertovec (2007) para designar a diversidade dentro da diversidade, ou seja, um grande aumento na diversidade na sociedade, que, para Blommaert (2010, 2013), se dá por duas forças principais que são: o fim da Guerra Fria que afetou a forma como a mobilidade se dá no mundo aumentando os fluxos migratórios e tornando-os mais complexos, e a *internet* que se tornou uma infraestrutura mais disponível no fim da década de 1990 aumentando a troca de informações em longa distância. Dessa forma, a interação dessas forças, formas mais complexas de migração e formas mais complexas de comunicação, tornam o ambiente e as práticas linguísticas mais complexos e difíceis de se pressupor suas características e seus contornos antes de uma análise mais cuidadosa. E para Blommaert (2013), essa superdiversidade é “impulsionada por três palavras-chave: mobilidade, complexidade e imprevisibilidade” (BLOOMMAERT, 2013, p. 6)¹⁰.

⁹ No original: “Physical space is also social, cultural and political space: a space that offers, enables, trigger, invites, prescribes, proscribes, polices or enforces certain patterns of social behavior; a space that is never no man’s land but always somebody’s space; a historical space, therefore, full of codes, expectations, norms and traditions; and a space of power controlled by as well as controlling people.”

¹⁰ No original: “It is driven by three keywords: mobility, complexity and unpredictability.”

De acordo com Blommaert (2016, p. 7), “a *internet* é o maior e mais complexo espaço social na Terra agora”¹¹. O autor assegura que tal espaço multimodal que engloba práticas comunicativas diversas e não existentes antes da década de 1990 mudam o que entendemos por repertórios e por conhecimento e uso da linguagem, alterando o espaço-tempo e exigindo uma mudança de paradigmas, pois os materiais produzidos na *internet* são tão reais quanto os produzidos *off-line* (BLOMMAERT, 2016).

Sendo assim, podemos concluir que estudos de paisagens linguísticas “podem, assim, ser transformados em uma ferramenta para dissecar as diversas formas de complexidade sociolinguística que caracterizam nossas sociedades contemporâneas” (BLOMMAERT, 2013, p. 14)¹².

Uma ferramenta teórica importante nos estudos dessa natureza é o conceito de escala. Blommaert (2010) e Jacquemet (2016) consideram a noção de escala como uma metáfora para entender a multiplicidade dos planos de interação humana, ou seja, pensar os movimentos de pessoas e mensagens através do espaço, que é preenchido com códigos, normas e expectativas. No entanto, essa metáfora que sugere imagens espaciais deve ser vista de forma vertical e não horizontal, considerando a natureza não unificada do fenômeno sociolinguístico. Para Blommaert (2010), a metáfora da escala deve ser usada para imaginar coisas que são de ordem diferente e que estão hierarquicamente estratificadas. Jacquemet (2016, p. 337) argumenta sobre o potencial explicativo dessa metáfora para a linguagem na era da globalização, tendo em vista que as práticas linguísticas podem ter significados diferentes em “contextos de escopo geográfico variável”¹³.

¹¹ No original: “The internet is the largest and most complex social space on earth now.”

¹² No original: “can, thus, be turned into a tool for dissecting the various forms of sociolinguistic complexity that characterize our contemporary societies.”

¹³ No original: “contexts of varying geographic.”

A metáfora da escala não pode ser apenas espacial, pois “todo evento social desenvolve-se simultaneamente em espaço e tempo, frequentemente, em múltiplos espaços imaginados e classificações de tempo” (BLOMMAERT, 2010, p. 34)¹⁴. Portanto, as escalas podem ser pensadas como níveis do Espaço-Tempo em que se organizam diferentes maneiras de normatividade, pois no contexto da escola do quilombo que faz parte desta pesquisa, por exemplo, a escala imaginada de um local tradicional salta para uma escala normativa do regime de controle estadual translocal da Secretaria Estadual de Educação. Mesmo percebendo que a comunidade lida com um autorreconhecimento como espaço rural e tradicional, a sua escola integra a rede estadual de ensino, lidando com o mesmo programa, calendário e modelo das escolas localizadas em área urbana. Também no contexto da escola em área urbana esses níveis impactam em regimes de usos linguísticos: escalas *offline* saltam para escalas *online* nas trocas comunicativas entre docentes, estudantes e comunidade externa da escola. Aparelhos de telefone celular, *tablets* e *notebooks* conectados à *internet* fazem parte da rotina de sala de aula tornando o fluxo comunicativo muito móvel e aumentando a velocidade do compartilhamento de informações (BLOMMAERT, 2010).

Essas complexidades de níveis e seus efeitos variados nos levam a incorporar uma abordagem pragmática ao conceito de escala, seguindo a discussão de Carr e Lempert (2016). Esses autores argumentam que a linguagem habilita atores sociais a moverem-se em níveis escalares diversificados e a distribuição dos recursos linguísticos pode vir acompanhada desses efeitos performativos escalares. Veremos, em nossa análise, como os recursos semióticos nas escolas e seus entornos não apenas indicam mudanças pelas suas paisagens linguísticas, como produzem efeitos escalares ao serem mobilizados pelos atores sociais em cena.

¹⁴ No original: “Every social event develops simultaneously in space and in the time, often in multiply imagined spaces and timeframes.”

Assim, com base nesses estudos, entende-se como relevante esse tipo de análise para identificar a complexidade dos contextos estudados. A análise apontou para contextos altamente complexos e não para comunidades homogêneas.

3 Metodologia

O material analisado neste artigo foi gerado em dois campos de pesquisa selecionados com base nas afirmações teóricas filiadas à sociolinguística de orientação variacionista, tradicionalmente difundida no Brasil, de que diferenças de área como urbana e rural e diferenças étnicas influenciam de maneira determinante nos usos linguísticos, delimitando-os (FREITAG, 2014; PRETI, 2003; SILVA; SCHERRE, 1996). Assim, a opção foi gerar dados em uma área urbana e em outra rural caracterizada etnicamente. A escolha da escola em Anápolis foi feita pela proximidade da primeira autora com o colégio selecionado, no qual trabalhou um tempo como docente. O colégio na comunidade Kalunga foi selecionado pelo fato de o povo Kalunga ser conhecido como a maior comunidade quilombola do estado de Goiás, com suas terras já demarcadas legalmente.

A entrada em campo no caso da escola em Anápolis se deu de maneira fácil, tendo sido necessário apenas marcar uma reunião com a chefia de departamento de áreas acadêmicas para apresentar a pesquisa e enviar um *e-mail* para a direção do campus mencionando a reunião e solicitando a autorização por escrito também do diretor.

Já na comunidade quilombola, a entrada se deu por meio de contatos realizados com representantes locais que foram possibilitados por intermédio de um amigo em comum da primeira autora e das pessoas da comunidade. Após este primeiro contato e os ajustes para a primeira visita, foi notado que o povo Kalunga já recebe visitas frequentes, não só de pesquisadores/as, mas também de turistas, pois a Comunidade Engenho II localiza-se na região do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e já

há um preparo para a recepção de visitantes. Assim, as visitas posteriores foram mais fáceis, já que a primeira autora poderia chegar ao local e se hospedar da mesma maneira como fazem os/as turistas.

Foram feitas duas visitas em cada campo para a geração de material para análise. Antes disso, com a finalidade de apresentar a pesquisa e buscar autorização de representantes dos locais para a sua realização, foram realizadas uma visita com estadia de dois dias no quilombo e duas visitas curtas de uma hora no IFG. A autorização para a pesquisa na comunidade Kalunga foi concedida pelo presidente da Associação de Moradores e líder local. A autorização do Instituto Federal de Goiás – Campus Anápolis, local da pesquisa em Anápolis, foi dada pelo diretor do Campus e pelo chefe do Departamento de Áreas Acadêmicas.

Depois de conseguir essas autorizações, mas antes de iniciar o trabalho de campo, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás que avalia projetos para a realização de pesquisa com seres humanos. Apenas após obter a liberação do Comitê de Ética em Pesquisa foi iniciado o trabalho de campo.

Nos dois campos, o trabalho foi realizado no interior e imediações de escolas de Ensino Médio, mantendo-se um contato mais próximo com estudantes do segundo ano e professores/as para manter a possibilidade de comparação de contextos. Apesar de aparentemente diferentes, os dois contextos compartilham características como o ambiente escolar público (um estadual e o outro federal) e as informações compartilhadas e obtidas por meios de comunicação.

Neste artigo, nos interessa a geração de paisagens linguísticas obtidas por meio de fotografias que foram registradas nos dois campos para possibilitar uma análise densa das práticas linguísticas e também a identificação de possíveis diferenças ou

proximidades dos contextos analisados¹⁵. Foram feitas fotografias de recursos escritos em variados espaços dentro das escolas e nas proximidades, além de variados índices semióticos. Também se usou a observação, pois a primeira autora esteve presente nesses ambientes gerando material de pesquisa e realizando anotações de aspectos considerados importantes em caderno de campo.

3.1 Contexto da pesquisa e descrição dos campos selecionados

3.1.1 A escola na comunidade quilombola

A escola quilombola situa-se no interior da Comunidade do Engenho II no território Kalunga, que fica a cerca de 25 quilômetros da cidade de Cavalcante, no nordeste do estado de Goiás. A cidade de Cavalcante está a aproximadamente 315 quilômetros de distância da capital federal Brasília, e a 510 quilômetros de Goiânia, a capital do estado. Conforme constante em caderno de campo da pesquisa, de acordo com os/as moradores/as da comunidade, a escola atende à maioria dos/as estudantes do Ensino Fundamental ao Médio que residem na comunidade. Muitos/as jovens das outras comunidades distribuídas pelo território Kalunga costumam frequentar as escolas das cidades mais próximas, apesar de algumas comunidades também possuírem escolas. O nome da escola onde ocorreu a pesquisa é Colégio Calunga I¹⁶ e a sede oficial fica no município de Campos Belos – GO, próximo à Cavalcante. As aulas acontecem no prédio construído com verba municipal chamado de Escola Municipal

¹⁵ A pesquisa realizou ainda registros em áudio de interações nas escolas, tanto em sala de aula como em outras áreas próximas da própria escola. Tais registros não estão incluídos neste artigo, focado exclusivamente na análise das paisagens linguísticas.

¹⁶ Os registros referentes à escola mantida pelo Estado grafam o nome Calunga com a letra “c” ao passo que os moradores e seus projetos referentes à Associação Quilombo Kalunga (AQK) sempre grafam o nome em seus registros com a letra “k” conforme a “origem africana (bantu)” da palavra (BAIOCCHI, 2013). A grafia com “c” é objeto frequente de avaliação por parte dos/as alunos/as que sempre questionam o motivo da escrita com a letra “c”. A grafia priorizada neste trabalho será com a letra “K”, pois é a utilizada pela Associação que autorizou esta pesquisa. Assim, serão grafadas com a letra “c” somente quando a referência for ao nome da escola.

Engenho II. O Ensino Médio é mantido pelo governo do estado, mas com colaboração da prefeitura, que cede o espaço físico. A figura 1 abaixo mostra o mapa de localização da comunidade.

Figura 1 – Mapa de localização do Território Kalunga.



Localização da Comunidade do Engenho II (em destaque circulado em vermelho).

Fonte: Imagem do Google Maps retirada do site <http://quilombokalunga.org.br/territorio-do-sitiohistorico-e-patrimonio-cultural-kalunga/>. Acesso em: 11 ago. 2014.

A escola está localizada próxima à entrada principal da comunidade, e está nas proximidades da casa do presidente da Associação de Moradores/as, perto também de alguns restaurantes que atendem turistas e do Centro de Atendimento ao Turista (CAT). Em frente à escola está a igreja católica, onde ocorrem missas periodicamente.

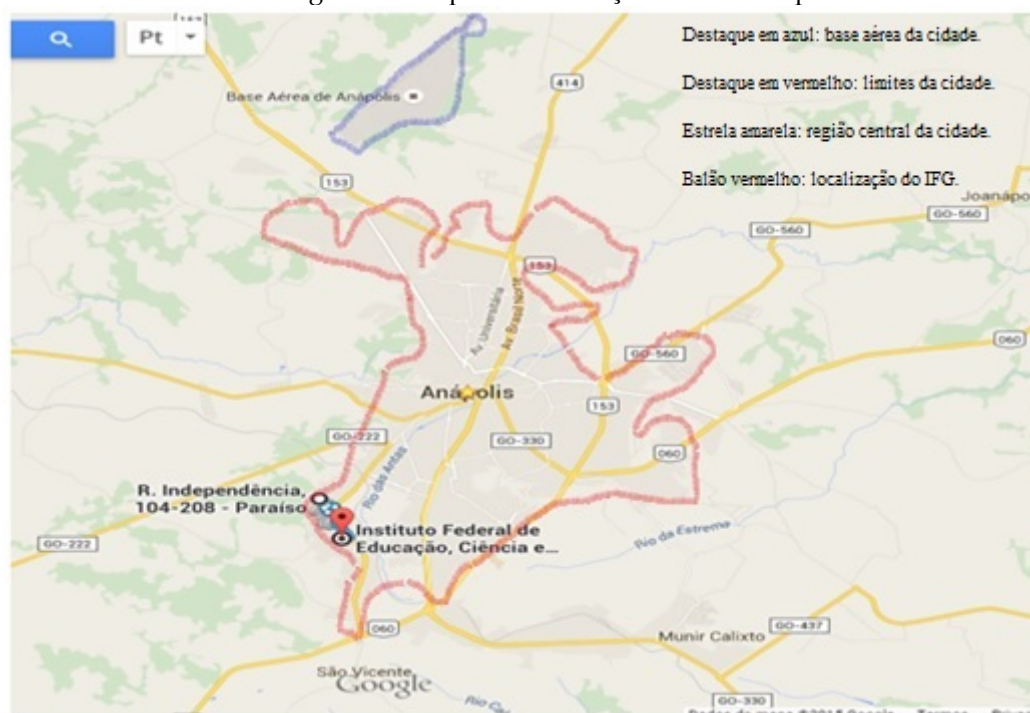
A comunidade abriga aproximadamente 200 famílias e possui uma população de aproximadamente mil habitantes, o que corresponde a 0,27% da população da cidade de Anápolis, de acordo com os dados do Censo 2010 (IBGE, 2015). Essa informação foi obtida por meio de consulta às lideranças da comunidade, uma vez que

os dados formais do IBGE não apresentam informações sobre a população da Comunidade Kalunga Engenho II e o *site* do Governo do Estado de Goiás menciona apenas os números referentes ao território Kalunga em sua totalidade, informando um total de 5 mil habitantes, sem especificar a população de cada comunidade. No entanto, moradores/as que nos ensinaram sobre a população da Comunidade Engenho II informam que o território completo do povo Kalunga já chegava a aproximadamente 9 mil habitantes em 2015.

3.1.2 A escola em Anápolis

A escola situada no município de Anápolis é um Instituto Federal de Educação (IFG) e recebe, em sua maioria, jovens residentes no próprio município, mediante aprovação em processo seletivo aberto e divulgado nacionalmente, mas ocorrido localmente. O instituto está localizado em um bairro da periferia da cidade, próximo a conjuntos habitacionais populares (figura 2). Recebe estudantes de várias regiões da cidade e eventualmente de distritos ou cidades vizinhas. A instituição oferece Ensino Médio integrado ao Curso Técnico, Curso Técnico Subsequente, Proeja (para jovens e adultos), Curso Superior, além de alguns cursos técnicos na modalidade à distância e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Figura 2 – Mapa de localização do IFG Anápolis



Fonte: Google Maps com a busca pelo endereço do IFG – Anápolis. Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/place/Instituto+Federal+de+Educa%C3%A7%C3%A3o,+Ci%C3%A2ncia+e+Tecnologia+de+Goi%C3%A1s+--+C%C3%A2mpus+An%C3%A1polis/@-16.3726815,-48.9803594,13z/data=!4m2!3m1!1s0x935ea33638231c1d:0x8c191dacc3405ebc>. Acesso em: 11 ago. 2014.

A cidade de Anápolis, onde se encontra o campus em que a pesquisa foi realizada, localiza-se a pouco mais de 50 quilômetros da capital do estado, Goiânia. A rodovia BR-153 liga a cidade ao sul e ao norte do país. Anápolis também conta com a BR-060 e com a BR-414 que a liga a Brasília, localizada a pouco mais de 150 quilômetros. Além dessas, há ainda as rodovias estaduais GO-222 (para Nerópolis–GO) e GO-330 (para Leopoldo de Bulhões–GO). Trata-se, portanto, de um grande entroncamento rodoviário (ANÁPOLIS, 2015).

De acordo com informações do site da prefeitura de Anápolis, o município é o terceiro maior em população do estado, o segundo maior em arrecadação de impostos e a segunda maior cidade do estado de Goiás, compondo a região mais desenvolvida do Centro-Oeste brasileiro, o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília. Ainda de acordo com informações do site, baseados nos dados do IBGE de 2010, a população da cidade é de 334.613 habitantes (ANÁPOLIS, 2015).

A localização estratégica levou à criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) em 1976, para agregar valor à produção agropecuária e mineral da região. O DAIA é sede do Polo Farmacêutico goiano. A economia da cidade também conta com o setor de serviços, comércio, turismo (Base Aérea de Anápolis, Museu Histórico de Anápolis, Parques ambientais), turismo de negócios (há grande concentração de empresas), turismo religioso (eventos promovidos pelas igrejas católicas, denominações evangélicas e comunidade espírita) (ANÁPOLIS, 2015).

Todo esse crescimento tem gerado demanda também para a oferta de ensino qualificado. A cidade possui vários centros de ensino superior e abriga a sede e a reitoria da Universidade Estadual de Goiás, uma instituição de ensino superior multi-campi. Com a expansão dos Institutos Federais de Educação Tecnológica pelo país, um campus foi construído na cidade e denominado IFG – Campus Anápolis.

O instituto está localizado ao lado de um dos cemitérios da cidade e em frente ao Instituto Médico Legal (IML) de Anápolis. Os outros lados estão cercados por residências pertencentes a conjuntos habitacionais. Ao lado do IML foi construída uma lanchonete, provavelmente para atender à demanda de estudantes e funcionários/as que permanecem o dia todo no IFG, pois ela foi construída algum tempo depois da inauguração do instituto. Está situado em um bairro afastado do centro da cidade e próximo à BR-153 e à GO-222, ligando a cidade tanto ao sul quanto ao norte do estado. O Campus Anápolis foi inaugurado em 2010 e atende à demanda da própria cidade, oferecendo cursos compatíveis com as grandes atividades da cidade, tais como indústria e turismo. Apesar de afastado do Centro da cidade, algumas linhas de ônibus atendem à região. São linhas que saem do terminal urbano central e vão para os bairros, mas passam em frente ao IFG antes de seguir para os bairros de destino final.

4 Resultados e discussão

Para analisar a composição das paisagens linguísticas nos dois campos, devemos responder a algumas questões, por exemplo, quem vive ou interage nesses locais, exerce e recebe influências constantemente por meio das relações que se estabelecem (BLOMMAERT, 2013). Essa composição é importante porque o principal recurso dos espaços dos quais as paisagens linguísticas fazem parte é a interação social (SCOLLON; SCOLLON, 2003), que por sua vez é central para a identificação dos três eixos de análise de paisagens linguísticas.

Quem vive na comunidade do Engenho II são quilombolas, além de imigrantes que foram para a comunidade trabalhar na escola e imigrantes que foram para a comunidade em missão religiosa.

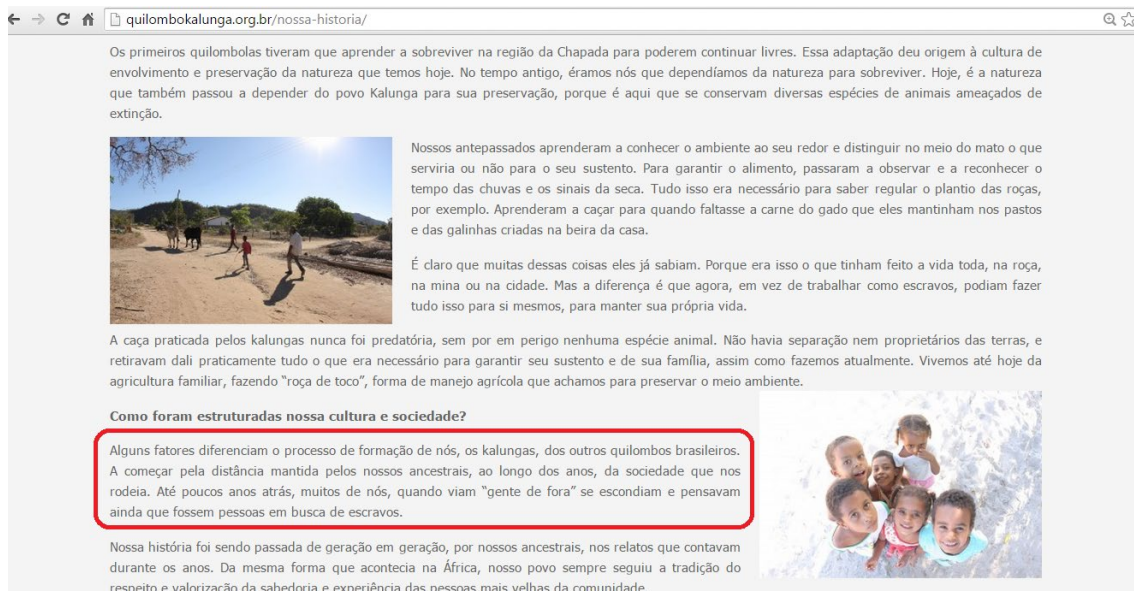
No entanto, existem pessoas que estão na comunidade em situação de mobilidade, a saber, turistas de várias regiões do país e do mundo em busca das belezas naturais do território Kalunga (cachoeiras em área de bioma Cerrado brasileiro) e de contato com diferentes culturas; pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento; agentes de saúde em trabalho para o governo municipal; outros/as representantes do governo federal para realização de diversos trabalhos. Isso aponta para uma grande diversidade de pessoas convivendo e interagindo por curto, médio ou longo prazo, tornando o ambiente mais complexo e as práticas linguísticas bem mais difíceis de se pressupor, pois ainda que em ambiente rural, a comunidade não está de maneira alguma isolada ou isenta de contato ou de elementos que caracterizam a globalização cultural (BLOMMAERT, 2010).

Além das belezas naturais, que promovem o turismo ecológico, o povo desta comunidade oferece mais para o mercado turístico. Esse povoado recebe também o turismo de herança, no sentido atribuído por Heller (2010), o que podemos notar em sua paisagem *offline* e na produção de paisagens linguísticas *online*. No ambiente virtual podemos mencionar o *site* da *Associação Quilombo Kalunga* (figuras 3 e 4) que

apresenta a comunidade como uma das comunidades que há menos tempo possui contato com outros povos, datando de aproximadamente 30 anos, e que por isso preservaria muito da tradição de origem africana, já que preservava a distância da sociedade que os rodeava e se mantinha isolada. Além do *site*, na época em que esses dados foram gerados, existiam duas páginas sobre a comunidade Engenho II em língua inglesa na rede social *Facebook*, sendo que uma delas era mais inativa enquanto a outra recebia atualizações.

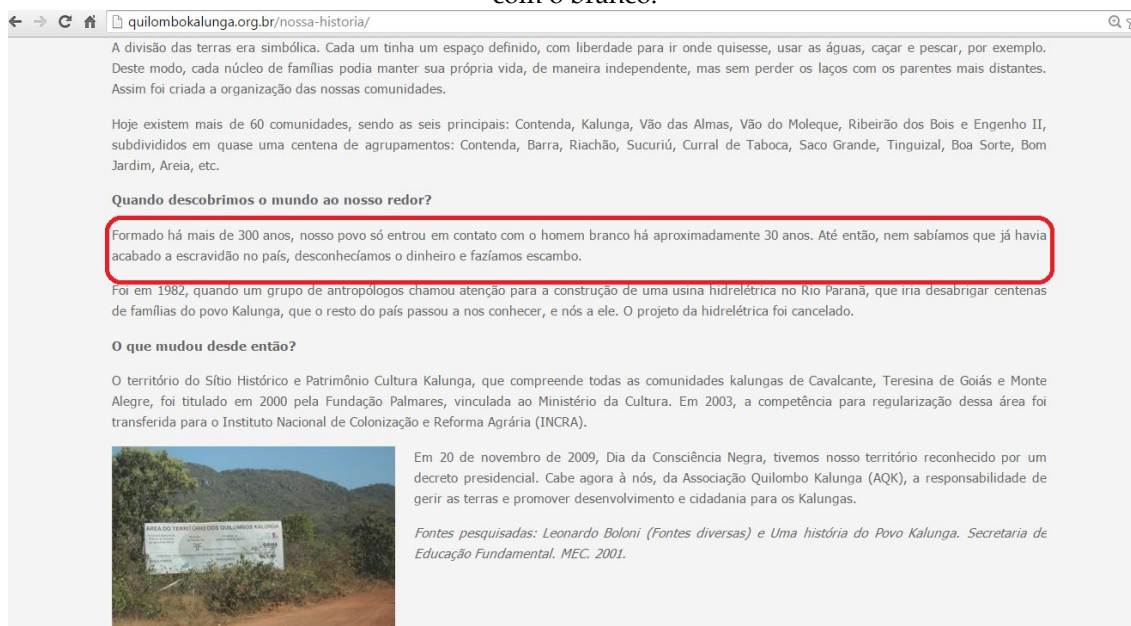
Atualmente, a página que recebia atualizações com mais frequência continua ativa e recebendo atualizações, enquanto a outra não é mais encontrada. Agora quando a busca é realizada encontramos a página *Community Kalunga of Engenho II e Espaço Santa Barbara comunidade Kalunga* (uma página dedicada ao *camping* local). Na época da geração desses dados observamos na página, que tem o nome da comunidade em inglês (figura 5), postagens em português (figura 6) e em francês (figura 7).

Figura 3 – Site da Associação Quilombo Kalunga: destaque para trecho sobre distanciamento da comunidade.



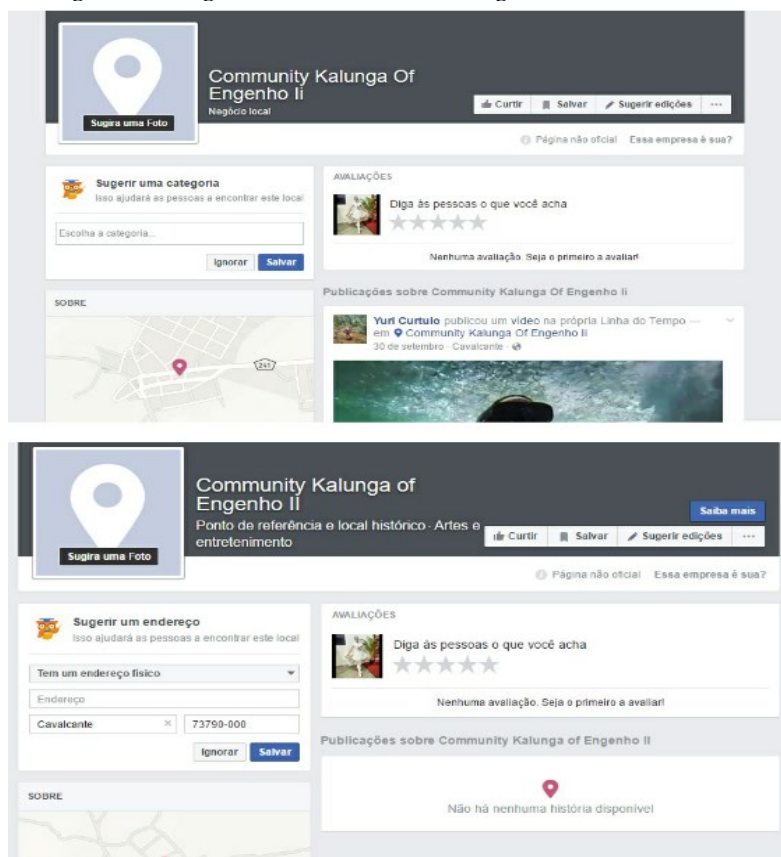
Fonte: tela capturada do site: Acesso em: 24 mar. 2015.

Figura 4 – Site da Associação Quilombo Kalunga: destaque para trecho sobre pouco tempo de contato com o branco.



Fonte: tela capturada do site: quilombokalunga.org.br. Acesso em: 24 mar. 2015.

Figura 5 – Páginas da comunidade Engenho II no Facebook.



Fonte: Telas capturadas nas páginas do Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Community-Kalunga-Of-Engenho-Ii/1690954864490558?fref=ts> e <https://www.facebook.com/pages/Community-Kalunga-of-Engenho-II/165372720599824?fref=ts>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Figura 6 – Postagens em português.



Fonte: telas capturadas na página do Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Community-Kalunga-Of-Engenho-Ii/1690954864490558?fref=ts>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Figura 7 – Postagem em francês



Fonte: tela capturada na página do Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Community-Kalunga-Of-Engenho-Ii/1690954864490558?fref=ts>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Essa diversidade de recursos linguísticos leva a pensar sobre como a mobilidade de falantes de línguas ou variedades minoritárias pode afetar a maneira como linguagem e identidade são vistas e como as identidades chamadas autênticas são construídas. Podemos observar outros contextos em que a língua e a cultura são objetos de marcação e valorização de identidades e em que as performances linguísticas de um determinado grupo se tornam *commodities*. Essa mercantilização da linguagem, no sentido atribuído por Heller (2010), pode ser notada em ambientes considerados remotos e com algum tipo de reconhecimento de ancestralidade, como é o caso dos Kalunga que, por descenderem de escravizados resistentes, carregam consigo a herança de africanos que resistiram à escravidão se refugiando em aldeamentos de difícil acesso e mantendo protegido este território com lutas e confrontos. Esse tipo de passado do povoado levanta a curiosidade de turistas em saber como vivem tais pessoas que em um suposto isolamento poderiam estar ainda reproduzindo aspectos da cultura de seus antepassados. Como podemos observar no material produzido para o *site*, o discurso do local e suas características ancestrais são vistos como marca de autenticidade que pode ser consumida por turistas, e por isso, tais características tornam-se *commodities* (HELLER, 2010; WANG *et al.*, 2014).

A comunidade Kalunga tem se tornado um lugar destinado ao turismo e isso pode ser notado em suas produções linguísticas em espaços públicos, ou seja, paisagens linguísticas (BLOMMAERT, 2010) *online* e *offline*. A figura 3 exemplifica como o discurso da tradição e das raízes ancestrais é usado no *site* da Associação Quilombo Kalunga para atrair turistas interessados/as em observar performances consideradas autênticas (WANG *et al.*, 2014).

O trecho em destaque mostra o texto do *site* que fala sobre o distanciamento do povo da cultura externa, o que preservaria as características tradicionais. O trecho em destaque na figura 4 ainda relata que o contato do povo com o branco foi há aproximadamente 30 anos, o que ajudaria a preservar a cultura ancestral, já que seria

a comunidade quilombola com menos tempo de contato com a cultura do branco. Como afirmam Wang *et al.* (2014, p. 34-35)

A essência do turismo de herança gira em torno de um imaginário de um ambiente virgem, natural e cultural, e muitas vezes crucial incluindo a presença e desempenho das línguas locais e (rituais) tradições culturais: o ambiente natural e cultural frágil que pode evocar um sentimento de nostalgia do deserto e da aventura no consumidor¹⁷.

A palavra-chave neste tipo de turismo é autenticidade e para produzir e comercializar tal autenticidade os grupos precisam projetar histórias de seu passado e apresentar elementos de tradição como cultura, alimento e formas de vida (WANG *et al.*, 2014).

As postagens na página do *Facebook* também lidam com essas questões do turismo e mesclam o ecológico com o de herança, vistos em postagens que mostram as habitações e o povo que vive na comunidade (figuras 6 e 7). Podemos notar também na figura 8 a seguir, a postagem de um turista que traduz essa visão de comunidade isolada e pouco conhecida, um local a ser desbravado, como podemos ver na legenda: "Quando não exploramos as belezas ao nosso redor, tornamos estrangeiros no nosso próprio país.", e nas *hashtags* "#explore", "#descubra" e "#desbravadoresdogoias".

¹⁷ No original: "The essence of heritage tourism revolves around an imagery of an un spoiled environment, both natural and cultural, and often crucially including the presence and performance of local languages and cultural (ritual) traditions: the fragile natural and cultural environment that can evoke a sense of nostalgia of wilderness and adventure in the consumer."

Figura 8 – Postagem que sugere o isolamento da comunidade.



Fonte: tela capturada na página do Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Community-Kalunga-Of-Engenho-Ii/1690954864490558?fref=ts>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Já no Instituto Federal há uma diferença em relação à proporção do espaço, uma vez que a população da cidade de Anápolis é bem maior que da Comunidade do Engenho II, de forma que mesmo observando as imediações do instituto, a análise das interações foram feitas apenas dentro do IFG e não na comunidade em geral, como no caso do contexto quilombola. Assim, podemos responder sobre quem interage no local frequentemente e quem interage eventualmente. Quem está no Instituto quase diariamente durante a semana são alunas e alunos dos diversos cursos ofertados, docentes, funcionários/as das áreas pedagógicas, funcionários/as técnicos e da administração do Campus e terceirizados que prestam serviços gerais e de segurança.

Além das pessoas que frequentam o campus diariamente ou quase todos os dias da semana, algumas pessoas interagem no local com menos frequência, ou em períodos mais curtos de tempo: autoridades do Instituto Federal em visitas ao Campus, pessoas de várias instituições em eventos realizados no auditório do

instituto, população local em geral frequentando algum evento ou curso oferecido para participantes externos, entregadores de produtos adquiridos (ex. água) ou serviços contratados (ex. manutenção elétrica) pontualmente pelo instituto.

Além da divulgação, por meios de comunicação, dos cursos que oferta gratuitamente, o instituto divulga suas atividades e oferta de concursos e processos seletivos em um *site* específico do campus que está ligado ao *site* geral do IFG (Instituto Federal de Goiás) e em sua página em uma rede social de grande alcance, o *Facebook*. Um dos interesses demonstrados por esses espaços de interação está em promover a integração com a comunidade.

A princípio já podemos perceber que apesar da diferença na composição da população, ambos os campos têm diversidade de atores envolvidos, o que leva a uma diversidade de materiais escritos e semiotizados produzidos para diversos destinatários. Além disso, tanto o campo chamado rural quanto o chamado urbano produzem esses materiais em ambiente *online* e *offline*.

Tudo isso tem levado a uma mudança de infraestrutura (WANG *et al.*, 2014), nos dois campos. O povoado Engenho II, anteriormente somente rural, mudou para atender a novas demandas, como a demanda turística, por exemplo, que passou a liderar as atividades locais, antes baseadas principalmente na agricultura e na criação de animais, conforme contam o líder da comunidade e um antigo morador. O IFG, que data de 2010 e foi construído em um espaço urbano de Anápolis, também tem sido capaz de alterar a infraestrutura local, pois o espaço destinado a ele era primordialmente residencial e em uma região em processo de formação de conjuntos habitacionais populares, próximo a uma avenida comercial (Av. Pedro Ludovico) e à uma das saídas da cidade por meio de BR e GO. De acordo com Blommaert (2016, p.

8), “não podemos compreender a sociedade contemporânea desprezando a sua infraestrutura historicamente única como uma área de investigação elementar.”¹⁸

Seguindo as pistas dos estudos de Wang *et al.* (2014), e do que já foi dito, podemos perceber mudanças na infraestrutura dos dois campos pesquisados. No povoado Engenho II a percebemos por meio de diversos elementos, como o fato de parte dos/as moradores/as da comunidade passarem a alugar quartos de suas casas como dormitórios para turistas, construírem restaurantes, enquanto outros/as permaneceram e ainda se ocupam em atividades rurais, como pode ser observado por quem está na comunidade. Ao mesmo tempo em que podemos ver as pessoas trabalhando com a recepção de turistas, é possível ver muitas vezes pessoas saindo de manhã montadas em mulas para o trabalho rural. Geralmente essas pessoas voltam alguns dias depois, pois de acordo com elas, o local de plantio é um pouco distante de comunidade. Conforme apontam algumas alunas colaboradoras da pesquisa e outros/as moradores/as, além dos outros povoados menores e de mais difícil acesso que estão nos limites do território Kalunga, também existem fazendas onde residem pessoas permanentemente e outras periodicamente para o trabalho com a terra e com a criação de animais.

Ainda que existam povoados menos acessíveis por sua localização, alguns deles são muito conhecidos pelo turismo religioso. Povoados como o Vão do Moleque e Vão de Almas recebem anualmente pessoas vindas de diferentes regiões para suas festas tradicionais religiosas ligadas ao catolicismo. A festa de Santa Bárbara, que ocorre anualmente no início do mês de agosto no Vão de Almas, atrai um turismo intenso, ainda que seja necessário um veículo com tração nas quatro rodas para chegar ao povoado ou o uso de transporte por animais e a acomodação fique por conta de cada visitante, que costumam usar barracas de *camping*.

¹⁸ No original: “We cannot understand contemporary society by dismissing its historically unique infrastructure as an elementary area of inquiry.”

Voltando a falar da Comunidade Engenho II, a de mais fácil acesso e campo desta pesquisa, vários objetos são manufaturados para venda na comunidade, tais como artesanato, cachaça de cana-de-açúcar e produtos à base de ervas da região. Um exemplo é a planta chamada Kalunga, que é vendida dentro da cachaça ou desidratada em embalagens plásticas. Trata-se de uma planta amarga e, de acordo com os/as vendedores/as, possui propriedades benéficas para o sistema gastrointestinal humano.

O IFG, assim como a comunidade Engenho II, também apresenta grande número de elementos globais e a mobilidade é intensa. Entre os anos de 2013 e 2014, a maior parte dos/as alunos/as moravam em Anápolis, alguns/mas vinham de cidades vizinhas como Terezópolis de Goiás ou distritos de Anápolis como Branápolis, por exemplo. Já no que se refere ao corpo docente e administrativo, o quadro encontrado foi um pouco diferente. Muitos/as professores/as e funcionários/as moravam na capital, Goiânia, e viajavam todos os dias para Anápolis para trabalhar. Além disso, conversando com as pessoas que frequentavam o instituto, pudemos notar que muitas são migrantes de várias regiões do país ou descendem de migrantes que se deslocaram para Anápolis por vários motivos, como por exemplo, a instalação da Base Aérea na cidade.

Pensando o espaço interno do instituto e o bairro no qual está localizado, e novamente com base nas análises realizadas por Blommaert e Maly (2014), podemos identificar algumas camadas de paisagens linguísticas que compõem a estrutura local e podem ser vistas por meio de recursos escritos semiotizados disponíveis em espaço público, alterando a infraestrutura local. Esses recursos são parte da materialidade discursiva eficaz para produzir escalas, comparações de dimensões espaço-temporais horizontais ou verticais, na ordenação interacional – que atores sociais se apresentam em que espaço/tempo, para quem se dirigem (que comunidades interacionais?), como se dirigem (com que recursos?), que efeitos produzem nessas interações (CARR; LEMPert, 2016).

Seguindo os estudos de Blommaert e Maly (2014), podemos responder a essas perguntas descrevendo as paisagens linguísticas como camadas direcionadas para certas comunidades interacionais, algumas voltadas para a comunidade interna aos campos, outras para a comunidade externa, e outras se voltam para ambas ou para a sua integração.

Dentre as camadas que se voltam para a comunidade interna, temos na comunidade Engenho II uma voltada para população local e outra para as atividades religiosas. No IFG pode-se identificar uma camada voltada para a comunidade acadêmica.

No Engenho II, a camada que aponta para a produção linguística voltada para a população em escala local pode ser observada em vários ambientes, como as paredes da escola, avisos escritos em paredes, entre outros. Nessa produção escrita, nenhuma é bilíngue e a escrita segue diferentes padrões ortográficos da língua portuguesa, com recursos semióticos variados, tendo diferenças de *layout* do material escrito. Como exemplo, podemos notar que existem escritas informativas em paredes externas (figura 9), cartazes impressos (figura 10) e escritos à mão (figura 13), recados e nomes escritos em paredes de banheiros (figura 12), ícones indicativos de banheiro feminino e masculino por meio de figuras que indicam uma menina e um menino negros/as (figura 11).

Figura 9 – Sinalização de ponto de ônibus



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014. Aviso escrito a mão na parede da casa do líder Kalunga.

Figura 10 - Cartaz de divulgação.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Cartaz afixado na parede da escola divulgando lançamento de material produzido pela UNB sobre festejo Kalunga de Senhora D'Abadia no Vão de Almas.

Figura 11 – Ícones indicando os banheiros da escola.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Ícones que indicam os banheiros feminino e masculino na escola.

Figura 12 – Escritas nas paredes.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.
Escritas a mão produzidas por alunas/os nas paredes do banheiro da escola.

Figura 13 – Trabalhos escolares.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.
Trabalhos de alunas/os sobre espaço urbano e espaço rural. Cartazes afixados na parede da escola.

Os materiais escritos e semiotizados que estão presentes nas paredes da escola têm como efeito a constituição de interlocutor(a) local. São voltados principalmente para professores/as e alunos/as, pois, apesar de aberta para a entrada de quem está na comunidade, a escola não faz parte do roteiro de visitas dos/as guias turísticos que atendem aos/às visitantes. Produções escritas como a registrada pela figura 9 também são voltadas para quem vive na comunidade, pois trata-se de uma informação sobre o ponto de ônibus escrita à mão na parede de uma casa, e o ônibus que passa pelo ponto que ela sinaliza é usado, principalmente, por moradores/as, pois não são apresentadas informações sobre ele nos materiais produzidos para o turismo. No entanto, tratam-se de produções escritas em espaços públicos e podem ser vistas por todas as pessoas que passam pelo local, e caso qualquer pessoa de fora da comunidade pergunte sobre os horários, os/as moradores/as informam com tranquilidade os horários e datas de funcionamento do ônibus e o uso desse transporte não é vetado.

Mais uma camada visível é a de produções linguísticas voltadas para as atividades religiosas, que atendem, em geral, em escala local e estão representadas nos espaços da igreja católica e da igreja evangélica (figura 14). As características dessa camada são escritas públicas sintéticas, como placa acima do portal de igreja evangélica, ou recursos semióticos religiosos, como crucifixo e sino na igreja católica. Há ainda índices de infraestruturas que indiciam quando e como as interações acontecem nesses espaços, como os refletores de iluminação noturna e a antena por satélite na casa pastoral.

Segundo os/as moradores/as, a igreja católica está presente há mais tempo na comunidade, mas funciona esporadicamente, pois há apenas um padre, que não vive na comunidade, para atender toda a região dos Kalunga e também as cidades vizinhas. Já a igreja evangélica, instalada há menos tempo, realiza suas atividades constantemente e conta com a casa pastoral ao lado da igreja onde o pastor, que é migrante na comunidade, reside. De acordo com os relatos de moradores/as, apesar

de lidarem com o discurso de preservação da tradição e cultura pelo pouco contato com o branco, não há prática de religiões de matriz africana ou afro-brasileira na comunidade.

Figura 14 – Igrejas.



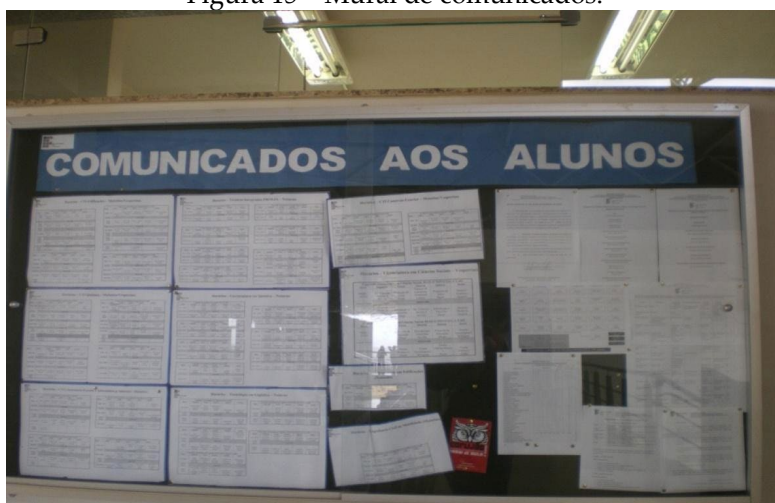
Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Acima igreja católica no centro do povoado em frente à escola. Abaixo igreja evangélica Assembleia de Deus Engenho II (em dois ângulos) situada em próximo à área de camping e a um dos restaurantes.

No IFG, a camada direcionada à comunidade acadêmica é bem ampla e visível por todo o instituto. São placas e avisos escritos em língua portuguesa para alunos/as, professores/as e funcionários/as com os conteúdos mais diversificados tais como: avisos (figura 15), oportunidades (figura 16), lembretes, horários, divulgações. A

maioria deste tipo de material inclui recursos escritos longos em língua portuguesa, que exigem um grau de letramento próprio do meio acadêmico. Mas também existem placas que orientam a localização de salas, laboratórios, sanitários, biblioteca, auditório, entre outros locais do instituto, materiais escritos que contêm imagens e outros recursos semióticos conhecidos e de rápida interpretação, como a logomarca do Instituto e ícones de feminino e masculino nos banheiros (figura 17), além de sublinhados, negritos ou cores para destacar partes centrais nos textos escritos (figura 18). A maioria desses sinais são direcionados para a comunidade acadêmica, no entanto, podem servir a quem mais estiver no local, ainda que eventualmente.

Figura 15 – Mural de comunicados.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Figura 16 – Mural de oportunidades de emprego e estágio.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Figura 17 – Ícones de identificação dos banheiros



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Figura 18 – Placas de indicações de locais.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

No que se refere a escritos produzidos para alunos/as e servidores, a rede social na qual se encontra a página do instituto também é bastante usada e comporta um conteúdo extenso de material que é atualizado constantemente.

Pensando nas camadas voltadas ao público externo podemos citar no Engenho II a camada que se volta para o turismo local e no IFG a camada direcionada às produções destinadas à comunidade externa.

Na comunidade Kalunga, a camada que indicia o turismo, uma atividade de tensão escalar local-nacional-internacional, é perceptível em toda a comunidade, principalmente em sua parte central, próxima à casa do líder da comunidade e ao CAT – Centro de Atendimento ao Turista (figura 23), onde estão presentes diversas placas que indicam a presença de *camping* e restaurantes para turistas (figuras 19 e 20), placas sobre a cultura Kalunga (figura 22) e loja de artesanato local (figura 21).

Figura 19 – Placas de indicação de restaurantes.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.
Placas manuais e confeccionadas pelo governo federal.

Figura 20 – Placas de indicação de restaurantes e camping.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Placas confeccionadas pelo financiamento do governo federal para o projeto Kalunga Sustentável.

Figura 21 – Loja de artesanato ao lado do Centro de Atendimento ao Turista – CAT.



Fonte: acervo da pesquisadora primeira autora. Junho de 2014.

Figura 22 – Placas sobre cultura Kalunga.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Placas confeccionadas pelo financiamento do governo federal para o projeto Kalunga Sustentável. As placas estão posicionadas em frente ao CAT.

Figura 23– Placas indicando o CAT.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Placas confeccionadas pelo financiamento do governo federal para o projeto Kalunga Sustentável. Placas bilíngues e monolíngues indicando o CAT.

As figuras indiciam a modernização para atender à nova demanda do turismo de herança e ecológico. Placas do governo federal estão por toda parte e há grande variedade de material escrito e semiotizado. As placas do CAT foram mudando em camadas históricas das paisagens linguísticas, indiciando o tempo no espaço. Na figura 23 podemos ver placas com aparência mais desgastadas indicando sua antiguidade em relação a uma placa mais nova e bilíngue indiciando a presença (passada, presente ou futura) de turistas estrangeiros e da expectativa de seu aumento com a realização da Copa do Mundo de Futebol no ano de 2014 e das Olimpíadas em 2016, que prometiam aquecer o turismo no Brasil. Também podemos retomar às figuras 5 e 6 (início desta seção) em que se pode perceber o multilinguismo também na produção *online*, pois a página da comunidade no *Facebook* foi criada em inglês e recebe postagens em português e até em francês (figura 7). A placa bilíngue, em língua portuguesa escrita padrão e em língua inglesa, juntamente com a página em inglês que recebe *posts* escritos em português e francês, forjam performativamente, no sentido dado por Carr e Lempert (2016), uma escala internacional de interlocução.

Pensando como Jacquemet (2016), na chamada globalização cultural temos pessoas móveis e tecnologias digitais que proporcionam a mobilidade de informações. Tal mobilidade de pessoas causa dois efeitos: 1) pessoas adquirem uma variedade de recursos linguísticos; e 2) aumenta a demanda por pessoas com habilidades multilíngues. Podemos notar na placa do CAT (figura 23) e na página do *Facebook* (figuras 5, 6 e 7) a demanda por uma língua estrangeira para atender ao turismo, ao mesmo tempo em que é possível observar placas monolíngues em língua portuguesa escrita padrão disputando espaço com uma nova placa bilíngue em língua portuguesa escrita padrão e língua inglesa escrita padrão (figura 23). Esse conjunto, apesar do discurso de tradição local, reclassifica escalarmente pessoas e recursos linguísticos, criando a demanda por novas habilidades linguísticas e produzindo performances

linguísticas altamente complexas em que a diversidade linguística disputa espaço com o discurso de performances tradicionais e herança ancestral.

No IFG, a camada de produções escritas e semiotizadas voltadas para a comunidade externa é menos aparente dentro do campus, mas pode ser notada nas oportunidades de cursos de curta duração que tenham como público alvo a comunidade local. No campus, o material escrito dessa camada direcionada à comunidade externa concentra-se em áreas externas da estrutura física (figuras 24 e 26). No entanto, o principal suporte desse tipo de material escrito é a *internet*, no *site*, mas principalmente na página destinada à instituição na rede social *Facebook*. Lá é possível ler material de divulgação de diversas atividades abertas ao público externo como eventos, processos seletivos para estudar ou atuar em algum curso (figura 25) e projetos diversos que se voltam para a comunidade externa (figura 27).

Figura 24 – Mural do Centro de Seleção.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Convocação para vagas do PROEJA. Mural situado próximo à entrada do campus.

Figura 25 – Divulgação do vestibular na página de rede social.




Fonte: página IFG Campus Anápolis no Facebook. Acesso em: 10 maio 2015.

Figura 26 – Divulgação do vestibular na portaria do IFG.




Fonte: página IFG Campus Anápolis no Facebook. Acesso em: 10 maio 2015.

Figura 27 – Divulgação de oferta de curso pelo PRONATEC.



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**
Câmpus Anápolis



PDE | PRONATEC
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO
AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

O IFG Câmpus Anápolis abre inscrições para o **Curso FIC em Assistente de Produção Cultural**, por meio do BF-PRONATEC. São 20 vagas, para quem possui o Ensino Médio Incompleto, e recebe Bolsa Família, Seguro Desemprego, possui CAD Único ou é aluno da Rede Estadual de Educação.

Inscrições: Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, ao lado do Terminal Urbano, no SINE ou na Subsecretaria Estadual de Educação
Local do Curso: Escola Municipal Rosevir Ribeiro de Paiva, Av. Brasil Sul
Dias da semana: Segunda a quinta-feira, das 18h30 às 22h
Carga Horária: 210 horas
Início das aulas: 10 de março de 2014.

Assistente de Produção Cultural
 Auxilia na implementação de projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia.

Fonte: página IFG Campus Anápolis no Facebook. Acesso em: 10 maio 2015.

É possível que algumas das produções apresentadas acima sejam direcionadas especificamente para a comunidade externa ao IFG, como o *post* que informa que os cursos ofertados são direcionados para quem possui Ensino Médio Incompleto e recebe Bolsa Família (figura 27). Essa informação, destinada para quem ainda não ingressou em algum curso deste tipo de instituição, visa o contato com a comunidade externa e a integração com ela, por meio do incentivo para que realizem inscrições para os processos seletivos abertos periodicamente.

Como pode ser observado nas figuras anteriores, os textos são escritos em língua portuguesa padrão, em geral são curtos (exceto o da figura 27) e se concentram em informações. Alguns recursos são utilizados, como ilustrações nos cartazes, cores e palavras com a fonte em negrito para destacar alguns pontos das informações.

Uma grande parte dos materiais escritos e semiotizados presentes nos dois campos se direcionam ao mesmo tempo para comunidade interna e externa ou para a interação entre as duas. Na comunidade Kalunga são duas camadas: uma voltada para projetos do governo e outra para a instalação de empresas dentro da comunidade. No

IFG temos três camadas: uma camada voltada para a educação no trânsito, uma para oferta de produtos e serviços e outra para projetos do governo.

Na comunidade Engenho II a camada que se destaca é a produção que se volta para os projetos do governo municipal e federal dentro da comunidade. Podemos notá-la por meio da presença da escola estadual, que funciona em um prédio construído pela prefeitura municipal (figura 28), e a intensa intervenção do governo federal por meio de unidades de saúde (figura 29), o próprio CAT (figura 23), as placas que indicam financiamentos diversos, como a da construção dos banheiros públicos da comunidade (figura 30), e presença de uma Casa Digital (figura 31), destinada a promover acesso à internet para alunos/as e moradores/as. Durante as visitas da primeira autora à comunidade, a Casa Digital não esteve em funcionamento, mas de acordo com alunas que colaboraram para a pesquisa, ela já funcionou durante um tempo, mas depois foi desativada. As principais características das inscrições dessas camadas é que são escritas em língua portuguesa padrão e as placas são confeccionadas em gráficas profissionais, além de escritas públicas sintéticas indicando os locais como o nome da Unidade de Saúde e o banheiro público.

Figura 28 – Escolas Kalunga.



Fonte: acervo da primeira autora. Abril de 2014 e julho de 2013.
Prédios da escola municipal onde também funciona escola estadual.

Figura 29 – Unidade de Saúde da comunidade.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Figura 30 – Banheiro público.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Banheiro público referente ao investimento construído na parte externa da casa de um morador. Os banheiros públicos construídos com o investimento do governo federal são denominados como “banheiro Kalunga” e seguidos de numeração.

Figura 31 – Casa Digital.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.

Construída por um projeto de inclusão digital do governo federal funcionava com computadores conectados à internet. A casa esteve desativada durante todas as visitas realizadas para esta pesquisa.

Há ainda a camada que se volta para a instalação de empresas na comunidade. Uma mineradora estava começando atividades no local e tem produzido material escrito e semiótico sobre a área natural da comunidade. Essas produções linguísticas podem ser vistas nas paredes externas da casa de um morador que vende refeições para turistas e pesquisadores/as que estejam visitando a comunidade (figura 32). As placas estão concentradas na casa do referido morador e apresentam fotos da natureza no território Kalunga, e em uma das paredes há uma placa impressa maior que as fotos, escrita em língua portuguesa padrão, ressaltando as qualidades da região do

projeto e em seguida explicando que a instalação da empresa mantém o compromisso de preservação do meio ambiente.

Figura 32 – Placa de mineradora.



Fonte: acervo da primeira autora. Julho de 2014.

Placa afixada na parede externa da casa de um morador sobre trabalho da Mineradora dentro do território Kalunga.

No IFG há a camada identificada como focada na educação para o trânsito que utiliza praticamente recursos semióticos, não se concentrando na língua portuguesa escrita, pode ser vista na faixa de pedestres em frente ao Campus e posteriormente na instalação de um radar de velocidade (figura 33), pois a avenida onde está localizado é uma via de trânsito rápido que dá acesso à rodovia. Assim, conforme relatos das pessoas que frequentam o campus, era comum que carros de passeio e muitos caminhões passassem no local em alta velocidade, o que dificultava a travessia e chegou a ocasionar um acidente que envolveu uma aluna do campus no período em

que a primeira autora atuou como docente no local. A demanda para a instalação do radar se deu, principalmente, pelo aumento do número de pedestres atravessando a avenida diariamente durante o funcionamento do instituto. No entanto, essa sinalização atende também à quantidade crescente de moradores/as que residem nos conjuntos habitacionais próximos e a motoristas que por ali passem. Essa camada é muito importante porque indica que o instituto tem alterado a paisagem linguística da região onde foi inserido e afetado em níveis variados os recursos semióticos disponíveis na sua área de ocupação, fazendo aquilo que Carr e Lempert (2016, p. 9) destacam: “os limites e as relações sociais dos eventos são forjados, calculados e classificados pelos atores através de sua prática discursiva”¹⁹.

Figura 33 – Radar de velocidade.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.
Em frente ao IFG e ao IML.

¹⁹ No original: “event-boundaries and social relations are forged, figured, and sorted by actors through their discursive practice”.

Outra camada que ao mesmo tempo é interna ao instituto e também afeta performativamente a área da cidade em que ele está instalado é a que se volta para a oferta de produtos e serviços nas imediações. O bairro, que abriga um dos cemitérios da cidade, o IML e conjuntos de residências, também ganhou restaurante e lanchonete (figura 34) algum tempo após a chegada do Instituto, sendo muito frequentado, já que muitas atividades do instituto são realizadas em tempo integral. As pessoas que antes tinham que se deslocar para um local onde houvesse restaurante, solicitar entrega ou levar suas refeições de casa, na ocasião da geração da realização desta pesquisa já tinham também a opção de fazer suas refeições em um restaurante em frente ao instituto ou na lanchonete que fica dentro dele. Uma pequena loja de produtos de papelaria e com serviço de fotocópia (figura 35) também foi instalada no interior do instituto para atender à demanda da comunidade acadêmica. No entanto, o restaurante também pode atender pessoas que estejam trabalhando em outros segmentos, como funcionários do IML, ao lado do restaurante. Na ocasião da geração desses dados, o restaurante ainda não possuía uma fachada e se apresentava com apenas uma faixa indicando que há um restaurante naquele local. A loja de materiais escolares e fotocópia não apresentava placas nem qualquer tipo de sinalização e é identificada pelas pessoas pelo balcão que fica embaixo de uma tenda. Assim, não fazem uso de recursos escritos para indicar a sua presença ao público.

Figura 34 – Restaurante e lanchonete.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.
Em frente ao IFG e ao lado do IML.

Figura 35 – Loja de materiais de papelaria e fotocópia.



Fonte: acervo da primeira autora. Junho de 2014.
Situada no interior do campus.

Ainda há uma camada que visa a integração da comunidade externa com a acadêmica. Programas do governo federal como o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) (figura 27) e o Mulheres Mil (figura 36) oferecem vários cursos que atendem pessoas que anteriormente não mantinham nenhum tipo de contato ou vínculo com a instituição. Os textos voltados para esta camada são em língua portuguesa escrita padrão e estão em suporte digital e impresso, pois são encontrados principalmente na rede social, mas também em cartazes impressos, apesar de tais cartazes serem menos frequentes. Há predominância de texto escrito nesses cartazes, mas são utilizados recursos de cores e logomarcas para dar destaque aos nomes dos programas, por exemplo.

Figura 36 - Divulgação do resultado de seleção do programa Mulheres Mil.



Fonte: página IFG Campus Anápolis no Facebook. Acesso em 10 de mai de 2015.

É importante considerar que algumas camadas estão sujeitas a mudanças rápidas enquanto outras permanecem relativamente estáveis por mais tempo. A camada mais dinâmica e mutável é a que caracteriza a mobilidade. No entanto, diferentes historicidades convivem no mesmo espaço social (BLOMMAERT; MALY, 2014). As produções escritas voltadas para o turismo na comunidade Kalunga têm se apresentado bastante dinâmicas e mutáveis. A necessidade de produzir material escrito e semiótico para atender a essa demanda tem se mostrado grande, exemplos disso são a inclusão já mencionada de uma placa bilíngue em português e inglês em um local onde já havia uma placa com a mesma informação em português (figura 23) e a criação recente de páginas em uma rede social que operam com mais de uma língua e são capazes de gerar publicações de grande alcance espaço-temporal (figuras 5, 6 e 7).

Camadas com mais direcionamento para a comunidade local são mais permanentes e caracterizam menos mobilidade como é o caso da escrita sobre o ponto de ônibus na parede da casa (figura 9) e os ícones da igreja católica que, pelas condições estruturais, já estão há bastante tempo no local (figura 14). No entanto, as produções linguísticas nas paredes da escola, apesar de terem sido consideradas como produções

mais voltadas para a comunidade também estão em mudança, pois remetem às interações da comunidade com instituições externas, como o cartaz sobre o evento de lançamento de um documentário sobre o festejo de Senhora D'Abadia no Vão de Almas em uma escola da cidade de Cavalcante e na Universidade de Brasília – UNB (figura 10). Além disso, os trabalhos escolares dos alunos estão em consonância com os temas tratados na atualidade e na figura 13 podemos ver produções escritas e semiotizadas dos/as alunos/as com a temática do espaço urbano e rural. A antena parabólica presente na escola e também em muitas casas é um ícone da disseminação de informação em tempo real, indiciando o contato linguístico e cultural intenso.

Já no IFG, as camadas se mostram sempre mutáveis seja para atender as demandas por alterações de infraestrutura, como é o caso da camada voltada para a educação no trânsito e para a oferta de produtos e serviços, seja para a interação entre a comunidade interna e externa, por meio de cartazes, avisos e postagens na *internet* que estão sempre sendo atualizadas. Também é possível ressaltar a presença de materiais linguísticos tanto no ambiente *offline* quanto no *online* nos dois campos sejam eles chamados rurais ou urbanos.

5 Conclusões

A possibilidade do mesmo tipo de análise para a mudança de infraestrutura nos dois contextos sugere que, apesar de diferentes, os dois contextos não ocupam extremos opostos. Ambos possuem muita interação entre pessoas diferentes em situação de mobilidade variada e estão passando por mudanças constantes provocadas por suas demandas. Além disso, ambos são afetados pelos processos de globalização e possuem em suas paisagens linguísticas material semiótico diversificado.

É possível ainda assinalar mais um ponto que parece aproximar os contextos chamados “rural” e “urbano”, colocando em dúvida a tradicional dicotomia

apresentada por muitos estudos e evidenciando que as pessoas usam a linguagem para produzir escalas como efeitos pragmáticos em suas interações. No IFG pode parecer evidente mencionar a presença de aparelhos eletrônicos e conexão à internet e às informações dos meios de comunicação de maneira muito rápida e constante. Em geral, sabe-se que adolescentes que vivem no espaço urbano costumam assistir televisão, inclusive por meio de antenas satélite, e utilizar aparelhos eletrônicos e móveis em casa, na rua e também na escola. No entanto, quando se fala em espaço rural, em aldeamentos ou povoados, há uma crença de que esses locais vivem em um certo isolamento e demoram mais a receber informações de mídia ou assumir comportamentos característicos de algum grupo social emergente. A própria descrição do povo Kalunga no *site* da associação explora essas crenças sobre o isolamento recentemente encerrado, constituindo um movimento escalar dos mais interessantes entre o mais isolado local da “tradição”, enquanto mobiliza recursos linguísticos diferentes do português para se posicionarem no mais internacional do turismo para estrangeiros.

Sendo assim, olhando para as paisagens linguísticas que compõem este artigo, é possível inferir que os efeitos da globalização estão presentes nos centros urbanos, como era esperado, e também em locais caracterizados como rurais. Os cenários de interações também são altamente complexos e mediados por informações de mídia variadas. A presença de antenas parabólicas e via satélite, acesso à internet em algum momento, sinal de telefonia móvel e a produção de material linguístico e semiótico voltado para um público diverso, incluindo uma página mais recente em rede social com título em inglês, mostram que o povoado quilombola vive intensamente em contato com pessoas móveis e práticas linguísticas diversas.

Apesar de o telefone celular e o acesso à *internet* não serem elementos tão frequentes que podem ser notados em todos os momentos do dia de moradores/as da área rural, em comparação com a área urbana, há na comunidade outros elementos de

conexão global como a televisão da escola e das casas; as placas apresentadas anteriormente; carros de passeio; e antenas parabólicas e via satélite que se misturam a elementos locais como telhados de palha ou taipa em construções (observável na figura 6) e criação de gado em plena área de moradia. Assim, notamos que tais processos de globalização são possibilitados pela presença dessa infraestrutura de globalização que produz mudanças escalares em “conexões entre os processos locais e translocais” (WANG *et al.*, 2014, p. 7)²⁰, ainda que possamos perceber que a distribuição dessa infraestrutura é desigual.

A distribuição de tais infraestruturas não é necessariamente democraticamente organizada, e áreas periféricas podem ser caracterizadas por um acesso parcial a infraestruturas específicas para a globalização, diferindo de grau da concentração esmagadora dessas infraestruturas nas cidades globais (WANG *et al.*, 2014, p. 29)²¹.

Ainda assim, podemos perceber no contexto da Comunidade Engenho II a presença dos três elementos que caracterizam os processos de globalização nas margens: “novas mídias e tecnologias de comunicação, novas formas de atividade econômica, especificamente chamadas de centros de turismo de herança, e produções e formações de identidades locais” (WANG *et al.*, 2014, p. 30).²²

Isso porque, apesar de menos frequente, o celular e a *internet* já chegaram à comunidade e os/as colaboradores/as da pesquisa tinham acesso regular à *internet* e mantinham perfis constantemente atualizados em redes sociais, incluindo a página turística da comunidade em inglês, pois compensavam o mal sinal local com o deslocamento frequente e regular para a cidade mais próxima.

²⁰ No original: “connections between purely local events and translocal processes.”

²¹ No original: “The distribution of such infrastructures is not necessarily democratically organized, and peripheral areas can be characterized by partial access to specific infrastructures for globalization, differing by degree from the overwhelming concentration of such infrastructures in global cities.”

²² No original: “New media and communication technologies; (2) new forms of economic activity, specifically call centers and heritage tourism and (3) new (re)productions of local identity formations.”

A televisão e as antenas parabólicas ou satélite estão em muitas das casas, o que possibilita que o mesmo tipo de informação que se tem no espaço urbano chegue à comunidade rural, e isso pode ser muito notado também quando se conversa com qualquer pessoa na comunidade, pois os tópicos abordados remetem constantemente à informações obtidas por esses meios de comunicação.

Esse conjunto mostra os processos de globalização em pleno funcionamento em uma área chamada rural, inclusive interferindo e mudando a dinâmica do local. Se observarmos esses locais, veremos que não há razão para se excluir essas *margens* dos estudos que tratem sobre “análises dos processos de globalização e suas implicações sociolinguísticas”, pois “a globalização é uma transformação de todo o sistema mundial, e não só afetará os centros metropolitanos do mundo, mas também as suas margens mais remotas. Assim, encontramos efeitos de globalização também em lugares inesperados” (WANG *et al.*, 2014, p. 26).²³

Dessa forma, podemos perceber que o material escrito em língua portuguesa padrão permeia as paisagens linguísticas nos dois contextos, assim como o uso de recursos semióticos com efeitos escalares translocais (como o caso da sinalização dos banheiros nas duas escolas), como também em forma de apoio ao material escrito, como em vários dos cartazes apresentados nas duas escolas. Apesar de algumas das produções presentes nos espaços públicos da Comunidade Engenho II serem escritas em língua portuguesa não padrão (como escritas manuais em paredes), a presença de materiais escritos na forma padrão e em suportes impressos (como cartazes e placas) é também muito visível, contando inclusive com produção bilíngue em língua portuguesa e língua inglesa, com efeitos escalares internacionais. Assim como as produções características do ambiente acadêmico predominante no IFG produz efeitos

²³ No original: “[...] from analyses of globalization processes and of their sociolinguistic implications. Globalization is a transformation of the entire world system, and it does not only affect the metropolitan centers of the world but also its most remote margins. Thus, we are bound to encounter globalization effects, also in highly unexpected places.”

escalares locais e translocais ao alternar os espaços *online* e *offline* nas camadas de paisagens linguísticas das suas comunidades de interação.

É importante ressaltar também o uso do suporte digital como meio de interação cujo principal efeito é a mudança de escala, na Comunidade Engenho II pelo *site* e página de rede social voltados para a promoção do turismo ecológico e de herança (contato com a comunidade externa) e no IFG pelo *site* e pela página na rede social voltados para a interação com a comunidade interna e externa.

Nossa análise justifica a importância de se considerar nos estudos de paisagens linguísticas não apenas os materiais disponíveis em ambiente *offline*, mas também o que é produzido *online* que compõe a produção escrita e semiótica atual. Para Blommaert (2016):

Signos no espaço público - o objeto dos Estudos de paisagens linguísticas - são conservadoramente, mesmo estereotipicamente, definidos como signos impressos no espaço físico "offline", dentro de configurações de espaço de tempo claramente demarcadas. Não vejo um potencial ilimitado para a expansão teórica e metodológica nesse domínio convencional, mas vejo tal potencial quando consideramos também os signos nas arenas públicas "virtuais" em que todos nós estamos profundamente socializados e nos quais passamos grande parte de nossas vidas atualmente. É a maneira pela qual os novos modos de comunicação se fundem e interagem com os antigos, e assim remodelam as economias comunicativas existentes em todos os níveis da vida social e das metrópoles às margens do mundo, que devem nos preocupar (BLOMMAERT, 2016, p. 8).²⁴

²⁴ No original: "Signs in public space - the object of LLS - are conservatively, even stereotypically, defined as hard-copy signs in physical "offline" space, within clearly demarcated time/space configurations. I do not see an unlimited potential for theoretical and methodological expansion in that conventional domain, but I do see such potential when we also consider signs in the "virtual" public arenas in which all of us are presently profoundly socialized, and in which we spend large chunks of our lives these days. It is the way in which the new modes of communication merge and interact with old ones, and so reshape existing communicative economies at all levels of social life and from metropolises to margins in the world, that should concern us."

Esses resultados corroboram a argumentação de que ambientes heterogêneos, complexos e diversos formam a globalização cultural hoje, onde é muito difícil se pressupor práticas linguísticas e promover generalizações e afirmações sobre determinados territórios.

Com tantas coisas em comum nos dois campos pesquisados – ambiente globalizado, intervenção governamental, informações de mídia em tempo real entre outras coisas – seria incoerente colocar os dois campos como opostos. Podemos considerá-los sim diferentes, mas não em uma dicotomia e sim num continuum de diversificação das complexas reordenações de camadas voltadas para diferentes audiências em escalas, em espaços e tempos.

Os estudos de paisagens linguísticas (BLOMMAERT, 2013; SHOHAMY; GORTER, 2009) articulados com as teorias sobre o mundo globalizado e sobre os processos de globalização nas margens, como locais rurais (WANG *et al.*, 2014), e com uma perspectiva pragmática de escala (BLOMMAERT, 2010, 2013; CARR; LEMPERT, 2016; JACQUEMET, 2016) ajudam a explicar a linguagem num mundo mais complexo, onde não há possibilidade de se pressupor práticas linguísticas características a um determinado povo ou comunidade considerando demarcações geográficas, estereótipos culturais ou prefigurações identitárias (PINTO, 2013).

Referências Bibliográficas

ANÁPOLIS, **Aspectos Geográficos.** Disponível em: www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/aspectos-geograficos. Acesso em: 30 set. 2014.

ANÁPOLIS, **Economia.** Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/economia/>. Acesso em: 30 set. 2014.

BATISTA, T. E. P. **Globalização em Paisagens Linguísticas e Usos de Marcadores Discursivos: Policentricidade, Escalas e Metapragmática nas Práticas Linguísticas de Jovens Urbanos e Quilombolas.** 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2015.

BATISTA, T. E. P. **Desestabilizando “Urbano” e “Rural” em Paisagens Linguísticas no Centro e nas Margens dos Processos de Globalização**. 2016. 77 f. Monografia (Curso de Letras Bacharelado - Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2016.

BISPO DOS SANTOS, A. **Colonização, Quilombos: Modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

BLOMMAERT, J. Chronotopes, scales and complexity in the study of language in society. **Annual Review of Anthropology**, v. 44, p. 105-116, 2015. DOI <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102214-014035>

BLOMMAERT, J. **Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes: chronicles of complexity**. Bristol: Multilingual Matters, 2013. DOI <https://doi.org/10.21832/9781783090419>

BLOMMAERT, J. The conservative turn in Linguistic Landscape Studies. **Ctrl+Alt+Dem. Research on alternative democratic life in Europe**. Disponível em: <https://alternative-democracy-research.org/2016/01/05/the-conservative-turn-in-linguistic-landscape-studies/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BLOMMAERT, J. **The Sociolinguistics of Globalization**. Cambridge: University Press, 2010. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511845307>

BLOMMAERT, J.; MALY, I. Ethnographic Linguistic Landscape Analysis and social change: A case study. **Tilburg Papers in Culture Studies**, n. 100, p. 1-28, 2014.

BLOMMAERT, J.; VARIS, P. The importance of unimportant language. **Multilingual Margins: A journal of multilingualism from the periphery**. 2015.

CARR, E. S.; LEMPET, M. Pragmatics of Scale. *In: Scale: Discourse and Dimensions of Social Life*. Oakland: University of California Press, 2016. p. 1-21. DOI <https://doi.org/10.1525/9780520965430>

CORREA, H. T.; DIAS, D. R. Multiletramentos e usos das tecnologias digitais da informação e comunicação com alunos de cursos técnicos. **Trabalhos em linguística aplicada**, Campinas, v. 55, n. 2, p. 241-262, ago. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/010318134964176471>

FREITAG, R. M. Ko. **Metodologia de coleta em manipulação de dados em sociolinguística**. São Paulo: Blucher, 2014. DOI <https://doi.org/10.5151/BlucherOAMCMDS>

GOIÁS, **Quilombolas**. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/paginas/conhecagoias/povo-goiano/quilombolas>. Acesso em: 30 ago. 2015.

HELLER, M. The Commodification of Language. **Annual Review of Anthropology**, v. 39, p. 101-14, 2010. DOI <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104951>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Informações sobre os municípios brasileiros**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 23 set. 2015.

JACQUEMET, M. Language in the Age of Globalization. *In*: BONVILLAIN, N. (ed.). **The Routledge Handbook of Linguistic Anthropology**. London: Routledge, 2016. p. 329-347.

LANZA, E.; WOLDEMARIAM, H. Language ideology and linguistic landscape: Language policy and globalization in a regional capital of Ethiopia. *In*: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape: Expanding the Scenery**. New York: Routledge, 2009. p. 189-205.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In*: RATTIS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2007. p. 117-125.

PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P. de; VELLOSO, A. D.. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga de Engenho II (GO). **Cadernos do CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 215-232, ago. 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200007>

PINTO, J. P. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. *In*: MOITA LOPES, L.P. (Org.). **O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 120 – 143.

PINTO, J. P. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. **DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 31, p. 199-221, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-445000598096269281>

PRETI, D. **Sociolinguística: os Níveis de Fala: Um Estudo Sociolinguístico do Diálogo na Literatura Brasileira**. 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RAMPTON, B. **Language in Late Modernity. Interaction in an Urban School**. New York: Cambridge University Press, 2006. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511486722>

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. **Discourses in place. Language in the material world**. London e New York: Routledge, 2003. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203422724>

SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape: Expanding the Scenery**. New York: Routledge, 2009. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>

SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 6, 1024-1054, 2007. DOI <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>

WANG, X. *et al.* Globalization in the margins: toward a reevaluation of language and mobility. **Applied Linguistics Review**, v. 5, p. 23-44, 2014. DOI <https://doi.org/10.1515/applirev-2014-0002>

Artigo recebido em: 30.11.2019

Artigo aprovado em: 10.06.2020



Paisagem linguística de Timor-Leste: multilinguismo e política linguística

Timor-Leste linguistic landscape: multilingualism and language policy

*Davi Borges de ALBUQUERQUE**

*Nuno Carlos ALMEIDA***

RESUMO: A Constituição da República Democrática de Timor-Leste estabelece o português e o tétum como línguas oficiais, reconhecendo o inglês e o indonésio apenas como línguas de trabalho e determinando o estudo e a preservação das diversas línguas nacionais. Através da análise de um recorte da paisagem linguística da capital, Díli, este estudo oferece uma perspectiva sobre a representação e distribuição das várias línguas naquela paisagem, enquadrada por uma breve contextualização em termos de política linguística, na tentativa de apurar se existe predominância de alguma(s) língua(s) sobre as outras, de verificar a visibilidade das línguas nacionais e de averiguar se há lugar a outras línguas distintas das nacionais, das oficiais e das de trabalho. Ademais, será feita a comparação dos resultados agora obtidos com aqueles apresentados noutros estudos sobre a mesma temática, naquele mesmo contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem linguística. Timor-Leste. Multilinguismo. Política Linguística.

ABSTRACT: The Constitution of the Democratic Republic of Timor-Leste establishes Portuguese and Tetum as official languages, while acknowledging English and Indonesian as working languages and endorsing the study and preservation of the various national languages. By examining one fragment of Dili's linguistic landscape, the capital city, this study offers a perspective on the representation and distribution of the various languages in that landscape, as well as some notes on language policy, its purpose being to ascertain whether some languages are dominant over the others, to check the visibility of national languages and to find out if there is room for further languages other than national, official and working languages. The results now obtained are also compared with those presented by other studies on the same subject, concerning that same context.

KEYWORDS: Linguistic Landscape. Timor-Leste. Multilingualism. Language Policy.

* Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1941-6925>. albuquerque07@gmail.com.

** Mestre em Língua e Cultura Portuguesa, especializado em Metodologia do Ensino do Português (LE/L2), pela Universidade de Lisboa. nncalmeida@gmail.com.

1 Introdução

Timor-Leste, oficialmente denominado República Democrática de Timor-Leste, é um país recente cujo território consiste na parte oriental duma pequena ilha localizada no extremo sudeste asiático e próximo ao norte da Austrália, sendo que a parte oeste da ilha integra o território da Indonésia, o único país com que Timor-Leste faz fronteira física.

Figura 1 – Localização de Timor-Leste.



Fonte: Google Maps.

O país teve a sua independência reconhecida internacionalmente somente em 20 de maio de 2002. Durante duas décadas, o Timor sofreu com a dominação indonésia, iniciada em 1975 e concluída em 1999. Entre os anos 1999 e 2002, esteve sob administração provisória da ONU (Organizações das Nações Unidas), no âmbito da UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor*).

Timor-Leste apresenta um complexo mosaico linguístico, com duas línguas oficiais (LO), o português e o tétum. Duas línguas reconhecidas como línguas de trabalho, o inglês e o indonésio, às quais se juntam a uma série de línguas autóctones, consideradas nacionais. Ainda que com menor expressão, há que referir, de acordo

com Soares (2019), a existência de outras línguas exógenas, como o hakka, o mandarim e o cantonês, cuja presença se deve à origem da comunidade que a fala, ou mesmo o castelhano, que se explica mormente pela cooperação internacional com Cuba, nomeadamente ao nível da alfabetização e da formação acadêmica¹.

Sobre a paisagem linguística de Timor-Leste, nossas perguntas de pesquisa, são as seguintes:

- 1 – Como estão representadas/ distribuídas as línguas oficiais e as línguas de trabalho?
- 2 – Há predominância de alguma delas?
- 3 – Há espaço de uso/representação de outras línguas nacionais que não o tétum?
- 4 – Há outras línguas representadas distintas das locais, das oficiais e das de trabalho?

Digno de nota é que as pesquisas sobre as paisagens linguísticas nos países lusófonos ainda são poucas, concentrando-se nos seguintes temas: (i) colônias de imigrantes, por exemplo, o estudo da presença do alemão na paisagem linguística no interior do Paraná (VECCHIA; JUNG, 2016) ou o emprego do alemão e italiano (BORN, 2004); (ii) zonas fronteiriças, como o estudo sobre Foz de Iguaçu (DA SILVA; PIRES SANTOS; JUNG, 2016), ou algumas cidades específicas, como a paisagem linguística de São Paulo (TEIS; SEIDE; LUCAS, 2018), para o Brasil; (iii) influências do turismo no Algarve, entre elas, a pesquisa de Torkington (2016), em Portugal; (iv) a situação da política linguística e do multilinguismo em Díli (TAYLOR-LEECH, 2012; MACALISTER, 2013; SOARES, 2019), em Timor-Leste. Não encontramos pesquisas significativas sobre os demais países lusófonos, no entanto, enfatizamos que tanto

¹ Agradecemos à prof.^a Lúcia V. Soares (Instituto Politécnico de Lisboa) por fornecer algumas informações importantes sobre a situação do multilinguismo em Timor-Leste, com base em algumas entrevistas por ela conduzidas no país.

esses países ainda não pesquisados (Angola, Moçambique, entre outros), quanto o Brasil, Portugal e Timor-Leste apresentam um campo deveras próspero para a investigação das paisagens linguísticas, o que se deve a fatores como a variação linguística, o multilinguismo, as peculiaridades sócio-históricas de cada país, as políticas e planejamentos linguísticos diversificados, bem como aspectos socioculturais distintos dentro de cada território². Nesse contexto, destaca-se o Brasil pela superior extensão de seu território e o grande número de cidades e estados.

No presente artigo, analisamos a paisagem linguística de uma zona da capital de Timor-Leste, privilegiando principalmente questões de política linguística e multilinguismo. Assim, em (2), fazemos um breve enquadramento das línguas e da política linguística em Timor-Leste; em (3), apresentamos os pressupostos teóricos dos estudos sobre paisagem linguística; em (4), descrevemos a metodologia utilizada neste trabalho; em (5), expomos as análises e discutimos os resultados; e em (6), estão as considerações finais.

2 Notas sobre as línguas e a política linguística em Timor-Leste

Na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, que data também do ano de 2002, a língua portuguesa e a língua tétum (na variedade tétum-praça) são instituídas como LO do país (art.º 13.º, n.º 1), enquanto a língua inglesa e a língua indonésia são aceitas como línguas de trabalho (art.º 159.º). Há ainda uma referência genérica à valorização e ao desenvolvimento das línguas nacionais (art.º 13.º, n.º 2)³.

² Optamos por manter a diferenciação entre política e planejamento linguísticos, como proposto em Calvet (2002), por vários fatores: essa distinção é usada e desenvolvida nos estudos sobre paisagem linguística, como em Ben-Rafael (2009) e demais pesquisadores; é importante para analisar como as decisões oficiais são colocadas em prática ou não pelos atores/falantes das línguas; para se verificar como as práticas dos atores/ falantes são aprimoradas (ou abandonadas) em relação com as decisões oficiais.

³ Excluimos conscientemente destas notas a política linguística no domínio da educação, apesar de o reconhecermos como o mais determinante para a efetivação de uma política linguística nacional. Porém,

Ao contrário do que se possa pensar, não foi em razão do elevado número de falantes de português que esta língua foi eleita como a oficial. Apesar de a geração mais velha, no momento da independência, ter sido escolarizada em língua portuguesa, eram muito poucos os que a usavam. Situação para a qual contribuiu significativamente o período de administração indonésia, uma vez que falar português poderia, naquele momento, inclusive, significar a morte. Com efeito, o estatuto atual do português deve-se muito mais ao fato de ter ficado ao longo dos tempos, fortemente ligado à vontade de afirmação identitária dos leste-timorenses e ao próprio desenvolvimento do tétum do que à sua grande difusão pelo território⁴.

Esta foi uma opção consciente. Prova disso é o fato de acompanhar explicitamente parte da ação legislativa. Por exemplo, a Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, de 3 de novembro, sobre o uso das LO, refere-se ao português como um “elemento diferenciador para a afirmação do Estado e para a sua projeção externa, constituindo também um fator crucial para o desenvolvimento da língua tétum”. Também a este propósito, observa-se a seguinte passagem, no preâmbulo da Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011, de 7 de setembro, sobre a importância da promoção e do ensino nas LO para a unidade e coesão nacionais e para a consolidação de uma identidade própria e original no mundo:

[O] desafio, consagrado constitucionalmente em 2002, de adotar o tétum e o português como línguas oficiais, apesar de o tétum ter sido até então uma língua franca sobretudo falada e de o português ter sido entretanto reduzido a 5% da população, não foi mais do que o corolário da consolidação da identidade cultural e política de Timor-Leste, antes e durante a ocupação, e da sua afirmação pela diferença, que sempre existiu, em relação à outra metade da ilha e às ilhas vizinhas.

dado o objeto do presente estudo e a dimensão do texto, cingimo-nos aos que mais diretamente se relacionam com a paisagem linguística. O trabalho de Soares (2019) é um bom ponto de partida para se ter uma perspectiva sobre o contexto educativo, onde se nota “uma certa errância na política linguística educativa” (p. 94).

⁴ Sobre a evolução da presença do português em Timor-Leste e as motivações para a sua escolha como língua oficial, ver Almeida (2011, p. 23-36).

Digno de nota é que todo o processo de escolha de uma língua e a adoção de uma política linguística específica, bem como a formação de uma identidade nacional relacionada a tal política são sempre guiados por alguma ideologia, conforme nos mostra Blommaert (2006). É importante deixar claro tal fato por causa das consequências positivas (economia, relações internacionais amistosas, apoios, proximidades educacionais e culturais etc.) e negativas (exclusão, silenciamento, desvalorização e extinção linguística, reificação dos indivíduos etc.) que advêm desse processo⁵. Como o objetivo do presente artigo não é discutir tais aspectos da política linguística, no decorrer deste trabalho, faremos apenas algumas observações breves.

Essa afirmação identitária, original no mundo, passa também pela manutenção de “laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa”, conforme estabelecido no n.º 3 do art.º 8.º da Constituição. Apesar do tétum que mais naturalmente poderia ascender ao estatuto de LO, uma vez que se trata de uma língua nativa, possui um grande número de falantes, não pertence a nenhum grupo étnico específico necessariamente, é a língua falada na região de Díli, capital do país, e tem servido de língua franca na comunicação entre as diversas comunidades linguísticas nacionais historicamente. Esta afirmação identitária original no mundo passa também pela manutenção de “laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa”, conforme estabelecido no n.º 3 do art.º 8.º da Constituição.

O tétum, por possuir grande número de falantes, não pertencendo necessariamente a nenhum grupo étnico específico, por ser a língua falada na região de Díli, a capital do país, e a que historicamente tem servido de língua franca na comunicação entre as diversas comunidades linguísticas nacionais, era a que, dentre as línguas nativas, mais naturalmente poderia ascender ao estatuto de LO. De acordo

⁵ Agradecemos a um parecerista anônimo que nos forneceu comentários pertinentes a respeito das questões de ideologia e identidade em política linguística.

com o disposto no n.º 2 do art.º 2.º do Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril, que aprova o padrão ortográfico desta língua, “a variedade do Tétum afirmada como língua oficial e nacional é o Tétum Oficial, uma forma literária moderna do vernáculo mais comum no país, baseado no Tétum-Praça”. O mesmo texto legal explica ainda, no seu preâmbulo, que esta língua “é essencial na construção da Nação e na afirmação da identidade timorense, por isso mesmo, a sua utilização constitui imperativo constitucional”⁶.

Vale lembrar que a língua tétum, uma das 16 línguas nativas de Timor-Leste, é de origem austronésia (HULL, 2001a; ALBUQUERQUE, 2009, 2011)⁷. As demais línguas nativas de Timor-Leste são de origem austronésia ou papuásica e possuem o estatuto de língua materna dos diferentes distritos do país.

Apesar de terem sido contempladas no artigo 13.º da Constituição, que decreta a sua valorização e desenvolvimento pelo Estado, pode dizer-se que estas línguas nativas leste-timorenses têm ficado à margem no processo de desenvolvimento do país. A comprovação está no fato dessas mesmas línguas serem praticamente ignoradas na legislação que vem dando corpo à política linguística nacional.

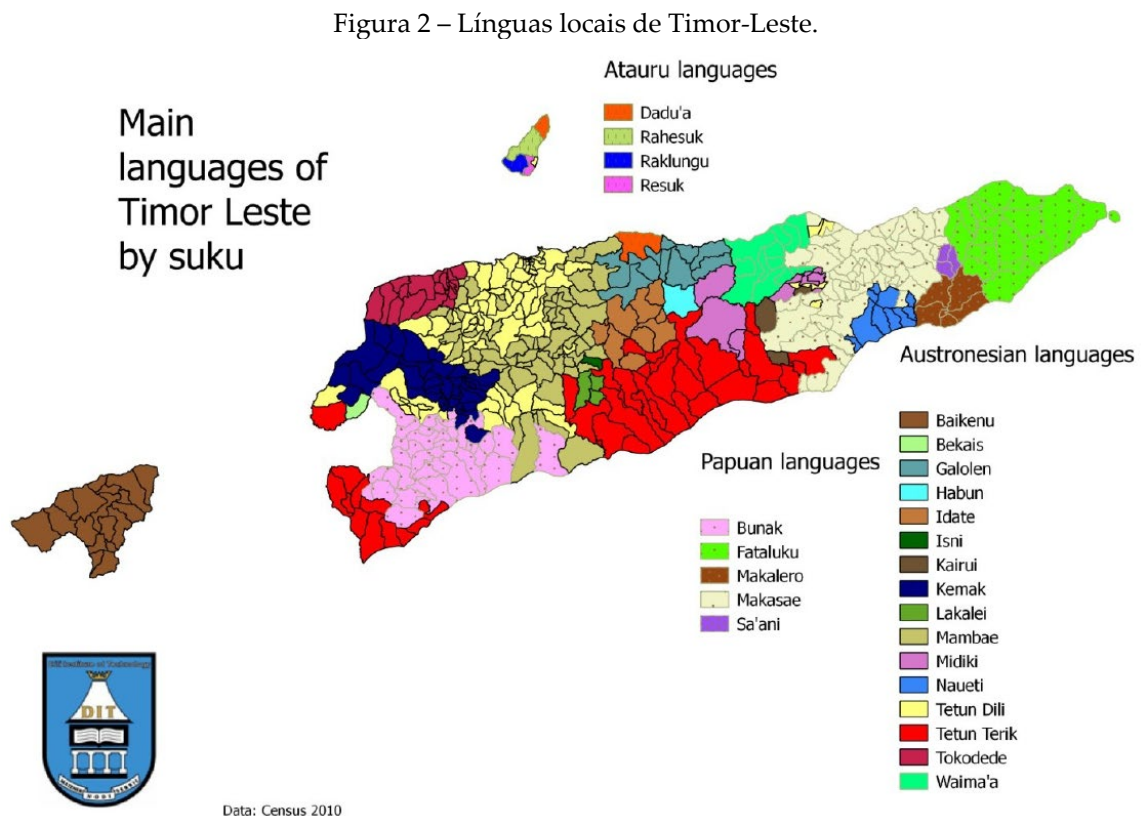
De fato, a questão das línguas nacionais quase não tem expressão, resumindo-se a umas escassas referências integradas em legislação sobre outras matérias. Exemplo disso é o que acontece no já citado Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril, cujo objeto não são as línguas nacionais mas a regulação do padrão ortográfico da língua tétum, o estabelecimento do “Tétum Oficial” e a definição do papel do

⁶ A respeito dos argumentos históricos, linguísticos, culturais, sociais e políticos que justificam a escolha do Tétum-Praça, ver Thomaz (1981, 2002), Hull (2001b) e Albuquerque (2009, 2011).

⁷ Os linguistas ainda não estão de acordo quanto ao número exato de línguas faladas em Timor-Leste. Adotamos este por ser o número mais aceito na comunidade científica, sendo questionado por poucos. A figura 2, baseada no censo de 2010 e retirada de um estudo recente de Williams-van Klinken e Williams (2015), exemplifica bem a disparidade de critérios no que se refere ao número de línguas nacionais, sendo contabilizadas mais de duas dezenas. Não cabe aqui um maior desenvolvimento desta temática, dado que foge do escopo do presente texto debater questões de linguística histórica ou dialetologia de Timor-Leste.

Instituto Nacional de Linguística (INL). Neste decreto, há somente duas referências às línguas nacionais, atribuindo ao INL a responsabilidade de as estudar e preservar (art.º 4º).

Segue a distribuição das línguas locais pelo território do país no mapa da fig. 2, o qual ilustra bem a diversidade linguística de Timor-Leste:



Fonte: Williams-van Klinken e Rob Williams (2015, p. 2).

Vale salientar que o indonésio foi admitido como língua de trabalho para não excluir a geração mais nova, a qual foi educada sob o jugo indonésio, trazendo consigo, portanto, toda a herança cultural desse povo. Já a língua inglesa, para além de se justificar atualmente pelos interesses globais e econômicos e pela presença de um vizinho anglófono importante - a Austrália, teve um papel relevante: quer durante o período de transição quer durante os anos que se lhe seguiram. Recorde-se ainda que, desde 1999, Timor-Leste foi apoiado por cinco missões de paz da ONU consecutivas,

a última das quais, a UNMIT (*United Nations Integrated Mission in Timor-Leste*), terminou no final de dezembro de 2012. Tal situação implicou a permanência no país de um grande número de estrangeiros que, durante mais de uma década, fizeram do inglês um veículo de comunicação hegemónico, tanto no plano administrativo quanto no âmbito da cooperação internacional. Contudo, Vasconcelos (2011, p. 62) sublinha o seguinte, na anotação ao art.º 159.º da Constituição:

A língua indonésia e a língua inglesa são admitidas como línguas de trabalho “a par das línguas oficiais”, o que significa que está **vedada a substituição das línguas oficiais por estas línguas de trabalho**, apenas se admitindo a sua utilização em paralelo com o tétum e o português (VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 496)⁸.

Com efeito, no plano oficial, determinado por ação legislativa, o português e o tétum são, de longe, as línguas mais destacadas, como aliás não poderia deixar de ser, já que são as que apresentam um status privilegiado na história de Timor, bem como na política linguística da atualidade. O Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de agosto, que aprova o procedimento administrativo, decreta que “os órgãos da administração pública, no exercício da sua atividade, devem usar língua oficial” (art.º 4.º). No mesmo sentido, a Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, de 3 de novembro, sobre o uso das LO, reflete não só a necessidade de uma “efetiva política bilíngue na administração pública”, recomendando o uso das LO em todos os domínios de atuação e em todos os atos da administração pública, como também a ambição de “disseminação do tétum e do português em todas as áreas da vida social, desde a educação à administração, no âmbito público e no âmbito privado”. Não obstante, muito embora em termos oficiais o seu estatuto oficial seja equivalente, verifica-se a existência de uma certa proeminência da língua portuguesa relativamente à outra língua cooficial.

⁸ Destaque nosso.

Todavia, não deixa de ser significativo (pelo fato de oficializar uma dominação linguística do português) que, além de regular a publicação dos atos e criar o *Jornal da República Democrática de Timor-Leste*, a primeira lei do Parlamento de Timor-Leste (a Lei n.º 1/2002, de 7 de agosto) determine o seguinte em seu art.º 3.º (Publicação nas línguas oficiais)

1. O Jornal da República é publicado em ambas as línguas oficiais.
2. As versões em português e em tétum são publicadas lado a lado, ocupando a primeira o lado esquerdo.
3. Em caso de divergência entre ambos os textos, **prevalecerá o texto em língua portuguesa.**⁹

De fato, ainda em 2010, de um modo geral, no sistema de justiça, responsável pela aplicação das leis, constatava-se que “o português tem desempenhado um papel dominante” e que “as oportunidades para quem fala apenas tétum [e não português] são, obviamente, mais reduzidas, visto que a maioria das leis, materiais de formação e formadores são portugueses” (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, 2010, p. 29).

Para mitigar esta desvantagem de uma LO em relação a outra, o mesmo Plano Estratégico para o Sector da Justiça entre 2011 e 2030 estabelece, entre outras, a meta de melhoria em termos de disponibilização dos serviços de justiça e da consciencialização e confiança do público no sistema de justiça, para a qual prevê, como estratégia, a implementação da “política de línguas do Governo no sector da justiça, para facilitar a disponibilização e o acesso aos serviços de justiça”. Para tal, preconiza-se o desenvolvimento de diversas atividades que promovam o equilíbrio de ambas as LO, como a formação dos agentes do sector, a produção e tradução de

⁹ Destaque nosso.

documentos ou o desenvolvimento de um dicionário jurídico. Esse último pressupõe o desenvolvimento do *tétum jurídico*.¹⁰

Entretanto, já em 2017, no processo de prossecução destes objetivos estratégicos, foi publicado o Decreto-Lei n.º 11/2017, de 29 de março, que aprova o regime de utilização das línguas oficiais no setor da justiça, cujo princípio geral (art.º 3.º) determina que ambas as LO “têm igual dignidade e são ambas meio de expressão válido de quaisquer atos no âmbito do sector da justiça”. Contudo, esta igualdade de estatuto “é efetivada de forma gradual e progressiva, de harmonia com as condições existentes para o efeito”. Uma dessas condições é a capacitação da língua *tétum* para acompanhar o português nessa função. Nesse sentido, este diploma legal dedica um capítulo (cap. IV) ao desenvolvimento do *tétum jurídico*, criando inclusivamente, no art.º 14.º, o Conselho Especializado para o Desenvolvimento do *Tétum Jurídico*. Posto isto, verifica-se que a língua *tétum* continua de certo modo diminuída em relação ao português, sendo-lhe reconhecidas fragilidades enquanto LO.

Para um enquadramento mais específico da paisagem linguística, pesquisamos a legislação com referência à questão da língua na sinalização pública, que, note-se, não é abundante.

Apesar de não ser esta a sua questão central, o Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril, no seu art.º 3.º, refere-se a ela nos seguintes termos, em sintonia com a Constituição:

2. Deve ser dada prioridade ao uso do *tétum* oficial e do português na iconografia e sinalização públicas.
3. O inglês e o malaio indonésio como simples línguas de trabalho, não devem ser utilizados na iconografia e sinalização públicas a menos que acompanhados de textos em *tétum* e português com visível proeminência.

¹⁰ Cf. Meta 11 e Estratégia 11.6, constantes nas “Estratégias, objetivos e atividades principais” (REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, 2010, p. 86-90).

Em 2015, com o objetivo de aprovar uma lista de topónimos para a cidade de Díli, a Resolução do Governo n.º 42/2015, de 18 de novembro, estabelece uma série de critérios, de entre os quais vale a pena observar, visto que implicam na língua em uso, os seguintes:

- I. Os nomes das avenidas e das ruas devem estar ligados, tanto quanto possível, com os locais por que são conhecidos os arruamentos.
- II. As avenidas e ruas principais da cidade de Díli devem evocar, tanto quanto possível, as figuras de relevo nacional [...].
- III. As avenidas e ruas podem adotar os nomes de datas de acontecimentos de relevo nacional para serem recordados pelas gerações futuras.
- V. Os nomes das avenidas e ruas podem adotar os nomes de países e cidades estrangeiras [...].
- VIII. Os estrangeirismos e/ou palavras **estrangeiras** só são admitidos quando a sua utilização se revelar absolutamente indispensável.

O destaque gráfico (nosso) neste último critério serve o propósito de retomar aqui momentaneamente a questão do valor identitário do português para notar que, se esta língua é usada na identificação dos arruamentos e logradouros, como veremos adiante, a formulação do critério VIII, ao não admitir palavras “estrangeiras”, implica também a leitura de que a língua portuguesa não é estrangeira, é de Timor-Leste.

A mesma resolução determina, por um lado, a evocação de circunstâncias, figuras ou realidades de expressão municipal como critérios para a toponímia das travessas e becos; e, por outro, a ligação com os locais pelos quais são conhecidos, tendo em vista agrotopônimos, antropônimos, arqueotopônimos, axiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos e hagiopônimos.

A nosso ver, consideramos essa resolução um avanço positivo da política linguística de Timor-Leste ao dar lugar ao Tétum-Praça e aos aspectos culturais da sociedade leste-timorense, conforme mencionado anteriormente. Temos noção, ainda, de que as demais línguas locais não possuem lugar em tal política, mas a garantia dos elementos locais é significativa.

3 Pressupostos teóricos

Os estudos de paisagem linguística são definidos como a análise das línguas utilizadas em placas de trânsito, de ruas, de propagandas, de estabelecimentos comerciais e de prédios oficiais num dado território, sendo que as funções de tais estudos são de natureza informativa e simbólica (LANDRY; BOURHIS, 1997).

A abordagem de Landry e Bourhis (1997) é considerada a melhor para esse tipo de análise. Segundo Ben-Rafael *et al.* (2006), quando comparada com a de Spolsky e Cooper (1991), os referidos autores conseguem ir além da sociolinguística, pois consideraram aspectos mais sociológicos, principalmente no que concerne à relevância dos atores e de seus comportamentos esboçados nas placas de um determinado espaço urbano.

Gorter (2013) expandiu a definição de Landry e Bourhis (1997) para abarcar os demais tipos de placas, bem como as mais atuais, como painéis, *banners* e outros anúncios digitais e/ou interativos. Nesse contexto, Sebba (2010) propõe todo tipo de placa dinâmica ou ambulante, placas de protestos, anúncios em ônibus, podendo incluir-se homens-placa e *pixmen*. Para finalizar os aspectos teóricos mais relevantes para a definição de *paisagem linguística*, alguns pesquisadores, como Shohamy e Waksman (2009), decidiram-se por inserir na pesquisa o modo como as pessoas interagem com as placas.

Para o estudo dos atores e suas ações nas paisagens linguísticas, Ben-Rafael *et al.* (2006, p. 9) sugerem a adoção de três hipóteses sociológicas: a de Bourdieu (1989, 1996, 2007), que afirma que a realidade social é composta por campos de fatos sociais interconectados que interagem entre si por uma dinâmica desigual de poder; a de Goffman (1981, 2010) que analisa a ação social como uma apresentação do Eu por parte desses atores, e que é realizada a partir de reflexões e pensamentos antes de efetuar o comportamento; e, por fim a de Boudon (1990) que, de maneira semelhante a Goffman

(1981, 2010), lança a hipótese de que a ação social se inicia com escolhas racionais feita pelos atores diante das alternativas a eles apresentadas.

Em outros termos, a adoção do ‘olhar’ sociológico permite, conforme a perspectiva de Ben-Rafael *et al.* (2006), vislumbrar, nas placas espalhadas pela comunidade, as dinâmicas de poder estabelecidas em seu inteiro, seus marcadores de identidade coletiva e os traços dos interesses dos atores.

É importante verificar essas hipóteses nos dados linguísticos, pois elas podem atestar uma das opções para as escolhas linguísticas das interações e até os aspectos semióticos das placas (formato, tamanho, cor, imagens etc.), as quais refletem as dinâmicas de poder; determinam os marcadores de identidade de uma dada comunidade; e possuem traços dos interesses dos atores

Como vimos, o conceito de *paisagem linguística* apresenta diferentes nuances. Neste estudo, assumimos a proposta de Landry e Bourhis (1997) que, por sua vez, também é empregado em publicações importantes, como a de Gorter (2006) e os demais estudos já citados. Na presente análise fazemos uso das variáveis propostas por Ben-Rafael *et al.* (2004, 2006), as quais serão discutidas na seção (4) a seguir.

Ademais, na seção (5), comparamos nossos resultados com aqueles alcançados por duas publicações prévias sobre a paisagem linguística em Timor-Leste: a de Taylor-Leech (2012), que realizou um estudo específico sobre a paisagem em Díli¹¹; Macalister (2013), que debateu as relações entre política e paisagem linguística; e Soares (2019), que se dedicou ao estudo da educação e do multilinguismo em Timor-Leste, tecendo algumas observações sobre as línguas utilizadas em diversos gêneros e suportes textuais, como convites, programas, faturas, publicidade, sínteses de filmes ou letreiros públicos.

¹¹ Recentemente, Taylor-Leech (2020) publicou um artigo específico que analisa a paisagem linguística dos protestos em Timor-Leste em relação ao problema da fronteira Timor-Leste–Austrália no Mar de Timor, empregando conceitos teóricos da paisagem linguística, da semiótica e de cronotopos.

4 Metodologia

A metodologia empregada aqui se baseia nas já utilizadas em pesquisas anteriores sobre paisagem linguística, a qual consiste, basicamente, em percorrer e fazer o registro fotográfico da paisagem linguística do espaço. Após a coleta, procede-se a uma análise qualitativa/interpretativa do material captado. Considerando o contexto do Timor, primeiro, identificamos, em uma parte do município de Díli, algum equilíbrio entre zonas comerciais e habitacionais, nas quais diferentes tipos de serviços e de instituições são encontrados, juntamente a zonas de lazer. Assim, escolhemos o suco¹² de Motael, que pertence ao posto administrativo de Vera Cruz e agrega as aldeias Bee Dalan, Boa Morena, Halibur, Hura e Lírio, perfazendo uma população de 5039 habitantes¹³.

Levando em consideração as observações metodológicas de Rosenbaum *et al.* (1977) e Cenoz e Gorter (2006, p. 71), realizamos procedimentos similares, pois percorremos a quase totalidade das ruas e travessas de Motael, fazendo o registro fotográfico da paisagem linguística daquela parte da cidade, obtendo um total de 161 fotos digitais.

Para evitar repetições ou dúvidas, consideramos como unidade de análise cada imagem, a qual corresponde a uma unidade de texto (placa, anúncio, letreiro etc.) e assim passaremos a nos referir no decorrer deste trabalho, utilizando os termos específicos somente quando necessário para a análise, ou seja, não faremos referências específicas, ao longo do texto, ao gênero textual e/ou semiótico de cada um dos dados coletados.

¹² Subdivisão administrativa dos distritos de Timor-Leste, grosso modo, é semelhante ao conceito de “bairro”.

¹³ De acordo com *2015 Timor-Leste Population and Housing Census*, disponível em <http://www.statistics.gov.tl/pt/category/publications/census-publications/2015-census-publications/volume-4-suco-reports/1-households-population-by-5-year-age-group/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Figura 3 – Suco de Motael, posto administrativo de Vera Cruz.



Fonte: Google Maps (edição nossa).

Para a análise efetuada, organizamos nossos dados quantitativa e qualitativamente. A análise quantitativa contabiliza as fotos, os textos e as línguas neles utilizadas. A partir disso, calculamos diferentes porcentagens com base em alguns parâmetros qualitativos. Optamos pelo método quantitativo pelos fatos de estarem estabelecidos nas pesquisas sobre paisagens linguísticas, bem como por ser um passo inicial da investigação sobre Timor-Leste, que se encontra ainda recente nessa área.

Em relação aos parâmetros qualitativos, baseamo-nos naqueles apontados por Ben-Rafael *et al.* (2004, 2006): o tipo de placa; o número de línguas nas placas; o parâmetro “de cima para baixo” (ing. *top-down*) e “de baixo para cima” (ing. *bottom-up*), o qual se refere respectivamente às paisagens oficiais (textos governamentais) e não oficiais (textos não governamentais); e, por fim, à fonte empregada para as diferentes línguas.

5 A paisagem linguística de Díli, Timor-Leste

De acordo com o que foi exposto nas seções anteriores, nossa análise está concentrada na observação de placas oficiais e não oficiais da paisagem linguística urbana de uma parte da capital de Timor-Leste, o suco de Motael, do posto administrativo de Vera Cruz.

Vale retomar que realizamos simultaneamente uma análise quantitativa e qualitativa dos dados. Nossa análise qualitativa se baseou em alguns parâmetros propostos por Ben-Rafael *et al.* (2004, 2006), conforme já exposto. Consideramos em nossa análise os seguintes parâmetros: (1) “tipo de paisagem” e – “textos oficiais e não oficiais”, observando os atores, as escolhas, o público e a função ou objetivo de cada item, bem como subdividimos os textos não oficiais em “anúncios comerciais” e “mensagens populares”¹⁴; (2) “número de línguas no texto”, além de contabilizar as ocorrências, verificamos os casos de textos monolíngues e bilíngues, o que norteou as escolhas, o motivo da diferença nas ocorrências e o número irrisório de casos de coocorrência de mais de duas línguas; e, por fim, (3) “fonte empregada para as diferentes línguas”, na qual discutimos as ocorrências bilíngues.

Já na análise quantitativa levamos em consideração esses mesmos parâmetros, separando os registros fotográficos em diferentes tipos e elaboramos gráficos com os números e porcentagens resultantes da função das línguas empregadas, da sua natureza monolíngue ou bilíngue e da diferença entre textos oficiais e não oficiais.

Destacamos na tabela (1) a frequência e as porcentagens dos dados coletados em relação ao tipo de texto. O que avaliamos como “tipo de texto” na paisagem é o número de línguas empregado, sendo que encontramos textos monolíngues, bilíngues

¹⁴ Em nossa pesquisa decidimos por subdividir os textos não oficiais entre “anúncios comerciais” e “mensagens populares” como um procedimento teórico-metodológico, pois pichações, grafites e outro tipo de placas improvisadas, o que chamamos de “mensagens populares”, acabam por receber um tratamento analítico diferenciado nos estudos de paisagem linguística, por isso não trataremos delas em nosso texto, bem como pelo número reduzido encontrado em nossos dados. Enquanto a classificação de “anúncios comerciais” é autoexplicativa, referindo-se a todo tipo de lojas, marcas etc.

e trilingues. A maioria dos dados é monolíngue, enquanto obtemos poucos dados trilingues e nenhum com mais de três línguas no mesmo texto.

Tabela 1 – Tipo de texto em relação ao número de línguas.

<i>Tipo de paisagem</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Monolíngue</i>	91	56%
<i>Bilíngue</i>	62	38%
<i>Trilíngue</i>	8	5%
<i>Total</i>	161	100%

Fonte: dados dos autores.

Na tabela (2), separamos os atores, se os textos são oficiais (governamentais) ou não oficiais. Ademais, em relação aos não oficiais, criamos uma subclassificação para abarcar textos mais formais (marcas conhecidas, multinacionais, entre outras), a qual chamamos de ‘comerciais’, e textos informais, que são constituídos por pichações, pinturas/ avisos improvisados etc., os quais optamos por classificar como ‘populares’.

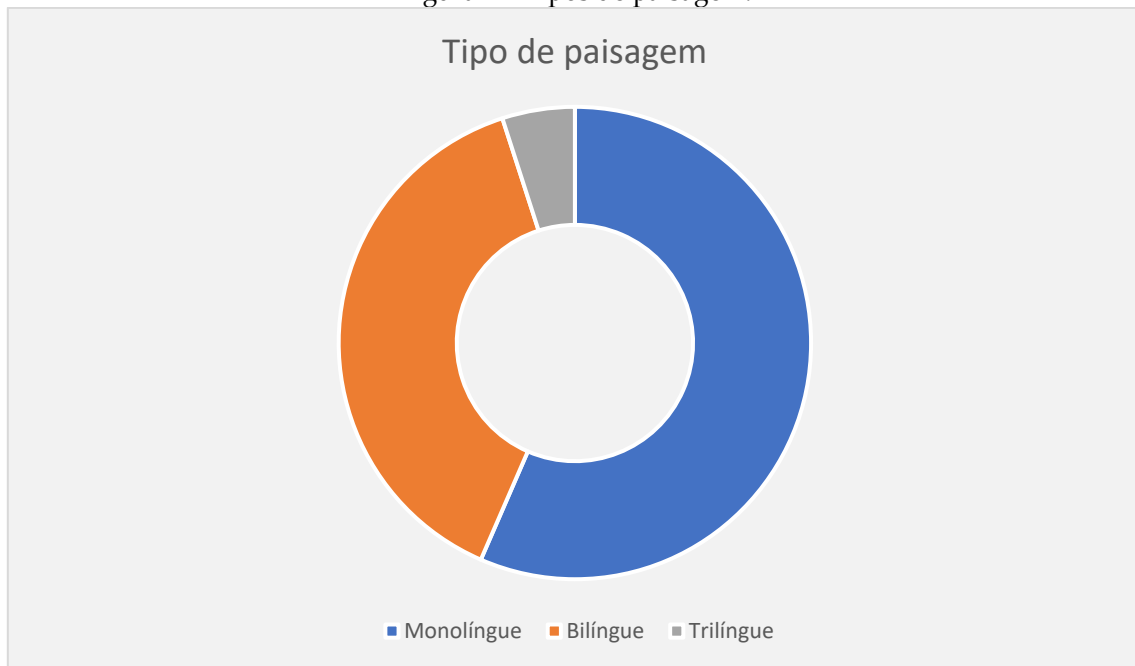
Tabela 2 – Tipo de texto em relação aos atores.

<i>Tipo de paisagem</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Oficiais</i>	66	41%
<i>Não oficiais</i>	95	59%
<i>(comerciais/ populares)</i>	(89 / 6)	(56% / 3%)
<i>Total</i>	161	100%

Fonte: dados dos autores.

Na fig. (4), elaboramos um gráfico de rosca para tornar mais visível a proporção entre os diferentes tipos de paisagem em relação ao número de línguas:

Figura 4 – Tipos de paisagem.



Fonte: dados dos autores.

Após apontarmos os resultados em números, retomamos também as quatro perguntas de pesquisa desta investigação e discutimos os dados a partir delas.

Em relação a nossa primeira pergunta de pesquisa: “Como estão representadas e distribuídas na paisagem linguística as línguas oficiais e as línguas de trabalho?”, percebemos a predominância de ambas as línguas oficiais sobre as línguas de trabalho e demais línguas nativas e estrangeiras, bem como uma ocorrência um pouco maior do português sobre o tétum, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 3 – Número de ocorrências das línguas em textos monolíngues.

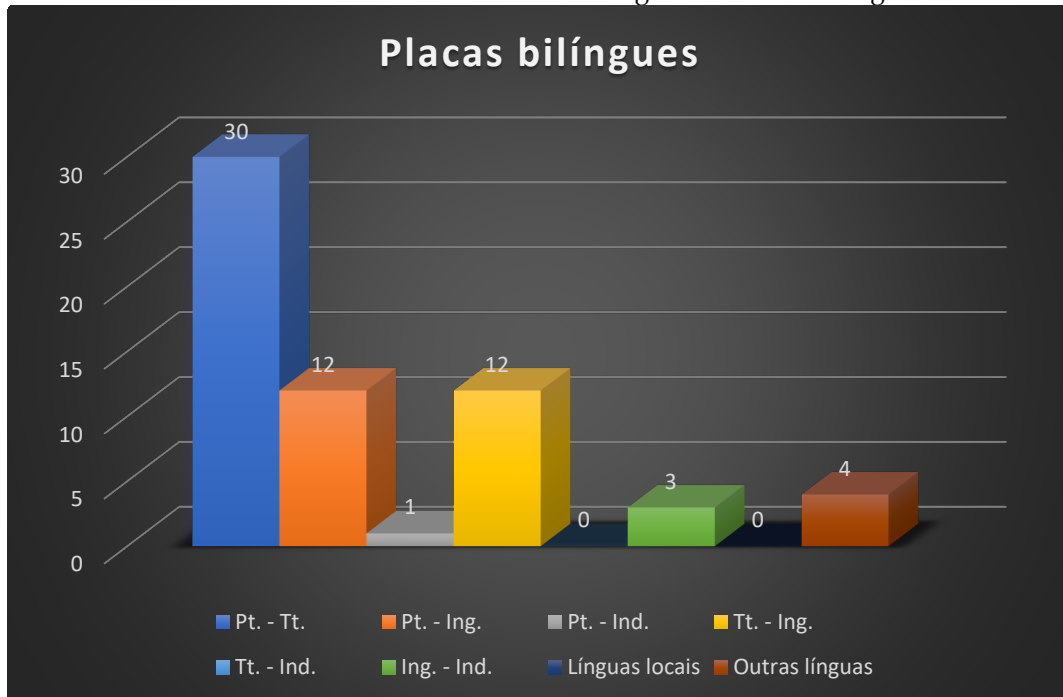


Fonte: dados dos autores.

Esses dados apontam para uma política linguística bem-sucedida, do ponto de vista estritamente político (política linguística oficial), já que na paisagem linguística oficial são empregadas as duas línguas oficiais do país de modo bastante equilibrado. Porém, suas representações e distribuições são distintas tanto na paisagem oficial, quanto nos anúncios comerciais e mensagens populares (não oficiais). Da mesma maneira, o uso dessas línguas no cotidiano e nas interações linguísticas é bem distinto do que os dados sobre a paisagem na capital de Timor-Leste, Díli, apontam. Quanto às línguas oficiais e as línguas oficiais e de trabalho, a distribuição se dá de maneira desigual: na paisagem oficial, maior frequência do português, seguido pelo tétum, com algumas ocorrências do inglês e não se verifica a presença do indonésio.

Contudo, mesmo com a maior ocorrência de português e do tétum, conforme já foi afirmado, a língua portuguesa predomina no cenário oficial tanto em textos monolíngues, quanto em bilíngues, seguido pelo tétum, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 4 – Número de ocorrências das línguas em textos bilíngues.



Fonte: dados dos autores.

A discrepância entre as línguas oficiais é justificada pelo que aparenta ser a escolha dos atores envolvidos no processo de elaboração e construção da paisagem. Isso fica bem claro quando observamos, na paisagem oficial monolíngue, as funções distintas entre o português e o tétum, tendo em vista os objetivos e o público a ser alcançado. O tétum está limitado, por exemplo, a ocorrências oficiais monolíngues, tais como campanhas e publicidades de apelo popular e/ou cidadãos de baixa renda, como: placas de trânsito, combate a doenças, vacinação, alcoolismo, violência contra mulher, trabalho rural etc. Seguem alguns exemplos encontrados:

Figura 5 – Campanha governamental de saúde.



Fonte: dados dos autores.

Figura 6 – Campanha de apoio à mulher trabalhadora rural



Fonte: dados dos autores.

Ademais, o tétum, em coocorrência com a língua portuguesa na paisagem oficial, também está limitado a sinalizações e prédios mais do cotidiano do cidadão leste-timorense, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

Figura 7 - Placa toponímica de rua.



Fonte: dados dos autores.

Figura 8 – Placa de número de casa.



Fonte: dados dos autores.

Verificamos que, quando se trata de órgãos oficiais mais burocráticos e formais, que trabalham e exercem suas funções mais distantes do povo, a paisagem dominante é em português, como em ministérios, órgãos do poder judiciário, entre outros:

Figura 9 - Órgão governamental.



Fonte: dados dos autores.

Figura 10 – Órgão governamental.



Fonte: dados dos autores.

Por um lado, percebe-se que a presença do tétum está relacionada com o teor toponímico da paisagem, ou seja, é a língua que mais naturalmente serve para atribuir nomes aos locais (lembramos os critérios estabelecidos na Resolução do Governo n.º 42/2015, de 18 de novembro, nomeadamente o primeiro), enquanto nos casos em que não há referências toponímicas, como os nomes das instituições, o português é a opção oficial. Por outro lado, é possível afirmar que a paisagem linguística em Timor-Leste tende a ser monolíngue, já que cada língua oficial no cenário de Díli cumpre uma função e possui público específico, sendo que esta hipótese nossa se estende também para as línguas de trabalho e para a paisagem não oficial, consoante os dados que serão apresentados posteriormente.

Na paisagem não oficial, que dividimos entre anúncios comerciais e mensagens populares, constatamos uma situação análoga à anterior. A língua tétum aparece com maior frequência em textos voltados para a população de baixa renda ou serviços

promocionais, como em bares, tascas (vendas), mercearias, serviços telefônicos, restaurantes populares, oficinas, entre outros. Ainda, o tétum é a língua predominante quando se trata de grafites¹⁵ e avisos/mensagens improvisados. Seguem alguns exemplos de dados por nós coletados:

Figura 11 – Propaganda de serviço telefônico local.



Fonte: dados dos autores.

¹⁵ Consoante afirmamos em nota anterior, encontramos em nossos dados alguns exemplos de grafites e mensagens populares pintadas de maneira improvisada. Devido ao número reduzido na paisagem de Motael (6 ocorrências, o que representa 3% dos dados coletados), decidimos não abordar esse tipo de texto em nossa análise, deixando para uma pesquisa futura, pois os grafites em Timor-Leste têm funções bem específicas, representando a resistência à invasão indonésia (nas décadas anteriores) e, nos dias atuais, denúncias políticas. Nas pesquisas sobre paisagem linguística, esses tipos de textos se destacam por serem reconhecidos como “paisagens de guerra” (ing. *warscape*), que também podem revelar informações históricas. Sobre o primeiro tema, ver McLaughlin (2015) e Bilkic (2018), já para o segundo, ver Pavlenko e Mullen (2015) e Brown (2018).

Figura 12 – Fachada de um restaurante.



Fonte: dados dos autores.

Figura 13 – Grafite em muro (trad. 'não se pode brincar com a vida do povo').



Fonte: dados dos autores.

Figura 14 – Aviso pintado na rua (trad. 'não pode jogar lixo aqui')



Fonte: dados dos autores.

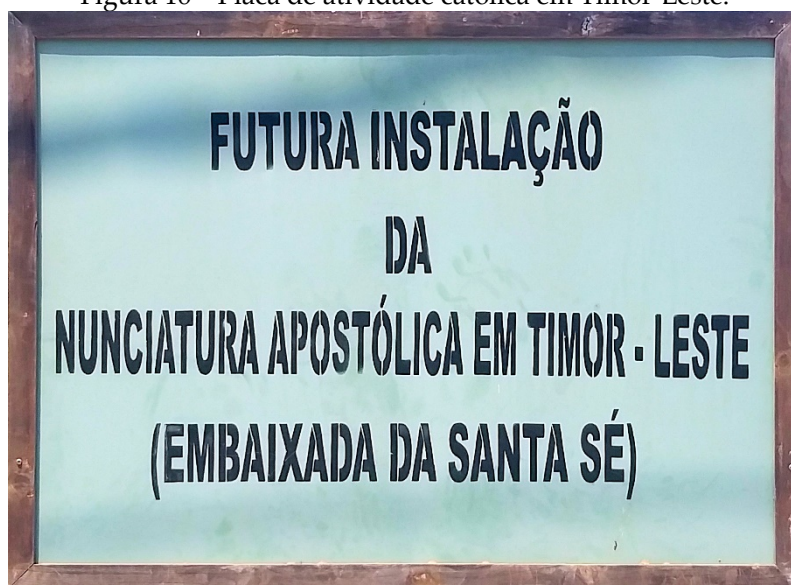
Da mesma maneira que apresentamos para o tétum, na paisagem não oficial, a língua portuguesa aparece, em exemplares monolíngues, quando se trata de assuntos e público-alvo determinados, sendo os principais: a Igreja Católica, algumas ONG e instituições internacionais. Na paisagem não oficial, ainda é possível afirmar que, quando bilíngue, o português não divide espaço mais com o tétum, como nos textos oficiais, mas em sua maioria com o inglês, novamente com atores, funções e público bem definidos, principalmente em serviços especializados:

Figura 15 – Placa de órgão governamental.



Fonte: dados dos autores.

Figura 16 – Placa de atividade católica em Timor-Leste.



Fonte: dados dos autores.

Figura 16 – Placa de serviços especializados em *design*.

Fonte: dados dos autores.

Os aspectos positivos da política linguística verificados nos textos oficiais e não oficiais em relação ao tétum é que paulatinamente essa língua local ganhou espaço em assuntos oficiais, acadêmicos e comerciais, competindo com as línguas internacionais, como português e inglês, sem perder seu caráter de língua nacional e de identidade do povo leste-timorense, já que em muitos casos o tétum também continua a manter valores culturais, com nomes históricos, antropônimos e topônimos.

Digno de nota é que em nossa análise quantitativa, ao calcular os registros dos números, deparamo-nos com dois problemas, os quais faremos apenas alguns comentários: a proximidade entre as línguas portuguesa e tétum, e o tratamento analítico a ser dado para nomes de marcas e outros nomes internacionais. A proximidade entre as línguas e os problemas que isso pode gerar na análise da paisagem linguística não foram temas abordados nesta área de estudos, porém elaboraremos algumas observações e soluções adotados por nós neste trabalho.

A língua tétum, em sua variedade conhecida como tétum-praça ou tétum-díli, é a língua oficial de Timor-Leste e é muito influenciada pela língua portuguesa. Em contrapartida, há outras variedades do tétum, como o tétum-terik, que não sofreram

tais influências. De acordo com a pesquisa linguística, é difícil medir de maneira exata o grau de influência de uma língua sobre a outra, mas como estamos lidando com paisagem linguística, limitamo-nos ao léxico, morfologia e ortografia do tétum-praça¹⁶. Apenas para o leitor perceber a relação de proximidade entre o tétum e o português em números, segundo Williams-van Klinken (2002, p. 5), no registro midiático do tétum, mais de 50% do léxico é de origem portuguesa; já Albuquerque (2011, p. 75) contabilizou mais de 6000 empréstimos do português em tétum; e Greksakova (2018, p. 432), ao conduzir entrevistas com diferentes falantes de tétum, seguindo diferentes perfis sociolinguísticos, aponta que, as porcentagens de empréstimos na produção de cada falante, varia de 3% a 38%, a depender da idade, escolaridade, sexo, entre outros fatores. Além disso, elenca um vocabulário com mais de 2500 empréstimos lusófonos encontrados nessas entrevistas.

A solução encontrada para determinarmos se os textos eram monolíngues ou bilíngues e se o texto era em português ou tétum foi lançar o foco na ortografia padronizada da língua tétum, que acaba por propor as adaptações dos empréstimos lusófonos aos padrões tetunófonos (de acordo com a legislação já citada do tétum oficial), bem como observar a estrutura fraseológica dos compostos, pois há casos também de erros ortográficos, que comentaremos a seguir. Assim, encontramos escritos como *fatin soe lixo* 'lixeira' (local de jogar lixo) que, apesar da grafia errada do empréstimo *lixo*, a qual deveria ser grafado *lixu*, consideramos como uma placa monolíngue por claramente estar escrita somente em tétum. Foram encontrados vários compostos como esses, aos quais procedemos da mesma maneira, ou seja, considerando como monolíngue e em tétum. Seguem outros exemplos desse tipo:

¹⁶ Há um ramo de pesquisa linguística dedicado a tal tema, o que não nos caberia expor aqui. Remetemos o leitor ao estudo de Carlo (2008), que elenca tal dificuldade pelo fato da complexidade existente no processo de aquisição de língua e do bi/ multilinguismo, já que nas investigações e no uso da língua estão presente elementos fonético-fonológicos; morfossintáticos; semântico-pragmáticos; psicológicos e psicolinguísticos; políticos, ideológicos e sociolinguísticos.

civilizado hadomi ambienti ‘povo civilizado é aquele que ama o meio ambiente’ > *sivilizadu*; *aviso – obrigado wain* ‘aviso – muito obrigado’ > *avizu / obrigadu*.

Em outras palavras, caso o texto encontrado em nossos dados apresente a ortografia padronizada do tétum, mesmo em empréstimos e compostos lusófonos, consideramos como um exemplar da língua tétum. Os demais casos, quando ocorrem calques (do português para o tétum)¹⁷ ou desvios em relação às ortografias oficiais do português e do tétum, não o consideramos como tétum¹⁸.

Cabe destacar que muitos pesquisadores de paisagem linguística vêm se debruçando sobre o problema da globalização e dos nomes de marcas nas investigações realizadas, destacando-se Tuffi e Blackwood (2010), que propuseram uma solução complexa, misturando uma série de parâmetros dos estudos sociais e de *design*, observando questões de representação social, reconhecimento linguístico do nome, referência do país de origem da marca, entre outros; Ben-Rafael e Ben-Rafael (2015) que, apesar de se basearem um pouco em Tuffi e Blackwood (*op. cit.*), propuseram uma solução provisória e mais simples que consiste em contabilizá-los e tratá-los como se fossem uma língua distinta das demais.

Optamos também por um critério provisório e simples para a fase inicial de nossa pesquisa, que consiste em tentar identificar a origem linguística do nome da marca, ou nome internacional¹⁹, e, em seguida, verificar se o empréstimo está ou não adaptado ou integrado ao texto em que é usado, escrito na língua usada localmente. Caso esteja, consideramos como parte da língua em que se adaptou ou integrou, por exemplo: um anúncio de oficina com o texto inteiro em indonésio lista um dos serviços

¹⁷ Segundo Ximenes (2003, p. 58), o termo “calque” é definido como o “processo de mudança que ocorre pelo empréstimo lexical de uma língua estrangeira que se apresenta com significado e estrutura semelhantes aos elementos nativos da língua original”.

¹⁸ Esse foi o parâmetro provisório proposto por nós no estágio inicial da pesquisa para solucionar tal problema. Sabemos da necessidade de desenvolvê-lo, refiná-lo ou modificá-lo no futuro.

¹⁹ Distinguimos aqui ‘nome de marca’ dos ‘nomes internacionais’ para destacar que o segundo se trata de termos empregados internacionalmente, porém não estão relacionadas à marca ou registrados como patentes, por exemplo: *cel.*, *design*, *auto*, *salon*.

como *tune up mesin* ‘turbinar/ alterar o motor’; caso não esteja adaptado ou integrado, consideramos o anúncio como bilíngue²⁰, por exemplo: um anúncio de clínica em tétum, constando na lista de serviços: *check-up general e digital x-ray*.

Ainda sobre os nomes internacionais, encontramos um exemplar apenas que se provou notável e teve que ser classificado como “outras línguas”. Numa placa, reproduzida abaixo, registramos “Trattoria & Pizzeria Valentino”. Nessa ocorrência, não adotamos a solução de contar como um nome de marca ou algo do tipo pelo fato de seguir a ortografia original italiana (*trattoria* com o duplo *t*, pouco utilizada em português e em outras línguas, bem como *pizzeria* que é escrita no original em italiano). Além disso, também não analisamos como empréstimo ou adaptação por causa da referência à Itália no nome e na bandeira existentes na placa²¹. Assim, avaliamos esse dado específico como um texto não oficial, comercial e monolíngue (em língua italiana):

Figura 17 – Placa de restaurante em italiano.



Fonte: dados dos autores.

²⁰ Numa fase posterior de nossa investigação, refinaremos este método, baseando-nos nos avanços de Ben-Rafael e Ben-Rafael (2015) e adaptando-os aos nossos dados, bem como refletindo sobre a necessidade de propormos alguma solução nossa para a realidade leste-timorense.

²¹ Uma pesquisa em relação aos autores das paisagens linguísticas, conforme Malinowski (2009) conduziu para os anúncios em coreano na Califórnia, por meio de entrevistas com os donos dos comércios, poderia nos revelar mais a respeito de quem escreveu tal texto e elucidar esse problema. Porém, a questão da autoria das paisagens linguísticas em Timor-Leste está programada para um estágio posterior de nossa pesquisa.

Já a língua inglesa, na paisagem oficial, ela cumpre seu papel como língua de trabalho, aparecendo em situações de acordos internacionais/ multilaterais, ao lado da língua portuguesa. Em situações não oficiais, o inglês se destaca em serviços para um público específico, a saber: estrangeiros residentes em Timor-Leste ou turistas de origem não lusófona. Abaixo, estão exemplos dos dois tipos: uma placa oficial oferecida pelo governo sul-coreano ao governo leste-timorense (figura 18) e, nas não oficiais, a divulgação de serviços médicos especializados (figura 19) e de uma escola anglófona²² para filhos de estrangeiros (figura 20):

Figura 18 – Placa comemorativa bilíngue oferecida pelo governo sul-coreano.



Fonte: dados dos autores.

²² As chamadas “paisagens escolares” (ing. *schoolscapes*), desde o estudo pioneiro de Brown (2012), vêm se destacando como um ramo de pesquisa das paisagens linguísticas, podendo ser definido *grosso modo* como todo tipo de placas e escritos multimodais dentro da escola e como eles influenciam e/ou são trabalhados no processo de ensino e aprendizagem, seja de L1 ou de LE. Ademais, neste ramo pode ser investigado como o professor aborda a paisagem linguística local dentro da sala de aula. Da mesma maneira que os grafites, as paisagens escolares em Timor-Leste também se destacam. Porém, tais ocorrências foram encontradas em número reduzido, por isso, as descartamos da presente fase da pesquisa. Todavia, no futuro, estamos conscientes da importância da investigação das paisagens escolares no país, pois verificamos uma espécie de ‘choque’ entre escolas anglófonas, lusófonas e locais. Nesse contexto, vale a pena pesquisar como se organiza a paisagem e como ela é usada, ou não, pelo professor. Para um panorama das pesquisas atuais e já realizadas, ver Gorter (2018) e Laihonen e Szabó (2018), sendo que estes editaram um número especial do periódico *Linguistics and Education* sobre o tema.

Figura 19 – Clínica médica especializada.



Fonte: dados dos autores.

Figura 20 – Placa de escola infantil anglófona.



Fonte: dados dos autores.

Antes de retomarmos nossas questões de pesquisa, vale a pena fazer a distinção entre as soluções linguísticas efetuadas, espontaneamente, na prática pelos falantes e aquelas impostas pela lei, pelo poder, pelo Governo. Calvet (2002), em seus estudos, já fizera essa distinção *avant la lettre*, hoje aplicada na pesquisa de paisagem linguística,

chamando as primeiras *in vivo* e as segundas *in vitro*. Segundo Backhaus (2006), essa diferenciação proposta por Calvet (*op. cit.*) passou a ser utilizada também pelos pesquisadores de paisagem linguística, sendo modificada, posteriormente, por Ben-Rafael (2009), o qual, apesar de fazer esse uso, opta pela terminologia jurídica e da política linguística, usando os termos *de facto* e *de jure*, respectivamente.

Essa é uma distinção necessária para a compreensão da realidade leste-timorense em relação aos resultados por nós encontrados, dado que, apesar de, no plano *de jure*, os dados apontarem para uma política linguística bem-sucedida, o uso das línguas nas interações, ou seja, no cenário *de facto*, é bem diferente. Esta diferença reside no fato de que, no dia a dia, os leste-timorenses empregam muito mais o tétum, o indonésio ou suas línguas maternas do que o português ou o inglês. Um simples passeio pelas ruas da capital ser é suficiente para confirmar esta diferença. Ainda assim, para uma ideia mais concreta, ver, por exemplo, o trabalho de Soares (2019).

Das línguas reconhecidas na Constituição leste-timorense, resta falar do indonésio. Mesmo com a presença cultural forte e sendo falado por parcela significativa da população leste-timorense, o indonésio é reduzido na paisagem linguística de Motael, com poucas ocorrências: 5 em 91 textos monolíngues e 4 em 62 textos bilíngues. Observamos que o indonésio se limita a textos antigos do período da dominação, bem como comércios indonésios, que também aparentam ser lojas antigas. Isso indica que, mesmo possuindo um local privilegiado no cenário *in vivo* do multilinguismo do país, ao menos na política linguística, na situação *in vitro* (CALVET, 2002), o indonésio vê seu *status* diminuído, dando lugar às línguas oficiais. Seguem exemplos dos dois cenários encontrados:

Figura 21 – Monumento da década de 1990 em indonésio.



Fonte: dados dos autores.

Figura 22 – Placa de oficina em indonésio.



Fonte: dados dos autores.

Em concordância com os dados coletados, e com o que discorreremos até agora, é possível respondermos à segunda pergunta de pesquisa: “há predominância de alguma das línguas (oficiais ou de trabalho) na paisagem linguística de Timor-Leste?”. Observamos que a língua portuguesa predomina não apenas sobre o tétum, mas também sobre as línguas de trabalho, tanto em textos monolíngues, quanto bilíngues, sejam eles oficiais ou não oficiais.

A terceira pergunta de pesquisa também pode ser respondida: “há espaço de uso ou representação de outras línguas nacionais que não o tétum?”. De acordo com a análise quantitativa dos dados e nossa pesquisa *in loco*, não verificamos a presença de nenhuma das línguas autóctones de Timor-Leste, com exceção do tétum, incluído na categoria de LO. Porém, isto acabou por levantar uma outra pergunta de pesquisa para uma investigação futura: “será que nas paisagens linguísticas urbanas de outros distritos de Timor-Leste, as quais tenham como língua materna alguma língua local,

esta aparece representada?” Além disso, perguntamo-nos também se haverá diferença entre a paisagem linguística urbana de Díli, a capital, e a paisagem linguística urbana de distritos mais distantes, bem como entre paisagens linguísticas urbanas e rurais. Contudo, esse tema não foi o foco do presente artigo, ficando para um estágio posterior de nosso projeto de investigação da paisagem linguística de Timor-Leste.

A quarta e última pergunta de pesquisa, “há outras línguas representadas distintas das locais, das oficiais e das de trabalho?”, revelou uma informação muito interessante. Foram encontrados alguns textos bilíngues em português/ chinês e tétum/ chinês, limitadas ao turismo (hotel e restaurante). Desta maneira, vimos a presença de uma língua que não é nativa, tampouco reconhecida na constituição como LO ou língua de trabalho, que é o chinês. Isso se dá por uma série de fatores que explicam a presença e influência chinesa em Timor-Leste. Apontado por autores como Ptak (1983), Eccles (2004) e Albuquerque (2009), há o argumento histórico, baseado em documentos que relatam o contato entre chineses e timorenses desde o século XIII; há também as relações históricas do período colonial, entre Macau e Timor; e, mais recente, principalmente no século XX, as migrações chinesas para Timor, bem como o apoio que o governo chinês ofereceu a Timor durante os períodos de conflitos e crises.

No âmbito linguístico, Thomaz (2002) e Albuquerque (2012) apresentam alguns empréstimos linguísticos de origem chinesa, ou do crioulo português de Macau, no português falado em Timor-Leste. Recentemente, nos campos da economia e das relações internacionais, o governo chinês vem realizando uma série de pactos comerciais e investimentos em Timor-Leste. Em suma, há uma população chinesa em Timor-Leste cujas tradições culturais são mantidas (língua, religião, culinária, comércio etc.), e a influência do governo chinês que, por meio da presença de alguns textos oficiais (relativas aos pactos entre os dois governos) e comerciais (relativas às práticas dos imigrantes chineses residentes em Timor-Leste) acaba por constituir-se como um dos atores da paisagem linguística em Díli.

No entanto, encontramos somente textos chineses não oficiais, comerciais, conforme pode ser visto abaixo. Da mesma maneira, Soares (2019) registrou em seu estudo, sobre o ensino e a situação do multilinguismo no país, a presença de textos chineses também voltados ao comércio.

Figura 23 – Placa bilíngue de hotel.



Fonte: dados dos autores.

Figura 24 – Placa multilíngue de restaurante com a presença de chinês.

Hakka Restaurant
客家餐厅 Mob. 77252727

Breakfast*Lunch*Dinner/Dader/Meio Dia/Kalan

         	Pizza Los Boot \$10 Ki'ik \$8	Asu Manas Fish & Chips	Akar Kadaka Batar Kukus Aifarina Kukus	  
	Burger Karau/Fahi/Manu/Ikan	Ikan Bakar Babi Bakar Ayam Bakar Duck Bakar Tukir	Orange Juice Abakate Espresso Capuccino	    
	Ice Cream ho Buah Manas Uvas Chocolate	Modo Masin Maran ho Nan Fahi	  	   
	Sop Ayam Kampung			   

Avenida Presidente Nicolau Lobato, mandarin Dili

Catering/Cake/Seluk tan Loke:7:30e

Fonte: dados dos autores.

O último parâmetro a ser mencionado é o tipo de fonte empregada para as diferentes línguas em textos bilíngues e trilíngues. Este parâmetro não se destacou muito em nossos dados, em razão de a maioria dos textos, sejam oficiais ou não oficiais, não privilegiarem uma língua, e utilizam a mesma fonte, cor e tamanho para todas elas. Distintos dessa situação, destaca-se apenas um ou outro caso, como pode ser visto na figura 24, na qual a fonte, tamanho e colorido é dado aos ideogramas e ao nome “Hakka Restaurant”, provavelmente pelo fato de os donos serem dessa etnia estrangeira e minoritária em Timor-Leste e quererem destacá-la no cenário local. O número reduzido de diferenciação nas fontes é interpretado por nós por meio de duas hipóteses, aparentemente opostas, as quais necessitam de verificação em uma investigação, sendo elas: uma eventual preocupação governamental e popular (seja da população local, seja da estrangeira) em evitar conflitos ao destacar uma das línguas. Com isso, a população consciente procura pensar em sua cultura e comunidade, ao voltar-se para seu público-alvo (quando comércio) e obedecer às leis (quando placas oficiais) a fim de evitar ou instigar qualquer disputa; outra interpretação se baseia na possibilidade de a escolha das fontes ser inconsciente ou dever-se somente a uma preocupação dos autores com o público e/ou com a mensagem/ produto a ser divulgado.

Aplicando aqui as questões dos atores e das práticas sociais, mencionadas anteriormente, percebemos a predominância da hipótese de Bourdieu (1989, 2007), uma vez que nos textos oficiais, nos quais a presença da língua portuguesa é justificada pelas relações de poder do grupo dominante, pela ligação da elite leste-timorense mais velha à Portugal e pelos laços internacionais entre Timor-Leste e os países lusófonos, fatores que levaram a que esta língua fosse consagrada LO na Constituição.

Já nos textos não oficiais percebemos uma divisão: em alguns casos, os atores e suas práticas seguem a hipótese de Goffman (1981), outros de Boudon (1990). A hipótese de Goffman (*op. cit.*), adaptada aos estudos de paisagem linguística,

basicamente apresenta o “Eu”, que se reflete na presença de marcadores de identidade nos anúncios comerciais e que também é encontrado em mensagens populares, comércio estrangeiros, restaurantes etc. Nesse âmbito, a hipótese de Boudon (*op. cit.*) também é válida, já que pode ser verificada da mesma maneira, e que consiste na perspectiva de boas ações e cooperação entre os atores, na preocupação dos autores dos textos com seus clientes, visando atraí-los e despertar seus interesses. Percebemos isso principalmente nos serviços especializados e/ou com públicos específicos, cujos textos são voltados unicamente para conquistar esse tipo de cliente, com as línguas inglesa e portuguesa apelando especialmente para turistas ou para algo elitista ou dispendioso; já o tétum serve apenas para a oferta de serviços e mercadorias mais populares e/ou baratas.

Finalmente, vale destacar, em consonância com o que expomos em nossa metodologia, uma comparação entre nossos resultados e aqueles alcançados por Taylor-Leech (2012) em seu estudo sobre a paisagem linguística de Díli, cuja coleta de dados data de 2011. Assim, cerca de 8 anos passados, o que sobressai é o fato de os resultados anteriores da autora serem semelhantes aos nossos, apesar da diferença temporal. Isso indica uma política linguística regular, estável e bem-sucedida no que tange à paisagem linguística e à proposta oficial de política linguística, que é a promoção do português e tétum-praça.

Contudo, nem todos os aspectos são positivos, pois os problemas encontrados antes permanecem nos dias atuais. Entre os aspectos positivos que permanecem destacamos: a presença e convivência das quatro línguas reconhecidas na constituição (português, tétum, inglês e indonésio); a existência de textos bilíngues, que promovem e ajudam na construção da nação²³, no desenvolvimento da educação, no reforço de

²³ Não entramos aqui na discussão a respeito do conceito de “nação”, apenas fornecemos breves observações sobre o que entendemos como “nação leste-timorense”, que se trata de um povo de origem mista/ mestiça (austronésia e papuásica). Vale ressaltar que o povo timorense convive há séculos com a

uma identidade nacional bilíngue, atuando como modelos de standardização linguística e de desenvolvimento do letramento (TAYLOR-LEECH, 2012, p. 31); a conquista e a manutenção do status privilegiado do tétum diante das línguas internacionais, o que é importante para a identidade nacional; a presença das línguas indonésia e chinesa em textos não oficiais continuam a representar a importância e as atividades comerciais e culturais desses povos no cenário leste-timorense.

Relativamente aos aspectos negativos que se mantêm, apontamos os seguintes: a língua inglesa, apesar de continuar a se expandir, o que poderia ser positivo diante de uma visão educativa e do bi/multilinguismo, continua limitada aos atores anglófonos (turistas, estrangeiros, elite financeira), ignorando a população local e a política linguística do país; o fato de as restantes línguas nativas continuarem ausentes da paisagem linguística da capital²⁴. Muito embora se possa explicar pela predominância natural do tétum, dado ser a língua materna da maioria da população da capital²⁵, o que não deixa de ser negativo.

Já a publicação de Macalister (2013), apesar de abordar os mesmos temas que nós (política e paisagem linguística de Timor-Leste), é voltada para um debate em torno do conflito de ideologias existente entre as paisagens linguísticas *de jure* e *de facto*, em que, percebendo a presença predominante do português e do tétum na paisagem linguística do país, o autor constata também que a prática linguística, *de facto*, difere da política linguística *de jure*.

presença de povos estrangeiros e apresenta influências culturais e linguísticas, devido a diferentes dominações, lusófonas, anglófonas e indonésia. Por essa configuração, Timor-Leste é bem distinta dos seus vizinhos do Sudeste Asiático. A política linguística que contempla português, tétum, inglês e indonésio a coloca como uma nação amistosa, aberta às diferentes relações internacionais com países vizinhos e distantes por meio de diferentes laços (econômicos, culturais, entre outros), reduzindo, e até extinguindo, qualquer tipo de conflito interno e externo que possa vir a surgir.

²⁴ Conforme já afirmamos, um estudo mais detalhado da capital, bem como em outros locais do país, que será uma parte vindoura de nossa investigação, revelará com base nos dados a presença, ou não, das línguas locais na paisagem linguística de Timor-Leste.

²⁵ Ver os últimos censos, bem como a figura 2 e o trabalho de Williams-van Klinken e Williams (2015) já citados.

6 Considerações finais

Através da análise da paisagem linguística de uma parte da cidade de Díli, a capital de Timor-Leste, apuramos que a tal paisagem reflete a política linguística oficial, nomeadamente os diferentes estatutos atribuídos às línguas.

Desde logo, predominam as LO, português e tétum, com grande destaque relativamente às línguas de trabalho, inglês e indonésio. Quanto às línguas nacionais, sua inexistência no recorte de paisagem linguística observado está em linha com sua fragilidade em termos de política linguística. Muito embora tal invisibilidade possa ser explicada pelo fato de que, no mapa linguístico leste-timorense, a área de Díli ser o contexto natural do tétum-praça. Sendo assim, de fato, muitos cidadãos, que vivem na capital, são originários de outras comunidades linguísticas nacionais, portanto não encontram correspondência na paisagem linguística

Em geral, o número de ocorrências das duas LO é equilibrado, tanto na paisagem bilíngue como na monolíngue, tendencialmente predominante. No entanto, suas funções diferem. Na paisagem oficial, pode dizer-se que o português é a língua institucional, servindo para identificar as instituições e para definir os arruamentos e logradouros, distinguindo “rua”, “avenida”, “beco”, “travessa”, “jardim”, “largo” etc., ao passo que o tétum é usado sobretudo com valor toponímico, de identificação dos locais, conforme são conhecidos pela população.

Na paisagem não oficial, o português aparece mais associado a instituições ou a serviços especializados, aqui mais acompanhado do inglês, que é a língua privilegiada para serviços dirigidos a estrangeiros residentes ou turistas. Já o tétum tem maior presença em serviços comerciais destinados a servir as necessidades cotidianas da população, enquanto o indonésio, ao contrário do que seria expectável, tem uma presença pouco expressiva na paisagem analisada.

Numa nota final, é de saudar a convivência linguística, especialmente do tétum com o português, contudo nota-se as diferenças em termos de proximidade com os

cidadãos: naturalmente, o tétum é a língua mais próxima das pessoas e das suas necessidades, ao passo que o português mantém um maior distanciamento, numa relação de maior formalidade. Metaforicamente, é como se o tétum se dirigisse aos habitantes de Díli, tratando-os por “tu” ou “você”, ao passo que no português se usasse o mais formal “senhor(a)”.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, D. Pré-história, história e contato linguístico em Timor Leste. **Domínios de Lingu@gem**, v. 6, n. 2, p. 75-93, 2009.

ALBUQUERQUE, D. **Esboço gramatical do Tetun Prasa**: língua oficial de Timor-Leste. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ALBUQUERQUE, D. Especificidades do léxico do Português de Timor-Leste. **Papia**, v. 22, n. 1, p. 201-223, 2012.

ALMEIDA, N. C. **Língua portuguesa em Timor-Leste**: ensino e cidadania. Lisboa: Lidel, 2011.

BACKHAUS, P. Multilingualism in Tokyo: A Look into the Linguistic Landscape. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 52-66, 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668383>.

BEN-RAFAEL, E. A Sociological Approach to the Study of Linguistic Landscapes. In: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape**. Expanding the Scenery. Nova York: Routledge, 2009. p. 40-54.

BEN-RAFAEL, E.; BEN-RAFAEL, M. Linguistic landscapes in an era of multiple globalizations. **Linguistic Landscape**, v. 1, n. 1/2, p. 19-37, 2015. DOI <https://doi.org/10.1075/ll.1.1-2.02ben>.

BEN-RAFAEL, E.; SHOHAMY, E.; AMARA, M.H.; TRUMPER-HECHT, N. **Linguistic Landscape and Multiculturalism**: A Jewish-Arab Comparative Study. Tel Aviv: Tami Steinmetz Center for Peace Research, 2004.

BEN-RAFAEL, E.; SHOHAMY, E.; AMARA, M.H.; TRUMPER-HECHT, N. Linguistic Landscape as Symbolic Construction of the Public Space: The Case of Israel. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 7-30, 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668383>.

BILKIC, M. Emplacing hate. Turbulent graffscapes and linguistic violence in post-war Bosnia-Herzegovina. **Linguistic Landscape**, v. 4, n. 1, p. 1-28, 2018. DOI <https://doi.org/10.1075/ll.17011.bil>.

BLOMMAERT, J. Language policy and national identity. In: RICENTO, T. (ed.). **An introduction to language policy: Theory and method**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 238-254.

BORN, J. Zurück in die Folklore oder vorwärts als Werbeträger? Deutsch und Italienisch im öffentlichen Leben Südbrasilien. In: DARQUENNES, J.; NELDE, P.; WEBER, P. J. (ed.). **The Future Has Already Begun** (Plurilingua, 25). St. Augustin: Asgard, 2004. p. 49-59.

BOUDON, R. **O lugar da desordem**. Lisboa: Gradiva, 1990.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Portugal: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/ Porto Alegre: Edusp/ Zouk, 2007.

BROWN, K. D. The linguistic landscape of educational spaces: Language revitalization and schools in southeastern Estonia. In: GORTER, D.; MARTEN, H. F.; VAN MENSEL, L. (ed.). **Minority languages in the linguistic landscape**. Basingstroke: Palgrave-Macmillan, 2012. p. 281-298. DOI https://doi.org/10.1057/9780230360235_16.

BROWN, K. D. Shifts and stability in schoolsapes: Diachronic considerations of southeastern Estonian schools. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 12-19, 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.007>.

CALVET, L-J. **Sociolinguística**. Uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CARLO, M. A. **Effects of bilingualism on speech recognition performance in noise**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), University of South Florida, Florida, 2008.

CENOZ, J.; GORTER, D. Linguistic Landscape and Minority Languages. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, p. 67-80, 2006. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710608668383>.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. **Sector da Justiça – Plano Estratégico para Timor-Leste 2011-2030**. Conselho de Coordenação para a Justiça, 2010. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/files/JSSP_PORTUGUESE.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

DA SILVA, I.; PIRES SANTOS, M. E.; JUNG, N. M. Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 4, p. 1257-1277, 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/DL27-v10n4a2016-4>.

ECCLES, L. Early Chinese accounts of Timor. **Studies in Languages and Cultures of East Timor**, v. 6, p. 178-187, 2004.

GREKSAKOVA, Z. **Tetun in Timor-Leste: The Role of Language Contact in its Development**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística do Português) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

GOFFMAN, E. **Forms of Talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GOFFMAN, E. **Comportamentos em Lugares Públicos**. Notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

GORTER, D. (ed.). Linguistic Landscape: New Approach to Multilingualism. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rmjm20/3/1?nav=toCList>. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170-001>

GORTER, D. Linguistic landscapes in a multilingual world. **Annual Review of Applied Linguistics**, v. 33, p. 190-212, 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.1017/S0267190513000020>.

GORTER, D. Linguistic landscapes and trends in the study of schoolsapes. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 80-85, 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.001>

HULL, G. A Morphological overview of the Timoric Sprachbund. **Studies in Languages and Cultures of East Timor**, v. 4, p. 98-201, 2001a.

HULL, G. **Timór-Lorosa'e**: Identidade, lian no polítika edukasionál (Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/ Instituto Camões, 2001b.

LAIHONEN, P.; SZABÓ, T. P. Editorial. Studying the visual and material dimensions of education and learning. **Linguistics and Education**, v. 44, p. 1-3, 2018. DOI <https://doi.org/10.1016/j.linged.2017.10.003>.

LANDRY, R.; BOURHIS, R.Y. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: An empirical study. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 16, n. 1, p. 23-49, 1997. DOI <https://doi.org/10.1177/0261927X970161002>.

MACALISTER, J. Language policy, language planning and linguistic landscape in Timor-Leste. In: DASGUPTA, P.; MARK, F. (ed.). **Language Problems and Language Planning**. John Benjamins, 2013. p. 25-45. DOI <https://doi.org/10.1075/lplp.36.1.02mac>.

MALINOWSKI, D. Authorship in the Linguistic Landscape: A Multimodal-Performative View. In: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape**. Expanding the Scenery. Nova York: Routledge, 2009. p. 107-125.

MCLAUGHLIN, F. Linguistic warscapes of northern Mali. **Linguistic Landscape**, v. 1, n. 3, p. 213-242, 2015. DOI <https://doi.org/10.1075/ll.1.3.02lau>.

PAVLENKO, A.; MULLEN, A. Why diachronicity matters in the study of linguistic landscapes. **Linguistic Landscape**, v. 1, n. 1/2, p. 114-132, 2015. DOI <https://doi.org/10.1075/ll.1.1-2.07pav>.

PTAK, R. Some references to Timor in old Chinese records. **Ming Studies**, v. 17, p. 37-48, 1983. DOI <https://doi.org/10.1179/014703783788755502>

ROSENBAUM, Y.; NADEL, E.; COOPER, R. L.; FISHMAN, J. A. English on Keren Kayemet Street. In: FISHMAN, J. A.; COOPER, R. L.; CONRAD, A. W. (ed.). **The Spread of English**. Rowley: Newbury House Publishers, 1977. p. 179-196.

SEBBA, M. Discourses in transit. *In*: JAWORSKI, A.; THURLOW, C. (ed.). **Semiotic landscapes**: Language, image, space. London: Continuum, 2010. p. 59-76.

SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic landscape**: Expanding the Scenery. New York: Routledge, 2009. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>.

SHOHAMY, E.; WAKSMAN, S. Linguistic landscape as an ecological arena: Modalities, meanings, negotiations, education. *In*: SHOHAMY, E.; GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape**: Expanding the Scenery. New York: Routledge, 2009. p. 313-331. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203930960>.

SOARES, L. O português no contexto multilíngue timorense – entre ficar e partir. **Linha D'Água** (Online), v. 32, n. 2, p. 87-106, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p87-106>.

SPOLSKY, B.; COOPER, R. **The Languages of Jerusalem**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

TAYLOR-LEECH, K. Language choice as an index of identity: linguistic landscape in Dili, Timor-Leste. **International Journal of Multilingualism**, v. 9, n. 1, p.15-34, 2012. DOI <http://dx.doi.org/10.1080/14790718.2011.583654>.

TAYLOR-LEECH, K. The semiotic construction of chronotopes in the Timor Sea protests. **Linguistic Landscape: An International Journal**. v. 6, n. 1, p. 29-51, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1075/ll.00016.tay>.

TEIS, D. T.; SEIDE, M. S.; LUCAS, P. Os topônimos na paisagem linguística da Av. Zelina em São Paulo: um encontro na interdisciplinaridade. **Revista do GELNE**, v. 20, n. 02, p. 16-29, 2018. DOI <https://doi.org/10.21680/1517-7874.2018v20n2ID14089>.

THOMAZ, L. F. The formation of Tetun-Praça, vehicular language of East Timor. *In*: PHILLIPS, N.; KHAIDIR, A. (ed.). **Papers on Indonesian Languages and Literatures**. Paris: Cahier d'Archipel, 1981. p. 54-83.

THOMAZ, L. F. **Babel Loro Sa'e**: O Problema Lingüístico de Timor Leste. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

TORKINGTON, K. Os impactos das mobilidades turísticas e migratórias na paisagem semiótica do Algarve. I: NOLASCO, C.; MATOS, A. R.; SOLOVOVA, O. (ed.). **Ways of seeing, ways of making seen**. Visual representations in urban landscapes. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2016. p. 26-43.

TUFFI, S.; BLACKWOOD, R. Trademarks in the LL: Methodological and theoretical challenges in qualifying brand names in the public space. **International Journal of Multilingualism**, v. 7, n. 3, p. 197-210, 2010. DOI <https://doi.org/10.1080/14790710903568417>.

VASCONCELOS, P. C. B. (coord.) **Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste**. Braga: Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar, 2011. Disponível em: [https://www.tribunais.tl/sites/default/files/CRDTL-Anotada PORTAL1.pdf](https://www.tribunais.tl/sites/default/files/CRDTL-Anotada_PORTAL1.pdf). Acesso em: 18 nov. 2019.

VECCHIA, A. D.; JUNG, N. M. Paisagem linguística em um contexto suábio-brasileiro: mobilidade e representação de uma comunidade “germânica”. **Revista da Anpoll**, v. 40, p. 115-128, 2016. DOI <https://doi.org/10.18309/anp.v1i40.1021>.

WILLIAMS-VAN KLINKEN, C. High Registers of Tetun Dili: Portuguese Press and Purist Priests. In: ALLEN, C. (ed.). **Proceedings of the 2001 Conference of the Australian Linguistic Society**, 2002. Disponível em: <http://www.als.asn.au/proceedings/als2001/williams-vanklinken.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

WILLIAMS-VAN KLINKEN, C.; WILLIAMS, R. **Mapping the mother tongue in Timor-Leste: Who spoke what where in 2010?** Dili Institute of Technology, 2015. Disponível em: <http://www.tetundit.tl/Publications/Timor-Leste%20languages%202010.pdf>. Acesso em 25 nov. 2019.

XIMENES, E. Alguns termos da Lingüística Histórica. **Revista Philologus**, v. 9, n. 25, p. 45-60, 2003.

Legislação

Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2002. Disponível em: [http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/ConstituicaoRDTL Portugues.pdf](http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/ConstituicaoRDTL_Portugues.pdf). Acesso em: 24 nov. 2019.

Decreto do Governo n.º 1/2004, de 14 de abril. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/decreto_governo/1_2004.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de agosto. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2008/serie_1/serie1_no36.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Decreto-Lei n.º 11/2017, de 29 de março. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2017/serie_1/SERIE_I_NO_12.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Lei n.º 1/2002, de 7 de agosto. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/1_2002.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Resolução do Governo n.º 42/2015, de 18 de novembro. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2015/serie_1/SERIE_I_NO_44.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Resolução do Parlamento Nacional n.º 24/2010, de 3 de novembro. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2010/serie_1/serie1_no42.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011, de 7 de setembro. Disponível em: http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no33.pdf. Acesso em : 24 nov. 2019.

Artigo recebido em: 27.11.2019

Artigo aprovado em: 14.06.2020



Nomes de famílias de origens portuguesa e espanhola em lápides do cemitério de Iguatu- PR

Family names of Portuguese and Spanish origin on tombstones of the Iguatu- PR cemetery

*Fernando Hélio TAVARES de BARROS**
*Grasiela Veloso dos SANTOS HEIDMANN***
*Neusa Inês PHILIPSEN****

RESUMO: O Estado do Paraná, em particular sua região oeste, foi uma fronteira agrícola que atraiu (i)migrantes de diversas origens. Uma maneira de visualizar essa história de ocupação humana é através da paisagem linguística. Este trabalho tem como foco o estudo da Antroponímia de origem ibérica no município de Iguatu – PR por meio da paisagem linguística cimiterial. Para tanto, foram selecionadas 21 iconografias, constituídas por lápides de cemitério, nas quais foram identificados 27 nomes de família. Por meio da consulta de fontes lexicográficas (MACHADO, 1984, 1977; GUÉRIOS, 1973; NUNES; KREMER, 1999; TIBÓN, 1986, 2001; LEITE DE VASCONCELOS, 1928, 1931 etc.) foi possível expor as descrições etimológicas existentes de cada antropônimo estudado e os aspectos históricos de seu uso na história da língua. A maioria dos nomes analisados possui uma relação com a história e a

ABSTRACT: The State of Paraná, in particular its western region, was an agricultural frontier that attracted migrants from various origins. One way to approach this history of human occupation is applying the linguistic landscape. This work focuses on the study of Iberian Anthroponymy in the municipality of Iguatu - PR through the linguistic landscape of cemetery. For this purpose, 21 iconographies were selected, consisting of cemetery gravestones, where 27 family names were identified. Consulting lexicographical bibliography (MACHADO, 1984, 1977; GUÉRIOS, 1973; NUNES; KREMER, 1999; TIBÓN, 1986, 2001; LEITE DE VASCONCELOS, 1928, 1931 etc.) enabled us to describe the existing etymology of each anthroponym studied and the historical aspects of its use in the history of the language. Most of the names studied were associated to the history and physical or human nature of the Iberian Peninsula.

* Doutor em Linguística pela *Universität Bremen*, Alemanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9893-2775>. tavaresd@uni-bremen.de

** Doutora em Linguística pela UFMT, Campus Cuiabá. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1483-2946>. grasinhavs@hotmail.com

*** Professora adjunta na UNEMAT, Campus Sinop. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0406-3984>. neinph@yahoo.com.br

natureza física ou humana da Península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: Antroponímia ibérica. Paisagem linguística. Léxico. Nomes de família. Iguatu - Paraná.

KEYWORDS: Iberian Anthroponymy. Linguistic landscape. Lexicon. Family names. Iguatu - Paraná.

1 Introdução

Apesar das lápides de cemitério se constituírem material pouco utilizado nas ciências da linguagem, esse tipo de paisagem linguística¹ reserva uma rica fonte para o estudo do léxico e para a investigação onomástica. No nosso caso, no patrimônio onomástico das línguas portuguesa e espanhola. O cemitério é um espaço pleno de história. Além da paisagem linguística cemiterial revelar a origem e a ordem de chegada dos colonizadores de uma dada localidade, ela também mostra a hierarquia e o prestígio social que cada nome de família goza.

Esse estudo tem por objetivo analisar e descrever etimologicamente os nomes de famílias² de raízes portuguesa e espanhola em lápides do Cemitério Municipal de Iguatu – PR, município localizado no vale do Piquiri³. De maneira geral, vamos tratar da Antroponímia ibérica.

O nosso propósito é por meio da coleta de antropônimos na paisagem linguística compor um *corpus* para a futura elaboração de um dicionário regional de

¹ As lápides constituem uma paisagem linguística, visto que os dados apresentados são fotografias de antropônimos expostos em espaço público e que nomeiam micro espaços de um cemitério. Conforme Landry e Bourhis (*apud* GORTER, 2006, p. 2), **paisagem linguística** é “the language of public road signs, advertising billboards, street names, place names, commercial shop signs, and public signs on government buildings combines to form the linguistic landscape of a given territory, region, or urban agglomeration”. Gorter (2006, p. 2) ainda acrescenta que “they are concerned with the use of the language in its written form in the public sphere”.

² Nesse artigo, paralelo ao termo *nome de família*, também são usados *antropônimo*, *sobrenome* ou *cognome familiar*.

³ Esse estudo não tem como foco descrever os aspectos extralinguísticos que proporcionaram a transmissão dos nomes de famílias ibéricas no Brasil. Sabemos, por exemplo, que sobrenomes ibéricos foram atribuídos às famílias de origem africana, indígena, entre outras. Essa atribuição se deu por motivos históricos relacionados à submissão e ao apagamento dessas culturas. Trata-se de um caso de imposição antroponímica que alterou a identidade desses indivíduos.

nomes de família, com o fim de registrar a Antroponímia local. Servindo essa como fonte de investigação para a Etnografia, a Onomástica e a Historiografia. Além disso, estudos dessa natureza auxiliam na investigação da Antroponímia ibérica na América portuguesa, particularmente, suas transformações e sua distribuição no espaço social e geográfico⁴.

Como base de consulta lexicográfica, utilizamos os dicionários onomásticos de Machado (1984; 1977), Guérios (1973), Nunes e Kremer (1999), Tibón (1986; 2001), Lopez-Mendizabal (1958), o DIT (Dicionário Infopédia de Toponímia), as obras de Leite de Vasconcelos (1928; 1931) e de Tavora (1989)⁵. Somam-se, ainda, aspectos quantitativos apresentados no sítio *web* sobre *Cartografia dos apelidos de Galícia* (doravante CAG), do Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela⁶, coordenado por Ana Isabel Boullón Agrelo e Xulio Sousa Fernández⁷. Esse trabalho também se constitui um registro etnográfico dos descendentes de imigrantes portugueses e espanhóis nessa região, uma vez que pode mostrar a territorialidade desses grupos, além de aspectos sociais e históricos do lugar.

Estruturamos o texto na seguinte ordem: uma breve descrição dos estudos de nomes de família e sua importância, após, apresentamos alguns aspectos históricos e geográficos de Iguatu - PR, em seguida dispomos o *corpus* de paisagem linguística recolhido no cemitério dessa localidade acompanhada das descrições etimológicas, comentários analíticos e as considerações finais.

⁴ Considerando que o estudo da Antroponímia contribui para entender os movimentos populacionais, em outras palavras, povoamento e despovoamento de uma certa região (BAYLON; FABRE, 1982, p. 11-12).

⁵ A obra de Tavora (1989) oferece informações de genealogia portuguesa. Apesar da riqueza que a genealogia pode oferecer ao estudo da Antroponomástica, cabe ao estudioso de nomes ter bastante cuidado, rigor e desconfiança com o trato desse tipo de fonte. Isso pelo fato da Genealogia ser um campo, por vezes, nebuloso e traiçoeiro. Todavia, não se pode ignorar o patrimônio que ela fornece à Onomástica.

⁶ Disponível em: <https://ilg.usc.es/cag/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

⁷ Os dados de frequência e distribuição dos nomes são baseados no censo demográfico de 2001.

2 O estudo de nomes de famílias

O nome de família, conhecido também como *sobrenome* ou *apelido*, “é designação de família, transmitida ordinariamente de geração em geração” (LEITE DE VASCONCELOS, 1928, p.11). Os nomes de família fazem parte dos interesses da Antroponomástica ou Antroponímia - do grego *anthropos* ‘homem’ e *onoma* ‘nome’ (BAYLON; FABRE, 1982). Essa, somada ao campo vizinho, a Toponomástica ou Toponímia - do grego *topos* ‘lugar’ e *onoma* ‘nome’ (BAYLON; FABRE, 1982), compõem a Onomástica – ciência filiada à Lexicologia, que se dedica ao estudo dos nomes próprios. Como elucida Dauzat (1951), a Antroponímia tem como abordagem metodológica investigar a origem dos nomes de pessoas e a sua evolução, bem como a etimologia das palavras.

Para Tibón (1986), o estudo dos nomes de pessoa é atraente pelo seu aspecto deleitoso e rico em surpresas. Sua imponência se dá pelos seus alcances filológicos, históricos e sociológicos⁸. Nesse sentido, Dauzat (1951) salienta que é próprio do interesse das pessoas quererem saber a procedência de seus nomes⁹. Nem todos os nomes de família, continua o autor, são de significação transparente. Grande parte representa um enigma para a maioria das pessoas¹⁰. O estudo dos nomes de família não desperta interesse apenas da Lexicologia e da Lexicografia na composição de dicionários, mas, atualmente, também da Geografia dos nomes de família¹¹. Essa que

⁸ „Los nombres de persona compendian la historia de la civilización. Su estudio no es sólo deleitoso y rico en sorpresas, sino que se impone por sus alcances filológicos, históricos y sociológicos” (TIBÓN, 1986, p. 7).

⁹ “Chacun s’intéresse à son nom – à ses noms – et voudrait en connaître le sens originaire” (DAUZAT, 1951, p. 6).

¹⁰ “Si quelques noms de famille ont une signification transparente (...), la plupart sont énigmatiques pour le grand public” (DAUZAT, 1951, p. 6).

¹¹ Campo disciplinar que além de estudar os nomes de família possui como objetivo transpô-los para uma base cartográfica. Assim como elucida Goossens (1996): “Familiennamengeographie (FNG) ist die Untersuchung von FN und FN-Typen in ihrer räumlichen Verbreitung auf der Grundlage kartographischer Darstellungen” (GOOSSENS, 1996, p. 1141).

por meio da produção de mapas mostra a manutenção e a difusão dos antropônimos no espaço geográfico.

Diversos meios de coleta de antropônimos são válidos nos estudos onomásticos. Listas de telefones, jornais, placas de rua, registros paroquiais, cartas privadas, listas eleitorais, entre outros. Em nosso estudo, por sua vez, nos concentramos em coletar e analisar lápides de cemitério.

3 As imigrações portuguesa e espanhola no Brasil

O elemento luso no Brasil se remete à imigração portuguesa que já se inicia no Brasil desde os primórdios do Império Português (1500-1822). As diversas ondas migratórias ocasionadas pela política colonizadora da Coroa Portuguesa foram em direção a diferentes zonas geográficas da América portuguesa, tanto às regiões da corrida do ouro (Minas Gerais, Goiás, Bahia e Mato Grosso) quanto às áreas litorâneas de cultura pesqueira e interioranas de grandes latifúndios impulsionadas pela concessão de sesmarias aos imigrantes. A imigração após a Independência do Brasil (1822) foi mais centrada às áreas urbanas - em particular, a Grande São Paulo e Rio de Janeiro - ou do cultivo do café, no qual o imigrante português se torna mão de obra em substituição à escravidão negra após a abolição¹².

A imigração espanhola, por sua vez, é menor que a portuguesa e mais centrada em alguns pontos geográficos do Brasil, em destaque no Estado de São Paulo. O clímax dessa corrente migratória se dá, principalmente, nas décadas finais do século XIX. No contexto paulista, o imigrante espanhol é, entre outras ocupações, mão de obra na cafeicultura¹³. Cabe aí salientarmos que o Estado de São Paulo foi e é um grande

¹² Para se entender melhor a história da imigração portuguesa no Brasil, cabe citarmos as obras de Matos et al. (2008) e Arruda (2013).

¹³ Como trabalhos que tratam da imigração espanhola no Brasil, cabe evidenciar os trabalhos de Blanco (2009) e Canóvas (2001).

radiador de migrações, em particular, em direção ao Estado do Paraná, no qual se situa o município de Iguatu¹⁴.

4 Aspectos históricos de Iguatu – PR

Iguatu tem em seu nome prováveis raízes no tupinismo *ikatu* - água boa, salubre, doce - na acepção de Boudin (1978, p. 73), já na proposta etimológica de Tibiriçá (1985, p. 58), o nome teria origem de *yguáytu* – cachoeira dos musgos. O município está localizado no oeste do Paraná e pertence ao polo regional de Cascavel-PR. Iguatu tem uma população estimada em 2.304 pessoas, conforme os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹⁵. O processo de colonização do município, como fronteira agrícola, inicia no ano de 1958.

Inicialmente conhecida por Gleba n.9, e por pouco tempo Jaborandi, Iguatu recebeu as primeiras famílias de colonos no início dos anos de 1960. A emancipação de Iguatu se deu em 1990. Entre as comunidades que compõem o município estão Olaria Velha, Morro do Tatu, Vai ou Racha, Centenário, Água da Onça, Estradas Longuinópolis, Braganey, BR 369 e Samália. O município recebeu colonos de origens paulista, mineira, nordestina, gaúcha e catarinense. Entre os povoadores sabe-se que uma parcela veio de zonas do Brasil de colonização portuguesa e de regiões onde se assentaram imigrantes espanhóis e portugueses¹⁶. A agropecuária e a monocultura do milho, do fumo e da soja são os principais cultivos do município.

5 Corpus recolhido e sua descrição

O material apresentado nesse estudo compõe-se de lápides do cemitério municipal de Iguatu -PR. O *corpus* foi recolhido no mês de abril de 2017. Nele foram

¹⁴ Cf. Cardoso e Westphalen (1986).

¹⁵ Censo de 2010. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/iguatu/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2020.

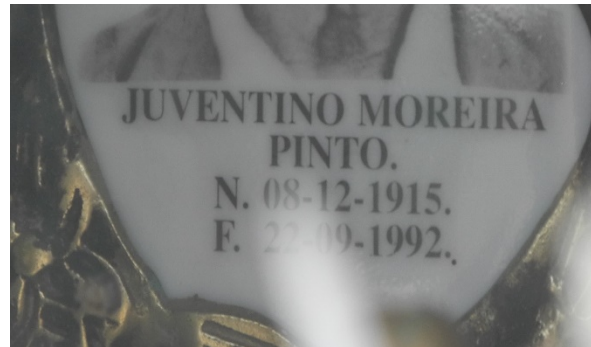
¹⁶ Não se sabe de relatos de imigração direta da Península Ibérica para o município de Iguatu - PR.

encontrados nomes de famílias de origens alemã, italiana, eslava, portuguesa e espanhola. Nesse estudo, resolvemos tratar apenas dos antropônimos ibéricos¹⁷. Dispusemos as iconografias em forma de tabela, sendo que cada uma contém duas células e, por vezes, apenas uma. Em cada célula há uma iconografia. Abaixo de cada tabela estão os referidos antropônimos. Nas iconografias há, frequentemente, mais de um nome de família. Eles, geralmente, iniciam com letras diferentes, o que dificulta a sua organização alfabética em forma de lista. Por essa razão, os nomes estão expostos de maneira aleatória.

Nosso interesse recai na descrição dos nomes de famílias, portanto, os prenomes não estão contemplados nas descrições etimológicas. Além de dados específicos do léxico, procuramos conjugar informações históricas do uso da forma antroponímica.

A seguir apresentamos as descrições etimológicas de todos os nomes de famílias identificados como de raiz ibérica¹⁸.

Figuras 01 e 02

**Valdirene Aparecida de Andrade****Juventino Moreira Pinto**

Fonte: *Corpus* recolhido pelos autores.

¹⁷ As lápides apresentadas nesse trabalho representam todos os casos de antropônimos ibéricos encontrados no cemitério municipal de Iguatu – PR.

¹⁸ É importante salientarmos ao leitor que nós não temos dados históricos sobre a origem genealógica dos indivíduos nominados nas lápides que fotografamos para o nosso *corpus*. Por essa razão, não se pode afirmar que a origem portuguesa ou espanhola do antropônimo revela a procedência dos seus antepassados. O que podemos afirmar é que os nomes de família aqui tratados estão registrados na literatura lexicográfica como pertencentes ao patrimônio antroponímico ibérico.

De Andrade. É, talvez, variante de *andr-* do grego *andrós* – macho, varão, homem (MACHADO, 1977, p. 249). *Andrade* é sobrenome antigo, de origem geográfica provavelmente com raízes na Galiza (MACHADO, 1984, p. 133), o que a própria prep. *de* revela. Para Tavora (1989, p. 80), o antropônimo deriva da vila de Andrada na Galiza e dos membros dessa vila, que passaram para Portugal, apenas os de *Rui Freire de Andrade*, no século XIV, deixaram descendência nesse país. Há uma obscuridade em relação a uma origem mais antiga, pois Machado (1984) ressalta haver registros no século XI com grafia *Andreati* e *Andriati* (nomes geográficos). No entanto, ainda em 946, já aparecia o registro *Antriati (villa)*, gen. de um antropônimo *Antriatus*, ainda obscuro. Na *Cartografia dos Apelidos de Galicia*, esse antropônimo ocorre com bastante frequência, 3.913 registros, com maior concentração no Conselho de Carballo, Província de Corunha (0.5282%). Nunes e Kremer (1999) documentaram *de Andrade* na Antroponímia da Madeira¹⁹.

Moreira. De *amoreira* > *amora* - do grego *mōron*, fruto da amoreira, pelo lat. *mōru-* (MACHADO, 1977, p. 235). De motivação toponímica, segundo Machado (1984, p. 1022) e Guérios (1973, p. 160), é frequente em Portugal²⁰ e na Galiza e parece ter relação com a importância da criação de bicho da seda nesses lugares, pois a amoreira “árvore da amora” é subsídio para essa produção. Já Tavora (1989, p. 259), refere o sobrenome de família como originário da Freguesia de Santa Maria de Moreira, na comarca de Celorico de Basto, na qual o cavaleiro Pedro Pires Moreira, contemporâneo dos Reis D. Sancho I e D. Afonso II, o carregava. O uso com a preposição *de* (Moreira), segundo Machado (1984), já se perdeu, junto com a noção de origem toponímica, a não ser que se faça relação com o nome da árvore que o originou. Este antropônimo, nos dados da

¹⁹ “*Andrade* (Pero Gonçalves d) Calheta a. 1534” (NUNES; KREMER, 1999, p.263).

²⁰ Na Madeira, Nunes e Kremer (1999) documentaram os primeiros registros do antropônimo Moreira já a partir de 1481-1482. Entre os registros, uma “*Moreira* (Catarina) vendedeira de peyxe Funchal [a.1495-1496]” (NUNES; KREMER, 1999, p.600).

CAG, apresenta 5.959 ocorrências, com maior concentração no Conselho de Vigo, Província de Pontevedra (0.1416%).

Pinto. *Pinto* > *pito* > lat. *pittu* “formado de uma raíz pitt-, provavelmente pré-latina” (MACHADO, 1977, p. 378). Antropônimo derivado de alcunha, para Leite de Vasconcelos (1928), a explicação é justificada pela relação com ave, a cria da galinha, mas também pela cor (rosto, cabelos e olhos). Segundo o autor, o nobre português D. João Garcia de Sousa “foi chamado *Pinto* por suas muitas perfeições naturays e gentileza” (p. 231). Conforme Tavora (1989), o nome fixou-se ao tomar descendência com outros nomes e linhagens, como “de Gundar”, “de Sousa”, “da Maia”, “de Baião” e outros. Machado (1984, p. 1179) destaca que como topônimo é frequente na Galiza, na Província de Orense. Confirma-se a presença nos dados da CAG, com total de 777 ocorrências, em maior quantidade na Província de Pontevedra, Conselho de Vigo (0.0194%). A forma também é registrada na Antroponímia italiana (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1345)²¹.

Fig. 03 e 04



Cecilia Rosa de Melo
Joaquim Luiz de Melo



Luis C. R. Camargo

Fonte: *corpus* recolhido pelos autores.

²¹ “Più numeroso 16 volte, Pinto è il 205 cognome per frequenza in Italia, il 30 in Puglia, il 69 in Basilicata e l’89 in Campania; si tratta dunque di forma tipicamente meridionale” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1345).

De Melo. Do lat. *merŭlu-*, *melro* > *merlo* > *Mello*, *Melo* (MACHADO, 1984, p. 976). Leite de Vasconcelos (1928, p. 166) o coloca na lista de nomes de origem geográfica, assim como também o citam Guérios (1973, p. 155) e Machado (1984, p. 976), para as formas *Merloo* e *Merlo* em Portugal antigo. Machado (1984) o classifica como originária do gr. *Mēlo*, “ilha das Cíclades (hoje *Milo*), pelo lat. *Mēlos* ou *Mēlus*” (MACHADO, 1984, p. 976). No entanto, também Guérios (1973, idem) afirma o nome ter origem por alcunha, advinda de melro (ave), “do latim *mérulus*: melro, merlo [...]”, na forma *Mello* teria ocorrido assimilação de -r ao -l.

Para Tavora (1989, p. 248-249), o nome deriva de uma alcunha e teria provindo de D. Soeiro Reimondes (o *Merlo* ou *Melro*), que, após fundação da *Vila de Melro* na Beira e casamento, daria início à forma fixa *Melo*. Conforme Machado (1984), *Melo* é topônimo português em Alcácer do Sal, Alpiarça, Campo Maior, Gouveia, Lisboa, Montemor-o-Novo Porto e Torres Novas (MACHADO, 1984, p. 976). Na estatística da CAG, o nome apresenta registro de 161 ocorrências, com maior predominância no Conselho de Tomiño, Província de Pontevedra (0.2186%). No entanto, também se registra a forma *Demelo* (sem fronteira de preposição), com 9 ocorrências (0.0015%), na Província de Pontevedra. A forma *Merlo* é registrada, mas em pequena quantidade, apenas 7, assim como *Mello* com consoante dupla. Na Antroponímia italiana, Caffarelli e Marcato (2008) registram a forma *Mèllo*²².

Camargo. Sobrenome de origem geográfica e espanhol. Segundo Tibón (2001, p. 54), teria surgido na Província de Santander. Para Machado (1984, p. 322), além de ser originário de Santander, também o é de Granada e teria sua presença no Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais e Paraná), mas também usado em

²² “Dal topônimo lombardo *Mello*, comune della provincia di Sondrio, o da una forma accorciata di (*Giacco*)*mello*; in area meridionale sarà da accostare alle basi di *Méle* se non anche a melo o al greco *mēlos* ‘canto’; un nome *Melo*, *Melus* è attestato in carte medievali pugliesi” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1108).

Lisboa (LEITE DE VASCONCELOS, 1928, p. 298). Para Guérios (1973, p. 75), os Camargos de São Paulo descenderiam de José Ortiz de Camargo (de Castela Velha), que, por sua vez, provém do navegante espanhol D. Afonso Camargo. Na cartografia da CAG, se registram apenas 22 ocorrências, com distribuição linear nas Províncias de Ourense, Corunha e Pontevedra, 8, 8 e 6 ocorrências, respectivamente.

Fig. 05 e 06

**Geraldo Misael de Paula****Amanda Pereira**

Fonte: *corpus* recolhido pelos autores.

De Paula. Este sobrenome tem relação com santos cristãos, “os romanos usavam-no muito como sobrenome” (GUÉRIOS, 1973, p. 175). Assim, a origem é latina *Paulus* = *Paullus* e, por ser nome de santo, tinha por consequência reputar bom agouro aos que o adotavam (LEITE DE VASCONCELOS, 1928, p. 26). Conforme Machado (1984, p. 1142), é antropônimo feminino de Paul(l)us – Paulo e também existiu uma santa romana com este nome (347-404), outrossim, figura como nome que fora aplicado junto ao nome Francisco, em menção a São Francisco de Paula, nascido em Paola – Calábria. Ainda, segundo o autor, em Portugal é topônimo em Alcácer do Sal, Alenquer, Lisboa, Trancoso, Vieira do Minho, Vila Franca de Xira (1143). Nos dados da CAG, esse antropônimo não apresenta muitas ocorrências, apenas 57 registros, com predominância no Conselho e Província de Ourense (0.0193%).

Pereira. Antropônimo português de origem geográfica, que está relacionado com o “lugar onde há peras ou pereiras” e teria relação com à casa de Bragança em Portugal

(GUÉRIOS, 1973, p. 177). Frequente em Portugal²³, Galícia e no Brasil: em São Paulo (MACHADO, 1984, p. 1161). Em registros mais antigos, pode ser encontrada a forma *Pireira*, em 1387 e 1418, conforme Machado (1984, p. 1161). Este nome é bastante disseminado em todo território da Galícia, apresenta registro na CAG com 24.081 ocorrências, presente em 237 Conselhos, com número maior na Província de Pontevedra, Conselho de Vigo, com 3.537 registros (0.6073%).

Fig. 07 e 08

**Odete Arruda da Silva****Manoel Barbosa**

Fonte: *corpus* recolhido pelos autores.

Arruda. Do lat. *rūta*, com mesmo sentido, “notar ainda que os Árabes conheceram o voc. e escreveram-no com o art.: *ar-rūta*” (MACHADO, 1977, p. 322). Para Guérios (1973, p. 58), esse sobrenome português tem raízes toponímicas, “lugar onde há arruda (planta)”, assim também o classifica Leite de Vasconcelos (1928, p. 165). O topônimo Arruda tem seu primeiro registro em 1172, e como nome de família já no séc. XVI (MACHADO, 1984, p. 171). Este antropônimo não apresenta registro no CAD.

Da Silva. Nome de origem toponímica, de etimologia latina, que significa “selva, floresta” e “nome de várias plantas” (GUÉRIOS, 1973, p. 199). Segundo Machado (1984, p. 1347), é muito frequente, mas relata que há casos em que parece ter relação

²³ Nunes e Kremer (1999, p. 635) documentaram 14 variantes de *Pereira* (*Pereyra*, *Perejra*) na Antroponímia primitiva da Madeira.

com a invocação de Nossa Senhora *da Silva*, Santa Beatriz *da Silva* (sec. XV) de família nobre e antiga. Tavora (1989, p. 324) afirma que o nome tem raízes remotas e nobres, pois é anterior à fundação da nacionalidade portuguesa e teria relação com a Casa Real de Leão. Na cartografia da CAG, aparece como um antropônimo numeroso, com 13.953 registros, presente em muitos Conselhos da Galícia, com ocorrências maiores em Vigo – 1532 (0.263%), na Província de Pontevedra.

Barbosa. Derivado de *barba* > lat. *barba* (MACHADO, 1977, p. 389). Segundo Guérios (1973, p. 64), o nome tem raízes toponímicas e significa “lugar onde há muitas barbas de bode ou barbas de velho (plantas)”. Os Barbosas descenderiam, segundo o autor, de D. Sancho Nunes de Barbosa. Em Leite de Vasconcelos (1928, p. 159), encontra-se mencionada uma grafia mais antiga, *Barvosa*, registrada como topônimo no ano de 1268. Machado (1984, p. 216) salienta que é muito frequente o topônimo com a forma *Barbosa* proveniente de nome, tais como, Casal da Barbosa, Monte do Barbosa, Quinta do *Barbosa* ou simplesmente relacionado à terra: abundância de plantas chamadas de barba: barbas de bode, barbas de velho etc., conforme já mencionado em Guérios (1973, idem). A CAG apresenta 1.911 ocorrências, com predominância no Conselho de Vigo (0.0754%), Província de Pontevedra. Na Antroponímia primitiva da Madeira, Nunes e Kremer (1999) documentaram 4 ocorrências de *Barbosa*.

Fig. 09 e 10

**Sebastião Malakias do Prado****Pedro de Araujo**

Fonte: *corpus* recolhido pelos autores.

Do Prado. Segundo Machado (1977, p. 413), do lat. *prātu-* (prado, pradaria). Para Leite de Vasconcelos (1928, p. 166) e Guérios (1973, p. 181), esse sobrenome tem raiz toponímica. Guérios (1973, p. 181) relaciona a forma *Prado* com campina e com as formas no francês *Dupré, Delprat* (do Prado). Para Tavora (1989, p. 293), o antropônimo parece ter sido fundado por *D. Frei João Nunes do Prado* (neto de D. Afonso III de Portugal), que teve filho com mesmo nome, do qual descende esse sobrenome. O nome tem ampla distribuição por vários Conselhos e Províncias nos dados da CAG, com total de 9099 ocorrências, destas, 1561 se concentram em Pontevedra, no Conselho de Vigo (0.268%). Essa forma também está documentada na Antroponímia primitiva da Madeira²⁴.

De Araujo. Consta na lista de nomes modernos tirados de nomes toponímicos e mencionados por Leite de Vasconcelos (1928, p. 166). Para Guérios (1973, p. 57), o nome teria advindo da Galiza, do *castelo de Araújo*, próximo ao rio Minho. Segundo o autor, o sobrenome teria chegado em Portugal por *Pedro Pais de Araújo*, a forma masculina passou a ser usada posteriormente, por se referir com frequência a homem. Já para Machado (1984, p. 153), a forma toponímica no feminino *Araújo* (Braga, Elvas) e masculino *Araújos* (Marco de Canaveses) tem origem obscura.

Tibón (2001, p. 20) registra *Araujo* como de origem vasca, “variante de *Arauco* (ara, arau ‘helecho’ (pt. bot. samambaia) y suf. loc. -co, com art. -a. *Araucoa*. dimin. *Araucho*, “pequeno helechal”. Esse antropônimo também se apresenta na CAG, com 6353 ocorrências e maior concentração em Vigo, 1529 (02625%), Província de Pontevedra. *Araujo* também se faz presente na Antroponímia primitiva da Madeira.²⁵

²⁴ “*Prado* (Joham de) Funchal a. 1466” (NUNES; KREMER, 1999, p. 641).

²⁵ Nunes e Kremer (1999) documentaram 15 ocorrências de *Araujo*.

Fig. 11 e 12

**José Ramos****Benedito Vilas Boas**

Fonte: *corpus* recolhido pelos autores.

Ramos. Do lat. *rāmu-*, “pernada (de árvore), ramo; fig., galhos de veado; ramificação (de cadeia de montanhas); ramificação de qualquer coisa” (MACHADO, 1977, p. 37). De raízes religiosas, segundo Machado (1984, p. 1238), esse nome de família era dado aos que nasciam no Domingo de Ramos, ou seja, o sexto domingo da Quaresma, “assim chamado da Procissão dos Ramos que se faz nesse dia, a comemorar a entrada triunfal de Cristo em Jerusalém, com palmas e ramos de oliveira” (MACHADO, 1984, p. 1238). O mesmo diz Tibón (2001, p.203), nome de caráter místico, “que se daba a los niños nacidos el Domingo de Ramos”. O nome Ramos na CAG é de ampla distribuição e uso em todo o território galego. São registradas 16276 ocorrências, com maior concentração na Província e Conselho de Corunha – 2014 registros (0.4149%).

Vilas Boas. Esse sobrenome tem motivação toponímica, ou seja, nome dado aos que nasceram em *Vilas Boas*. Esse topônimo nomeia lugares nas seguintes localidades portuguesas: Barcelos, Chaves, Coimbra, Ferreira do Alentejo e Vila Flor (MACHADO, 1984, p. 1478). Conforme Tavora (1989, p. 353), a primeira pessoa a receber esse antropônimo foi João Anes de Vilas Boas, senhor da Torre de Airó, do tempo do reinado de D. Afonso III. Nos dados da CAG, o antropônimo é registrado com pouca ocorrência, apenas 14, igualmente divididos nos Conselhos de Moaña e Vigo. No entanto, também se registra a forma Vilaboa, com maior ocorrência que a forma

anterior (921) e mais concentração em Vigo (0.0513%). *Vilas Boas* é forma documentada também na Antroponímia primitiva da Madeira.²⁶

Fig. 13 e 14



Dolores Gôngora de Godoy



Neide Medina

Fonte: Corpus recolhido pelos autores.

Gôngora. Parece ser antropônimo com raízes na Espanha, em específico de origem vasca. Tibón (2001, p.108) registra o nome *Góngora*, como nome de família originado do gentílico da população residente no vale de Aranguren. *Góngora* vem de *gamonal*²⁷, “<ango, ‘gamón’ y suf. -ra, com G protética”. A mesma explicação etimológica nos dá Lopez-Mendizabal (1958, p.492). *Gongora* é topônimo na região de Navarra (País Vasco), conforme Lopez-Mendizabal (1958, p. 492). Como no espanhol, esse nome leva o acento agudo, o emprego do circunflexo nessa lápide mostra, possivelmente, um caso de lusitanização do sobrenome, talvez já em terras brasileiras. Considerando-se que não há o emprego do circunflexo na ortografia espanhola padrão. Esse antropônimo não apresenta ocorrência na CAG.

De Godoy. Segundo Guérios (1973, p. 117) e Machado (1984, p. 722), esse antropônimo é de origem espanhola. Sua variante portuguesa é *Godói*. Para Guérios (1973, p. 117), *Godoy* venha “talvez do lat. *gothoni* ou *gothone*” (itálico nosso). Machado (1984, p. 722)

²⁶ “*Vilas Boas* (Jacome de) Funchal a. 1548” (NUNES; KREMER, 1999, p. 703).

²⁷ De *gamón*, cujo qual é denominação de uma planta da família das liliáceas de folhas largas e flores brancas. Fonte: DLE - RAE, disponível em: <http://dle.rae.es/?id=IpVeY4k>. Acesso em: 25 mar. 2020.

diz que o nome é de “origem toponímica (Pontevedra), este do germânico *gut-*, <<deus>> + *wîhs*, <<santo>>”. Apresenta 405 ocorrências na CAG, maior concentração em Vigo – 61 (0.0105%), Província de Pontevedra.

Medina. Para Machado (1984, p. 969), trata-se de uma forma reduzida de *Almedina* (este um nome de lugar). O mesmo autor (*idem*, p. 969) registra a forma *De Medina* como vinda do espanhol e de origem toponímica espanhola (Badajoz, Burgos, Córdoba, Oviedo, Sória, Valhadolide). Em 1440, já havia o registro de uma pessoa chamada “affonso de medjna scudeiro de vasco annes corte rreal” (*idem*, p. 969) e nos meados do séc. XIV um tal “Pero Fernamdez de Medina” de procedência castelhana.

Tibón (2001, p. 153) afirma que Medina é variação advinda da forma *Madina* (do árabe), o mesmo diz Guérios (1973, p. 155). Relacionado à forma *Madina* está o fato da cidade da Arábia *Yathreb* outrora ser chamada de *Medinet-el-Nebi* “a cidade do profeta” ou *Medinet-Rasul-Allah* “a cidade do apóstolo de Deus”. Maomé (esp. *Mahoma*) chegou a essa cidade depois de longa viagem pelo deserto (622) e residiu aí até sua morte (TIBÓN, 2001, p. 153). Menos de um século depois da fuga de Maomé (a hégira), foi fundada na Espanha a nova Medina (*Medina Sidonia*), e desde então surgem outras localidades com esse nome, motivadas pela sede terrena do profeta: *Medina del Campo*, *de las Torres*, *del Pomar*, entre outras (*idem*, p. 153). O nome tem registro nos dados da CAG, com 502 ocorrências e maior concentração em Vigo 149 (0.0256%). A forma *Medina* também está documentada na Antroponímia primitiva da Madeira²⁸ e na Antroponímia italiana²⁹.

²⁸ Entre as 4 ocorrências de *Medina*, um tal de *Diogo de Medina* “confeyteiro, Funchal [a.1504-1505]” (NUNES; KREMER, 1999, p. 587).

²⁹ Caffarelli e Marcato (2008) afirmam que a ocorrência de *Medina* na Itália setentrional se pode supor o mesmo que seja um derivado do topônimo *Meda*, mas também da cidade onde morreu Maomé ou da cidade espanhola de nome Medina. “*Medina* tratto dal toponimo *Medina*, città dove visse e morì Moametto, ma anche di varie città della Spagna da cui il cognome spagnolo e catalano *Medina*” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1104).

Fig. 15 e 16

**Alfredo Gorriz****Geraldo Alves dos Santos**

Fonte: *corpus* recolhido pelos autores.

Gorriz. Machado (1984, p.733) registra *Gorizo*, este já com registros como nome de família desde 1384. O autor acredita que *Gorizo* está relacionado com o topônimo *Goriza*. Tibón (2001, p. 109) analisou a forma *Gorri*, classificada como de origem vasca, de carga semântica “cor vermelha” e base para a alcunha “loiro”. Também alcunha na forma derivada *Gorría*, “o vermelho, o loiro”. Conforme Lopez-Mendizabal (1958, p. 495), Gorriz é topônimo na região de Navarra, em Anzuola e em Gipuzkoa Zargal (todas no País Vasco). Tem pouca ocorrência nos dados da CAG, apenas 12 (0.0025%) no Conselho de Corunha.

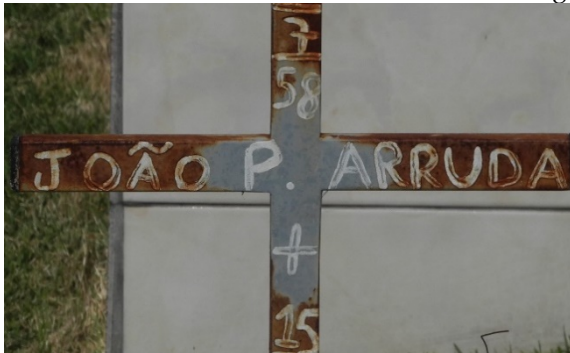
Alves. Conforme Machado (1984, p. 116), *Alves* é variante antroponímica de *Álvares*. *lvares* (no esp. *Álvarez* ou *Albares*), por sua vez, é patronímico <o filho de Álvaro³⁰> (MACHADO, 1984, p. 114). *Alves* também é topônimo em terras portuguesas de Almada, Lisboa e Mértola. Esse antropônimo apresenta registro de 1721 ocorrências em território galego (CAG), das quais, 339 (0.0582%) em Vigo, Província de Pontevedra. A forma também se encontra no patrimônio antroponímico primitivo da Madeira.³¹

³⁰ Na visão de Tibón (2001, p. 115), esse prenome possui origem controversa. Há quem diz que Álvaro venha do alemão *alls* “todo, muito” e *wars* “atento”, há quem afirme ser de raízes “do gótico *warjan*, sax. arc. *waron*, *waran* <<o que se ofende de todos>>”.

³¹ “*Alluez* (Johão) Funchal a.1542” (NUNES; KREMER, 1999, p. 259).

Dos Santos. Nome de família de raízes portuguesas “de origem religiosa, pois foi abrev. de Todos-os-Santos. Dava-se primitivamente às crianças nascidas no dia 1-XI (Nasc. -II, s.v.)” (MACHADO, 1984, p. 1311), o mesmo descreve Guérios (1973, p. 195). Machado (1984, p. 1311) acredita, no entanto, que a popularização desse sobrenome, na maioria dos casos, “se ficou a dever aos que, ao entrarem pelo baptismo na religião cristã, tinham como padrinhos religiosos em cujo nome eclesiástico havia *dos Santos*.” O antropônimo é apresentado nos dados da CAG com 18137 ocorrências totais, com maior registro no Conselho e Província de Corunha – 1822 (0.3754%).

Fig. 17 e 18

João P. Arruda³²

José Vieira Freitas

Fonte: *corpus* recolhido pelos autores.

Vieira. Nome de família provavelmente de raízes toponímicas. Machado (1984, p. 1475) relata que *Vieira* é topônimo frequente na Galiza, na região de Pontevedra, com motivação advinda, em alguns casos, da “concha usada pelos peregrinos a Santiago” (idem, 1984, p. 1475). Como antropônimo, há a forma acompanhada da preposição - *de Vieira*, mas cedo se atesta a forma sem a preposição *de*. “Em 1431: <<pero *veeira*>>” (MACHADO, 1984, p. 1475). Tibón (2001, p. 251) afirma que *Vieira* (com var. gráfica *Vieyra*) é variante de *Venera*, essa última do lat. *veneriae* “ciertas conchas bivalvas que los peregrinos, al volver de Santiago de Compostela, solían traer cosidas em las

³² Esse antropônimo foi descrito na análise da figura 07.

esclavinas; de ellas se originan las insígnias, veneras o vieiras, que los indivíduos de ciertas órdenes llevan colgadas del pecho” (TIBÓN, 2001, p. 251), o mesmo diz Machado (1977, p. 383), “<<espécie de concha>>, assim chamada por semelhança com a concha em que pintam Vénus a sair das águas”. Segundo Tavora (1989, p. 351), as raízes toponímicas de Vieira podem derivar “tanto de Vieira do Minho como de Vieira de Leiria”. Ainda segundo o autor, “os Vieiras antigos tiraram o apelido da primeira daquelas, e deles se conhece logo em inícios do século XIII a Rui Vieira, sabendo-se que era fidalgo, (...) se sabe que ele honrou a sua terra da comarca de Vieira do Minho” (TAVORA, 1984, p. 351). O nome é registrado na CAG com 997 ocorrências, destas, 221 (0.0379%) se localizam em Vigo - Província de Pontevedra. *Vieira* é numeroso na Antroponímia primitiva da Madeira.³³

Freita. Segundo Machado (1984, p. 671), provém do lat. *fracta*, “<<quebrada>> (pedra); <<arroteada>> (terra); <<parcela de uma herdade>>” (idem, p. 671). Conforme o mesmo autor (idem, p. 671), *Freita* é topônimo português em Arcos de Valdevez, Cabeceiras de Basto, Fafe, Marco de Canaveses, Montalegre, Paredes de Coura, Vieira do Minho. *Freita* também é topônimo em Lugo, na Galiza. Além de antigo nome de lugar na região de Arouca, “escrito *Freitam* em doc. de 1132 (...), *Fraita* em 1143 (...), *Frecta* em 1220” (idem, p. 671). O registro dessa forma na estatística da CAG apresenta-se com apenas 8 ocorrências no conselho de Negreira, Província de Corunha. No entanto, o registro no plural (*Freitas*) é mais numeroso, com 803 ocorrências e maior concentração em Vigo - 181 (0.0311%), Província de Pontevedra. Na Antroponímia primitiva madeirense, Nunes e Kremer (1999, p. 416) registraram apenas a forma *Freitas*.

³³ Nunes e Kremer (1999) documentaram 25 ocorrências na antroponímia primitiva madeirense.

Fig. 19 e 20

**Aparecida Maria Ferreira****Eva Gomes de Oliveira**

Fonte: *Corpus* recolhido pelos autores.

Ferreira. De acordo com Machado (1984, p. 636), do lat. *ferrāria*, “mina de ferro”. É nome de família muito frequente tanto em Portugal quanto no Brasil. Em muitos casos esse antropônimo tem motivação toponímica, uma vez que é um nome de lugar muito corriqueiro em Portugal, na Galiza e no Brasil. Eis o caso das localidades “*Ferreira no Alentejo*, vila no distrito de Beja, *Ferreira do Zêzere*, idem no de Santarém, etc. *Ferreiras*, *Albufeira*, *Covilhã*, *Évora*, *Mora (Quintas das Ferreiras)*, *Oliveira do Hospital (Lameiro das Ferreiras)*, *Penafiel*; na Galiza: *Corunha*, *Lugo*, *Orense*” (MACHADO, 1984, p. 636). *Ferreira* também nomeia um dos afluentes do rio Sousa, o qual deságua no Douro (norte de Portugal). Conforme o mesmo autor (idem, p. 671), esse cognome já aparece nomeando pessoas em registros do séc. XIII “esto per dito, chegou Pero *Ferreira*”, assim como um tal de *Salvador Feerero* referenciado em um diploma latino de 1352 pelo rei Eduardo III da Inglaterra. Conforme Tavora (1989, p.170), o antropônimo *Ferreira* tem raízes toponímicas, “segundo alguns autores, na designação da vila de *Ferrera*³⁴, em Castela, hoje Herrera de Rupisverga, havendo outros que a dão numa das várias vilas portuguesas com o mesmo nome” (idem, p. 170). De *Ferreira* também se conhecem as variantes antroponímicas *Ferreiria* e *Ferreirinha* (idem, p. 636). Este nome nos dados da CAG tem ocorrência de 7694 registros, com maior destaque no conselho de Vigo 1275

³⁴ Itálico nosso.

(0.2189%), Província de Pontevedra. *Ferreira* é forma muito frutífera na Antroponímia primitiva da Madeira (NUNES; KREMER, 1999).

Gomes. Conforme a análise de Machado (1984, p. 726), *Gomes* é patronímico advindo de *Goma* ou *Guma*, *Gomici*. *Guma* tem raiz no gótico e significa “homem” (PIEL *apud* MACHADO, 1984, p. 726), o mesmo diz Tibón (2001, p.114). No castelhano, há a variante *Goméz*, qual Tibón (2001, p. 114) vê como forma patronímica de *Gome*, nome de pessoa desde 812. A CAG apresenta 485 registros, dos quais 84 em Vigo (0.0144%), na Província de Pontevedra. *Gomes* e *Gomez* são formas muito ocorrentes na Antroponímia da Madeira (NUNES; KREMER, 1999).

De Oliveira. Leite de Vasconcelos (1931, p. 384) afirma que *Oliveira* descende do lat. *olveira* (= ulveira). Como a própria preposição <de> indica, essa forma tem raízes toponímicas, assim também afirma Leite de Vasconcelos (1928, p. 166). Como topônimo, é muito frequente em Portugal³⁵, na Galiza - Corunha, Orense e Pontevedra - e no Brasil - Minas Gerais e Bahia (MACHADO, 1984, p. 1092). Na toponímia galega, *Oliveira* e *Oliveiroa*, e na castelhana, *Olvera* e *Olveda* (idem, p.1092). Tavora (2001, p. 272) acredita que esse nome de família “foi tirado da designação do Paco de Oliveira, na freguesia de Santa Maria de Oliveira, termo de Arcos de Valdevez” (idem, p. 272). A CAG apresenta 3710 ocorrências para este nome, dos quais 743 estão em Vigo (0.1276%). Na Antroponímia primitiva da Madeira, o antropônimo se apresenta nas formas *Oliueyra* (1483), *Olyueira* (1509), *Oljueira* (1509), *Holliueyra* (1494), entre outras (NUNES; KREMER, 1999).

³⁵ “A variante *Ulveira* encontra-se noutros topónimos medievais, como *Santa Eulália de Ulveira* (hoje *Oliveira do Douro*)”. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Oliveira>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Fig. 21

**Ivo Rufino de Lima**Fonte: *corpus* recolhido pelos autores.

Rufino. Leite de Vasconcelos (1928, p. 70), Machado (1984, p. 1283), Guérios (1973, p. 191) e Tibón (2001, p. 213) apresentam Rufino como derivado do latim *Rufinu*, um antropônimo relacionado a *rufus*³⁶, que na etimologia significa ruivo, avermelhado (GUÉRIOS, 1973, p. 191). Machado (idem, p. 1283) destaca que houve vários santos com esse nome, “o pai de S. Silvestre chamava-se assim” (idem p. 1283), e na toponímia destaca-se a cidade de Alter do Chão em Portugal (idem, p. 1284). Nos números da CAG o nome apresenta pouco uso, apenas no Conselho e Província de Corunha, 6 registros (0,0012%). O sobrenome também se encontra documentado na Antroponímia italiana.³⁷

De Lima. A forma *Lima* possui duas origens etimológicas: a *lima* (ferramenta) tem origem do lat. *līma*, com mesmo sentido, já a lima (fruta) advém do ár. *Līm*, “divergente de *līmūn*, mesmo sentido” (MACHADO, 1977, p. 420). De raízes toponímicas, segundo Machado (1984, p. 880), o nome inicialmente tinha relação com os originários da região do rio *Lima*, na Província do Minho, no noroeste da Hispânia. Segundo o autor, *Lima* também nomeou diversas cidades ao entorno do rio de mesmo nome. Também ressalta

³⁶ Para Machado (1977, p.125), do lat. *rūfu-* (avermelhado, ruivo, ruço).

³⁷ “Corrisponde a una variante con -f- scempia del personale *Ruffino* (v. **Ruffin**). *Amicus Rufinus* è documentato ad Alessandria nel 1192 (...). Il nome di famiglia *Rufino* risulta a Napoli, altrove in Campania e a Potenza e provincia” (CAFFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1486).

que a forma *Lima* está para *Limia* (forma castelhana e galega de Lima) e que há referências toponímicas com essa forma na Província de Orense: Ginzo de Limia, Portela de Limia, Sabucedo de Limia e outros (MACHADO, 1984, p. 881). Em terras portuguesas, Leite de Vasconcelos (1928, p. 158) cita a forma, como nome relacionado a rios, tais como as localidades de *Ponte de Lima* e *Viana do Lima*, para o autor, “é natural que umas vezes os apelidos sejam abreviaturas de nomes de terras, outras vezes tomados directamente dos rios, como epônimos de regiões que eles banham” (LEITE DE VASCONCELOS, 1928, p. 158).

Guérios (1973, p. 145) menciona o nome *Límia* como pré-românico e o relaciona com a lenda do rio Lethes, o rio do esquecimento, “quem atravessasse esse rio ficaria esquecido de tudo”. Ao que tudo indica, tratava-se do rio *Lima*, que nasce na Galiza e, desse fato, se remete à história da invasão romana na Península Ibérica.

Segundo Tavora (1989, p. 223), a linhagem do nome *Lima*, na Galiza, se daria a partir de *D. Juan Fernandez de Lima (o Bom)* e, em Portugal, a partir do século XIII passou para *Juan Fernandez de Lima (o Batissela)* a que seguiu outras gerações que tiveram o senhorio de *Ponte de Lima*.

Na toponímia, Machado (1984, p. 881) aponta que *Lima* é muito frequente em Portugal e nomeia nomes de pátios, quintas, moinhos etc. E, no Brasil, cita a cidade de *Nova Lima* em Minas Gerais e que, inicialmente, era chamada de *Vila Nova de Lima* (1891). O antropônimo na CAG é apresentado com 979 ocorrências totais, sendo a maior concentração na Província de Pontevedra, Conselho de Vigo – 268 (0.046%). Na Antroponímia primitiva da Madeira, Nunes e Kremer (1999) encontraram 4 registros de *Lima (Lyma)*.

Como nome de família, *Lima* também se encontra na língua italiana. Caffarelli e Marcato (2008, p. 982) registram que *Lima* é sobrenome italiano com raízes na cidade de Palermo e conta com em torno de 1500 portadores³⁸.

6 Considerações finais

Como observado nas descrições etimológicas, a maioria dos nomes de famílias coletados possui alguma relação com a história e a natureza física ou humana da Península Ibérica. Pode-se ver as marcas da saudade da terra sagrada dos árabes que se assentaram na Península no caso da forma *Medina*; a religiosidade dos portugueses nos antropônimos *Todos os santos* e *Ramos*; os rios e os lugares do interior ibérico (nos casos de *Lima*; *Ferreira*, *Freita*, *Vieira*, *Vilas Boas*, *do Prado*, *Camargo* etc.); pré-nomes já arcaicos na língua (na forma *Gomes*); a natureza autóctone ibérica (nas formas *Arruda*, *Pereira*, *Oliveira* e *Moreira*); e o substrato linguístico deixado no contexto autóctone ibérico (nas formas *Gorriz* e *Gôngora*).

Dessa forma, concluímos que o desafio da Onomástica não é apenas revelar o passado que os nomes escondem senão de também mostrar a história migratória que cada forma antroponímica desenha. Em particular, as transformações na grafia, como o processo de lusitanização³⁹. Por sua vez, o cemitério do município de Iguatu - PR é apenas uma amostra da diversidade de nomes e alterações pelas quais passaram o elemento antroponímico dessa região.

³⁸ „Incerta una derivazione da un soprannome da lima utensile, o da un nome femminile Lima che è attestato in epigrafi latine, piuttosto che da una voce lima 'limone dolce (...); il cognome è di Palermo e della provincia (Trabia, Bagheria), e inoltre a Caltanisseta, nell'Ernese e altrove in Sicilia, con gruppi in Campania, a Roma e a Torino risultato di movimenti migratori" (CAFFARELLI e MARCATO, 2008, p.982).

³⁹ Eis o caso da forma *Gôngora*.

Referências bibliográficas

ARRUDA, J. J. de A.; FERLINI, V. L. A.; MATOS, M. I. S. de; SOUSA, F. de (org.). **De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

BLANCO, J. A. Emigración y asociacionismo español en Brasil. *In*: SOUSA, F. de; MATOS, I. de L.; MATOS, I. **Nas duas margens. Os portugueses no Brasil**. Porto: Afrontamento, 2009. p. 189-212.

BAYLON, C.; FABRE, P. **Les noms de lieux et de personnes**. Paris: Editions Fernand Natans, 1982.

BOUDIN, M. H. **Dicionário de Tupi moderno: dialeto tembé-ténêthar do alto do rio Gurupi**. Vol. I. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

BOULLÓN AGRELO, A. I.; SOUZA FERNÁNDEZ, X. (dir.). **Cartografía dos apelidos de Galicia**. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponível em: <http://ilg.usc.es/cag>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CAFFARELLI, E.; MARCATO, C. **I Cognomi D'Italia: Dizionario Storico ed Etimologico**. Vol. 1 H-Z, Torino: Garzanti, 2008.

CANÓVAS, M. D. K. **A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930**. Dissertação de Mestrado – USP, São Paulo, 2001.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. **Atlas Histórico do Paraná**. 2.ed. ver. ampl. Curitiba: Livraria do Chain, Editora, 1986.

DAUZAT, A. **Dictionnaire Étymologique des Noms de Famille et Prénoms de France**. Paris: Librairie Larousse, 1951.

Diccionario de la Lengua Española (DEL) - Real Academia Española (RAE). Gamón. Disponível em: <http://dle.rae.es/?id=IpVeY4k>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Dicionário infopédia de Toponímia. Oliveira. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Oliveira>. Acesso em: 23 fev. 2020

GOOSSENS, J. **Familiennamengeographie**. In: HSK 11.2 Namenforschung. Teilb. 2, Berlin und New York: Walter de Gruyter, 1996.

GORTER, D. Introduction: The Study of the Linguistic Landscape as a New Approach to Multilingualism. In: GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006. p. 01-06. DOI <https://doi.org/10.21832/9781853599170>

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda, 1973.

LEITE DE VASCONCELOS, J. **Antroponímia portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

LEITE DE VASCONCELOS, J. **Opusculos III: onomatologia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

LOPEZ-MENDIZABAL, I. **Etimologias de apellidos vascos**. Buenos Aires: Ediciones Librería del Colegio, 1958.

MACHADO, J. P. **Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa**. 3 v., Lisboa: Editorial Confluência, 1984.

MACHADO, J. P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: 3ª ed. 5 v., Livros Horizonte, 1977.

MATOS, M. I. S. de; SOUSA, F. de; HECKER, A. **Deslocamentos e história: os portugueses**. Bauru – SP: Edusc, 2008.

NUNES, N. N; KREMER, D. **Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1999. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110909425>

Portal IBGE Cidades@. Iguatu. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/iguatu/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TAVORA, L. de L. e. **Dicionário das famílias portuguesas**. Lisboa: Quetzal Editores, 1989.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de Topônimos brasileiros de origem tupi**: significação dos nomes geográficos de origem tupi. Santos: Traço Editora. 1. Ed., 1985.

TIBÓN, G. **Diccionario etimológico comparado de nombres propios de persona**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

TIBÓN, G. **Diccionario etimológico comparado de los apellidos españoles, hispanoamericanos y filipinos**. 3ª ed. México: FCE, 2001.

Artigo recebido em: 27.11.2019

Artigo aprovado em: 15.05.2020



Reflexões sobre a taxonomia toponímica: do ponto de chegada ao ponto de partida

Reflections on toponymic taxonomy: from the point of arrival to the point of departure

Patricia LUCAS*

Marcia Sipavicius SEIDE**

RESUMO: Tradicionalmente, os estudos toponomásticos sempre estiveram embasados na teoria criada por Maria Vicentina do Amaral Dick, proposta no início da década de 1990 e depois ampliada por Aparecida Negri Isquerdo em 1996. A taxonomia proposta por Dick (1992) considera as características dos topônimos em análise e os categoriza em taxes toponímicas, sendo essas subdivididas em motivações antropoculturais ou físicas. Contudo devido à complexidade, à dinamicidade e à singularidade existente no ato de nomear um lugar, novas metodologias para análise toponímica em consonância com as taxes existentes devem ser consideradas, afim de ampliar as reflexões no âmbito dos estudos toponomásticos. Nessa perspectiva, este estudo propõe reflexões sobre a abordagem taxeonômica dos topônimos. Para tanto será apresentado um recorte da dissertação de mestrado “Os nomes comerciais de Naranjal- Paraguai”, em que Lucas (2019) estudou os nomes dos estabelecimentos comerciais da cidade paraguaia partindo da taxonomia

ABSTRACT: Traditionally, toponomastic studies have always been based on the theory created by Maria Vicentina do Amaral Dick proposed in the early 1990s and later expanded by Aparecida Negri Isquerdo in 1996. The taxonomy proposed by Dick (1992) considers the characteristics of the toponyms under analysis and categorizes them into toponymic taxes, these being subdivided into antropocultural or physical motivations. However due to the complexity, dynamicity and singularity of naming a place, new methodologies for toponymic analysis in line with existing taxes should be considered, in order to broaden the reflections in the scope of toponomastic studies. In this perspective, this study proposes to reflect on the taxonomic approach to toponyms. For this purpose, a clipping of the master's thesis "The commercial names of Naranjal-Paraguay" will be presented, in which Lucas (2019) studied the names of the commercial establishments of the Paraguayan city starting from toponymy taxonomy. The results obtained evidenced that the analysis of

* Mestre em Letras pela Unioeste. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0295-8867>. patricialucas85@hotmail.com.

** Profa. Associada da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2859-1749>. marciaseda4@hotmail.com

toponímica. Os resultados obtidos evidenciaram que a análise dos topônimos a partir da taxonomia toponímica conciliada com outras áreas dos estudos linguísticos permite ao pesquisador realizar reflexões que transcendem o campo das motivações toponímicas e contribuem significativamente para a história, cultura e memória linguística e cultural da comunidade investigada.

toponymic taxonomies reconciled with other areas of linguistic studies allows the researcher to make reflections that transcend the field of toponymic motivations and contribute significantly to the history, culture and linguistic and cultural memory of the community investigated.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica.
Toponomástica. Taxeonomia toponímica.

KEYWORDS: Onomastics.
Toponomastics. Toponymic taxonomy.

1 Introdução

É através do uso do léxico que os povos transparecem suas origens e sua história. Cabe à Onomástica, ciência que estuda os nomes próprios de lugar e de pessoa, subdivida em Toponomástica (estudo dos nomes próprios de lugar) e Antroponomástica (estudo dos nomes próprios de pessoa), refletir sobre as implicações históricas, culturais e linguísticas imbricadas na escolha dos nomes.

Tradicionalmente, os estudos onomásticos, em especial os toponomásticos, sempre estiveram ancorados nos pressupostos de Maria Vicentina do Amaral Dick (1992). A estudiosa foi referência para os estudos Toponomásticos no Brasil, e desenvolveu uma teoria própria para a análise dos topônimos que leva em consideração as características motivacionais percebidas nos nomes analisados. A taxeonomia de Dick (1992), foi ampliada por Aparecida Negri Isquerdo (1996), que percebeu a necessidade de ampliação das taxes existentes.

O estudo que ora se apresenta pretende refletir sobre o uso da taxeonomia toponímica proposta por Dick (1992), usando-a como ponto de partida para as análises, porém em concomitância com outras áreas dos estudos linguísticos, afim de demonstrar que em virtude da complexidade que envolve o ato de nomear, as categorizações toponímicas talvez sejam insuficientes para responder a todas as

motivações existentes. Tal aspecto não as tornam obsoletas, pelo contrário mostram a sua relevância dentro dos estudos toponomásticos, como ponto de partida para as reflexões que podem ser aprofundadas ao se considerar outros ramos dos estudos linguísticos como parceiros nos processos de análise dos topônimos.

Para tanto, será apresentado um recorte de uma dissertação de mestrado intitulada "*Os nomes comerciais em Naranjal-Paraguai*", em que Lucas (2019), analisou os nomes dos estabelecimentos comerciais da cidade de Naranjal-Paraguai.

O artigo que ora se apresenta está dividido em cinco seções, das quais esta introdução é a primeira. A segunda seção traz os pressupostos teóricos que embasaram as discussões de Lucas (2019). A terceira seção apresenta a metodologia de análise dos dados utilizada pela autora em sua dissertação e que foram relevantes para os resultados obtidos na pesquisa. A quarta seção, por sua vez, apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos topônimos comerciais, combinando a taxonomia toponímica com os estudos de paisagem linguística. Na quinta seção, são feitas as considerações finais, que apontam a teoria taxonímica como o ponto de partida para as análises em concomitância com outras áreas dos estudos linguísticos.

2 Pressupostos teóricos

O estudo dos nomes está vinculado à Lexicologia, área da Linguística responsável por estudar as palavras sob os mais diversos aspectos, desde suas origens, suas formas e seus significados em um determinado idioma. Inserida nos estudos lexicológicos, está a Onomástica, ciência responsável pelo estudo dos nomes próprios, que por sua vez, está subdividida em duas áreas; a Toponomástica encarregada de estudar os nomes próprios de lugar (topônimos) e Antroponomástica, responsável por estudar os nomes próprios de pessoas (antropônimos).

Nesse sentido, é importante que se façam esclarecimentos quanto às questões terminológicas sobre os termos “Toponímia” e “Toponomástica”. Seide e Lucas (2018, p. 170) reiteram a respeito:

Dick foi uma das precursoras dos estudos da Onomástica no Brasil. Na publicação de seus primeiros trabalhos, o termo Toponímia era utilizado em dois sentidos: como termo que designa área de estudo e também como o conjunto de nomes próprios de lugares, o mesmo ocorrendo com Antroponímia. Na atualidade, faz-se a distinção do termo Toponímia, utilizado apenas para se referir ao conjunto de nomes de lugares e Toponomástica termo criado para designar a ciência que os estuda (SEIDE; LUCAS, 2018, p. 170).

Os estudos toponomásticos tiveram início no Brasil com Maria Vicentina do Amaral Dick, que no final da década de 1980 dedicou-se ao estudo dos nomes de lugar e suas motivações. Seus primeiros trabalhos científicos no âmbito da Toponomástica resultaram na obra *“A motivação toponímica e a realidade brasileira”*, tese de doutorado que foi publicada no ano de 1992.

Para fundamentar metodologicamente suas análises, Dick (1992) desenvolveu um modelo taxeonômico pautado nas motivações aparentes dos topônimos, analisando-os com base em suas origens externas (físicas) ou subjetivas (antropoculturais). A tabela disposta a seguir, apresenta a classificação taxeonômica de Dick (1992).

Tabela 1 – Classificação Taxonômica dos Topônimos.

Topônimos de natureza física		
Classificação	Descrição	Exemplo
Astrotopônimos	Responsável pelo estudo dos corpos celestes em geral	Cruzeiro do Oeste
Cardinotopônimos	Responsável pelas posições geográficas em geral.	Sul
Cromotopônimos	Responsável pelas escalas cromáticas.	Beco escuro
Dimensiotopônimos	Responsável pelas características geográficas dos acidentes geográficos: extensão, comprimento,	Ilha rasa

	largura, grossura, espessura, altura e profundidade.	
Fitotopônimos	Responsável pelas índoles vegetais, sendo este individual, em conjunto da mesma espécie ou em espécies diferentes.	Araucária
Geomorfotopônimos	Responsável pelas formas topográficas: elevações, montanhas, montes, morro, colina, coxilha, depressões de terrenos – vales e baixadas, e as formações litorâneas – costa, cabo, angra, ilha e porto.	Vale do Itajaí
Hidrotopônimos:	Responsável pelos acidentes hidrográficos: água, rio, córrego, ribeirão, braço e foz.	Ribeirão Preto
Litotopônimos	Responsável pelas índoles minerais e constituições do solo, representados por indivíduos – barro, barreiro e ouro – conjuntos da mesma espécie ou de espécies diferentes.	Diamante do Norte
Meteorotopônimos	Responsável pelos fenômenos atmosféricos: vento, neve, chuva, trovão.	Serra do vento
Morfotopônimos	Reflete os sentidos das formas geométricas.	Vila Lagoa Redonda
Zootopônimos:	Responsável pelas índoles animais, sendo representada pelos animais domésticos, não domésticos e de mesma espécie.	Rio das Antas

Topônimos de natureza antropocultural

Animotopônimos ou Nootopônimos	Relacionada à vida psíquica, cultural, espiritual, englobando todos os produtos, referente aos frutos do psíquico humano. Nessa taxa, há a ausência da cultura física: vitória, triunfo, saudade, belo, feio.	Rio Bonito
Antropotopônimos:	Relaciona-se com os nomes próprios individuais: prenome, hipocorístico, prenome mais alcunha, apelidos de famílias e prenome mais apelidos de famílias.	Aeroporto Salgado Filho
Axiotopônimos:	Trata sobre os títulos e dignidades atribuídas aos nomes próprios	Rua Presidente Kennedy

	individuais: presidente, duque, doutor, coronel etc.	
Corotopônimos:	Relacionada a nomes de cidades, estados, países, regiões e continentes.	Rio Amazonas
Cronotopônimos	Representa os topônimos relacionados aos indicadores cronológicos, sendo representados pelos adjetivos: novo, nova, velho e velha.	Nova Andradina
Ecotopônimos:	Relacionada às habitações de modo geral.	Rancho fundo
Ergotopônimos	Relacionada aos elementos da cultura material: flecha, jangada e relógio. Podemos incluir também os produtos manufaturados: farinha, pinga, vinho, óleo e azeite.	Córrego Espora
Etnotopônimos	Relacionada aos elementos étnicos, individuais ou não: povos, tribos, castas.	Serra do Caiapó
Dirrematopônimos:	Constituída por frases ou enunciados linguísticos.	Loja vem que tem!
Hierotopônimos	Relativa aos nomes sagrados de diferentes crenças religiosas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto: igreja, capela. Os hierotopônimos se dividem em duas categorias: hagiotopônimos e mitotopônimos Hagiotopônimos: esse hierotopônimo está ligado aos santos e às santas da igreja católica romana. Mitotopônimos: hierotopônimo relativo às entidades mitológicas: saci, curupira, jurupari e anhangá.	Hagiotopônimo: Santa Rita Mitotopônimo: Rio Tamandaré
Historiotopônimos:	Relacionada aos movimentos histórico-culturais e seus respectivos membros, do mesmo modo às datas correspondentes.	Rua Tiradentes
Hodotopônimos ou odotopônimos	Relacionadas às vias de comunicação rural ou urbana.	Ponte Velha
Númerotopônimos	Relativa aos adjetivos numerais.	Três Lagoas

Sociotopônimos	Referente às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontros dos membros de uma comunidade (largo, praça, pátio).	Rua do Engenho
Somatotopônimos:	Taxe de relações metafóricas, à parte do corpo humano ou animal.	Córrego Joelho

Fonte: Dick (1992, p. 31-34).

No tocante à taxe dos Animotopônimos, há uma classificação ampliada, criada por Isquerdo (1996), que em sua tese de doutorado estudou os topônimos dos seringais do estado do Acre. Em suas análises, Isquerdo (1996) percebeu a recorrência de duas características marcantes nos referentes estudados, alguns apresentavam traços otimistas outros pessimistas em suas denominações.

A pesquisadora propôs, então, a subdivisão da categoria, ao levar em consideração as expectativas positivas ou negativas do denominador perceptíveis no topônimo. Quando se considerou o contexto sócio-histórico e cultural do nome, esses topônimos passaram ser classificados como animotopônimos eufóricos (aqueles que apresentam aspectos otimistas) e disfóricos (para aqueles que apresentam aspectos negativos ou pessimistas) no nome (ISQUERDO, 1996, p. 118).

Como exemplo de animotopônimo eufórico, tem-se o nome do distrito de “Bom Jardim”, localizado no município de Marechal Cândido Rondon – Paraná, e como exemplo de animotopônimo disfórico, o topônimo “Não me toque”, nome referente ao município localizado no estado do Rio Grande do Sul.

Uma das principais características dos estudos toponomásticos é a interdisciplinaridade, afinal ao estudar os nomes próprios de lugar, os fatores externos à nomeação como a história, a geografia e a cultura da comunidade em estudo não podem ser desconsiderados. A esse respeito, Andrade e Dick (2012, p. 198) ponderam que

A Toponímia deve ser pensada como um complexo línguo-cultural: um fato do sistema das línguas humanas. Podemos pensar que a relação da toponímia, a partir de uma visão interdisciplinar, estabelece sentido de unidade diante dos diversos saberes. Ou seja: possibilita ao sujeito (re)encontrar a identidade, história, etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares.

A afirmação feita por Andrade e Dick permite a reflexão sobre o fazer científico dos estudos toponomásticos. A análise dos nomes deve estar alicerçada não apenas no âmbito dos estudos linguísticos, de modo que todos os aspectos que envolvam o nome em análise possam ser contemplados. Nessa direção, Nunes e Andrade (2015, p. 515) reiteram:

O estudo dos nomes de lugares é identificado a partir dos múltiplos olhares. Transita de maneira significativa pelas diversas áreas do saber, auxiliando na ampliação do conhecimento. Esses aspectos permitem que o processo de denominação dos topônimos não se realize de maneira fragmentada, ou seja, a partir de múltiplas possibilidades.

Nessa vertente, Teis, Seide e Lucas (2018) apresentam, sob o viés interdisciplinar, a análise de cinco nomes de lugares localizados na região da Avenida Zelina, localizada na cidade de São Paulo. Para tanto as autoras mostram os topônimos como parte da paisagem linguística da região.

Discutem inicialmente conceitos atrelados à Toponomástica e a Políticas Linguísticas. O conceito de Política Linguística corresponde ao campo de estudo inserido no âmbito dos estudos de Linguística Aplicada, destinada a refletir sobre as relações de poder entre as línguas e nos usos das línguas.

Teis, Seide e Lucas (2018), definem Política Linguística segundo as concepções defendidas por Maher (2013), que afirma:

a política linguística e o planejamento linguístico são mutuamente constituídos, e por isso, não devem ser vistos como processos independentes ou dissociados”. Desse modo, “o termo política linguística [é empregado] tanto para a determinação das grandes decisões referente às relações entre as línguas e a sociedade, como para a implementação destas decisões, com vistas a modificar a realidade linguística (MAHER, 2013 *apud* TEIS, SEIDE, LUCAS, 2018, p. 18).

No tocante ao conceito de Paisagem Linguística, as autoras apoiam-se em Silva, Pires-Santos e Jung (2016, p. 1262) que afirmaram que o conceito refere-se à língua em espaços públicos, abertos, expostos e compartilhados por todos. Essa noção, para as autoras, “corresponde à combinação da língua utilizada em anúncios e letreiros comerciais, placas de ruas e estradas, placas de edifícios públicos e outros textos escritos no espaço público de um território, cidade ou região”.

A partir dessas reflexões iniciais, as autoras apresentam registros fotográficos da paisagem linguística da Avenida Zelina. Os resultados obtidos na pesquisa evidenciam que os topônimos analisados não são meros integrantes da paisagem linguística, pois remetem à história de seus denominadores, no caso, dos descendentes de lituanos que habitam aquela região.

É importante destacar que a metodologia adotada por Teis, Seide e Lucas (2018) embasou a presente pesquisa, cujos pressupostos metodológicos serão apresentados na próxima seção.

3 Metodologia

A Toponomástica é uma ciência interdisciplinar, pois como Dick (1992, p. 23) afirmava “a distribuição quantitativa e qualitativa dos topônimos, em uma área determinada, transformam-na em objeto de estudo para historiadores, geógrafos e linguistas”. Este estudo, conforme já mencionado, pretende mostrar a importância de análises toponímicas que contemplem aspectos que transcendam as questões

linguísticas, que possam partir das categorizações dos topônimos para reflexões extralinguísticas.

Lucas (2019) analisou os topônimos comerciais empregados na cidade de Naranjal. Inicialmente, categorizou-os a partir da taxonomia de Dick (1992) e Isquierdo (1996) e, na sequência, inseriu os topônimos analisados no contexto da paisagem linguística da comunidade de Naranjal, para então comparar com as informações obtidas através das entrevistas realizadas com os proprietários e clientes dos estabelecimentos comerciais da cidade a respeito das possíveis motivações dos nomes catalogados.

Ressalta-se ainda que foram adotados os pressupostos do método indutivo de análise de dados, pois a metodologia tradicional em Toponímia parte do referido método por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados gerados foram analisados a partir do processo da indução.

A seguir serão apresentadas as análises feitas por Lucas (2019), a respeito dos nomes comerciais empregados na comunidade de Naranjal-Paraguai. A pesquisadora adotou como ponto de partida a análise toponímica tradicional baseada na categorização dos topônimos para sequencialmente adentrar outros campos dos estudos linguísticos em suas análises.

4 Resultados baseados na taxonomia de Dick

A cidade de Naranjal, no Paraguai, está localizada próxima à região da fronteira entre Brasil e Paraguai, no departamento¹ de Alto Paraná. Segundo dados levantados na prefeitura municipal da cidade de Naranjal, em novembro de 2017, a

¹ No Paraguai, os termos distrito e departamento são equivalentes aos de município e estado no Brasil.

cidade tinha 9.000 habitantes, contabilizando os moradores da zona urbana e também da zona rural.

A história da colonização do departamento de Alto Paraná, especialmente, da cidade de Naranjal teve início em meados da década de 1960, quando brasileiros provenientes da região Sul do Brasil, especialmente do estado do Rio Grande do Sul e do Paraná, foram para o Paraguai em busca de novas oportunidades.

Foram catalogados na cidade de Naranjal, 21 estabelecimentos comerciais, conforme ilustra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Estabelecimentos comerciais de Naranjal.

Estabelecimentos comerciais da cidade de Naranjal	
1- Agropecuária Conquista	12- Imobliaria Naranjal
2- Agropecuária Paraná	13- Jardim e Cia
3- Alesandra Calçados	14- Panaderia Gal John
4- Creativa Informática	15- Moda Mania
5- Cellcomp- Informática e celulares	16- Mascota Mimada
6- Farmacia Cattani	17- Amandau Heladeria
7- Fascinius Modas	18- Punto S – Morfotopônimo
8- Mercado Fruhjar	19- Repuestos Ciupak
9- Farmácia Principal	20- Supermercado Avenida de los pioneiros
10- Hotel Principal	21- Wese Contabilidad
11- Helados Big Bom	

Fonte: elaboração própria.

Após o levantamento do número de estabelecimentos comerciais encontrados na cidade de Naranjal-Paraguai, através da realização de um estudo exploratório na cidade, Seide e Lucas (2018) categorizaram os topônimos comerciais de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992) e ampliada por Isquierdo (1996), ilustrado conforme o quadro disposto a seguir.

Quadro 2 – Categorização dos topônimos comerciais da cidade de Naranjal.

Categorização toponímica dos topônimos comerciais da cidade de Naranjal	
1- Agropecuária Conquista Animotopônimo	12- Imobiliária Naranjal - Corotopônimo
2- Agropecuária Paraná - Corotopônimo	13- Jardim e cia - categoria à parte
3- Alesandra Calçados - Antropotopônimo	14- Panaderia Gal John - Antropotônimo
4- Creativa Informática - Animotopônimo eufórico	15- Moda Mania - Animotopônimo - Eufórico
5- Cellcomp - Informática e celulares- categoria à parte	16- Mascota Mimada - Animotopônimo eufórico
6- Farmacia Cattani - Antropotopônimo	17- Amandau Heladeria - Antropotônimo
7- Fascinius Modas - categoria à parte	18- Punto S - Morfotopônimo
8- Mercado Fruhjar - Antropotônimo	19- Repuestos Ciupak - Antropotônimo
9- Farmácia Principal - Animotopônimo Eufórico	20- Supermercado Avenida de los pioneiros - Corotopônimo
10- Hotel Principal - Animotopônimo Eufórico	21- Wese Contabilidad - Antropotônimo
11- Helados Big Bom- categoria à parte	

Fonte: Seide e Lucas (2018, p. 54).

Mediante os dados obtidos com o levantamento preliminar, Lucas (2019) realizou então entrevistas com proprietários e clientes dos 21 estabelecimentos comerciais da cidade, com o intuito de comparar os resultados das entrevistas com o estudo exploratório preliminar. Foram entrevistados 20 proprietários, pois um dos entrevistados é proprietário de dois estabelecimentos e quarenta e dois clientes, dois clientes de cada estabelecimento, totalizando 62 entrevistas. O quadro disposto a seguir apresenta as motivações toponímicas a partir das entrevistas realizadas com os proprietários dos estabelecimentos de Naranjal.

Quadro 3 – Reclassificação dos topônimos comerciais de acordo com as entrevistas realizadas com os proprietários dos estabelecimentos comerciais.

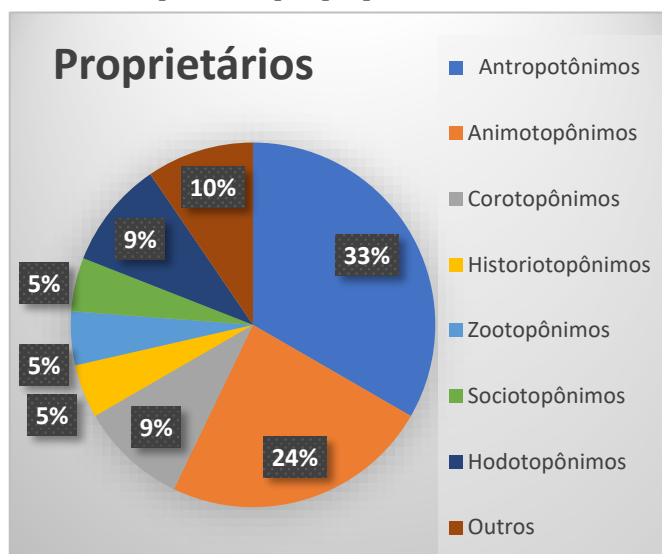
Motivações	Estabelecimentos
Antropotônimos	1- Alesandra Calçados 2- Repuestos Ciupak 3- Mercado Fruhar

	<ul style="list-style-type: none"> 4- Farmácia Cattani 5- Wese Contabilidad 6- Panaderia GalJohn 7- Amandau Heladeria
Animotopônimos	<ul style="list-style-type: none"> 1- Agropecuária Conquista * 2- Fascinius Modas* 3- Moda Mania 4- Creativa Informática*
Animotopônimos Eufóricos (*)	<ul style="list-style-type: none"> 5- Farmácia Principal * 6- Hotel Principal* 7- Helados Big Bom*
Corotopônimos	<ul style="list-style-type: none"> 1- Agropecuária Paraná 2- Inmobiliária Naranjal
Historiotopônimos	<ul style="list-style-type: none"> 1- Supermercado Avenida de Los Pioneros
Zootopônimos	<ul style="list-style-type: none"> 1- Mascota Mimada
Outros	<ul style="list-style-type: none"> 1- Cellcomp Informática 2- Jardín e cia

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

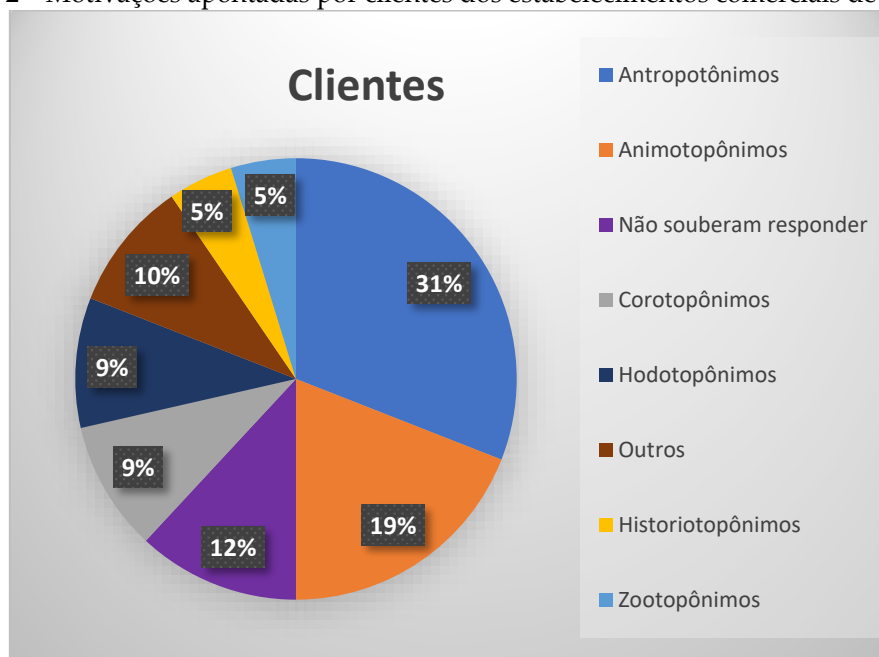
A reclassificação apresentada por Lucas (2019) esteve embasada nos resultados obtidos mediante as entrevistas realizadas com os proprietários e clientes dos estabelecimentos comerciais de Naranjal. Os gráficos apresentados a seguir mostram a convergência de opinião entre proprietários e clientes dos estabelecimentos de Naranjal.

Gráfico 1 – Motivações apontadas por proprietários dos estabelecimentos de Naranjal.



Fonte: Lucas (2019, no prelo).

Gráfico 2 – Motivações apontadas por clientes dos estabelecimentos comerciais de Naranjal.



Fonte: Lucas (2019, no prelo).

De acordo com Lucas (2019), os proprietários e clientes entrevistados em sua maioria apontaram a categoria dos antropotônimos (taxe toponímica que corresponde aos nomes que estão relacionados com nomes próprios individuais: prenomes, hipocorísticos prenome mais alcunha, apelidos de famílias e prenome mais apelidos

de famílias) e dos animotopônimos (taxe que corresponde topônimos relativos à vida psíquica, cultural, espiritual, englobando todos os produtos, referente aos frutos do psíquico humano) predominantes.

A realização de entrevistas com proprietários e clientes dos estabelecimentos comerciais de Naranjal, a respeito das motivações toponímicas, revelou sobretudo a influência dos aspectos socioculturais nas escolhas dos nomes dos estabelecimentos comerciais. O meio social em que o indivíduo denominador está inserido, suas origens étnicas e culturais, interfere de modo significativo na escolha do nome para o estabelecimento comercial.

Os resultados discutidos e apresentados nessa seção em consonância com a categorização dos topônimos proposta por Dick (1992) e Isquierdo (1996) contribuíram para que a realização de análises mais aprofundadas acerca das características dos topônimos comerciais de Naranjal pudessem ser realizadas. Os resultados são apresentados na seção a seguir.

5 Para além da taxonomia de Dick: A toponímia na paisagem linguística de Naranjal

Mediante os resultados obtidos no tocante aos topônimos comerciais a partir da taxonomia toponímica, Lucas (2019) também procurou analisar os topônimos sob outra perspectiva, considerando os topônimos comerciais como elementos integrantes da paisagem linguística da comunidade de Naranjal.

Como embasamento teórico para a análise, Lucas (2019) baseou-se nas reflexões feitas por Silva, Pires-Santos e Jung (2016), que discutem as consequências das mudanças na sociedade que resultaram no aumento de cenários cada vez mais plurilíngues. Através da captação fotográfica de diferentes pontos da cidade de Foz do Iguaçu-Paraná, as autoras discutem como o multilinguismo registrado na paisagem linguística, resultante dos processos de globalização, traz consequências para os usos linguísticos naquela comunidade.

Soares e Salgado (2015) apresentam fotografias da paisagem linguística da cidade mineira de Juiz de Fora com o intuito de discutir a presença de línguas diversas, além do português na cidade. As fotografias apresentadas revelaram a presença do inglês, do italiano, do espanhol e do húngaro nas manifestações artísticas e culturais.

Esses pedaços de língua encontrados, segundo Soares e Salgado (2015, p. 134) evidenciam “aspectos da superdiversidade, marcada principalmente pela mobilidade social e cultural, bem como por avanços tecnológicos que permitem a comunicação em tempo real e o acesso instantâneo à informação”.

Nesse sentido, as autoras endossam que “as fronteiras linguístico-culturais não são uma realidade, e que estamos em um mundo plurilíngue”. (SOARES, SALGADO, 2015, p. 134).

Embora os estudos supracitados não tratem especificamente da análise de topônimos, eles apresentam uma possibilidade de análise toponímica a partir das fotografias que, com a presença de topônimos e da paisagem ao seu redor (elementos extralinguísticos) podem ser considerados no contexto de análise, com o intuito de aprofundar as discussões sobre as características dos nomes e consequentemente revelar informações a respeito da história e cultura das comunidades investigadas.

Em suas análises iniciais, Lucas (2019) percebeu a dificuldade de categorização dos topônimos comerciais nas taxes toponímicas existentes, pois a categorização toponímica de Dick (1992) foi realizada com base em nomes de lugar (acidentes físicos, geográficos) e não com nomes de estabelecimentos comerciais. Para tanto, com o intuito de aprofundar a análise dos topônimos comerciais, Lucas (2019) fotografou a fachada dos 21 estabelecimentos comerciais catalogados na cidade e analisou-os interseccionando a classificação taxonômica desses topônimos com os aspectos culturais, históricos e linguísticos perceptíveis a partir das imagens.

A seguir, será apresentado um recorte da análise da paisagem linguística de Naranjal, a partir das fotografias de quatro fachadas de estabelecimentos comerciais

da cidade. As figuras 1 e 2, dispostas a seguir, trazem as fachadas dos estabelecimentos *Farmácia Principal* e *Hotel Principal*, respectivamente.

Figura 1 – Fachada Farmácia Principal.



Fonte: material obtido pela pesquisadora.

Figura 2 – Fachada Hotel Principal.



Fonte: material obtido pela pesquisadora.

De acordo com Lucas (2019, p. 95, no prelo), trata-se de dois animotopônimos. Observa-se que, na Figura 1, há a fachada da farmácia, *Farmacia Principal*, grafada sem acento, o que indica que a palavra pertence ao espanhol, haja vista que em português o vocábulo recebe acento agudo no segundo “a”.

Em relação à Figura 2, referente ao *Hotel Principal*, Lucas (2019, p. 95, no prelo) afirma que é possível inferir que se trata de um topônimo escrito no idioma espanhol, muito embora a grafia de hotel e principal em português sejam as mesmas. Essa inferência pode se confirmar segundo a pesquisadora, pois o proprietário do estabelecimento entrevistado é paraguaio e percebe-se que a própria fachada da farmácia, que também pertence ao mesmo proprietário, está escrita em consonância às regras do espanhol, sem o acento.

A Figura 3, disposta a seguir, traz a fachada do estabelecimento *Cellcomp informática e celulares*.

Figura 3 – Fachada Cellcomp Informática e Celulares.



Fonte: material obtido pela pesquisadora.

De acordo com Lucas (2019, p. 103) a fachada do estabelecimento *Cellcomp informática*, cuja classificação toponímica não pode ser contemplada nas categorias de Dick (1992) e Isquierdo (1996), mostra a presença da língua inglesa na paisagem linguística da cidade de Naranjal, através do uso do neologismo híbrido formado por acrônimos do inglês “cel” e do português “comp” presentes no nome específico e mediante dois substantivos coordenados em português “informática e celulares” no nome genérico.

A impossibilidade de classificação desse topônimo nas taxes toponímicas de Dick (1992) e Isquierdo (1996) demonstra a importância da realização de novas práticas de análise dos topônimos. Nessa perspectiva, a partir dos elementos presentes na fachada do estabelecimento, Lucas (2019) pode realizar inferências a respeito da possível motivação do nome.

Lucas (2019, p. 103) destaca que há elementos da fachada que ressaltam que se trata de um estabelecimento localizado no Paraguai, isto é, como a menção à página da empresa na rede social Facebook, que ao final indica se tratar de uma página circunscrita no domínio paraguaio através do elemento “py”. A pesquisadora destaca ainda o uso das cores do estabelecimento, o azul e o branco, que remetem à bandeira do Paraguai.

Lucas (2019, p. 104) finaliza a análise desse topônimo destacando a presença do inglês na paisagem linguística de Naranjal. Tal fenômeno retrata, segundo a pesquisadora, a presença da língua inglesa como idioma transcultural. Para Cenoz e Gorter (2008), quando as pessoas reconhecem que uma mensagem está em inglês, isso pode ativar nelas valores como: modernidade, sucesso, sofisticação, internacionalização etc.

A Figura 4 disposta a seguir, apresenta a fachada do estabelecimento comercial *Helados Big Bom*.

Figura 4 – Fachada Helados Big Bom.



Fonte: material obtido pela pesquisadora.

Segundo Lucas (2019), trata-se de um topônimo híbrido, que não pode ser classificado de acordo com a taxonomia de Dick (1992) e Isquierdo (1996). Tal dificuldade de classificação pode ser explicada. Segundo Lucas (2019), devido à constituição linguística do topônimo ilustrado na foto, trata-se de um nome de estabelecimento comercial com palavras de três idiomas distintos: *Helados* (espanhol), *Big* (inglês) e *Bom* (português). Nesse sentido, a autora chama atenção para a diferença de cor entre os elementos constituintes na fachada do estabelecimento. *Helados*, elemento genérico, está na cor azul e *Big Bom*, elementos específicos, estão na cor branca, o que os torna mais visíveis. Assim como na palavra *bom*, a letra “M” também está grafada com um estilo de letra diferente dos demais elementos que constituem o nome, o uso do “M” em final de palavra é característico da língua portuguesa. O uso da letra “M” com um estilo de letra diferente das demais, pode estar relacionado com a sonoridade da letra que possui som nasal e nesse caso pode acentuar a pronúncia final da palavra, enfatizando o “sabor” do produto.

O topônimo em questão, presente na paisagem linguística da cidade de Naranjal, ilustra a presença de outros idiomas além do espanhol, um dos idiomas

oficiais do Paraguai e do português, idioma do país de origem dos colonizadores da cidade.

À guisa de conclusão, o recorte apresentado da análise da paisagem linguística de Naranjal, a partir das fotografias das fachadas dos estabelecimentos comerciais, revelou que de modo geral o uso do espanhol predomina em relação ao uso da língua portuguesa. Contudo, Lucas (2019) endossa que a presença do espanhol não silencia a presença de outros idiomas, como o português e o inglês através de topônimos alusivos a essas etnias.

Nesse sentido, a pesquisadora reflete a respeito da presença da língua inglesa na comunidade e destaca:

O uso de estrangeirismos, em especial do inglês, pode estar relacionado à distribuição de bens culturais e tecnológicos provenientes dos Estados Unidos, que dissemina o idioma para além das fronteiras geográficas. Em muitos casos, a escolha de termos em inglês para denominar um topônimo está atrelada à noção de credibilidade e *status* atribuída ao inglês enquanto língua universal (LUCAS, 2019, p. 118, no prelo).

Desse modo, os resultados obtidos revelam sobretudo que na comunidade de Naranjal existe um desejo latente “por parte dos denominadores” de através do nome do estabelecimento comercial singularizar-se, diferenciar-se dos demais através de um nome que remeta a sua origem ou a um idioma de prestígio, mesmo em um contexto cada vez mais multilinguístico e pluricultural.

6 Considerações Finais

Este estudo buscou, à primeira vista, refletir sobre a utilização da taxonomia toponímica como ponto de partida para análises toponomásticas em consonância com outras áreas dos estudos linguísticos. Desse modo, o uso da categorização toponímica

alicerça discussões mais abrangentes contemplando não apenas a categorização conforme as taxes existentes e a etimologia dos nomes em análise.

Inicialmente foram levantadas questões teóricas sobre a Toponomástica, cuja abordagem tradicional de análise dos topônimos pauta-se na taxonomia proposta por Dick (1992) e ampliada por Isquierdo (1996). Na sequência foi apresentado um estudo toponímico recente que trata da análise tradicional dos topônimos em consonância com outras áreas dos estudos linguísticos, a fim de exemplificar as novas possibilidades de estudo.

A partir dessas reflexões apresentou-se então um recorte dos resultados obtidos na dissertação de mestrado “*Os nomes comerciais em Naranjal-Paraguai*” (2019, no prelo), em que a pesquisadora analisou os topônimos comerciais encontrados na zona urbana da cidade de Naranjal, localizada próxima a região de fronteira entre Brasil e Paraguai e colonizada por brasileiros.

Os resultados evidenciaram que à análise toponímica dos nomes dos estabelecimentos comerciais da cidade de Naranjal, que partiu da abordagem tradicional ao classificar os topônimos de acordo com as taxes propostas por Dick e Isquierdo, para então inseri-los no contexto sociocultural a que pertencem, trouxe resultados importantes para os estudos toponomásticos.

A primeira consideração a ser feita nesse sentido é que a análise tradicional pautada nas taxes toponímicas nem sempre consegue contemplar a diversidade de nomes de lugar existentes. Os estudos realizados por Dick (1992) e Isquierdo (1996) foram realizados a partir de nomes de lugar (acidentes físicos e geográficos) e não a partir de nomes de estabelecimentos comerciais, como o caso da presente investigação, o que dificultou a categorização de alguns nomes de estabelecimento comerciais encontrados em Naranjal.

Contudo, há que se ressaltar que essa dificuldade não deve ser considerada como um aspecto negativo em relação às taxes toponímicas, ao contrário, ela deixa

evidente a necessidade de ampliação das abordagens para a análise dos topônimos, sejam eles nomes de lugar ou nomes de estabelecimentos comerciais.

A segunda consideração trata da importância de se considerar o meio ambiente em que o topônimo está inserido. No caso do estudo apresentado, percebeu-se que considerar a paisagem linguística em que o topônimo está, traz resultados relevantes sobre as motivações toponímicas e revela aspectos socioculturais importantes, como a presença de culturas externas na cultural local, o que permite ao pesquisador realizar inferências que somente com a categorização dos topônimos conforme as taxes toponímicas não poderiam ser realizadas.

Por fim, conclui-se que a realização de novas pesquisas toponomásticas que considerem tratar a taxonomia toponímica em consonância com novas abordagens para análise dos topônimos são essenciais, na medida que os resultados apresentados mostram que a taxonomia toponímica, embora extremamente importante, mostra-se insuficiente diante de inúmeras possibilidades de nomeação de um lugar e ao considerar o topônimo como parte integrante da paisagem linguística contribui significativamente para a realização de uma análise mais profunda e consistente.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, K. dos S.; DICK, M. V. de P. do A. A interdisciplinaridade no contexto escolar: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. *In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de (org.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.* Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, v. VI, p. 193-207.

ANDRADE, K. dos S; NUNES, V. R. A Toponímia na perspectiva da teoria da interdisciplinaridade: breves considerações no contexto do ensino. *In: CIFEFIL: Círculo Fluminense de estudos filológicos e linguísticos*, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/02/038.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

CENOZ, J.; GORTER, D. The linguistic landscape as an additional source of input in second language acquisition. *IRAL-International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, v. 46, n. 3, p. 267-287, 2008. Disponível em:

<https://www.degruyter.com/view/j/iral.2008.46.issue-3/iral.2008.012/iral.2008.012.xml>. Acesso em: 22 maio 2018. DOI <https://doi.org/10.1515/IRAL.2008.012>

DA SILVA, I.; SANTOS, M. E. P.; JUNG, N. M. Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 4, p. 1257-1277, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/34798>. Acesso em: 10 jul. 2018. DOI <https://doi.org/10.14393/DL27-v10n4a2016-4>

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Toponímia e Antroponímia no Brasil. **Coletânea de Estudos**. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

ISQUERDO, A. N. **O Fato Linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara.

LUCAS, P. **Os nomes comerciais em Naranjal-Paraguai**. Dissertação (Mestrado em Letras - Área de concentração: Linguagem e Sociedade), UNIOESTE, Cascavel, 2019. [no prelo].

SEIDE, M. S.; LUCAS, P. Os topônimos comerciais em Naranjal-Paraguai. **Confluência**, v. 1, n. 54, p. 164-195, 2018. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/238>. Acesso em: 28 set. 2018. DOI <https://doi.org/10.18364/rc.v1i54.238>

SOARES, M. S.; SALGADO, A. C. P. A superdiversidade na paisagem linguística da cidade de Juíz de Fora (MG): o uso de diferentes línguas em grafites e pichações. **Revista do GEL**, v. 12, n. 2, p. 112-137, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/412/437>. Acesso em: 16 jul. 2019.

TEIS, D. T.; SEIDE, M. S.; LUCAS, P. Os topônimos na paisagem linguística da Av. Zelina em São Paulo: um encontro na interdisciplinaridade. **Revista do GELNE**, v. 20, n. 2, p. 16-29, 2018. DOI <https://doi.org/10.21680/1517-7874.2018v20n2ID14089>

Artigo recebido em: 25.05.2019

Artigo aprovado em: 11.10.2019